

ÁSKESIS

REVISTA DOS DISCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

VOLUME 1 | NÚMERO 1
[JANEIRO / JUNHO - 2012]
ISSN 2238-3069

Áskesis: Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Volume 1 | Número 1

Janeiro / Junho de 2012

ISSN 2238-3069

Universidade Federal de São Carlos

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Junior

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)

Diretora

Prof^a. Dr^a. Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Vice-Diretor

Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Vice-Coordenador

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Conselho Editorial

Adriana Rodrigues Novais, Aline Suelen Pires, Aline Yuri Hasegawa, Camila de Pieri Benedito, Charles dos Santos, Everton de Oliveira, Francisca Batista Barbosa Geribello, Gabriel Alarcon Madureira, Guilherme Saade Floeter, Lara Roberta Rodrigues Facioli, Rodrigo Fessel Segal, Tainá Reis de Souza, Vanessa Parreira Perin

Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior, Alice Anabuki Plancherel, Anibal Quijano, Aristoteles Barcelos Neto, Berenice Bento, Bernard Lahire, Daniel Cefai, Ethel Volfzon Kosminsky, Gisele Rocha Cortes, Jacob Carlos Lima, John Comerford, José Lindomar Coelho Albuquerque, Jose Maria Valcuende del Rio, Lucas Cid Gigante, Lucila Scavone, Lucio Oliver, Luiz Antonio Machado da Silva, Márcia Ochoa, Maria da Gloria Bonelli, Michel Misse, Miriam Adelman, Miriam Cristina Marcillio Ribeiro, Odaci Luiz Coradini, Paulo Sergio Peres, Paulo Tavares, Simone Bateman, Ricardo Mayer, Sílvia Portugal, Vera Telles, Veronica Gimenez Béliveau

Colaboradores desta Edição

Andrews Rafael Bruno de Araujo Cunha, Bernard Lahire, Clark Mangabeira, Daniel Vellozo Hirata, Fabiana de Andrade, Fábio Candoni, Francisco Caminati, Gabriel Moralez, Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira, José Lindomar C. Albuquerque, Lara Virginia Saraiva Palmeira, Lúcio Vasconcellos de Verçosa, Maria Aparecida de Moraes Silva, Martinho Braga Batista e Silva, Paulo Tavares, Taniele Rui, Victor Henrique S. Menezes, Victor Thomas Marques

Apoio

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar
Departamento de Sociologia

Projeto Gráfico

Frederico Floeter
fredericofloeter@gmail.com

Endereço Áskesis

<http://revistaaskesis.wordpress.com/>

email: revista.askesis@gmail.com

ÁSKESIS

REVISTA DOS DISCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Apresentação

Convido a todos para conhecer a revista *Áskesis*, um veículo de divulgação da produção acadêmica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos.

A iniciativa de produzir a *Áskesis*, resulta de um esforço coletivo para a consolidação de uma cultura acadêmica para além das atividades de salas de aula e dos laboratórios de pesquisa, realizando-se na divulgação e discussão da produção dos estudantes, como forma de legitimar-se e de atestar sua qualidade. A revista tem a função de fortalecer esse “habitus”, expor e debater os resultados de pesquisa, mostrar o que está sendo realizado no Programa, abrir o veículo para estudantes e pesquisadores da área de Sociologia para participarem desse esforço, enfim, devolver à sociedade o que ela investe na universidade pública.

Organizar uma revista não é tarefa fácil, assim como mantê-la e garantir sua proposta de excelência. É uma tarefa que exige um aprendizado constante do funcionamento do “campo”, da estruturação de um trabalho compartilhado, da observância dos procedimentos éticos, do exercício da crítica e de abertura à crítica. *Áskesis* é por definição um exercício. Um exercício intelectual plural, que pretende apresentar a Sociologia em suas diversas correntes interpretativas e metodológicas, demonstrando o vigor de uma disciplina que se renova permanentemente, instigando a pesquisa e a reflexão.

Áskesis é um exercício que reflete, mais que tudo, o entusiasmo dos alunos, que imprime um dinamismo ao Programa, destacando um presente e apontando um futuro de realizações.

São Carlos, fevereiro de 2012

Jacob Carlos Lima

Professor Titular

Departamento de Sociologia

Editorial

É com grande satisfação que apresentamos o primeiro número da *Áskesis – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*. O lançamento desta edição concretiza um ano de intenso trabalho e de esforços conjuntos do Comitê Editorial que, desde o início, propôs-se a criar uma revista disposta a servir de espaço de diálogo entre as diversas áreas que compõem as ciências humanas, no qual a sociologia se apresenta como porta de entrada e espaço de tensão para este debate.

A iniciativa de criar uma revista de discentes representa sempre um processo de via dupla, de tentativas sobrepostas, de repetição de erros, mas de acertos fundamentais. Idealizada por alunas e alunos do PPGS da UFSCar, a *Áskesis* ganhava contornos diversos a cada reunião que fazíamos. E isto foi, sem dúvida, seu principal ganho, pois como o nome deste periódico já indica, esta é uma revista dos alunos e alunas do PPGS da UFSCar, e as dificuldades que encontramos foram fundamentais para mantermos entre nós a tarefa de torná-la real. O difícil exercício de realizar cada nova edição permanecerá a cada nova turma de mestrado e doutorado. Não à toa optamos por nomear a realização deste trabalho de *Áskesis*, pois este termo representa a não submissão, a não sujeição, e o exercício de si mesmo como técnica em se atingir o conhecimento. É o que se encontra em nossa proposta, é o que esperamos a cada número e é com o que contamos em nosso projeto.

Os trabalhos que compõem esta primeira edição confluem, ao menos, em um ponto: todos partem de uma análise menor e dentro dela, as contribuições para o debate sociológico apresentam uma postura fiel à pesquisa, no entanto, sem ambições teóricas globais ou autoatribuições heroicas. A primeira seção, de artigos, se inicia com um debate sobre ilegalismos, políticas de controle e proteção social, e o universo de relações existentes em uma prática “marginal”, e termina em um diálogo sobre ruralidades e relações de trabalho.

Daniel Veloso Hirata inicia a seção, voltando-se para as relações entre ilegalismos populares e controle social, a partir de sua pesquisa de campo realizada no setor de transporte clandestino em São Paulo. Dando continuidade à seção, Taniele Rui analisa a relação entre usuários de crack e seus “cachimbos”, focando nas informações que podem ser retiradas desta interação, no que toca às relações sociais que configuram este universo. A partir da pesquisa de campo em uma Delegacia de Defesa da Mulher paulista, Fabiana de Andrade aponta uma frutífera discussão, demonstrando o choque entre moralidades e expectativas de policiais e vítimas de violência doméstica. Martinho Braga Batista e Silva, finalizando este debate inicial, nos posiciona entre a sociologia e a filosofia e conduz uma análise minuciosa da obra de Robert Castell, particularmente a partir de um diálogo duplo entre as obras mais recentes do autor e suas primeiras produções, assim como entre Castell e outros autores, como François Ewald.

Em um segundo momento, Lucio Verçoza e Maria Aparecida de Moraes Silva observam o processo de expansão da lavoura canavieira na região dos tabuleiros de cana, em Alagoas, em face das transformações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho. Já Lúcia Ribeiro de Oliveira, Rafael Andrews Bruno de Araujo Costa e Victor Marques de Souza descrevem as modificações na composição interna da força de trabalho, causadas pela implantação de projetos de irrigação no semiárido baiano, além do impacto dos recursos injetados nas famílias para a qualidade de vida de seus membros.

A seção seguinte é dedicada aos ensaios. Estabelecendo linhas de ressonância com os primeiros trabalhos da seção precedente, Fábio Magalhães Candotti apresenta, a partir da trajetória do rapper Tupac Amaru Shakur, as tensões e as relações implícitas entre dois tipos de sabedoria e posicionamento dos jovens negros do gueto norte-americano no início da década de 90, entre a via gangsta e a via cidadã, representando a ascensão do rap e o repouso político do movimento negro. Clark Mangabeira dá sequência à seção analisando o filme Dogville, buscando relacionar conceitos estéticos e sociológicos para a compreensão do efeito do filme sobre a audiência e a construção do longa-metragem a partir de noções como “comunidade”, “segurança” e “processo civilizador”. Por fim, Chico Caminati problematiza a questão da diversidade cultural e linguística no ciberespaço a partir da diversidade de culturas técnicas, tendo a experiência do software livre como entrada para esta discussão.

Na seção dedicada às resenhas, Victor Henrique S. Menezes e Gabriel Moralez nos apresentam a obra do historiador e arqueólogo inglês Richard Hingley, dedicada a oferecer uma nova abordagem do imperialismo romano a partir do processo de colonização da Bretanha. Lara Virgínia Saraiva Palmeira resenha a etnografia realizada por Maria Elvira Díaz-Benítez entre as empresas produtoras e distribuidoras de filmes pornô em São Paulo. Encerrando a seção, José Lindomar C. Albuquerque traça as principais linhas da nova presença islâmica na Europa, em sua resenha da obra de Nina Clara Tiesler.

Integram ainda esta edição duas entrevistas. A primeira, com o sociólogo Bernard Lahire, da École Normale Supérieure de Lyon, realizada no momento de sua visita a São Carlos em dezembro de 2011 por conta de uma palestra realizada pela Áskesis, aborda assuntos como o campo de atuação do sociólogo na França, a problematização do sujeito universal essencial para diversas teorias no campo da sociologia e também suas críticas ao trabalho de Pierre Bourdieu. A segunda, com Paulo Tavares, pesquisador do Goldsmiths College de Londres, realizada após o primeiro seminário “Áskesis Convida”, em setembro de 2011, discute temas relativos à Amazônia, ao desenvolvimento e à colonialidade.

Por fim, trazemos nesta edição os resumos das dissertações e teses defendidas no PPGS da UFSCar. Esta iniciativa, que esperamos repetir em cada edição, visa promover as pesquisas realizadas em nosso programa, assim como possibilitar o maior acesso externo a este material, que em suas perspectivas podem estabelecer diálogos importantes com pesquisadores de outras instituições e programas de pós-graduação.

Gostaríamos de agradecer imensamente a todos que colaboraram para a concretização deste primeiro número da Áskesis. Especialmente aos autores que contribuíram para esta edição, professores do PPGS da UFSCar, assessores ad hoc, membros do Conselho Científico, colegas de curso e amigos. Agradecemos, ainda, às revistas R@U, Cadernos de Campo e Pensata pela disponibilidade e apoio a nosso projeto.

Uma boa leitura a todos!

Everton de Oliveira
Comitê Editorial – Revista Áskesis

SUMÁRIO

_ARTIGOS

“Boa Gestão” Urbana e Transporte Coletivo em São Paulo

Daniel Veloso Hirata | p. 13 - 31 |

“Isso não é um cachimbo”: sobre os usuários de crack, seus artefatos e suas relações

Taniele Rui | p. 32 - 45 |

Moralidades que se chocam: fronteiras discursivas no cotidiano de uma Delegacia de Defesa da Mulher

Fabiana de Andrade | p. 47 - 62 |

Reflexões sobre a questão da proteção social: uma leitura da obra de Robert Castel

Martinho Braga Batista e Silva | p. 64 - 81 |

Expropriação e Memória da região dos tabuleiros de cana

Lúcio Vasconcellos de Verçoza e Maria Aparecida de Moraes Silva | p. 82 - 104 |

Trabalhadoras do campo no semiárido baiano: o impacto da sua renda na qualidade de vida da família extensa

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira; Andrews Rafael Bruno de Araujo Cunha; Victor Thomas Marques | p. 106 - 122 |

_ENSAIOS

1992 – a via gangsta

Fabio Candotti | p. 126 - 141 |

Olhando para trás ou para que serve um filme de 2003? Uma análise sociológica de Dogville

Clark Mangabeira | p. 142 - 165 |

Software Livre como língua menor da tecnologia:

Uma reflexão pontual sobre acesso, diversidade e inclusão digital

Chico Caminati | p. 166 - 174 |

_RESENHAS

HINGLEY, Richard. **“O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha”.**

Victor Henrique S. Menezes & Gabriel Moralez | p. 178 - 185 |

DÍAS-BENÍTEZ, Maria Elvira. **Nas redes do sexo – os bastidores do pornô brasileiro.**

Lara Virgínia Saraiva Palmeira | p. 186 - 193 |

TIESLER, Nina Clara. **A morada de ser: muçulmanos na Europa e políticas de identidade.**

José Lindomar C. Albuquerque | p. 194-197 |

_ENTREVISTA

Bernard **LAHIRE** | p. 200 -210 |

Paulo **TAVARES** | p. 212 - 219 |

_TESES E DISSERTAÇÕES

Teses | p. 222 - 231 |

Dissertações | p. 232 - 254 |

ARTI-
GOS



“Boa Gestão” Urbana e Transporte Clandestino em São Paulo

Daniel Veloso Hirata¹

Resumo: Trata-se de uma pesquisa que procura entender as articulações entre os ilegalismos populares e as formas do controle social a partir de trabalho de campo realizada no setor do transporte clandestino em São Paulo. Para tanto, procurou-se acompanhar as transformações no setor durante o período que se estende à criação da agência reguladora do transporte na cidade (SPTTrans) e a regularização dos chamados “perueiros”. Essas transformações, que alteraram significativamente os instrumentos de ação estatal no setor, também reorganizaram a dinâmica dos grupos que disputam e negociam o circuito do transporte na cidade, dentro e fora do ordenamento jurídico.

Palavras-chave: ilegalismos – controle social – transporte clandestino – São Paulo

Abstract: This is a research that essay to understand the relations between popular ilegalisms and the forms of social control based on a fieldwork accomplished in the sector of transport of São Paulo. To this end, we tried to follow the transformations in the sector during the period that extends to the creation of the regulatory agency of transportation in the city (SPTTrans) and the formalization of the irregular workers so-called “perueiros”. Theses transformations, which significantly altered the instruments of State action in the sector, also reorganized the dynamics of the groups that dispute and negotiate the circuit of transportation in the city, inside and outside the legal system.

Keywords: ilegalisms – social control – clandestine transport – São Paulo

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, com doutorado sanduíche na Universite de Toulouse Le Mirail e na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2002), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é pesquisador do NECVU-UFRJ e pesquisa as articulações entre as formas do controle social e os ilegalismos populares.

Hernandes é o apelido de um conhecido perueiro da zona sul de São Paulo, uma liderança destes trabalhadores, que, como veremos mais adiante, perdeu a centralidade na organização dos perueiros quando as condições de trabalho pareciam melhorar. O percurso de Hernandez será o fio condutor desse texto, que procura analisar as tramas políticas do processo de formalização do transporte clandestino na cidade de São Paulo. Estudar esse setor da economia informal é um tema interessante justamente porque o transporte clandestino ou os “perueiros” foram alvo de um conjunto de ações governamentais muito intensas. A descrição desse processo será aqui apresentada a partir de duas perspectivas ou dimensões analíticas das formas de governo² intrinsecamente articuladas. Seguindo a sugestão de Beatrice Hibou, poderíamos distinguir a formação e construção das formas de governo, considerando *formação* como “esforço mais ou menos consciente de criar um aparelho de controle” e *construção* como “o processo histórico amplamente inconsciente e contraditório de conflitos, negociações e compromissos entre diversos grupos” (HIBOU, 1998).

Para entender a *formação* das formas de governo é importante a análise de seus instrumentos de ação (LASCOURMES; LE GALÈS 2004), ou seja, o conjunto de dispositivos técnico-sociais que organiza a relação entre governantes e governados. Dessa perspectiva, as transformações nas escolhas dos instrumentos das ações governamentais ajudam a compreender suas formas de legibilidade dos processos (DESROSIÈRES, 2008) e seus efeitos próprios de diferenciações e seletividades (HACKING, 2006). O transporte em São Paulo já foi organizado de muitas maneiras distintas desde o início de sua implementação. Diferentes modalidades de transporte e diversas articulações entre a iniciativa privada e a intervenção pública marcam o percurso histórico desse elemento essencial da infraestrutura urbana: passou de um monopólio estatal a uma concessão junto a empresas estrangeiras no período onde a modalidade prioritária eram os bondes; depois, através de uma série de mudanças que privilegiaram os ônibus e a estrutura rodoviária, o empresariado nacional alterna a exploração deste setor econômico com os poderes públicos de diferentes formas (BRASILEIRO, HENRY; 1999). No período que inicia-se na metade da década de 1990 até o início dos anos 2000, as políticas de transporte passam a ser organizadas de uma maneira diferente: um novo sistema de gestão pública, organizado a partir do modelo das agências regulatórias, substitui a empresa pública que operava a administração do setor. Essa transformação da rede técnica – social é o ponto de partida de um processo que, como será descrito, terminará com a incorporação do transporte clandestino no sistema formal do transporte da cidade. Durante esse processo, a tentativa de análise aqui se concentra essencialmente nas escolhas dos instrumentos de intervenção: sua legibilidade dos fenômenos, seus efeitos produzidos.

A análise da *construção* do governo foi realizada a partir de uma etnografia dos grupos que disputavam o mercado de transportes na cidade. A partir de um campo delimitado pelos instrumentos de ação governamental, a análise procurou trabalhar as dinâmicas de regulação desse mercado, ainda que essas se produzam dentro e fora do ordenamento jurídico legal. Durante a passagem dos anos 1990 e 2000, uma nova modalidade de transporte ganha força em São Paulo, os perueiros. Essa nova forma do transporte se organizou de forma clandestina, em pequenas peruas Kombi que transportavam pequenas quantidades de passageiros no interior

2 Sobre a questão do governo, suas diferenças com as abordagens tradicionais de análise do Estado e as duas perspectivas de análise, Foucault diz: “Essa abordagem implica que coloquemos no centro da análise não o princípio geral da lei, nem o mito do poder, mas as práticas múltiplas e complexas da governamentalidade, que supõem, de um lado, as formas racionais, os procedimentos técnicos, as instrumentações através das quais ela se exerce, de outro lado, os jogos estratégicos que tornam instáveis e reversíveis as relações de poder que devem garantir”. FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

dos bairros. Os motoristas das peruas, os “perueiros”, são personagens urbanos aqui apresentados por meio da trajetória de Hernandes. É possível mostrar através dessa trajetória como as disputas e negociações dos grupos que disputavam as formas de regulação do setor de transporte clandestino se transformaram ao longo de tempo. A partir da trajetória de Hernandes, será feita a descrição desse campo de disputa entre esses diversos grupos e a subsequente estruturação de um mercado de proteção³ que organiza o setor, regulando-o dentro e fora do ordenamento jurídico.

Em resumo, o processo de regularização, operacionalizado pelos instrumentos de governo, se produz conjuntamente à sobreposição dos grupos que ofertam transporte e proteção, articulando mercados políticos e econômicos (TILLY, 1996). A primeira parte deste artigo trata da privatização da empresa pública de transporte, a antiga CMTC, assim como a estruturação do mercado do transporte clandestino. A segunda parte concentra-se no processo de regularização dos perueiros através da implementação do dispositivo do bilhete único e da criação das cooperativas de vans autorizadas. Entre essas duas partes o interesse é de uma análise das tramas políticas dos ilegalismos populares, prospectando uma topografia das regiões de poder da cidade de São Paulo (TELLES; HIRATA, 2010). De forma mais geral este texto é um convite a certa maneira de conduzir o trabalho etnográfico frente ao poder (HIRATA, 2010). Isto significa a realização de uma pesquisa inscrita nas formas concretas, cotidianas e em permanente reconstrução dos lugares que são considerados “as margens” do Estado (DAS; POOLE, 2004), e seu potencial de compreensão da maneira pela qual o poder governamental é exercido (GUPTA, 2006).

A privatização da CMTC

O momento em que Hernandes começa a trabalhar como perueiro, na metade dos anos de 1990, coincide com a privatização da empresa de transportes da cidade de São Paulo, a antiga CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos). A poderosa empresa pública se transforma em uma agência de regulação do transporte coletivo, a SPTrans, uma empresa ainda pública, mas responsável apenas pela gestão do transporte na cidade. Este capítulo, da longa e complicada história dos transportes coletivos de São Paulo, é fundamental para entender a história recente dos transportes coletivos na cidade até os dias atuais. Segundo os princípios do “*New Public Management*”⁴ (HOOD, 1995), a prefeitura tinha por objetivo tornar mais eficaz a gestão do transporte na cidade e reduzir o déficit previsto pela manutenção da administração da CMTC como empresa operadora.

A alteração do perfil da frota, da quantidade de ônibus e de funcionários eram medidas indicadas que exigiriam altos investimentos e não gerariam, necessariamente, redução de custos. Optou-se, então, por encerrar as atividades operacionais da antiga CMTC, através da “privatização” de toda a operação dos 2.700 ônibus e das respectivas garagens, reduzindo o quadro de pessoal de 27 mil para cerca de 1.200 empregados. Esse processo se valeu da flexibilidade do mesmo modelo de gestão estabelecido pela Lei n. 11.037 / 91.

3 O conceito de mercadoria política, fundamental para a análise dos grupos que compõem o campo de forças da política, dentro e fora do ordenamento legal foi amplamente discutido por Michel Misse. Ver: MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

4 Sobre os princípios da doutrina do “New public Management” ver: HOOD, Christopher. The “New Public Management” in the 80’s. Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, v.20, n.2-3,1995. p. 93-109. Especificamente sobre a transformação da administração via empresas públicas em agências reguladoras, uma das transformações mais importantes dos modos de ação do Estado contemporâneo. Ver : DESROSIÈRES, Alain. *Historiciser l’action publique : L’État, le marché et les statistiques*. In: LABORIER, Pascal; TROM, Danny. *Historicités de l’action publique*. Paris: PUF, 2003. p. 207-221.

A forma de remuneração dos serviços prestados pelas empresas contratadas foi inovada, alterando-se o critério anterior de pagamento, calculado pelo custo do quilômetro rodado, por um valor-limite por passageiro transportado. A antiga CMTC foi então transformada na São Paulo Transporte S.A. – SPTrans, nova denominação adotada a 8 de março de 1995 para a empresa que ficou voltada somente à gestão do sistema de transporte da cidade.⁵

A alteração no modo de calcular os custos de “remuneração dos serviços prestados”, feitos a partir dos instrumentos da “*New Public Management*”, como a implementação da estatística de contabilidade, a construção dos indicadores de performance e a criação dos *rankings*⁶, provocou redução da oferta de ônibus e corte expressivo dos quadros de funcionários⁷. A renovação da frota realizada pela Prefeitura, benefício suplementar que as empresas obtiveram no negócio e ainda fazia a publicidade da “eficiência da gestão”, não encobria a deficiência do sistema, mas serviu para justificar o aumento da tarifa e a alta dos subsídios municipais a cada ano. O que deveria ser um programa de aumento da eficácia da gestão dos transportes urbanos produziu efetivamente um momento de grave distúrbio no sistema de transportes e de circulação na cidade, atingindo, claro, as pessoas que dependiam dele.

É neste momento, por uma decisão do poder municipal de transformar a organização dos transportes na cidade via privatização, que a explosão dos perueiros se torna uma realidade em São Paulo. A redução da oferta de ônibus provocou uma carência que abriu espaço para um sistema “auxiliar” informal, os perueiros, que assumiram a cobertura de um serviço público fragilizado e que há muito já era precário. O transporte clandestino já existia na cidade de São Paulo há muito tempo, mas é no decorrer do ano de 1995 e no período subsequente à desmontagem da CMTC, concomitante à criação da SPTrans, que os perueiros começam a se multiplicar pelas ruas da cidade em um crescimento acelerado. Do ponto de vista da oferta de serviços que o setor de transporte clandestino se desenvolve, o ponto central diz respeito à abertura de oportunidades que o processo de privatização possibilitava.

Se houve abertura ao serviço de transporte para os clandestinos, isso não se deve apenas à renúncia ou abandono estatal no setor, mas sim à decisão de mudar o sistema de transportes a partir dos princípios do “*New Public Management*”. Esse modelo de boa gestão urbana não é uma retirada pura e simples do governo de suas funções públicas, mas sim uma reorientação da racionalidade governamental para práticas experimentais, analisadas em cada momento segundo as oscilações de variáveis - chave isoláveis em um meio controlado, moduláveis conforme a avaliação dos impactos produzidos⁸. Governo a distância (ROSE, 2008; EPSTEIN, 2005), mas com uma incidência governamental, que não necessariamente é menor por isto. O leque de variáveis que compunham o sistema de transportes, contudo, era conflitivo e explosi-

5 Disponível em: <<http://www.sptrans.com.br>>. Acesso em: 2010.

6 Esses são os três principais instrumentos do “*New Public Management segundo Desrosières*”. Ver: DESROSIÈRES, Alain. Le rôle du nombre dans le gouvernement de la cité néolibérale. Comunicação no *Seminaire l’informazione prima Dell’informazione conoscenza e scelte pubbliche*, Università de Milan Bicocca, 27 de maio de 2010.

7 Evidente que este cenário é polêmico nas suas duas pontas. Primeiro, em relação à redução da oferta do transporte, não há consenso entre os especialistas, se o problema foi a diminuição da frota ou se a relação passageiro/ônibus é que foi reduzida, por pressão por novas linhas, sobrepostas, das empresas junto à SPTrans, mas o fato é que o sistema de transportes apresentava um declínio do número de passageiros por dia. BRASILEIRO, Anísio; ETIENNE, Henry. *Viação Ilimitada*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998. VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *Transporte Urbano, Espaço e Equidade*. São Paulo: Annablume, 2001. ZARATTINI, Carlos. *Circular (ou não) em São Paulo*. *Revista Estudos Avançados da USP*, vol.17, n. 48, 2003.

8 Trabalhei o caráter experimental e modular como “racionalidade de governo” em minha tese de doutorado. Ver: HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.

vo, fato que teve que ser considerado nos cálculos dos técnicos da prefeitura após o recrudescimento do transporte clandestino. Esta é uma das hipóteses que vou trabalhar. As conseqüências deste quadro são o objeto central desta pesquisa, mas primeiro cabe considerar dois pontos.

Primeiro, o momento de explosão dos perueiros deve ser sempre circunstancializado, para não se incorrer em simplificações. Alguns autores apontam uma convergência entre os empresários donos das empresas de ônibus e os nascentes proprietários das peruas (BRASILEIRO, HENRY; 1998). O caráter oligopolista do transporte na cidade tendeu sempre a se concentrar em poucas pessoas, que souberam muito bem se adaptar às inconstâncias do setor. Assim, o grupo dominante permitiu a entrada de outros grupos no setor no momento das privatizações, mas que logo depois entram em declínio, abrindo espaço para a sua retomada posteriormente.

Segundo, a abertura desta oportunidade dada pela prefeitura mantém também relação com os trabalhadores demitidos⁹. Não se pode afirmar com certeza que os trabalhadores que compunham o sistema de transporte clandestino tiveram em sua totalidade origem nos antigos funcionários da CPTM. Mas, é impressionante a quantidade de perueiros que tiveram passagem pela CMTC, fato que pode ser constatado em um levantamento sobre os trabalhadores do setor. Com base nas entrevistas, pode-se inferir que os trabalhadores demitidos nunca mais conseguiram um trabalho melhor ou igual ao da CMTC, mesmo os que foram incorporados nas empresas privadas de transporte da SPTrans. Os ex-funcionários, no entanto, conheciam muito bem os percursos que os ônibus realizavam, os buracos da malha de cobertura, sabiam como organizar a linha e suas falhas, conheciam os meandros do que chamam de “sistema”, portanto, tinham competência para realizar o mesmo trabalho de maneira informal.

Poderíamos mesmo afirmar que a racionalização da gestão pública dos transportes municipais incitou o crescimento deste segmento do mercado informal, o transporte clandestino. Se o objetivo desse artigo fosse uma avaliação das políticas públicas de mobilidade, o argumento seria que o processo foi mal conduzido, ou que não foi realizado como deveria, que, um processo “verdadeiramente eficaz”, não teria produzido esta situação contraditória. Mas o que poderia ser visto como uma decalagem entre o programa e sua execução, pode talvez indicar a maneira como a gestão municipal funciona, não apenas enquanto programa, mas também a partir da ação e efeitos de seus instrumentos e de sua racionalidade de governo. Parece-me que o “*New Public Management*” pode ser pensado em uma dupla perspectiva: é ao mesmo tempo um conjunto de técnicas provenientes da administração privada aplicada a gestão pública, e, nesse caso, a estatística de contabilidade, os indicadores de performance e a criação dos rankings são seus instrumentos concretos de ação; mas também trata-se de uma nova racionalidade governamental, cuja atualidade reside em pensar a atuação pública como um conjunto de práticas experimentais em um meio controlado visando a modulação de suas formas¹⁰. Na perspectiva de análise defendida nesse texto a pesquisa deve articular o programa e a execução das políticas, e, dessa forma, a relação entre racionalidade governamental, seus instrumentos de ação e os grupos de poder que atuam dentro e fora do aparelho estatal. Essa última dimensão será explorada na próxima parte, a partir das disputas e negociações ao redor das mercadorias políticas.

9 Os dados concretos são inexistentes, mas acredita-se que “a maior parte” dos antigos funcionários públicos foi incorporada pelas empresas privadas, embora essa informação não seja totalmente comprovada. ZARATTINI, Carlos. Circular (ou não) em São Paulo. *Revista Estudos Avançados da USP*, vol.17, n. 48, 2003.

10 MAGALHÃES, José César de. Normalização Social e o Neoliberalismo. Tese de Doutorado defendida no Programa de pós Graduação em Sociologia da USP, 2011.

Mercadoria Política 1 - Associações e cooperativas

Por isso a história de Hernandes pode ser bem elucidativa e significativa: ele costumava tomar cerveja em um bar próximo à favela da Colina e ficava observando as dificuldades dos trabalhadores do bairro com a falta de transportes. Não havia transporte próximo à favela da Colina que fosse em direção ao subcentro de Santo Amaro, ponto de convergência para a maioria dos trabalhadores. Ele também percebia que os moradores da região e adjacências dependiam muito do comércio e dos serviços que, na época, só eram disponíveis no centro de Santo Amaro: mercados, correio, banco, comércio. Neste momento “ir para o centro” queria dizer ir até ao sub centro regional da zona sul, em torno da qual este comércio cresceu. No entanto, não havia nenhuma linha de ônibus que servisse a esta população. Para chegar lá, as pessoas tinham que andar um longo trecho a pé, até uma avenida maior, para então pegar um ônibus. Daí surgiu a ideia de começar a trabalhar com um transporte alternativo: comprar uma perua para percorrer aquele trecho. Nesse momento em que Hernandes decidiu trabalhar como perueiro, a espera pelo ônibus era ainda maior que em épocas anteriores; havia só alguns poucos perueiros, provenientes de outras regiões, que faziam esse trajeto e um taxista, que os moradores solicitavam, às vezes, quando tinham mais pressa, ou em alguma emergência. Mas a escolha entre essas duas opções não era muito interessante: ou incômodo de caminhar muito e esperar demoradamente um ônibus ou o alto custo do táxi. Hernandes vislumbrou a possibilidade de uma linha local, de maior proximidade com os moradores. Percebeu que a necessidade dos moradores poderia ser uma oportunidade para ganhar algum dinheiro. Decidiu, então, começar o negócio, mas, por sugestão dos amigos, antes de comprar a perua, foi procurar uma associação informal de perueiros que funcionava no largo Treze de Maio.

Os primeiros meses foram os mais difíceis para Hernandes. As pessoas ainda não sabiam dessa linha no bairro, logo o número de passageiros era muito pequeno. Chegou até em pensar em desistir, mas como já havia dado a entrada em uma perua Kombi nova, resolveu insistir um pouco mais. Ele acordava cedo, antes do horário de saída para o trabalho, fazia viagens à tarde, que era o período de menor movimento, e depois, no final do dia, conseguia ainda realizar mais algumas viagens no sentido contrário. Aos poucos conseguiu se estabilizar e, passado algum tempo, já ganhava um bom dinheiro com o negócio. Pensou então em ampliar a linha, a partir do extremo sul da cidade, próximo da represa de Guarapiranga, até Santo Amaro, no largo Treze de Maio. Este é o itinerário que até hoje faz a linha.

Nesse meio tempo, outras peruas começaram a fazer o mesmo percurso com Hernandes. Como a demanda era realmente grande, não havia problema em dividir o espaço com outras pessoas; de fato, Hernandes achava que isto poderia fortalecer a instalação definitiva do trecho. Cada perueiro que começava a trabalhar nessa linha se entendia com ele antes mesmo de procurar a associação, e, feitos os acertos de repartição dos custos operacionais e organizados os intervalos de tempo o novo membro era incorporado. Hernandes começou a se tornar uma pessoa importante na linha. Então, o presidente da associação lhe fez uma proposta. Como pretendia candidatar-se a vereador, faria o trabalho necessário entre os perueiros e moradores dos bairros em que a linha passava, e Hernandes ocuparia o seu lugar de presidente. Coincidentemente, na mesma época, a associação se transformava em cooperativa, porque a regularização concedida pela prefeitura passava pelo estatuto de cooperativas, não mais de associação. A cooperativa aproveitava a infraestrutura e os funcionários da associação, inclusive mantendo a antiga diretoria e o mesmo prédio.

Nesse momento é que Hernandez começou a entender de forma mais clara como funcionava o esquema do transporte em São Paulo. Como novo chefe da cooperativa, tinha três atribuições a mais do que os outros associados: Primeiro, organizar as relações junto à prefeitura, ou seja, conduzir os trâmites das solicitações de regularização dos associados. Em seguida, resolver os casos de peruas apreendidas nas fiscalizações, negociando diretamente os preços para a sua liberação. Finalmente, controlava junto com o tesoureiro o fundo de caixa, constituído com a contribuição dos associados, e que era usado para pagar os funcionários da cooperativa, mas, principalmente, para o pagamento da proteção da linha.

Vale a pena nos retermos um pouco mais nos detalhes de funcionamento da nova cooperativa, pois eles são reveladores da maneira como os grupos de poder ao redor do transporte clandestino funcionavam de forma mais ampla. Apesar da entidade de Hernandez ser uma das primeiras a operar em São Paulo sob este novo estatuto de cooperativa, os seus associados não conseguiram se regularizar e integrar o sistema formal de transportes. Mesmo seguindo as determinações da prefeitura, não apenas em relação ao estatuto jurídico, mas também à organização de todos os documentos necessários, que variavam de um momento a outro, e a descrição das áreas de atuação, a SPTrans não concedeu a permissão para que pudessem circular formalmente na cidade naquele momento. Para Hernandez, isso aconteceu não por falhas nos protocolos de pedidos ou na organização da cooperativa, mas por interesse de que outros grupos de perueiros ganhassem a permissão. As cooperativas escolhidas, segundo ele, não eram as maiores, as mais antigas ou as mais estruturadas, e, sim, as que tinham uma relação mais próxima com o grupo governista. Hernandez sabia do esquema porque, no caso da sua cooperativa, o antigo presidente da associação, que tentava se tornar vereador tinha como padrinho político um dos líderes governistas da época. Só que, nas negociações políticas internas, por não ser considerado um candidato com potencial de conseguir muitos votos, acabou ficando em um grupo de “espera” em relação aos pedidos de regularização. O número total de regularizações era muito baixo, continua, “apenas para dizer que estavam fazendo alguma coisa em relação a isto”, os membros da cooperativa não conseguiram se formalizar. Realmente, a regularização foi muito reduzida no final dos anos 1990, foram pouquíssimas as cooperativas que conseguiram o benefício, se contabilizada a estimativa total de perueiros, aproximadamente dez por cento do total.

Em relação à outra função que Hernandez exercia junto à prefeitura, a liberação das peruas apreendidas, o esquema estruturava-se no escalão mais baixo da hierarquia dos poderes públicos. Tratava-se, na verdade, de todo um mercado de extorsão organizado a partir da apreensão de peruas. Podia-se negociar os preços pagos aos fiscais da prefeitura no momento das temidas *blitz* ou por uma “tabela” de preços, mais altos, na garagem da SPTrans. Havia ainda mais um elemento neste mercado de extorsão: os fiscais da EMTU, uma empresa do governo do estado, que deveriam se ocupar somente dos trajetos intermunicipais. Os fiscais, por vezes competiam pelo mercado de extorsão e, por vezes, cooperavam. Como a cooperativa de Hernandez operava tanto em trechos intra como intermunicipais, era obrigada a negociar com os dois tipos de fiscais. Hernandez narra um episódio em que os fiscais do governo do estado tentaram apreender a sua perua, que fazia um percurso dentro do município. Mesmo a perua estando irregular, não cabia a estes fiscais a fiscalização nem apreensão do veículo. Houve tanta discussão, que as pessoas que faziam a proteção da linha, os patrões do tráfico local, os fiscais e até policiais militares foram parar na delegacia, onde, finalmente, o preço para a liberação foi acordado.

Finalmente, sua última atribuição estava ligada ao mercado de proteção. O mercado para

proteção das linhas tinha como objetivo resolver dois tipos de problemas: garantir a segurança da linha e coibir a entrada de novos perueiros na linha já estabelecida. Hernandes aprendeu que esses problemas poderiam ser resolvidos por meio das relações que o antigo presidente herdara de seu padrinho político. O esquema funcionaria através de uma biqueira, um ponto de vendas de drogas muito conhecido na região. É importante detalharmos mais esse assunto. O acordo que passavam pelo ponto de venda de drogas, porosidade entre o transporte informal e o mercado do ilícito, existia para garantir a segurança dos veículos e dos passageiros de possíveis roubos. Garantia-se também a proteção em relação ao outro problema, que acontecia nas avenidas principais, onde muitos grupos de perueiros, de várias procedências, se encontravam. Aqueles já instalados, irregulares e alguns poucos regularizados, não gostavam que outras peruas “atravessassem” o trecho em que trabalhavam. Em troca da proteção garantida pelos traficantes em relação a estes dois tipos de litígios possíveis, os perueiros pagavam certa quantidade em dinheiro no final de cada semana.

Embora esta pesquisa não possa fazer afirmações sobre este assunto em relação a toda a cidade de São Paulo, era dessa maneira que os mercados de proteção funcionavam no caso da cooperativa informal que Hernandes organizava. Nesse caso, tudo era improvisado e funcionava com base nos acordos verbais, a palavra empenhada organizando os acertos. Cabe dizer que o mesmo tipo de acerto também era feito, em outras cooperativas, através de um acordo com policiais que realizavam a ronda na região. Pequenos acertos entre conhecidos em uma linha de peruas de bairro, tudo muito improvisado, pouco articulado, quase horizontal, pouco estruturado, com grande margem de negociação entre as partes. De toda maneira, tratava-se de um terceiro mercado de extorsão a que estavam submetidos os trabalhadores do transporte informal, não mais ligado diretamente à prefeitura via políticos (regularização) ou fiscais (através das *blitz*), mas, indiretamente, via um representante eleito e suas ligações com o tráfico de drogas para garantir a proteção da linha.

A questão mais importante, que articula as três atribuições de Hernandes como presidente da cooperativa, é justamente o ponto em que esses três mercados de extorsão compõem um mesmo esquema de funcionamento do sistema de transporte clandestino. Cada um desses mercados ilumina níveis distintos das relações dos poderes oficiais com mercado informal de transportes. As alianças particulares que cada cooperativa mobiliza são os diferenciais na competição por espaços nesse mercado. Hernandes conta que, como a cooperativa se tornava maior e mais importante a cada dia, pessoas tentaram “tomar” a linha de sua cooperativa. A estratégia que utilizavam era sobrepor uma linha no mesmo trecho que operava a cooperativa de Hernandes, a partir da promessa aos perueiros de que teriam menos problemas com os fiscais e que a regularização seria mais rápida e efetiva. Segundo Hernandes, isto se dava por pessoas com outras alianças com políticos, fiscais, e outros grupos de traficantes ou policiais, que garantiriam, assim, uma melhor negociação “dos benefícios” junto à prefeitura. Certa vez, Hernandes sofreu uma grande pressão de outro grupo.

No domingo...eu tinha saído com a minha mulher pra fazer compras. Quando eu voltei tava cheio de perueiro na frente da minha casa, cheio de perua de lotação, tudo armado. Essa mulher chamou a linha dela e os caras de uma outra linha... veio tudo na porta da minha casa, aí “a gente tem que conversar com você”. Eu falei, “aqui não, vamo pro ponto final”. “Cê vai ver”. Aí os cara “cê vai?”. Aí eu falei, “tem que ir, senão é pior...vai pensar que eu to com medo”. Chama os perueiros de sua linha e os aliados, armas na mão, “vô te matar”. Eles estavam em maioria, então eu disse, “você podem até me matar, matar todo mundo, mas alguém vai correr atrás de você, de você e de todo mundo”. Mas alguém disse, “cês sabem quem é o cara, vai ser ruim...”

A partir da constatação do equilíbrio de forças que ambos os grupos possuíam, foi aberta a negociação. De um lado, os grupos de proteção de policiais e traficantes, e, de outro, o “apadrinhamento político”, ambos poderosos e sem interesse de iniciar um conflito pela linha, que poderia desgastar os dois lados e seus esquemas de funcionamento. Decidem, então, unir as duas cooperativas.

O que esta história revela é o modo de funcionamento desse mercado, que articula diferentes mercados de proteção dentro e fora dos poderes oficiais. A relação entre eles, contudo, é sempre diferente, dependendo da composição das alianças de cada grupo. Neste caso, os padrões do tráfico de drogas, como a polícia, aparecem apenas como parte da coerção ou da violência potencial que pode ser mobilizada, mas completamente submissos às vantagens que a regulação do mercado, organizada pelos funcionários do poder público, poderiam manipular. Trata-se de um quadro complexo que, muito provavelmente, será diferente em cada região da cidade, dependendo sempre dos acordos e negociações que ocorrem segundo uma história local própria. Contudo, pelos dados organizados sobre os perueiros no bairro e na região e pela história local das atividades criminosas¹¹, é possível dizer que, de maneira geral, os acordos que permitiam o funcionamento do mercado do transporte clandestino eram fragmentados, difusos e muito circunscritos localmente. Não havia nenhum grupo que pudesse estabelecer uma hegemonia completa sobre os outros. Nada que indicasse uma organização de maior envergadura, com ligações sólidas e estruturadas, que pudesse ser pensada sob o título de “crime organizado”. De outro lado, nos níveis superiores dos mercados de extorsão, ligados diretamente aos políticos e sua influência em relação aos fiscais, traços mais generalizáveis pareciam ganhar contornos mais claros. A fragmentação e o improvisado dos acordos nos níveis mais baixos do mercado de proteção contrastam com a maior articulação, em nível metropolitano, da organização partidária.

O mercado de proteção das linhas é um procedimento que alimenta as chamadas “ligações perigosas” (MISSE, 2006), constitutivas das soluções violentas que ocorrem nas periferias. Mas as relações com o tráfico, por acordos de palavra entre pessoas que moravam no mesmo bairro, não parecem ser exatamente o centro do problema da violência constitutiva deste mercado. As negociações que se passavam entre os fiscais e a política partidária, estas sim, realmente perigosas, explicam muito mais como este mercado do transporte clandestino se estruturava e poderia produzir desfechos violentos.

As considerações feitas na introdução podem aqui ser demonstradas concretamente, ou seja, uma analítica do poder feita a partir de uma descrição da formação e construção dos poderes de governo, mais precisamente, pensando as margens e suas práticas como produto de um campo de poder e disputa dado pela incidência dos instrumentos da gestão pública. Em primeiro lugar, o processo de metamorfose da CMTC em SPTrans; em segundo, as atividades das entidades associativas dos trabalhadores do transporte clandestino, tudo sendo feito no campo produzido pela ação da prefeitura. No centro, a produção de uma demanda do transporte clandestino via a privatização da antiga empresa pública. De um lado a regularização da categoria junto à SPTrans por meio de acordos clientelísticos e a negociação da liberação das peruas apreendidas através da corrupção dos fiscais; de outro, a proteção organizada pela associação de membros da Câmara municipal com o tráfico de drogas ou a polícia. Nada disso se faz paralelamente ao poder municipal, mas, sim, em convergência e no raio de ação delimitado

11 Em minha tese exploro a análise da do tráfico local. Ver : HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado apresentada no programa de pós graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.

por este. Se estes pontos não são suficientes para convencer o leitor das proposições contidas na introdução, talvez a clareza em que isto ocorre no caso do processo de regularização total deste segmento, a sua formalização, possa satisfazer os mais exigentes.

O processo de regularização do transporte clandestino

A “guerra contra a máfia dos perueiros”

Na primeira parte, procuramos mostrar como a escolha de novos instrumentos da ação governamental e a criação de uma nova rede técnica – social, transformou a CMTC em SPTrans e produziu um campo de práticas em que o transporte clandestino figura como elemento central; agora pretendemos demonstrar como esse mesmo campo é reconfigurado novamente no momento da formalização do setor, uma segunda etapa de um mesmo movimento de transformação da atuação governamental frente ao setor de transportes coletivos.

Como foi discutido acima, a explosão do transporte clandestino poderia ser explicada pela concorrência com o sistema formal, dada a maior eficiência daquele em quatro pontos fundamentais. Primeiro porque estas empresas privadas não conseguiam ou não se interessavam em garantir uma oferta de ônibus suficiente para a demanda de passageiros, o que ocasionava a superlotação dos ônibus que circulavam em algumas linhas e carência em outras. Segundo, as linhas criadas pelos perueiros eram mais cômodas para os passageiros, porque circulavam em trechos mais próximos de suas moradias. O fato de ter transporte a poucas quadras de casa era vista como grande vantagem, considerando que, anteriormente, tinham de andar alguns quilômetros até a avenida principal mais próxima. Terceiro, o transporte clandestino oferecia itinerários alternativos muito mais rápidos e vantajosos para a circulação pela cidade. Os perueiros transitavam por caminhos que muitas vezes contornavam as grandes avenidas e os congestionamentos, percorrendo trajetos mais curtos e viagens menos demoradas. Ainda existia uma prática impensável em relação ao sistema de ônibus: o motorista podia improvisar caminhos mais rápidos, de acordo com o interesse do passageiro, ou, no caso de lotação máxima da perua, evitar pegar outros passageiros. Quarto, a passagem era vendida a quase metade do preço da do ônibus. O custo do transporte, item importante, já que equivale a uma grande parte do orçamento familiar. Esses elementos são, dentro deste conjunto de fatores que compõem a oferta de transporte, as causas da queda do número de passageiros por veículo nas empresas formais, de mais de 800.000 em 1990 (momento em que a CMTC era ainda a empresa operadora), para menos de 400.000 em 2000, dez anos depois (ZARATTINI, 2003).

O primeiro momento da reação dos empresários dos ônibus e da prefeitura, agora transformados em aliados estratégicos, foi o início de uma disputa conflituosa pelo transporte da cidade, que transformou o sistema em um caos e a cidade em um campo de batalha. Pressionada pelos empresários dos transportes, a prefeitura então lançou uma campanha, apoiada por grande parte da mídia, contra o transporte clandestino. O argumento principal dos empresários era que os perueiros praticavam uma “concorrência desleal”, pois não estavam submetidos a nenhum tipo de regulamentação, o que lhes permitia praticar preços mais baixos e, o que é interessante, serem mais “flexíveis” nos serviços prestados. A prefeitura, juntamente com a imprensa, denunciou outro aspecto da questão, a constituição de uma “organização criminosa” formada a partir do transporte clandestino. O transporte clandestino nunca foi bem visto pelos empresários de ônibus, pela prefeitura e pela grande imprensa, mas, anteriormente, fora razoavelmente tolerado. Nesse momento, contudo, estava no centro das preocupações destes poderosos atores da produção da cidade, sendo considerado o problema central na regulação

do transporte urbano dado o seu “vínculo evidente” com a chamada criminalidade organizada. Hernandez conta que os interesses dos empresários dos ônibus, da prefeitura e da grande imprensa produziam uma imagem ruim dos perueiros, que não conseguiam competir com esses poderosos.

Hernandes – *A gente tentava organizar politicamente os perueiros para pedir a regularização, isso que era os quebra-quebra as reivindicações. Todo mundo apanhava mesmo da policia na época. E depois diziam que a gente que era perigoso. No dia seguinte saía no jornal que a gente tinha feito isso e aquilo, que a gente era bandido. Só falavam isso.*

Autor – *Por que você acha que perueiro ficou com essa fama ruim?*

Hernandes – *Pela mídia. Os empresários pagam a matéria. Perueiro não tem condições de pagar matéria nenhuma. Qualquer coisa que acontece com perua é jornal, televisão, é tudo. Teve uma perseguição em Santo Amaro e o cara bateu numa árvore. Morreram dois, bastante gente se machucou. Só que era uma perseguição, o cara perdeu o controle bateu e levou a culpa sozinho. Cerca de 20, 30 dias atrás um ônibus entrou no terminal sem perseguição, sem nada, na Vila Mariana. Matou duas pessoas no ponto de ônibus. O motorista falou que o ônibus estava sem freio há mais de uma semana e que estava freando só um lado. Quando freou o ônibus, foi para cima do ponto e matou dois.*

Ninguém falou nada no jornal, televisão.... Ninguém veio fazer um escarcéu. Se fosse perueiro! Porque perueiro é isso, aquilo, que o cara estava drogado, que tinha cheirado farinha, fumado maconha, é amigo de traficante, um monte de coisa. Eles vão lá e falam o que querem, faz propaganda para eles jogando o povo contra nós. Eles quer fazer a propaganda para os empresários e jogar o povo contra o pessoal da lotação. Isso não funciona. Quando a gente vê qualquer coisa errada, pode ser em qualquer linha, nós vamos atrás para saber o quê aconteceu. Se o cara tratou mal e se tratou mal a gente dá um gancho no cara e deixa ele 2, 3 dias sem trabalhar para aprender a respeitar o povo.

Os conflitos, iniciados no correr da década de 1990, realmente começavam a se tornar violentos na segunda metade da década. Nos anos de 2000 e 2001, uma grande operação para reprimir o transporte clandestino, que mobilizava fiscais e policiais (novos atores que entravam em cena), acirrou ainda mais a disputa pelas linhas e cria uma tensão muito grande. Nesse período, que coincidia com uma nova mandatária municipal, os perueiros se tornam realmente figura pública portadora da “ameaça à cidade”, sendo então declarada a “guerra contra o transporte clandestino na cidade”. Nesse momento, foi engendrada a imagem dos perueiros como poder paralelo, com o que se chamou “a máfia dos perueiros”, que sustentava a ideia de que esse grupo ameaçava a ordem instituída da cidade, com supostos vínculos com o dito crime organizado e justificava a atuação direta e imediata da polícia no setor. Os respeitáveis empresários dos ônibus, a prefeita, o secretário de transportes e boa parte dos jornalistas dos dois principais jornais do país, pronunciavam-se incansavelmente contra os perueiros. De outro lado, as organizações de perueiros fizeram grandes manifestações, bloqueando ruas e queimando ônibus, além de carreatas e passeatas em diversos pontos da cidade, na sede da prefeitura e na Assembléia municipal. Na mesma proporção em que a prefeitura realizava operações cada vez mais violentas, com fiscais e policiais, os perueiros respondiam por meio de grandes manifestações, criando um clima de tensão em toda a cidade. São Paulo se torna palco da disputa entre a prefeitura, os empresários dos ônibus e o transporte clandestino¹².

12 Foram muitos os capítulos de confrontos entre os perueiros e os fiscais da SPTrans e da polícia. Um desses confrontos, durante uma manifestação em frente à sede da prefeitura, acabou com alguns feridos, entre perueiros e policiais, assim como outros incidentes similares nos bairros, onde muitas vezes a passagem dos ônibus era

A “guerra contra o transporte clandestino” mobilizou recursos estatais diferentes daqueles do “New Public Management”, principalmente com o uso da força coercitiva policial, instrumento do poder soberano estatal. Trata-se aqui de uma composição de dois instrumentos da ação pública heterogêneos entre si, um de gestão e outro de coerção, mas que parecem articular-se de maneira precisa. Nesse momento de uso da coerção, todos os esquemas de extorsão foram muito desestabilizados e, de modo geral, já não havia mais nada que pudesse garantir seu equilíbrio de forma mais duradoura. O jogo da proteção estava submetido à decisão de mudar radicalmente a forma de organização deste mercado. A reestabilização, agora sobre outras bases, foi realizada em grande parte ao processo de regularização, capítulo final do confronto entre perueiros e prefeitura. Aqui também, o quadro será descrito e analisado pensando a formação e construção do Estado, ou seja, o uso de novos instrumentos da ação pública e a sobreposição dos mercados de oferta dos serviços prestados e de proteção, articulação de dimensões econômicas e coercitivas.

Mercadoria política 2 - Partidos e o Partido

Nesse momento, conjugada com a política de repressão da “guerra contra o transporte clandestino”, o poder municipal lança mão do “Novo Sistema de Transporte”, primeira grande ação da nova agência reguladora do transporte, a SPTrans¹³. Trata-se de três medidas estruturais: a implantação definitiva do dispositivo da catraca eletrônica, através do chamado bilhete único; a operação em redes locais, estruturais e centrais a partir da divisão da cidade em oito áreas; e a formação das cooperativas formais de *vans* cadastradas na prefeitura, formalização do setor clandestino. Estas três medidas completam a criação de todo um novo sistema de transportes rodoviário da cidade. Entre a criação da SPTrans e a regularização dos perueiros, todos os critérios do modelo de bom transporte urbano terão sido completados, e os instrumentos de ação neste setor passam a funcionar de maneira em perfeita sintonia com a doutrina do “New Public Management”. A relação desse fato e a dos grupos de poder que passaram à condição de hegemônicos na cidade é o objeto dessa segunda parte.

O bilhete único, implementado em 2004, é um cartão eletrônico que permite a livre circulação entre os ônibus e as recém-criadas *vans* regularizadas (que vieram a substituir as peruas) por um período de duas horas pelo preço de uma única passagem. Esse dispositivo tecnológico acabava com as vantagens do transporte clandestino: de um lado, retirava, o benefício dos trajetos mais curtos das peruas, porque criava outras estratégias de circulação pela cidade, na medida em que o passageiro passa a circular de acordo com seu interesse pessoal, utilizando as linhas da maneira que lhe for mais vantajoso. Isso se dava, não pela ampliação da rede, mas via uma melhor integração das linhas já existentes, que o bilhete permitia, no limite dessas duas horas. Por outro lado, a concorrência de preços do transporte clandestino cai por terra, porque estas estratégias reduziam o custo por viagens realizadas. Se, antes, as peruas tinham vantagem no custo da viagem unitária, agora, podendo circular em diversos ônibus com o valor

bloqueada nos terminais. Hernandez conta um caso em que um perueiro foi perseguido por policiais que atiraram contra a perua, que acabou colidindo contra um muro, e muitos outros, de perueiros mortos em perseguições. Como ele relata, os policiais “na frente de todo mundo” colocavam um revólver calibre 38 na perua e diziam que o perueiro é que tinha atirado primeiro. Em 2002, o clima de desordem e violência resultou na morte de três fiscais da SPTrans em circunstâncias ainda pouco conhecidas, fato noticiado com muito destaque durante semanas nos jornais. Além de toda essa violência, o que talvez seja mais grave, é ter sido os perueiros associados com o crime, o que justificou uma intervenção por parte da polícia no conflito.

13 Disponível em : <http://www.sptrans.com.br>. Acesso em: 2010.

unitário de um único bilhete, o custo total era reduzido consideravelmente. Mas o efeito mais importante do bilhete único foi de obrigar a regularização do transporte clandestino, porque, para usufruir desse benefício, os passageiros só poderiam utilizar veículos com a catraca eletrônica, dispositivo tecnológico de que somente a frota regular dispunha.

Isto significava fazer parte de alguma cooperativa autorizada pela Prefeitura. De fato, com a implementação do dispositivo eletrônico, e a quebra das vantagens na concorrência dos perueiros com o transporte oficial, todas as pequenas cooperativas informais começaram a disputar qual seria a cadastrada oficial da prefeitura. A cidade foi dividida em oito áreas, cada qual com a sua cooperativa cadastrada, e, ainda que o discurso dos técnicos da prefeitura anunciasse a descentralização do transporte, com a divisão em oito áreas, as muitas cooperativas informais foram reduzidas a oito. A cooperativa de Hernandez, apesar de ser antiga e ter muitos associados, foi preterida pela licitação na região da zona sul de São Paulo. Ele foi então obrigado a entrar na cooperativa escolhida, que a partir da incorporação de perueiros de diversas cooperativas que desapareceram, se tornou a maior da cidade, com quase 1350 vans e cobrindo a maior parte da Zona Sul de São Paulo.

A estrutura dessas grandes cooperativas é muito diferente das antigas cooperativas informais. Ainda que o estatuto jurídico de cooperativa suponha igualdade entre os associados, na prática, os antigos perueiros agora são apenas funcionários de uma empresa que avalia a sua performance. O presidente da cooperativa não é mais um líder que centraliza as relações dos associados com a prefeitura, como no caso de Hernandez, mas sim um empresário que tem o controle da empresa, sendo mesmo superior aos outros membros da diretoria. O que isto mudou em um primeiro momento para esses trabalhadores? Em primeiro lugar, foi preciso comprar um micro-ônibus credenciado pela prefeitura. Para isso, a prefeitura, em parceria com uma montadora, abriu uma linha de crédito para a compra de veículos novos, a chamada “renovação da frota”. Hernandez conta:

Os bancos já estavam facilitando pra nós, já podiam acreditar na gente. Quando você prova que é legal mostrando o cadastro, o financiamento sai na hora. Eu fui num dia na concessionária e no outro o meu crédito já tinha sido aprovado, eu nem acreditava... Foi esse acordo deles com a prefeitura aí...

O veículo já vinha equipado com a catraca eletrônica, e, com ele, uma nova maneira de operar se impunha aos motoristas dos micro-ônibus. O improvisado das rotas e a negociação com os passageiros foram substituídos por um sistema muito mais eficaz de controle de cada veículo. As negociações com os fiscais também deixaram de existir, porque o sistema eletrônico prescindia de acordos, que poderiam causar mal-entendidos entre os funcionários. De fato, não havia como negociar com o sistema computadorizado.

Hernandes: *O que a prefeitura pensou? Já que é um mal necessário, vamos pelo menos controlar estes caras. Agora a prefeitura sabe onde está todo mundo. Hoje eu faço parte do sistema de transporte de São Paulo, o prefeito sabe que eu estou trabalhando lá. Não é mais que ninguém sabe que a gente tá aqui, hoje a gente está legalizado: tem validador, tem um número na SPTrans, ela vai te achar lá, te fiscaliza, te prende, te lacra a catraca, vistoria o teu carro, hoje a gente faz parte mesmo do transporte de São Paulo, a gente se incorporou na cidade.*

Autor – *Mas você acha isso melhor?*

Hernandes – *É... Antes você fazia o que você queria. Hoje a SPTrans, ela sabe, ela tem o seu carro, tá cadastrado, e eletronicamente eles sabem cada bilhete que entra em cada linha.*

Autor – Mas como eles sabem isso?

Hernandes – Esse validador é um computador, cara, é via satélite, ele localiza a perua. Eu não sei, mas dizem que tem até um sistema GPS aí dentro.

Autor – Ah, mas vocês nem sabem como funciona isso aí na verdade?

Hernandes – Não é que agente não sabe, a gente não tem certeza se ele consegue localizar o carro na rua, tava nos planos do que eles disseram. Mas o controle do dinheiro eles sabem. Hoje o que você faz é descoberto, pra cada lugar que você trabalha tem que programar isso aí...

De fato, pouco importa se o mecanismo funciona como prometido pela prefeitura ou como especulam os motoristas. Já é muito bem conhecida esta estratégia, em que o visível e verificável produz um controle muito eficaz: imaginando-se vigiado, quase não há necessidade de sê-lo efetivamente. Mas uma coisa os motoristas têm certeza: independente da maneira como o sistema controla as suas ações, o volume de dinheiro que um micro-ônibus arrecada é muito superior ao das antigas peruas, e o salário que recebem é muito inferior ao que ganhavam como autônomos. Segundo Hernandez, cada micro-ônibus consegue transportar, por dia, oitenta pessoas em cada viagem, que confere uma média de setecentas pessoas. Do montante arrecadado, uma porcentagem (cerca de 50 %) é retida na SPTrans, para as obras viárias necessárias; o restante é repassado para a cooperativa. A cooperativa desconta uma tarifa de administração e a taxa de associado. O que sobra, é repassado para os motoristas, donos dos veículos, que ainda têm que arcar com os custos de manutenção, eventuais consertos do automóvel, combustível, além da parcela da compra do automóvel financiada. Hernandez diz que, apesar de arrecadar mais agora do que quando clandestino, o custo de operar legalmente faz com que ele ganhe menos que antes.

Na verdade, a gente faz mais dinheiro agora, o meu micro-ônibus carrega 80 pessoas! Mas, proporcionalmente, a gente ganha muito menos. E ainda tem a cooperativa, tem taxa de adesão, mensalidade, isso dá quase 1.000 reais por mês. O nosso custo hoje é muito alto.

Todos os custos do carro ficam para os perueiros. Tem colega nosso que é motorista, gente que tinha carro. Imagina quantos fios, lâmpadas, válvulas pneumáticas, o quanto a gente paga de diesel... A gente carrega muita gente. O pior é que os cálculos não são claros, a gente sabe... é complicado.

A cooperativa, por sua vez, realiza investimentos suntuosos em sua garagem. Segundo contam os perueiros, o terreno custou cinco milhões de reais, e a construção de todos os prédios e a infraestrutura, mais de sete milhões. Considerando essas condições em que esses trabalhadores são submetidos, era difícil entender como, os antes combativos perueiros, que muitas vezes, enfrentaram prefeitos diversos, agora se conformavam com tal situação. É verdade que o estatuto de cooperativas não configura uma relação trabalhista, portanto, a diretoria e o presidente não poderiam ser denunciados na justiça do trabalho. Apesar de este enquadramento jurídico ser estratégico, quando os perueiros eram clandestinos, o enfrentamento com a prefeitura também não podia ser organizada na forma convencional das disputas sindicais, logo, eles também não estavam amparados pela lei e pelo direito. Suas reivindicações nunca se manifestaram pela forma de greve, mas, sim, por pressão de manifestações e bloqueios do sistema de transporte. Em uma conversa com Hernandez essas circunstâncias foram esclarecidas.

Autor – Naquela época vocês brigavam muito mais...

Hernandes – É, porque antigamente todo mundo era unido. Se você trabalhava no transporte coletivo é porque você precisava trabalhar. Não tinha outra coisa pra você fazer. Todo mundo se conhecia e todo mundo trocava ideia com todo mundo, então, todo mundo falava e sabia quem era legal, o que aconteceu. Então começou a colocar muita gente pra trabalhar e começou a se afastar do sistema, entendeu?

Autor – Não.

Hernandes – Depois que começou a regularização os caras se afastaram. Quando começou a licitação tudo bem, mas as coisas foram mudando. Aí podia colocar motorista pra trabalhar, foi se afastando. Foi saindo os caras e foi sobrando só... O pessoal daquele tempo foi saindo.

Autor – E aí?

Hernandes – Foram montando o sistema em outras cidades, mas, como começou? Porque começou? O pessoal agora não sabe a história, não sabe que podia ser diferente...

Autor – Mas não receber o dinheiro do trabalho podia ser motivo pra não aceitar, porra, porque não consegue tirar os caras que tão aí, agora, eu não entendo...

Hernandes – Não consegue porque ninguém se une, porque é o que eu tô falando pra você, os cara que tão aí, tão por tar..

Autor – Porque naquela época os caras se uniam e agora não?

Hernandes – É porque os caras acham que o negócio é só trabalhar e os caras até esquece, os cara acham que trabalhar é o suficiente. Hoje tem muito mais carros, é só fazer reunião e ver o que tem que fazer, mas ninguém tá aí pra nada.

Autor – Mas não dói no bolso deles?

Hernandes – É, no meu dói pra caramba.

Autor – Mas então não é trabalho, porra, tá pegando no bolso dos caras, como é que é isso?

Hernandes – É, os caras sabem, mas agora ninguém tem mais coragem... por mim eu teria feito alguma coisa, deixa o carro parado, já tinha resolvido a parada.

Autor – Pra mim ainda é muito estranho essa historia.

Hernandes – Porque é estranho?

Autor – Porque no momento que era mais difícil, todo mundo irregular, era unido. E hoje, que tá regularizado... não é estranho?

Hernandes – É... mas os cara têm medo. Mas é que tem duas coisa, ou os caras te queima e te tiram do sistema, porque agora é um consórcio, a gente é empregado da cooperativa. Quem ganhou a licitação foi a cooperativa, antes era individual, agora só a diretoria ganha, o pandora foi mais esperto, entendeu?

Hernandes – Ele é o dono da linha, antes o coordenador não era dono da linha, e tem mais...

Autor – Então, mas aí eu quero saber mais uma coisa. Na época que todo mundo era irregular tinha já essa história de bandidagem, você mesmo quase morreu duas vezes, então, não é isso que faz as pessoas terem medo, não é?

Hernandes – Lógico que é, porque agora o dinheiro é recolhido em uma mão só, é muito mais dinheiro, então é mais perigoso, entendeu? O carro é maior, é mais difícil tudo isso entendeu?

(Desligo o gravador e ele começa a falar sobre o PCC.)

A transformação das cooperativas vai muito além de sua estrutura empresarial, como apontado desde o início do texto, o interesse é a relação entre a nova gestão dos transportes e os grupos de poder que estruturam o mercado. De fato, “novos personagens entram em cena”, sendo dois muito importantes: a “nova esquerda” de São Paulo e o PCC¹⁴.

Hernandes afirma que a licitação das cooperativas oficiais ocorreu sob circunstâncias um tanto quanto obscuras, sendo realizada a partir de critérios “políticos”, ou seja, a partir da ligação de cada cooperativa com pessoas ligadas ao grupo da prefeitura da cidade. Dentre as muitas cooperativas existentes na área de Hernandez, a escolhida foi a de um amigo de um vereador do partido da prefeita e do então secretário de transportes, cuja influência na região sul é muito conhecida. Este grupo de vereadores e administradores ligados à mandatária municipal na época mantinha influência de uma ponta à outra da linha de Hernandez: na região mais ao sul, ao lado da represa da Guarapiranga, eram poderosos grileiros de terras localizadas em áreas de mananciais; na outra ponta, junto ao subcentro da zona sul, em Santo Amaro e no largo Treze de Maio, concentrava-se um dos maiores efetivos eleitorais do partido da prefeita, isto já consolidado historicamente através da atuação deste grupo de vereadores, que na verdade eram a base do governo. Esse grupo, que nos últimos dez anos se consolidou como o mais forte do partido em São Paulo, conseguiu esta hegemonia, em grande parte, graças a práticas diferentes das do grupo antigo, cujo representante mais poderoso, pela direita clientelista, era o vereador que apoiava a cooperativa de Hernandez, como, também, pela esquerda militante, pessoas oriundas das mobilizações dos anos oitenta, cujo trabalho de base foi sempre importante nesta região da cidade.

Essa disputa foi interna ao partido, já que este grupo surgiu dentro da própria esquerda. Não é o caso aqui de se estender acerca dos episódios, durante toda década de 1990 que se desenvolveram internamente ao partido, mas seria importante destacar as duas principais. Em primeiro lugar, este grupo ‘assediou’ de forma insistente os principais assessores da antiga liderança da esquerda do bairro, conseguindo convencer esses a se transferirem para o grupo deles em troca de uma remuneração fixa. É sabido que, uma das dificuldades da militância sempre foi a falta de remuneração que prejudicava a dedicação integral aos assuntos do partido. Com uma remuneração fixa, a possibilidade de atuação exclusiva estava aberta para estes assessores. Em conversas com alguns destes assessores, muito confessavam estarem cansados de não conseguirem manter as despesas domésticas e, como o grupo da prefeita ganhava importância e fazia parte do mesmo partido, não hesitaram muito em mudar, apesar de preferirem continuar com o líder dos professores. Em outro momento, nas eleições para o diretório zonal, o grupo ainda utilizou uma estratégia mais ousada. Mobilizaram uma grande quantidade de pessoas para se filiarem ao partido algum tempo antes da eleição e, garantiam o transporte destas pessoas com as peruas. Ao discutir com algumas pessoas que faziam parte do grupo de esquerda do bairro, muitos me contaram que não era desprezível a quantidade de pessoas que não votavam nas eleições do diretório zonal por não terem dinheiro para chegar até o lugar da votação. O fato é que uma das pessoas do novo grupo acabou eleita como presidente da zonal.

Se o grupo ligado à esquerda foi quase inteiramente vencido pela aplicação volumosa de dinheiro dentro das redes partidárias já existentes, as práticas do velho clientelismo foram vencidas com as novas redes profissionais que mobilizavam o crime, especificamente o PCC, grupo que, na época, já predominava nas prisões do estado de São Paulo e iniciava uma organização no lado de fora do sistema prisional. Em primeiro lugar, as cestas básicas que or-

14 A relação com os partidos políticos e os grupos criminosos não é central para o argumento desse artigo. Uma descrição mais detalhada desses atores pode ser encontrada em minha tese. Ver: HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.

ganizavam parte das atividades clientelistas da direita passaram agora a ser organizadas por parentes dos integrantes do PCC em suas áreas de influência. É verdade que na maior parte das vezes, foram as mesmas as pessoas que realizam a distribuição, assim como grande parte das famílias que recebem o benefício. Na verdade, houve até um acréscimo das famílias beneficiadas. Quanto às ajudas eventuais prestadas pelas peruas, passam a ser utilizadas, agora, de forma mais constante e contínua. Principalmente em programas de fim de semana, como visitas ao Sesc e a alguns parques municipais, lugares mais apropriados para as crianças se divertirem do que os disponíveis no bairro. As equipes de futebol também utilizam essas peruas quando vão jogar em lugares distantes do bairro.

Da mesma maneira, a pessoa responsável pela cooperativa que ganhou a licitação era uma figura muito conhecida em toda a região pelas suas ligações com o PCC. As informações sobre o presidente dessa cooperativa são muito difíceis de serem levantadas, assim como seus vínculos com o PCC, mas, pode-se afirmar com certeza, que, sob a sua presidência, o grupo começou a fazer parte do mercado de transporte coletivo. Pelo que foi possível apurar, isso ocorreu porque o PCC seria a única organização capaz de oferecer proteção em nível metropolitano. Com o sistema local de transportes dividido em oito regiões, os pequenos pontos de drogas não teriam mais condições de oferecer o serviço, porque o seu raio de atuação era muito circunscrito. O PCC, como única organização em escala metropolitana, pela abrangência de seu poder na cidade, conseguiria realizar esta função.

Mas a questão mais importante, que explica a entrada desses “novos personagens” era o enorme volume de dinheiro arrecadado pelas cooperativas, mais precisamente, pela maneira como o repasse é realizado. Antes da catraca eletrônica, as passagens eram pagas em espécie ou em vale-transporte. Como o vale-transporte era trocado por dinheiro na prefeitura, esse pagamento tinha como único destino os proprietários das peruas. Após a criação do bilhete único, o dinheiro se tornou um informação, que é recolhida na prefeitura, e, apenas uma parte, cerca de cinquenta por cento, é repassada às cooperativas, via SPTrans. Por sua vez, as cooperativas pagam aos perueiros uma parte desse dinheiro, já que a outra é retida para o funcionamento da sua estrutura. O fato é que os perueiros dizem receber muito menos do que quando eram autônomos e o montante retido na cooperativa não tem um controle transparente, podendo ser utilizado livremente. Nesse negócio, o PCC e os vereadores negociam a parte desviada do dinheiro para campanhas eleitorais ou atividades criminosas¹⁵. A divisão dos lucros proveniente das cooperativas passou a ser realizada entre estes dois grupos poderosos¹⁶. O que é importante destacar é que a regularização acabou por reestruturar todos os agenciamentos locais, que agora não mais passam pelo improvisado, mas, sim, por acordos muito mais organizados e com ligações ainda mais perigosas. A partir do momento em que todos os perueiros foram obrigados a se filiar a esta cooperativa para continuar a trabalhar, foram obrigados também a se submeter a uma estrutura diferente. O partido ganha, o presidente da cooperativa ganha, o PCC ganha, mas os perueiros, agora, apenas sobrevivem.

15 Essas denúncias são lugar comum entre os perueiros e, um antigo diretor da cooperativa me relatou que chegou a ver os “pacotes de dinheiro” sendo desviados do caixa da cooperativa e entregues a políticos e pessoas que supostamente faziam parte do PCC.

16 É o lugar onde recentemente estourou o chamado “escândalo da garagem 2”, onde que o dinheiro das peruas supostamente teria sido usado para promover o resgate de um líder do PCC em Santo André, cidade da grande São Paulo. As suspeitas de financiamento eleitoral não ganharam muito destaque nos jornais, sendo uma atividade que aparece de forma mais discreta nas reportagens.

Considerações finais

Talvez seja uma das estratégias políticas mais bem elaboradas na história da cidade. Para se ter uma idéia, o volume de passageiros locais registrados passa de 109 milhões em 2001 (antes de regularização) para 964 milhões em 2005 (depois da regularização) (ZARATTINI, 2003). Isto porque, ao incorporar, por meio das cooperativas oficiais, o efetivo do transporte clandestino, a oferta de transporte oficial passou a cobrir a demanda de passageiros de maneira mais efetiva, inclusive a demanda local, onde os perueiros atuavam mais fortemente. Do ponto de vista da eficácia de uma política de mobilidade urbana, os resultados são incontestavelmente positivos. De outro lado, a transformação dos instrumentos governamentais de regulação dos serviços de transporte na cidade reorganizou também as formas pelas quais a apropriação da renda ligada as necessidades de deslocamento se realizavam: a formalização reconfigurou os grupos que disputam a extração dessa renda dentro e fora do ordenamento estatal, concentrando e centralizando o mercado dos bens políticos em dois grandes grupos.

Do ponto de vista sociológico, o que interessa aqui é menos a denúncia desses fatos e mais a percepção de todo um mundo social que vai sendo construído e se transformando nestas interfaces do mundo legal/ilegal, informal/formal, regulações estatais e extralegais (TELLES; HIRATA, 2007). Concretamente, a passagem dos perueiros da condição de informalidade para a formalidade intensificou a articulação entre essas dimensões, concentrando o poder em grandes grupos situados dentro e fora do ordenamento legal. O impacto do processo de regularização se apresenta, neste caso, com maior clareza. A profissionalização do setor, incitada por meio de técnicas e doutrinas da “New Public Management”, visava o controle e eficiência do sistema, mas tem como desdobramento a profissionalização dos esquemas de proteção, corrupção e extorsão e a desmobilização dos combativos perueiros. De toda maneira, são as duas faces da profissionalização do setor: centralização e concentração dos mercados de oferta dos serviços prestados e dos esquemas de proteção. É nesse sentido que é possível retomar e enfatizar a importância da distinção analítica da *formação* e da *construção* do Estado tal qual foi definido na introdução do texto (HIBOU, 1998), ou seja, a formação de um aparelho de controle e regulação dos serviços urbanos e as negociações e disputas dos grupos que constroem o Estado são as duas dimensões que me parecem fundamentais para uma antropologia política do Estado. A tentativa desse texto foi esboçar, em linhas gerais, as transformações das formas de regulação urbana do transporte através da utilização de novas técnicas de gestão pública, assim como a dinâmica dos grupos que disputam e negociam o poder estatal e as formas de extração da riqueza desse setor específico. Dessa maneira, o objetivo foi destacar os efeitos e conseqüências sociais, econômicas e políticas dessa contínua construção e formação do que chamamos “O Estado”.

Nesse sentido, e, para concluir, a idéia de “poder paralelo”, “mafioso” ou do “crime organizado”, poderia ser substituída pela de “poder convergente”, se considerarmos a maneira pela qual o mundo oficial e as suas regulações extralegais estão imbricadas e estruturam o funcionamento de todo esse mercado de serviços e de proteção ligadas ao transporte. A regularização, que em seu programa visava combater a “máfia dos perueiros”, na prática um conjunto de grupos desorganizados e informais, pouco articulados, efetivamente ajudar a criar algo mais estruturado em grandes organizações legais e ilegais, integradas formalmente no ordenamento estatal, e com grande concentração econômica a política. Paradoxalmente, o que se propunha combater foi, efetivamente, o que se produziu.

Referências

- BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. *Viação Ilimitada*. São Paulo, Cultura Editores Associados: 1999.
- DAS, Veena ; POOLE, Deborah. *Antropology in the margins of the State*. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.
- DESROSIÈRES, Alain. Historiciser l'action publique : L'État, le marché et les statistiques. In: LABORIER, Pascal ; TROM, Danny. *Historicités de l'action publique*. Paris : PUF, 2003. p. 207-221.
- DESROSIÈRES, Alain. *Gouverner par les nombres*. Paris: Presses de l'École de Mines, 2008.
- EPSTEIN, Renaud. Gouverner à distance: quand l'État se retire des territoire. *Revue ESprit*, novembro, 2005. p.96-111.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- GUPTA, AKhil; SHARMA, Aradhana. *The Anthropology of the State*. Oxford, Blackwell Publishing: 2006.
- HACKING, Ian. Making up people. *London Review of books*, v. 28, n. 16, p.161-171, 2006.
- HIBOU, Beatrice. Retrait ou réploiement de l'État. *Critique Internationale*. v.1, p. 151-168, 1998.
- HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2010.
- HOOD, Christopher. The "New Public Management" in the 80's. Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, v. 20, n.2-3, p. 93-109, 1995.
- LASCOUMES, Pierre; LE GALÉS, Patrick. *Gouverner par les instruments*. Paris : Presses de la fondation nationale de sciences politiques, 2004.
- MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Lumen Júris, 2006.
- TELLES, Vera; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, informal e o ilícito. *Revista Estudos Avançados*, v. 21, n.61, p. 171-191, 2007.
- _____. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, v. 22, n. 2, p.39-59, 2010.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- ROSE, Nicolas; MILLER, Peter. *Governing the present*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- ZARATTINI, Carlos. Circular (ou não) em São Paulo. *Revista Estudos Avançados da USP*, v.17, n. 48, p. 185-201, 2003.

“Isso não é um cachimbo”: sobre usuários de crack, seus artefatos e suas relações¹

Taniele Rui²

Resumo: Focando no objeto mediador necessário ao consumo de crack, o cachimbo, viso, neste artigo, articular relações sociais e materiais concernentes a esse universo. A partir deste artefato, boto em relevo a atuação das políticas de redução de danos e suas diferenças e divergências diante da abordagem policial. Indico também a relevância das suas composições para a identificação de uma cena de uso e, principalmente, problematizo as fronteiras que ligam, mas também separam, pessoas e coisas.

Palavras-chave: cachimbos, usos do crack, “etnografia das coisas”.

Abstract: In this paper, my main attention is on the *pipes* of drug users. My intention is to articulate the social and the material relationships that compose this universe. Through this artifact, I pay attention and compare harm reduction policies and public security policies. I also show the importance of this object to identify a use scene and, finally, I put in question the borders between people and things.

Keywords: pipes, crack, “ethnography of things”.

1 Agradeço imensamente às Profs. Dras. Heloísa Pontes, Maria Filomena Gregori e Rosana Pinheiro Machado, bem como à colega Magda Ribeiro; as quatro são as maiores incentivadoras desse projeto de tomar os cachimbos como objetos de análise. À Rosana Pinheiro Machado agradeço, ainda, a possibilidade de apresentar e discutir uma versão inicial do texto no V ENEC, que foi depois reformulada para comunicação no Seminário *Tráficos, violência urbana e o consumo de psicoativos*, realizado na Faculdade de Saúde Pública da USP em novembro de 2010. Sou grata também à Clarissa Rahmeier por me enviar seus textos e ao prof. Dr. Omar Ribeiro Thomás, com quem tive o privilégio de discutir o livro de Sonia Silva (2004).

2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Unicamp, bolsista FAPESP, tanielerui@yahoo.com.br

*Em uma roda, Vivian, o namorado e mais um homem preparam os seus cachimbos num “mocó” na linha. Com muita concentração esfrelam a pedra e a acomodam em cima das cinzas de cigarro, num cachimbo feito por eles mesmos. O de Vivian foi confeccionado a partir de um cano de PVC marrom, o do seu namorado a partir de um isqueiro cortado ao meio. O do terceiro homem foi produzido com uma lâmpada: ele havia feito um furo na parte mais cilíndrica dela e, em cima, tendo tirado o seu bocal, depositava as cinzas e a pedra. Um dos redutores se interessa por essa feitura incomum e fala: “deixa eu ver o seu **Bóris**?”. O homem olha com um aspecto assustado de quem fica surpreso diante do fato de saber que o redutor compartilhava da sua forma de nomear o cachimbo e prontamente o oferece para observação. O redutor elogia a feitura e diz a ele que seria mais interessante se conseguisse colocar água dentro do Bóris e o adverte: “a borra do cachimbo faz muito mal para o corpo. Se você colocar água, ela se dissolve, daí você não fuma isso, entendeu?” (Caderno de Campo, Campinas, 10/03/2009)*

A situação acima, ocorrida já no segundo dia de pesquisa de campo, foi a primeira de muitas semelhantes presenciadas ao longo do meu trabalho de campo junto a usuários de crack das cidades de Campinas-SP e de São Paulo³. Era uma terça-feira, por volta de quatro horas da tarde. Sete pessoas: três usuários de crack, três redutores de danos e eu. Os três primeiros preparavam o crack e o fumavam, enquanto os redutores ofereciam materiais educativos de prevenção aos possíveis danos decorrentes do uso da substância. Eu apenas observava. A feitura de um cachimbo até então incomum, produzido a partir de uma lâmpada, chamou a atenção do redutor, que pediu para ver o *Bóris*. Em fração de segundos, o olhar rápido dos dois, a um só tempo surpreso e cúmplice, despertou meu interesse. O cachimbo tinha nome, um nome próprio.

Como uma antropóloga avisada, já sabia – pela leitura dos textos Bourdieu e Delsaut (1975), Pina Cabral (2008), Pontes (2008) – que o nome identifica, referencia, comunica e, no auge da sua consagração, produz uma “curiosa contaminação de prestígio” em tudo e todos que estão ao seu redor. Ali, naquela linha de trem e naquela situação precária, não foi diferente. Saber o nome do cachimbo e partilhar de vocabulário tão cifrado garantiu ao redutor o privilégio não só de poder observar aquele objeto nas mãos, como também abriu portas para que suas ideias sobre saúde fossem transmitidas. Por um momento, partilharam um segredo e uma informação. Sete pessoas conversando sobre o cachimbo e o cachimbo pondo todos nós em relação.

O cachimbo é também o tema do texto em tela. Menos pelo que ele é e mais pelo que ele conecta⁴. A relação estabelecida entre esses usuários e os objetos mediadores do consumo da droga e o que essa interação informa acerca das relações sociais que configuram esse universo é o principal objetivo do texto. Pois é sobre os cachimbos que versam a maioria das minhas conversas com esses usuários, é em torno deles (e de seus usos higiênicos) que boa parte da política de redução de danos se assenta e, além disso, chamam atenção as apreensões policiais desses objetos, num processo metonímico para classificar seus portadores e justificar a ação dos órgãos de segurança pública. Como busco mostrar, uma análise mais atenta desses materiais também permite vislumbrar outros atores (como os comerciantes locais, representantes legais e mídia) participantes do complexo social e material do qual os usuários de crack são parte e, ainda, esses objetos e seus restos merecem atenção porque eles são inseparáveis

3 Mais especificamente, os dados apresentados foram recolhidos entre fevereiro de 2009 e novembro de 2010, junto ao então Programa de Redução de Danos (PRD) da cidade de Campinas e à ONG É de Lei, que realiza semelhante trabalho em São Paulo, na região que ficou conhecida como “craçolândia”.

4 Lição aprendida com Levi-Strauss que, no seu estudo sobre as máscaras, escreveu: “Fui incapaz de responder a todas estas interrogações enquanto não compreendi que, tal como os mitos, as máscaras não podem ser interpretadas em si e por si, como objetos isolados. [...] Nesta perspectiva, portanto, dever-se-á constatar que as funções sociais ou religiosas atribuídas aos vários tipos de máscaras que opomos para comparação se encontram entre si na mesma relação de transformação que a plástica, o grafismo, e o colorido das próprias máscaras, encaradas como objetos materiais.” (LEVI-STRAUSS, 1979, p. 15-16).

da constituição e identificação de uma cena de uso, são sinais que orientam a caminhada dos usuários, dos redutores de danos, de uns cem números de instituições assistenciais e religiosas, da polícia e, também, desta antropóloga. Enfim, ao falar do cachimbo, falo também do consumo de crack e mostro como ele está imerso em relações pessoais e sociais com coisas, lugares, pessoas, instituições e ideias⁵.

Seguindo o ensinamento de Appadurai (2008, p.17), o objetivo de centrar a atenção nos cachimbos é, sobretudo, *metodológico*. Assim como o autor, não tenho dúvida de que as coisas não têm significados afora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas. Contudo, essa “verdade formal”, diz ele, não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico. É por isso, para entender o que se passa, que Appadurai nos pede para seguir as coisas em si mesmas, pois os seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos e suas trajetórias. Ou seja, embora do ponto de vista *teórico* atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista *metodológico* são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social⁶.

Contudo, essa “verdade formal” não impede com que, em alguns casos, haja um trânsito de agência entre coisas e pessoas, dado que a agência, como afirma Gell (1998, p.16-19), é a capacidade de pessoas ou coisas incitarem relações sociais. O seu exemplo não poderia ser mais claro: uma garotinha que ama a sua boneca e que a tem como melhor amiga. Se a boneca e o irmão da garotinha estivessem se afogando, ela salvaria sua boneca? É claro que não. Mas o fato de ela saber que a boneca não é um ser humano não a impede de ter relações afetivas com ela. O mais importante é termos em conta que os objetos são seres sociais com os quais interagimos. Nesse sentido, o caso dos cachimbos a ser analisado na sequência se assemelha muito, usando os termos de Jackson (2004, p.19), “à forma como tendemos a incluir na nossa humanidade as coisas que nos são queridas, que nos acompanham nas dificuldades e incorporam as nossas memórias”.

E se em alguns momentos as coisas podem ser pessoalizadas, ainda é preciso considerar o fato não menos verdadeiro de que as pessoas também podem ser tratadas como coisas. Nas palavras de Silva (2004, p.36), “sermos pessoas implica sempre a possibilidade de sermos ignorados, esquecidos, esmagados, abandonados, postos de parte, maltratados, destruídos, como se fôssemos ninguém. O risco de nos tornarmos uma coisa está sempre presente”. Nada mais descritivo da realidade dos usuários de crack, cujas histórias de sofrimento não cabe aqui recuperar. Ainda assim, é de notar o contraste entre o pouco que falam sobre suas vidas e o muito que dizem e fazem com os cachimbos. Tal contraste não me parece aleatório. É assim, num contexto em que pessoas coisificadas interagem com coisas pessoalizadas, que a minha reflexão encontra espaço.

De agora em diante e partindo fundamentalmente de dados empíricos, pretendo mostrar como a inteligibilidade da experiência do uso de crack é inseparável da reflexão acerca desses cachimbos. O texto está dividido em quatro partes. Começo por mostrar como os cachimbos constituem e se diferem de acordo com a cena de uso, depois os apresento como insumos oferecidos pelos Programas de Redução de Danos (PRDs), em seguida parto para a noção de

5 É preciso aqui notar que esta análise é parte da tese de doutorado que venho escrevendo, focada nos usos e gestões do crack. Portanto, esta via analítica não substitui outras formas de adentrar na questão nem de observá-la. É apenas uma maneira de dar visibilidade a processos que poderiam ser igualmente vislumbrados a partir de outras perspectivas.

6 Um longo e complexo debate marca o modo como a antropologia aborda a relação entre pessoas e coisas, bem como o chamado mundo material. Não é o caso de retomá-lo. Para um panorama da questão, recomendo a leitura da entrevista que o antropólogo britânico Daniel Miller concedeu à Vianna e Ribeiro, publicada na Revista de Antropologia da USP (2009), bem como o número especial da Horizontes Antropológicos (v.13, n.28, 2007) dedicado ao assunto.

vínculo estabelecida entre profissionais de saúde e usuários e a fronteira da humanidade e, ainda, mostro exemplos de apreensão policial. Com tal movimento, espero contribuir com uma descrição mais acurada da complexidade desse universo.

Cenas de uso

Um dos trabalhos dos PRDs observados consiste, resumidamente, em ir até os locais de consumo de drogas e levar informações preventivas para os usuários. Para tanto, estão baseados em preceitos de cidadania e direito à saúde sem ter como foco o ideal de abstinência. Na cidade de Campinas, andei por muitos mocós, um termo que na linguagem nativa serve para indicar os becos, as casas abandonadas, linhas de trem, regiões específicas de bairros periféricos e galpões desocupados que garantem aos consumidores mais extremados de drogas como o crack uma certa privacidade e radicalidade da experiência. No caso de São Paulo, me centrei na região que ficou conhecida como *cracolândia*⁷, por agrupar grande quantidade de pessoas consumindo crack publicamente. Esta região é alvo de políticas de segurança, de saúde, assistenciais e urbanísticas.

Dois territorialidades, uma mais privada, outra mais pública, têm implicações bastante significativas no consumo e na relação com os cachimbos.

Em muitas das visitas que fiz na cidade de Campinas, eu e os redutores levávamos cerca de quarenta minutos a uma hora e meia de ônibus ou a pé para chegar aos locais e, ao fim, era frequente encontrá-los vazios. Nesses espaços, a um só tempo repudiados e excessivamente vigiados pelo poder público, mas que proporcionam privacidade no consumo da droga, o que se vê, além de materiais de construções abandonados, são muitos papéis que embrulham o crack, palitos de fósforo, isqueiros, restos de alimentos e de roupas, cobertores, cartões telefônicos usados para a separação das porções de crack ou cocaína, alguns tocos de madeira que usam para sentar, latas de alumínio grandes que servem de apoio para preparar e separar o crack, latas de refrigerante e embalagens de iogurte usadas como cachimbo, excreções humanas e lixo, muito lixo. A constante ida a esses lugares re-orientou minha forma de caminhar pela cidade, a minha “enunciação pedestre” (De Certeau): passei a andar de cabeça baixa, olhando para o chão, procurando papéis quadriculados verdes e pretos, cápsulas de embalagem de cocaína, restos de alumínio e de materiais que pudessem formar um cachimbo de crack. Andava em busca de pistas de onde os usuários pudessem estar.

Sabíamos que um lugar era um espaço de consumo de “drogas” menos pelas pessoas que ali estavam e mais pelos objetos deixados no local. Ou seja, a existência desses objetos deixava pistas que faziam o PRD de Campinas atuar. A relação entre espaço e consumo de crack é estreita. A feitura de um cachimbo, por exemplo, não é possível de ser realizada em qualquer cenário. Há que se ter um tempo e um espaço específico para tal. Com uma folha de alumínio,

7 Baseados no trabalho de Perlongher (2008), Frúgoli Jr e Spaggiari (2010) mostram que a chamada região da *cracolândia*, no bairro da Luz, pode ser descrita a partir de uma “territorialidade itinerante” e de um “campo de relações”. Como uma “territorialidade itinerante” está situada numa certa área urbana, mas é sujeita a deslocamentos que variam de acordo com a repressão ou intervenção exercidas e/ou com a dinâmica das relações internas. Como um “campo de relações”, a região também passou a ser sinônimo de degradação e criminalidade urbanas decorrente da grande presença nas ruas do bairro de usuários de crack, homens, mulheres, meninos e meninas em situação de rua e/ou prostituição associados simbolicamente a uma série de estigmas como sujeira, perigo, ameaça à segurança (principalmente no período da noite, drogas, encrenca, vergonha) – o que gerou uma série de outros atores sociais envolvidos na repressão, mediação, ajuda, incriminação dos primeiros. É importante destacar também que como uma “territorialidade itinerante” e relacional, a sua identificação se dá pela corporificação dos usuários ou consumidores de crack: ela é onde eles estão!

um isqueiro cortado ao meio, cano de PVC, porcas de parafuso, sacolas plásticas, pedaços de bambus, de antenas de rádio ou de guarda-chuvas é possível fazer um recipiente que, ao receber uma base, em muitos casos protegida com um papel alumínio picotado com algum material cortante, está pronto para que o pó de crack, ou a pedra inteira, se misture às cinzas de cigarro. O uso de latas de refrigerante ou embalagens de iogurte também é comumente observado.

A territorialidade de uso importa aqui porque, quando o cenário não possibilita a feitura desses objetos, o cachimbo se torna mercadoria. Na região mais pública da *cracolândia*, cachimbos são fabricados e vendidos por alguns comerciantes do local, por comerciantes de drogas que fazem a venda casada da *pedra* com o cachimbo e por outros usuários. Dependendo do material utilizado, o valor pode chegar até dezessete reais (caso de um cachimbo feito de cobre que um usuário todo orgulhoso da sua aquisição veio me mostrar). No local, uma estranha semelhança dos cachimbos chama a atenção; em sua maioria, os canudos são feitos com pedaços de antenas de rádio e o recipiente onde será realizado a queima é feito a partir de peças vendidas em lojas de materiais de construção ou de materiais elétricos. As fotos abaixo mostram a diferença dessa fabricação:



Foto 1. (Neger Borges, PRD / Campinas)



Foto 2. (Neger Borges, PRD / Campinas)



Foto 3. (Taniele Rui, PRD / Campinas)



Foto 4. (Thiago Calil, É de Lei / São Paulo)

Ainda, é de se notar que, num cenário de uso itinerante como o é a *cracolândia*, os cachimbos são mais facilmente descartáveis, ora pelo constante trânsito dos usuários, ora pela excessiva abordagem policial – o que, de um lado, estimula a procura e a venda desse objeto, de outro, nos remete ao tópico da distribuição de insumos levada a cabo pelos programas de redução de danos, uma vez que os usuários na fissura, sem cachimbo e sem dinheiro para comprar outro

estão mais suscetíveis a compartilharem-no. Preocupados com esse uso comum, os PRDs tentam formas de diminuí-lo. Para seguirmos adiante na reflexão, é necessário então examinar as ações de saúde pública.

Quando os cachimbos podem transmitir doenças

Os Programas de Redução de Danos usam a palavra insumo para designar os materiais preventivos/educativos disponibilizados aos usuários durante as abordagens. Nos *folders* oferecidos aos usuários (de que é exemplo o ilustrado abaixo), os cachimbos merecem destaque. Nota-se uma preocupação especial e uma orientação específica ao não compartilhamento deles, com o intuito de evitar a transmissão de doenças como hepatites B e C e herpes⁸.

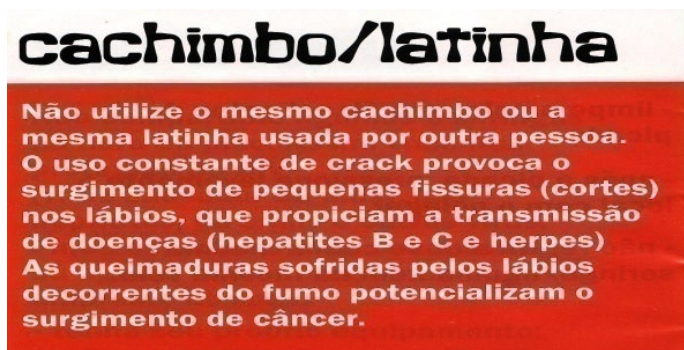


Figura 1: Folder elaborado e distribuído pelo PRD/Campinas

Para realizar o trabalho, em Campinas os redutores entram nas rodas de uso, oferecem *folders* e camisinhas e, numa linguagem mais popular, repetem as informações. Na cidade de São Paulo, os redutores oferecem piteiras de silicoes para serem anexadas ao cachimbo e manteigas de cacau para a cicatrização e hidratação de feridas bucais. Cada vez mais há o desincentivo do uso de latas para a inalação de crack porque estas aumentariam a superfície de contato com o redor da boca, aumentando as queimaduras (o que torna a região propícia tanto à transmissão quanto ao contágio de doenças). Além disso, não sabendo a proveniência da lata esta poderia transmitir diversas infecções. Assim, frequentemente os redutores também aconselham a, se usar na lata, lavá-la antes. Já ouvi também redutores aconselharem o uso de crack no cigarro, misturado com maconha com o objetivo de diminuir a quantidade de crack fumada. Por fim, ainda aconselham os usuários a não fumarem as cinzas que ficam no cachimbo, a chamada *borra*, que eles raspam e aproveitam depois de terem fumado toda a *pedra*. Esse hábito é o que provoca maiores discussões e, segundo os redutores de danos, é o mais difícil de ser modificado. Além disso, entre os redutores de Campinas há um grande debate sobre a distribuição de cachimbos porque poderia ser visto pelos usuários como um “assistencialismo”. Alegam que, diferentemente das seringas (que não podem ser fabricadas), o cachimbo é passível de ser reproduzido manualmente. Segundo os redutores, essa práti-

⁸ É de notar um paralelo interessante entre tais *folders* e os manuais observados em *sex-shops* que foram objetos de análise de Gregori (2010), nos quais se vê uma tentativa de ensinar técnicas de exercício sexual. Tal como os manuais de ginásticas, eles são fruto de uma mesma tradição: *a de moldar o corpo pelas técnicas e dicas de desempenho adequado*. Nesses manuais, como mostra Gregori, a pornografia perde sua conotação de obscenidade e adquire um sentido de saúde e de fortalecimento do eu.

ca deveria ser incentivada porque faz com que os usuários, ao confeccionarem seus próprios utensílios, desenvolvam uma “prática de auto-cuidado”.

A distribuição dos insumos aqui descrita é fruto de uma série de mudanças ocorridas na política de redução de danos a usuários de drogas, iniciada no país no começo dos anos noventa e à época mais direcionada aos *usuários de drogas injetáveis (UDI)*, em função da epidemia de AIDS. A fórmula da troca de seringas ficou bastante conhecida. Tal histórico fez com que muitos *PRDs* estivessem, em seu surgimento, atrelados a esse tipo de uso e atuação; muitas vezes, como é o caso do núcleo de Campinas, situados no interior dos centros de referência às DSTs e AIDS. O crescimento do uso de crack acompanhado do decréscimo de uso injetável fez com que os programas repensassem o público alvo atendido, bem como os insumos oferecidos. Vê-se assim que, do ponto de vista da atual política de redução de danos, a produção de um corpo higiênico e saudável do consumo de crack passa por uma forma específica de utilização dos materiais. Cabe, ainda, indagar como e se as “dicas” de saúde estão sendo incorporadas pelos usuários, como e quais materiais estão sendo substituídos.

Nesse sentido, um importante documento que pode nos dar pistas para entender essa interação é a tese de doutorado de Andrea Domanico (2006), dedicada à análise do processo de implantação e desenvolvimento das estratégias de redução de danos em *cinco projetos-piloto* para usuários de crack desenvolvidos no Brasil e financiados pelo Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. Ela é tanto um registro histórico das estratégias de enfrentamento, uma avaliação desses projetos e um relato minucioso das negociações políticas de condução dos planos de ação.

Para os meus propósitos, sua tese também servirá como objeto empírico que mostra a relação entre os projetos, os cachimbos, os usuários, a política ministerial e os diversos atores sociais que interagem com a questão. Importante notar que a autora não explicita os nomes dos projetos, nem indica sua localização, apenas procede numerando-os. Para apresentá-los, seguirei, assim, a sua própria ordenação. Em itálico marco a descrição de Domanico, seguida da minha observação sem algum grifo especial. Por fim, convém observar que todos os projetos foram pilotos e que a tentativa de produzir um cachimbo que pudesse, posteriormente, ser distribuídos pelos *PRDs* no país foi abortada, evitando uma exposição política – o que será descrito adiante⁹.

No projeto 1, Domanico diz que a ONG observada estava distribuindo cachimbos para usuários de crack e recebeu uma intimação para prestar esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido. A queixa foi registrada por um advogado que teve acesso ao kit para uso de crack e o considerou inadequado para ações de saúde pública. O fato teve repercussão ainda maior quando o apresentador de um programa televisivo sensacionalista convidou tal advogado para uma entrevista e fez colocações extremamente agressivas sobre o projeto, assim como à redução de danos como política pública de saúde.

Logo de cara, percebe-se que a distribuição de cachimbos aciona um dilema moral: a distribuição de cachimbo é uma “apologia” ou incentivo ao uso de crack? Um dilema que, como já mostraram Vargas (2001) e Fiore (2006), permeia o debate público e político sobre o assunto e impede uma discussão mais complexa da questão. Nada mais emblemático que um advogado e um jornalista sensacionalista, representantes da lei e do senso-comum, para nos lembrar de tal fato.

⁹ Necessário ressaltar que a descrição dos projetos constitui parte importante da tese de Domanico (2006, cap. 5, p. 95-170). Neste texto, utilizei minhas próprias palavras a fim de resumir apenas os pontos que considere relevantes para meu argumento.

O projeto 2 iniciou a distribuição do cachimbo de madeira, mas ele não foi bem aceito pelos usuários, que alegavam vários problemas: achavam o cachimbo muito grande e, por isso, muito difícil de esconder no caso de uma batida policial; achavam também que, quando raspavam a borra, ela vinha com pedacinhos de madeira, ficando com gosto na hora de fumar; alegavam, ainda, que o cachimbo “roubava” a droga na hora do uso porque sua grelha não é vedada e, por fim, criticavam o fato de ele não ser desmontável, o que dificultava a raspagem da piteira. Surgiram, então, as piteiras de silicone, que deveriam ser usadas individualmente e adaptadas aos diversos tipos de cachimbo na hora do uso. Após a utilização, o usuário tira a sua piteira e passa o cachimbo para o outro, que coloca a sua piteira e fuma a droga.

O cachimbo aqui repercute a ameaça de perseguição policial (tema que ainda será abordado nesse texto) e também, ao ser distribuído, passa por uma avaliação dos usuários. Inicia-se, então, a tentativa de fazer os saberes da saúde pública interagirem com o dos usuários de crack. É a distribuição do cachimbo de madeira que começa a tornar mais explícito os hábitos de consumo e, uma vez de posse deles, vê-se o quanto o insumo planejado era ineficaz. Nada seria feito de cima para baixo. A *piteira* nasce, pois, como uma mediação entre os dois pólos: os usuários fariam seus próprios cachimbos (ou, num cenário que não possibilita isso, o comprariam de alguém que conhece melhor o hábito de consumo) e o PRD distribuiria a *piteira* individualizada.

No projeto 3, a equipe de redução de danos considerava inadequado o material utilizado pelos usuários para a confecção de seus próprios cachimbos, feitos a partir de pilhas usadas, isqueiros, cápsulas de bala de revólver e seringas que tinham sido utilizadas para injetar droga anteriormente. Diante do susto, a equipe decidiu fazer uma reunião com os usuários para discutir sobre a confecção de cachimbos mais apropriados. Segundo Domanico, os cachimbos produzidos nessa reunião ainda assim eram inadequados, mas a equipe entendia que tal estratégia poderia servir para aumentar o vínculo com os usuários – o que de fato aconteceu, embora não tenham conseguido elaborar um cachimbo menos danoso.

O que se passou com esse projeto é interessante na medida em que explicita que, mais que um mero insumo, falar sobre o cachimbo é também um modo de entrar em contato com o usuário, de estabelecer um contato afetivo, de criar um vínculo. Por meio de um objeto concreto, cujo uso correto pode implicar em mais ou menos contato com infecções, também se estabelece laços de afinidade que, segundo os profissionais de saúde, são fundamentais para que os usuários cuidem de seu próprio corpo. Voltarei a esse tema mais adiante.

O projeto 4 também teria promovido conversas com os usuários, perguntando-lhes a respeito do material necessário para o “cachimbo ideal”. A associação de moradores da comunidade emprestou a sede para que a oficina acontecesse. Os usuários disseram que eram tubos de PVC e uma dobra de tubo também chamada de joelho, além de um laminado que tinha que ter uma espessura diferente para a grelha que deveria ser presa com fita crepe. Os redutores logo trataram de angariar recursos para produzir tal cachimbo em quantidade maior. Teriam contado a Domanico que, ao comprar os tubos, o dono do armazém forneceu gratuitamente alguns a mais, pois compreendeu que os cachimbos confeccionados ajudariam a evitar que os usuários usassem qualquer material pego no lixo. Depois da oficina, o cachimbo de PVC tornou-se um “sucesso” e sua circulação na rua começou a crescer. Por conta disso, a equipe começou a temer uma intervenção mais repressora da polícia. Só com o passar do tempo, a equipe teria percebido que aquele não era o cachimbo ideal, pois na hora da raspagem ia com PVC e tudo. Mas, da mesma maneira que a criatividade na confecção dos cachimbos ocorria, os

usuários do projeto, depois de acirradas discussões sobre os malefícios da sua raspagem, criaram uma maneira de retirar a borra sem precisar raspar e começaram a chamar tal forma de limpeza de “ciência”. O coordenador do projeto teria lhe dito:

Eles perceberam que a raspagem era furada, porque vinha um monte de coisas junto, e aí começaram a lavar os cachimbos com álcool. Então, eles enchem o cachimbo com álcool, fecham com os dedos e chocalham o álcool dentro deles, aí eles despejam o líquido num prato e colocam fogo, aí fica um óleo no prato que eles misturam com cinza de cigarro, raspam tudo junto, colocam no cachimbo e fumam. (apud DOMANICO, 2006, p. 155)

O movimento aqui é um pouco diverso: primeiramente, o PRD assentiu quanto ao conhecimento dos usuários para só depois perceber o risco da ingestão de PVC e, num movimento bastante interessante, após várias discussões, os usuários teriam elaborado a sua própria “ciência”. Fruto, portanto, de um intenso diálogo. Ainda, nesse projeto, chama atenção outros atores sociais, como a associação de moradores e o dono do armazém que começam a ajudar na causa.

A coordenadora do projeto 5 que, como muitos semelhantes, inicialmente foi desenvolvido com o objetivo de conter a epidemia de aids entre os usuários de injetáveis da cidade, estava no final da sua formação em serviço social, escrevendo sua monografia sobre o uso de injetável, quando começou a se deparar com o crescente aumento de usuários que relatavam usar crack. Nesse momento, uma redutora do projeto, que era usuária de crack e de injetável, contou para equipe como era o uso de crack e disse para a coordenadora que sabia fazer um cachimbo de bambu. A coordenadora solicitou que ela fizesse alguns cachimbos, foi para o campo e os distribuiu para os usuários testarem. Eles aprovaram e iniciaram uma discussão mais direta com a equipe sobre o uso de crack e os insumos necessários para seu uso. Os insumos distribuídos eram os cachimbos de madeira, confeccionados por alguns redutores-usuários com a ajuda de um marceneiro. No início do projeto, os cachimbos eram feitos de bambu, mas depois, com o aumento da demanda e das conversas com os usuários, foi sugerido que se criasse um cachimbo desmontável; nisso tiveram a ajuda de um torneiro mecânico que criou com eles o cachimbo que, até o segundo semestre de 2005, era distribuído. A confecção do cachimbo é bem barata, porque a parte aonde vai a grelha é doada por uma fábrica de cabos de vassouras, e a piteira, que também é de madeira, é confeccionada no torno. O custo maior é na compra do laminado para fazer a grelha e da fita crepe para prendê-la. Nesse projeto, os usuários vinculados teriam dito preferir o cachimbo à lata, eles dizem que se sentem mais seguros por causa do herpes e das hepatites. Já outros usuários revelam que usam o cachimbo procurando diminuir as fissuras labiais que, após a orientação dada pela equipe do projeto, começaram a perceber como sendo causadas pelo crack. Passaram então a usar os cachimbos e perceberam que isso diminuía as lesões. O marceneiro, o torneiro mecânico, a fábrica de cabos de vassouras começam a contribuir com a fabricação do cachimbo.

A atuação do projeto 5 também chama atenção pelo contato com os usuários e pela reflexividade que acompanha a experiência. O contato com a equipe de saúde parece ter sido bastante relevante na preferência dos usuários pelo cachimbo, assim como para iniciar a percepção de que fissuras labiais eram decorrentes do uso e da queima da droga. Apropriaram-se também de um saber técnico, ao afirmarem preferir o cachimbo para evitar herpes e hepatite.

A observação conjunta dos projetos descritos por Domanico mostra, de um lado, como os cachimbos evocam dilemas morais, fantasias sobre perseguição legal e policial; de outro, as conversas sobre os cachimbos apontam para um duplo movimento reflexivo entre os progra-

mas de redução de danos e os usuários. Visto mais de perto, esse diálogo complexifica as tradicionais visões sobre o poder disciplinar do saber médico e também coloca em xeque as idéias de que usuários e profissionais de saúde fazem parte de realidades estanques e autônomas. Como se vê, há um trânsito de informações, que torna mais difícil precisar um suposto “mundo dos usuários de crack”, indicando, assim, que um conhecimento mais detalhado dos hábitos de consumo de usuários de crack implica ter em conta as redes de profissionais de saúde que passam a fazer parte de seu cotidiano. A recíproca também é verdadeira. O conhecimento é tão misturado a ponto de deixar a antropóloga presa num emaranhado de informações em que já não é possível mais distinguir um “conhecimento nativo” de um “conhecimento especializado”, como revela o trecho de uma entrevista que um *reductor* me concedeu:

[fumar o crack] não é legal para o pulmão, devido à cinza. Acho que se tivesse outro jeito de usar o crack seria muito mais saudável. Porque no outro dia você tá tossindo umas pastas de pó preta. Se você fumar com alguém, você pode pegar pneumonia, tuberculose. [...] É mais saudável fumar no cachimbo, porque você fuma menos. Na lata, que eles fumam por onde sai o líquido é um buraco enorme, sai mais. No cachimbo não, você rega a quantidade. O efeito é o mesmo, mas é mais saudável pelo cachimbo. Você fuma menos, puxa menos, economiza, vem menos cinza, né? Porque na latinha tem gente que faz uns buracos e no cachimbo, às vezes, faz uma redinha de aço bem fininha e fica mais saudável, de preferência de madeira, se der pra fazer cachimbo de madeira, é melhor.

E se os cachimbos põem em destaque a circulação de saberes entre representantes da saúde pública e usuários de crack, eles também apontam os diversos atores sociais, sobretudo representantes de um comércio considerado “legal” (de que são exemplos o dono do armazém, o marceneiro, o torneiro mecânico e o dono da fábrica de vassoura) que participam da fabricação de um produto cuja utilização só faz sentido e só se completa no seio de uma economia ilegal. Como já afirmou Pinheiro-Machado (2008, p. 126), “as mercadorias, dependendo por onde transitam e como transitam, assumem ora a face da legalidade/formalidade, ora da ilicitude/informalidade”. São os cachimbos, bem mais que os usuários e os *reductores*, que conseguem transitar de modo radical, com liberdade e segurança, por pólos moral e legalmente opostos.

Desse modo, com o até aqui exposto, em termos analíticos podemos dizer que o que o cachimbo é está indissociavelmente ligado a quem o usa, onde e de acordo com quais ideias sanitárias. Falta ainda descrever a relação afetiva que o envolve e os casos em que ele se torna alvo de represália policial.

Construção do vínculo, fronteira da humanidade

Se por um lado, como descrito acima, os *reductores* se esforçavam em encontrar cachimbos capazes de tornar o uso de crack menos danoso à saúde, por outro, eles não gostavam, e não gostam até hoje, de ser confundidos com “meros doadores de insumos”. Em entrevistas, conversas e relatos fica clara essa inquietação. Assumem fortemente a proposta política da atividade que realizam e vêem o cachimbo (e também a distribuição dos outros tantos materiais educativos) como uma forma de iniciar a aproximação, visando o estabelecimento de um *vínculo* – palavra cada vez mais usada nas políticas de caráter mais progressistas¹⁰ -- entre o

10 Para uma discussão teórica e possíveis conseqüências políticas da noção de *vínculo*, recomendo a análise de Feltran (2010) acerca do CEDECA-Sapopemba. Para uma descrição mais afetiva da interação face-a-face entre agentes de saúde e moradores de rua da cidade de Paris, ver Cefai (2010).

profissional e o indivíduo atendido que dote o segundo de recursos materiais, mas sobretudo emocionais, para iniciar uma reflexão sobre a situação na qual se encontra. Baseado numa relação intersubjetiva, o *vínculo* é descrito a partir de uma linguagem política fortemente baseada no respeito aos direitos humanos. Nota-se, assim, que o cachimbo é importante porque aciona uma proximidade, cujo objetivo é fazer o usuário perceber que tem “direito a ter direitos”. Por meio do cachimbo, pode-se até chegar à “consciência política”.

É aqui então que o texto volta para o seu início. E que a cena descrita na abertura do artigo encontra solo histórico, social e político. Como já escrito, contrastando com a dificuldade de obter informações detalhadas sobre a trajetória pessoal e social dos usuários, observa-se uma grande ênfase em conversas que giram em torno dos objetos utilizados para o consumo de crack. Não me parece, contudo, que seja aleatório que se fale desses objetos justamente para aqueles profissionais que buscam fortalecer laços de confiança e afeição, sobretudo se tivermos em conta que, junto com a droga, esse é o principal objeto que deve ser escondido ou deixado de lado em caso de abordagem policial. Portanto, essas conversas dizem muito mais. Elas ganham a esfera da intimidade. E, ainda, para meus propósitos elas são importantes porque mostram que a relação entre os usuários e seus utensílios está muito longe de ser meramente instrumental. No vocabulário local, escutei muitas vezes os nomes “Bóris”, como já dito, e “Catarina” como referência aos cachimbos. Mas a cena abaixo, descrita por um redutor durante entrevista, parece indicar uma ainda mais complexa e delicada interação:

Um dia eu cheguei em um lugar e conheci uma senhora que usava crack, até traficava no local também. No primeiro dia que eu tava no ambiente com as pessoas do redução de danos, um dos primeiros dias em campo, ela chegou em mim e falou: “vem cá, vem cá, vem cá, vou te apresentar o perninha”. Eu falei: “legal, vamo conhecer o perninha”, achando que o perninha era um filho dela, um cara. Daí ela tirou do bolso o cachimbo de crack e falou: “eu sou o perninha, muito prazer”. E eu olhei e pensei: “como assim perninha?” daí eu percebi que a relação dela com aquele cachimbo de crack era realmente uma relação pessoal com aquilo, não era simplesmente um instrumento, um cachimbo de crack só, não. Eu tive que catar o cachimbo na mão, dizer: “prazer perninha”, sabe? E ela: “cheira o cachimbo pra você ver o cheiro gostoso que tem”, né? E eu assim, poxa, cru, falei: “vamos aí, né, meu?”, cheirei o cachimbo, aquele cheiro forte de crack, de cinza e refletindo: “ela gosta disso”, né meu? “Esse é o barato dela”. E ela perceber que eu tive essa relação, que eu conheci o perninha, fez com que ela não ficasse com um pé atrás comigo e a gente conversou, sentou e trocou maior idéia...

Para além de mostrar a relação próxima estabelecida entre a usuária e o *redutor* por meio da atitude amistosa do segundo, a cena revela uma afeição entre a usuária e aquele cachimbo, chamado por ela de “perninha”. Se a cena nos parece estranha ou digna de algo que beira a irracionalidade, voltemos ao exemplo que Gell (1998, p.18-19) dá acerca de si mesmo e da sua relação com o seu carro, um toyota, chamado de “toyolly” por sua família, ou simplesmente “olly”. O carro é muito bem cuidado e, em troca, só quebrou em situações que não deram aos seus donos um grande inconveniente. Contudo, se o Toyota quebrar uma noite, longe de casa, Gell diz que considerará tal feito uma traição, ingratidão e considerará o carro culpado por isso. O autor diz: “Eu sei que tais sentimentos são um tanto quanto bizarros, mas eu também sei que 99% dos donos de carros, assim como eu, atribuem personalidade aos seus automóveis”¹¹. E é por essa razão que ele diz respeitar formas de interação entre pessoas e objetos que ele não é capaz de compartilhar.

11 Tradução livre minha.

Assim, para compreender a relação dessa usuária com o seu cachimbo é preciso, primeiro, afastar a idéia de irracionalidade. Depois, há que se suspender o caráter utilitário do cachimbo, como já nos alertaram Sahlins (2003) e Douglas e Isherwood (2009) e como tentei fazer ao longo deste texto. E, por fim, é necessário que se leve em conta a possibilidade de identificação entre a coisa e a pessoa, o gosto, assim como o contexto social no interior do qual a relação é estabelecida.

Ao longo da minha pesquisa de doutorado tenho me deparado com uma série de representações midiáticas que se fartam em enunciar trajetórias pessoais e dramas familiares nos quais o crack atua como detonador dos conflitos, responsável pela ruptura de laços afetivos e sociais. Por causa do crack, dizem as notícias, perde-se o controle, o caráter, a vergonha e a dignidade; até a alma se perde um pouco¹². Creio que recuperar o contexto de reprodução midiática e também lembrar das constantes situações de agressão e do descaso que marca a vida de grande parte desses usuários é relevante para entender a relação dessa mulher com o seu cachimbo. Mas acredito que seu entendimento só se completa com a descrição de outra cena que presenciei entre três meninos e uma menina, todos em situação de rua e todos usuários da droga. Na minha frente, eles começaram a tirar sarro da menina dizendo “*ela fumou naquela lata nojenta, que passa barata*”. Riam muito enquanto ela, entre a vergonha e a indignação, gritava para mim com os olhos lacrimejados: “*é mentira, tia, eu só fumo no cachimbo*”. A fala da psicóloga do PRD/Campinas, em entrevista, pode indicar um modo de entender o que se passou aí:

[se fala que] o crack é a nóia, o crack é fedido, o crack é porco e dentro dos que usam crack, tem ainda os que usam no cachimbo e os que usam na lata, os que usam na lata são a podridão da podridão, né?

Tais experiências somadas me mostravam também que o cachimbo marcava hierarquias e diferenciações internas entre os próprios consumidores; mas ao observá-las todas em conjunto elas parecem dizer mais. Levando em conta a precariedade que marca as suas vidas, não seria o uso de crack no cachimbo a fronteira última de humanidade e dignidade de que podem dar prova esses usuários? Se assim for, a menina que chorava pra mim porque fumava no cachimbo – e não numa lata nojenta que passa barata – pedia para que eu reconhecesse a sua capacidade de discernimento e de escolha, portanto sua capacidade de ser gente. Se assim for, também consigo contextualizar a relação daquela senhora com o “perninha”. Ter o seu próprio cachimbo pode revelar o grau máximo de até onde alguém pode se assujeitar.

Apreensão policial, à guisa de conclusão

Por fim, através dos cachimbos podemos notar as disputas entre as secretarias de saúde e a de segurança, como nota este trecho retirado também da tese de Domanico (2006, p. 189, grifos meus):

Numa visita a campo no projeto dois pudemos constatar o despreparo policial. **Enquanto a equipe estava num lado da rua conversando e distribuindo insumos, no outro lado a polícia passava e com um alicate quebrava os cachimbos dizendo: “A secretaria de saúde distribui e a secretaria de segurança recolhe”**

E uma vez que os cachimbos também falam sobre seus portadores, eles podem se voltar con-

12 Cf: “Até a alma eu perdi um pouco”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 jan. 2005, Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde20012005.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

tra eles e acusá-los. Esses mesmos materiais passaram a ser objeto de apreensão policial, informações adicionais na caracterização/explicação de atos infracionais, como mostram as reportagens abaixo:

Acusada de roubar a carteira do porteiro Evangelista Oliveira, 49, uma garota de 16 anos foi apreendida e espancada por dois policiais militares ontem à tarde na avenida Manuel Bandeira, na Vila Leopoldina (zona oeste). [...]

Antes de deter a jovem, os PMs deram-lhe vários socos e chutes. Quando já estava algemada e dentro do carro da polícia, ela bateu com as algemas nos vidros e um dos PMs jogou gás pimenta em seu rosto. [...] **Os PMs disseram à Polícia Civil que encontraram com a jovem um cachimbo usado por viciados em crack, isqueiros e uma chave de fenda.**¹³ (grifos meus).

Com o objetivo de inibir a criminalidade, encaminhar e promover o resgate à autoestima dos cidadãos em situação de rua, a Prefeitura realizou nesta terça-feira, dia 19 de janeiro, mais uma edição da ação integrada do mutirão “Bom dia morador de rua”, a primeira em 2010. Os trabalhos tiveram início às 6h30. [...]

Segundo Darci Silva, os cidadãos passaram por triagem e foram identificados pela Polícia Militar. Segundo o Major João Carlos Arraes, foram apreendidos na operação desta manhã objetos cortantes como facas e facão, **além de isqueiros e cachimbos para uso de craque**(sic), e também objetos perfurantes e pontiagudos¹⁴ (grifos meus).

Como se vê, os cachimbos passam a ser emblemas da marginalidade urbana. Apreendê-los significa dar mostras do trabalho policial e da luta dos órgãos de repressão em conter os “desvios de conduta”. É quando cachimbo denota sua face mais radical: a violência simbólica pode adquirir forma e concretude física. O processo de desumanização desses usuários se intensifica.



Com o exposto ao longo de toda argumentação e para finalizar, espero ter mostrado a relevância de observar o mundo material para o entendimento do mundo simbólico e das relações sociais face-a-face. Como essa afirmação não faz sentido sem o enfrentamento de um conjunto de fatos concretos e específicos, a minha análise privilegiou a descrição empírica. No caso observado, os cachimbos põem em relevo as cenas de uso, a criação de um mercado, o dilema moral presente na sua distribuição, o trânsito de saberes entre profissionais de saúde progressistas e os usuários, os diversos atores que participam desse universo, a busca de uma consciência política, os limites entre pessoas e coisas e a ameaça de violência física e simbólica presente no cotidiano desses usuários.

13 Cf. “PMs agridem jovem acusada de roubar carteira”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde15092009.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

14 Cf. “Tolerância Zero realiza primeira operação ‘Bom dia morador de rua em 2010’”, publicado em 19/01/2010. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=445>> Acesso em: jul. 2010.

Referências

- APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____. (Org.) *A vida social das coisas, as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008. p.15-88
- CEFAI, Daniel. *Provações corporais: uma etnografia fenomenológica de moradores de rua de Paris*. Revista Lua Nova, n.79, 2010. p. 71-110.
- DOMANICO, Andrea. Craqueiros e Cracados: bem-vindo ao mundo dos nóias! Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFBA, 2006.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, editora da UFRJ, 2009.
- FELTRAN, Gabriel. *Margens da Política, Fronteiras da Violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo*. Revista Lua Nova, n.79, p.201-233, 2010.
- IORE, Maurício. *Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.
- Frúgoli Jr, Heitor; Spaggiari, Enrico. *Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. Nau-USP, Ponto Urbe, n.6, 2010. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>>. Acesso em: 22 fev. 2012.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres Perigosos: erotismo, gênero e o limite da sexualidade*. Tese de livre docência, IFCH-Unicamp, Campinas, 2010.
- JACKON, Michael. Prefácio. In: SILVA, Sonia. *Vidas em jogo: cestas de adivinhação e refugiados angolanos na Zâmbia*. Lisboa: Imprensa de Ciências sociais, 2004. , p. 17-21.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *A via das máscaras*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PINA-CABRAL, João. *Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate*. Revista Etnográfica, v.12, n.1, p.5-16, 2008.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.23, n.67, jun., 2008, p.117-133.
- PONTES, Heloísa. *Inventando nomes, ganhando fama: as atrizes do teatro brasileiro, 1940-1968*. Revista Etnográfica, v.12, n.1, , p.173-194, 2008.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- SILVA, Sonia. *Vidas em jogo: cestas de adivinhação e refugiados angolanos na Zâmbia*. Lisboa: Imprensa de Ciências sociais, 2004.
- VARGAS, Eduardo Viana. *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. Tese de Doutorado. UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- VIANNA, Catarina; RIBEIRO, Magda. *Sobre pessoas e coisas: entrevista com Daniel Miller*. Revista de Antropologia – USP, v.52, n.1, jan/jul, p.415-439, 2009.

Moralidades que se chocam: fronteiras discursivas no cotidiano de uma Delegacia de Defesa da Mulher¹

Fabiana de Andrade²

Resumo: Muito se discute acerca dos motivos que impulsionam vítimas de violência doméstica a procurarem a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e desistirem de suas queixas logo após seu registro. Nas narrativas das policiais, as diversas explicações para esse fenômeno colocam em circulação uma moralidade institucional para solucionar essa contenda. Ao mesmo tempo, as vítimas desse tipo de violência acionam outras moralidades que se constituem em estratégias de enfrentamento da violência, chocando-se com o esperado pela polícia. Dessa forma, a proposta desse trabalho é observar os efeitos produzidos no atendimento policial a partir do *choque*, das fronteiras discursivas, entre moralidades e expectativas de policiais e de vítimas de violência doméstica acompanhando o cotidiano de uma DDM paulista.

Palavras-chave: Delegacia de Defesa da Mulher; Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; Prática Policial; Moralidades.

Abstract: There are many debates about the motives that drive domestic violence victims to seek the Defense of Women Police (DDM) and give up their complaints after their registration. In the police's narratives, the various explanations for this phenomenon put into circulation an institutional morality to resolve this contention. At the same time, these victims trigger other moralities that constitute strategies to combat violence, clashing with the police's expectations. The objective of this study is to observe the effects on police's treatment in the shock, of the discursive boundaries between the moralities and the police's expectations civil and those of the victims of domestic violence in the daily life of a DDM in the State of São Paulo.

Keywords: Police Defense of Women, Family and Domestic's Violence Against Women, Practice of the Specialized Civil Police; Moralities.

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL (RAM) no Grupo de Trabalho *Antropologia das Moralidades*, realizada entre os dias 10 e 13 de julho de 2011, Curitiba/PR. Agradeço os comentários dos participantes e dos professores Gabriel Noel, Fernando Baldi e John Comerford, os quais foram incorporados nesse texto de alguma forma. Aproveito para agradecer, ainda, as leituras atentas e generosas de Larissa Nadai e Natália Corazza Padovani que, certamente, enriqueceram as reflexões apresentadas nesse artigo.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), contato: fabianandrade79@yahoo.com.br. Pesquisa financiada pela FAPESP.

“*Pode sentar-se aqui, senhora*”³. Dizendo isso, a escrivã aponta para uma cadeira que compõe as ferramentas para o registro da queixa: a mesa, o computador e uma impressora matricial que zunia de quando em vez transformando queixas em crimes. Levanto minha cabeça e consigo ver entrar na sala⁴ uma senhora de cerca de 40 anos, branca de cabelos negros e presos à nuca, trajando uma saia na altura dos joelhos e uma blusa discreta cobrindo o decote. A senhora, a mim parecendo muito tímida, caminha num ante pé até a cadeira indicada e termina por compor o aparato para o registro de sua queixa. A escrivã, então, pergunta o motivo de sua visita à DDM naquele dia. O motivo é a agressividade do marido, cada vez pior: “*Agora ele está brigando com as crianças também*”. A senhora segue dizendo que não aguenta mais e que aquilo tinha de parar, por isso estava ali. A escrivã a interrompe: “*Minha senhora, aqui a gente vai processar seu marido. É isso que a senhora quer?*”. Um momento de silêncio toma a mulher, findo o qual ela balbucia: “*Ele será preso?*”; “*Ele pode ser preso. Se a senhora quiser se separar dele não é aqui, é na justiça civil. Aqui é justiça criminal. A gente processa. O que o seu marido fez contra a senhora que é crime?*”. Um novo silêncio faz com que eu pare a leitura do Inquérito que descansava pacientemente à minha frente para, inevitavelmente, um pouco constrangida, concentrar-me na conversa. A senhora, então, diz que não gostaria de ver o marido preso, mas somente que ele parasse com as agressões verbais contra a família e arremata: “*Vocês não podem mandar alguém lá em casa para pedir para ele parar de agir assim?*”.

Situações como essas não são triviais na DDM estudada. Por diversas vezes, acompanhei em minha pesquisa de campo mulheres acionando a DDM no intuito desta se imiscuir em sua intimidade e resolver seu conflito doméstico e familiar, cujos autores compunham uma gama considerável de personagens: maridos, namorados, ex-maridos e ex-namorados, filhos, irmãos, parentes próximos, amigos, inclusive, vizinhos. As policiais agiam com certo desconforto, uma vez que não entendiam parte das narrativas trazidas por essas mulheres como crimes. Alguns conteúdos das queixas eram, para as policiais, matéria da justiça civil e não criminal: não pagar a pensão alimentícia, divórcios ou pedidos de separação de corpos, entre outros. Além disso, em algumas delas, as policiais entendiam que o tratamento da questão deveria ser de responsabilidade da psicologia ou do serviço social, como ofensas mútuas, dificuldade em se decidir pela separação, desavenças entre pais e filhos, discórdia entre vizinhos, ou situações trazidas pela polícia militar de “desinteligência”⁵.

Para as vítimas, a busca pela polícia especializada, observada na sua relação e seus usos a partir da DDM, dava-se não com o intuito de processar ou aprisionar seus autores, mas de os assustarem e, assim, findar ou amenizar o conflito. Seus efeitos podem ser vistos na desistên-

3 As cenas etnográficas enunciadas nesse trabalho não são reproduções fiéis das falas das policiais e vítimas, uma vez que foram transcritas concomitante à sua observação. No entanto, consiste numa readaptação que tenta preservar o sentido lógico do diálogo estabelecido, assim como, incorporar termos mencionados pelos interlocutores da pesquisa, os quais serão colocados entre aspas. Aproveito para agradecer às minhas interlocutoras da Delegacia de Defesa da Mulher, onde fiz minha pesquisa de campo. Sem o auxílio e presteza dessas pessoas, essa pesquisa não existiria.

4 Esta sala localiza-se estrategicamente próxima à recepção da DDM. Ela é utilizada por escrivãs, delegadas, vítimas, autores e policiais militares para registros de ocorrência e de flagrante delito, e para a reprodução de fotocópias de documentos e consulta de Boletins de Ocorrência já registrados anteriormente e que esperam a representação da vítima ou a oitiva das partes envolvidas em crimes. Ali existem duas mesas, com cadeiras e computadores, onde as queixas são registradas, concomitantemente. Também foi nessa sala que a delegada disponibilizou gentilmente uma mesa para que eu pudesse consultar os Inquéritos Policiais (IPs), tendo em vista a falta de outro espaço para isso. Foi nessa sala que passei boa parte da pesquisa de campo lendo IPs e, por consequência, acompanhando a rotina da prática policial nessa delegacia.

5 Este termo não consta no Código de Processo Penal (1941), nem no Código Penal (1940). Trata-se de um termo utilizado largamente pela polícia militar e incorporado pela polícia civil no histórico que compõe o registro do Boletim de Ocorrência. No dicionário Aurélio *on line*, desinteligência refere-se a: “Falta de acordo, de compreensão; desentendimento” Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Desinteligencia>>. Acesso em:

cia da queixa registrada pela vítima ou no abandono do Inquérito Policial (IP) instaurado, cerca de 80% dos casos, segundo uma das delegadas desse distrito policial. Essa porcentagem, observada pela experiência cotidiana dessa policial, reforçava, no entanto, um discurso bastante difundido neste local, qual seja, o entendimento da polícia que a DDM é a primeira porta na qual as vítimas batem para procurar ajuda.

Mais do que pensar sobre a atuação da policial civil especializada no tratamento dos crimes de violência doméstica e familiar – se é misógina, condescendente com a violência, entre outras considerações – quero propor trazer à tona as discursividades acionadas no entendimento de policiais e vítimas quanto às formas de resolução de querelas domésticas. Ressalto que esse movimento se faz a partir da DDM como o espaço no qual um *Jogo de Linguagens* é acionado. Não quero dizer com isso que a procura pela DDM é a única estratégia que as mulheres vítimas de violência doméstica acionam para a resolução de situações violentas. Em estudos sobre criminalidade e violência em contextos urbanos, é possível encontrar a mobilização de outros agentes, institucionais ou não, os quais vão desde centros de saúde, ONGs, igrejas, até a procura por amigos, familiares e pela justiça extralegal (ZALUAR, 1987; MINGARDI, 1992; GREGORI, 1993; SARTI, 1994; PAIXÃO E BEATO, 1997; CALDEIRA, 2003; FONSECA, 2004; BRANDÃO, 2006; FELTRAN, 2010; TELLES E HIRATA, 2010, entre outros).

Em muitas das minhas visitas a campo, havia uma queixa constante entre as policiais quanto à procura da DDM pelas vítimas como primeira forma de solucionar a situação violenta: “*O problema é que a DDM é a primeira porta em que as mulheres batem para resolver seus problemas*”, diziam-me as policiais. Da mesma forma, pude acompanhar mulheres que iam à DDM denunciar maridos, irmãos e irmãs, pais ou namorados, vizinhos, entre tantos outros, não com o intuito de processá-los ou aprisioná-los, mas de os assustarem e, assim, findar ou amenizar tais conflitos. Tensionando essas expectativas, podemos acompanhar na mídia e sites oficiais, campanhas do poder público para o enfrentamento da violência doméstica associando denúncia⁶ e justiça à procura das DDMs, à abertura de processos criminais contra os autores da violência em âmbito doméstico e às prisões dos mesmos.

A questão que percorre esse trabalho, portanto, perfaz-se em pensar: o que acontece quando esses diversos espaços discursivos atravessam o cotidiano policial e colocam em *choque* diferentes moralidades multifacetadas sobre família, violência e polícia? O que acontece quando essas moralidades que se chocam, encontram-se, na Delegacia de Defesa da Mulher? Que discursividades morais são acionadas nessa equação que envolve expectativas, atitudes e condutas?

Para percorrer esses questionamentos, a escolha deste trabalho é acompanhar a relação entre policiais e vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher em uma Delegacia de Defesa da Mulher. A tentativa, aqui, é deveras preliminar. No entanto, o esforço é olhar para as fronteiras discursivas que colocam mulheres e policiais mulheres em relação na DDM e pensar que experiências, expectativas e ações são produzidas no atendimento policial e sobre noções de violência doméstica. Pensar atributos morais da polícia em casos de violência doméstica a partir das falas trazidas pelas vítimas, assim como o reverso, os atributos morais das vítimas a partir das falas policiais é, portanto, intuito deste trabalho. Pensar esse *Jogo de Linguagem* a partir de um *choque* entre moralidades é, sobretudo, uma experiência de escrita e

6 Segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres dos 734.416 registros de denúncias no Disque Denúncia 180, 420.313 registros correspondiam à Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/02/em-2010-a-central-de-atendimento-a-mulher-2013-ligue-180-2013-registrou-734-416-atendimentos?searcho=disque+de>. Acesso em:

de entendimento da complexidade que o atendimento policial em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher encontra em seu cotidiano. Dessa forma, o exemplo etnográfico que inicia o *jogo de linguagem* constituinte desse espaço discursivo de *choque* entre moralidades pode trazer elementos importantes para pensar, tais como: conhecimento sobre as atribuições policiais, condutas das vítimas desse tipo de crime, experiências diversas sobre situações de violência, usos da delegacia especializada em crimes de violência doméstica, reincidência da queixa por parte das vítimas, sentidos de justiça operacionalizados na procura das vítimas de violência doméstica pela polícia especializada.

Sobre Choques e Moralidades

Pensar em moralidades para figurar expectativas e tensões na DDM entre vítimas e policiais tornou-se, para mim, uma estratégia analítica para deslindar os inevitáveis julgamentos que incorremos num primeiro olhar para a prática policial. Nos primeiros dias em campo, meu espanto com certas condutas policiais reiteravam-me juízos apontados em estudos sobre uma misoginia no atendimento especializado. No entanto, minha curiosidade pautava-se mais pelo que essa conduta poderia significar e pelo desafio de entender a complexidade que a relação entre policiais e vítimas se colocava no atendimento e produção de crimes.

Roy Wagner (1981), em uma interessante reflexão sobre o *choque cultural* entre “culturas”, a do antropólogo e a do nativo, pareceu-me ser um bom começo para percorrer expectativas, estratégias e noções mobilizadas por vítimas e policiais nas situações de atendimento na DDM. O autor traz a noção de moralidade para pensar as convenções dos agentes inseridos numa determinada relação com seus significados, regras e convenções. No caso do antropólogo mencionado, entre ele e os Daribi; aqui, entre policiais e vítimas de violência doméstica e familiar. O *choque cultural*, para o antropólogo americano, produziria uma potente invenção criativa de tropos metafóricos, nos quais a comunicação e certo reconhecimento entre culturas ganhariam espaço, configurações de uma *Antropologia Reversa*⁷.

Aproveito esse mecanismo de constituição do *choque cultural* para pensar sua rentabilidade quando moralidades diversas – compostas de expectativas, atributos sociais, valores, julgamentos e significados – são colocadas em relação e produzem sentidos e ações sobre determinada matéria discursiva. Não se trata de uma substituição de categorias, *moralidades por cultura*, mas do uso do mecanismo que aciona a invenção simbólica proposto por Roy Wagner, o qual permite estender metáforas e produzir, na relação, uma versão de realidade, na qual o entendimento entre ambos termos torna-se possível. Portanto, utilizo esse mecanismo de extensão de metáforas no *choque cultural* para pensar o movimento discursivo que aciona moralidades na DDM e produz uma realidade sobre o atendimento policial e sobre os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, meu olhar situa-se nas fronteiras entre convenções morais sobre condutas de vítimas em situações de violência doméstica e condutas policiais a partir da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)⁸.

Tomo de empréstimo o uso que a antropóloga indiana Veena Das (2007) faz do conceito

7 Na formulação do autor, a Antropologia reversa sempre será uma invenção criativa realizada tanto pelo antropólogo como pelo nativo, a partir da qual se cria uma versão da realidade do outro buscando seu entendimento.

8 De fato, no *choque cultural*, o antropólogo também está inserido na relação. Aliás, Wagner o pensa a partir da relação entre nativo e antropólogo. Certamente, minhas questões enquanto antropóloga e feminista organizaram e se entremearam também na organização dos elementos discursivos colocados em relação entre policiais e vítimas de violência doméstica. No entanto, o lugar da antropóloga não será descrito nesse artigo, mas indico que existem implicações sobre a minha posição nessa relação que, pode-se afirmar, não é de mera espectadora.

de Wittgenstein, se assim pode ser chamado, sobre os *Jogos de Linguagem*. A autora utiliza-se deste conceito como forma de entender a possibilidade do reconhecimento do sofrimento e da dor do outro e, com isso, ser possível elaborar memórias de sofrimento pelas vítimas da Partição da Índia (1947), constituindo, assim, outra forma de *habitar mundos destruídos*. Segundo essa formulação, a partir da enunciação “Eu tenho dor”, iniciar-se-ia um *jogo de linguagem* que possibilitaria o reconhecimento da sua dor no outro, num exercício de imaginação. Essa formulação teórica, que se encontra no cerne dos estudos sobre filosofia da linguagem, é, decerto, bem mais complexa do que o exposto, no entanto, para o argumento aqui exposto, pode ser tomada como provisoriamente suficiente. Mesmo assim, trago essa reflexão para pensar *choque cultural* (WAGNER, 1981) e *jogos de linguagem* (DAS, 2007) como potentes para entender o complexo e perverso mecanismo que aciona expectativas e valores na relação entre policiais e vítimas. De antemão, deixo registrado que são reflexões deveras incipientes, mas trazidas a baila da discussão como possibilidade para ponderar essas relações. É por tudo isso, um experimento inicial para pensar sobre o cotidiano policial na produção de crimes e vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Certamente, existe uma vasta bibliografia na antropologia, em especial, e nas ciências sociais, de forma geral, que pensa moralidade, seja a partir do juízo moral (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994), seja pela teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 1987), ou pensando-a pelo direito (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1995), entre outras formulações (OVERING, 1985; BOLTANSKI, THÉVENOT, 1989; entre outros). Aproximo-me de uma reflexão sobre moralidades que procura percorrer noções e sentidos produzidos em relação e em “levar a sério” o que os interlocutores estão acionando para constituir suas práticas (WAGNER, 1981; GREGORI, 1993; MARQUES, 2002; STRATHERN, 2006; VILLELA, 2010). Além disso, pretendo entender como o choque entre moralidades se estabelece a partir do conflito, de ideias e noções díspares que não se pretendem a chegar a um consenso, mas proporcionam uma acomodação das tensões trazidas pelas vítimas e policiais em suas trajetórias de vida e experiências pessoais sobre violência (DAS, 2007; CHO, 2008). Reconheço que um esforço bibliográfico ainda é necessário para adensar estas reflexões, no entanto, o que apresento neste trabalho é um experimento, uma possibilidade de pensar o atendimento policial em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher na relação entre policiais e vítimas.

Com isso, quero pensar sobre como as narrativas de violência e as estratégias argumentativas de policiais e vítimas podem conformar um atendimento policial, no qual a tensão e o conflito são latentes, apesar de não “inviabilizar o trabalho”⁹.

Fronteiras discursivas: moralidades em choque.

Minha senhora, aqui a gente vai processar seu marido. É isso que a senhora quer?”. Um momento de silêncio toma a mulher, findo o qual ela balbucia: “Ele será preso?”; “Ele pode ser preso. Se a senhora quiser se separar dele não é aqui, é na justiça civil. Aqui é justiça criminal. A gente processa.

9 Nas diversas situações de tensão observadas na DDM, nas quais os estudos acadêmicos feitos sobre a DDM eram mobilizados pelas policiais como se não tivessem entendido seu trabalho, surgia a expressão “inviabilizar o trabalho”. Apesar do excesso de tarefas e funções, o trabalho é feito. Apesar das escritãs estarem doentes ou nervosas, o trabalho é feito. O que significa dizer que os Boletins de Ocorrência eram registrados, os Inquéritos Policiais instaurados e o atendimento à vítima (orientação e encaminhamento) realizado.

Pensada como política pública pelo movimento feminista e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo na década de 80, o espaço da Delegacia de Defesa da Mulher constituiu-se como um lugar de denúncia e visibilidade da violência contra a mulher, assim como, de acolhimento de histórias de dor e sofrimento. No entanto, é frequente o entendimento, na delegacia paulista estudada, de que as atribuições previstas para a polícia civil especializada *deturpam* as funções da polícia civil. Para minhas interlocutoras, as policiais, as demandas feitas à polícia civil especializada pelas políticas públicas¹⁰ e pelas vítimas exigiram que elas tivessem formação em psicologia e em serviço social, pois precisariam extrapolar suas atribuições “originais” para transformar narrativas de violência em crime.

A função da polícia civil para estas policiais seria reprimir o crime depois que a violência acontece. “*Nós reprimimos crimes*”, dizia-me uma das policiais contando, em tom de desabafo, que a polícia civil não tem a obrigação da prevenção do crime, esta seria encargo da polícia militar. Corroborando com esse enunciado, Mingardi (1992) observa em seu livro *Tiras, gansos e trutas: segurança pública e polícia civil em São Paulo* que a polícia civil executaria, portanto, as funções de polícia judiciária, ou seja, “é responsável pela repressão ao criminoso, e seus membros atuam geralmente depois do crime ter sido cometido” (p.13). No entanto, a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (2006, p. 23) define a natureza dos serviços das DEAMS da seguinte forma:

As atividades das DEAMS¹¹ têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito.

Apesar de entenderem que a presença de profissionais da psicologia e do serviço social são importantes e poderiam compor, de forma institucional, o cotidiano da DDM, as policiais não achavam que esta deveria ser uma função da polícia civil.

As expectativas de diversos atores sociais de que esta seja uma das funções da Delegacia da Mulher compõe parte daquilo que chamo de desconforto ou queixa das policiais em relação ao que se espera de sua prática. Segundo as operadoras da DDM, as vítimas têm a expectativa de que a delegacia resolva de forma instantânea e, muitas vezes, não criminal, seus problemas conjugais e domésticos, os quais extrapolariam as atribuições da polícia. E isto é parte de um grande incômodo entre as policiais, pois lhes confere uma responsabilidade para com a vida das vítimas que, em muitas situações, pode incorrer no encarceramento de um familiar que não é necessariamente um criminoso¹² e, ainda, gerar arrependimentos e a culpabilização recair sobre a própria DDM.

Na DDM estudada, as policiais ressaltaram em diversos momentos a função social que este distrito tem, corroborando com aquilo que já havia sido identificado em diversos estudos sobre o tema em outras DDMs brasileiras (MACHADO, 2003; BRANDÃO, 2006; OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA, DEBERT, 2007; VIEIRA, 2007; CUNHA, 2008; DEBERT, GREGORI, 2008; entre outros). Dessa forma, há uma apreensão por estas policiais que a DDM estaria incluída nos serviços próprios da assistência social, apesar de ser ambígua e ambivalente, uma vez que ori-

10 Como sugerem as **Normas Técnicas de Padronização** – Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher (2003).

11 Em quase todo o Brasil, as Delegacias da Mulher são chamadas de Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. No Estado de São Paulo, no entanto, ela recebe o nome de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

12 Criminoso, para essas policiais, seriam aquelas pessoas que cometem crimes de homicídio, assaltos, tráfico de entorpecentes, latrocínios, entre outros, e que possuem uma vida “no mundo do crime”. Os autores de violência doméstica são frequentemente associados a pais de famílias que precisam ser educados e tratados. Isso corrobora com o entendimento dessas policiais de que a Delegacia da Mulher tem uma função social, muito mais que criminal.

ginalmente está inserida dentro da corporação da polícia civil. Isso não quer dizer, entretanto, que não entendam que algumas narrativas de violência levadas à DDM pelas vítimas não seja criminalizáveis, como é o caso de lesões corporais graves, ameaças de morte de autores vinculados ao “mundo do crime” e homicídios tentados ou consumados. Mas é possível perceber que narrativas de ofensas mútuas, xingamentos e ameaças no calor da discussão são entendidas como problemas de origem social e não criminal e que exigem, assim, outras formas de intervenção de caráter não-criminal, como a psicologia, por exemplo.

Dessa forma, a frase apresentada na cena etnográfica “*A gente processa*” inicia um *jogo de linguagem* no qual a escritã quer dizer: aqui não assustamos, prendemos. Aliás, como me foi dito inúmeras vezes em conversas descontraídas pelos seus corredores apressados: “*Aqui na DDM tem um monte de bruxa! As mulheres querem que a gente dê susto nas pessoas!*”. O enunciado informa, portanto, à vítima, não somente que a Delegacia da Mulher é um instrumento de criminalização de práticas, mas qual a atitude da vítima esperada por essas policiais. Ou seja, o registro da queixa deve ser feito em situações em que um crime ocorreu e não em contendas familiares que poderiam ser resolvidas de forma privada ou, ainda, pela procura de outros órgãos e instituições como os centros de atendimento à mulher, as ONGs especializadas no tema e a defensoria pública.

No *jogo de linguagem* iniciada por um choque entre moralidades, certamente, o desenrolar da cena continua. A vítima, instigada pela frase “*O que o seu marido fez contra a senhora que é crime?*”, começa a discorrer sobre diversos termos desqualificadores que o marido usa para ofendê-la e aos seus filhos: “*vagabunda*”, “*não serve pra nada*”, entre outros. O que se segue é uma negociação sobre o crime, no qual a senhora procura se enquadrar cada vez mais em sua categoria de vítima e a escritã a inquirir sobre cada termo. “*Ele a ameaçou de morte?*”, “*Ele bateu na senhora?*”, interroga a escritã. A vítima, pouco a pouco, vai incorporando à sua narrativa sobre o ocorrido os termos mencionados pela policial: xingamentos, ameaças, calúnias, entre outros. Sua queixa ganha, no desenrolar desse jogo, conotações de tipificações criminais, adequando o fato ocorrido aos termos demandados pela policial: ameaça, injúria, calúnia.

Nesse *jogo de linguagem*, uma imagem do crime vai sendo desenhada: xingamentos como calúnia e ofensa; ameaça qualificada com o termo “de morte”. Ao estabelecer o diálogo por termos como ameaça, agressão e ofensas, a escritã aos poucos mostra à vítima como deve qualificar seu relato. Assim, a vítima passa a concordar com a escritã, diz que não havia sido agredida pelo marido, mas ele a ameaçava e aos filhos constantemente sendo, recentemente, com mais frequência. A preocupação com a família era bastante reforçada por essa mulher, corporificando sua responsabilidade moral enquanto mãe e esposa. Em sua demanda à polícia civil especializada – “*Vocês não podem mandar alguém lá em casa para pedir para ele parar de agir assim?*” – a mulher se vincula a um perfil recorrente na visão das policiais, qual seja, de mulheres que usam os serviços da DDM como árbitros de seus conflitos domésticos. Ou seja, as policiais repetiam a todo o momento que ali registravam crimes, nos quais seus autores seriam presos; a vítima inseria-se nessa relação como demandando uma solução não criminal para sua situação.

Findo esse jogo, entretanto, a escritã entregou à vítima um papel com o endereço da defensoria pública, no qual ela poderia procurar um advogado para iniciar um processo de separação: “*Aqui é justiça criminal. A gente processa*”. Registrou, ainda, um Boletim de Ocorrência de Ameaça, parecendo, com isso, justificar a vinda da vítima naquele dia e incorporar suas queixas sobre a agressividade do marido e as ofensas contra ela e os filhos, “*Apesar de tudo, o trabalho é feito!*”, como as policiais me disseram em diversos momentos na pesquisa de campo. Nenhuma

dessas soluções contemplava, entretanto, a demanda da vítima. Esta queria, sim, uma solução imediata da sua situação. No entanto, dentro do *jogo de linguagem* estabelecido pelo choque entre expectativas de ação e atuação de vítimas e policiais, foi aquilo que a escrivã entendeu como a melhor solução para o conflito familiar: a separação civil do casal e um B.O. de ameaça. Corroborando com o imaginário de que só permanece nessa situação quem quer.

Percebe-se, ainda na fala da policial, que o “aviso” sobre como funciona um processo criminal, no qual o marido da vítima poderia ser preso, passa muito mais por seu entendimento do uso que as vítimas fazem do aparato policial, do que como forma de desmobilizar a vítima a representar contra seu marido. Também a vítima não queria se separar, foi para casa sem o “susto” e com um Boletim de Ocorrência (BO)¹³ que, de longe, não era o que tinha ido buscar na delegacia. Quando a cena termina e a vítima sai dos holofotes, a escrivã comenta: “*Elas não querem que os maridos sejam presos, vocês¹⁴ estão vendo?*” e continua em tom divertido: “*Sabe o que deveríamos fazer. Primeiro, deveríamos chamar o marido aqui e falar, com um policial atrás segurando um trabucão, que se ele fizer novamente será preso. Só depois, deveríamos abrir BO. Isso evitaria esse amontoado de BOs que ficam ocupando espaço aqui nas prateleiras*”. Aqui caberia nos perguntar sobre quais os sentidos de justiça procurados pelas diversas mulheres que acionam a DDM? A criminalização da situação vivida é pensada por essas mulheres? O que, então, elas entendem por justiça? É o que procuram quando acionam a Delegacia de Defesa da Mulher?¹⁵

A criminalização da violência contra a mulher era uma dentre tantas bandeiras do movimento feminista no Brasil (PONTES, 1986; GREGORI, 1993; IZUMINO 2003; GREGORI, 2006; DINIZ, 2006; SANTOS, 2008). Antes disso, defendia-se o atendimento especial dentro dos distritos policiais comuns e a sensibilização e a capacitação de seus profissionais quanto à violência contra a mulher. Existiam outras intervenções a serem pensadas como, por exemplo, as Casas Abrigos que seriam uma forma de afastar temporariamente as mulheres da situação de violência vivenciada em suas casas e o atendimento integral a essas mulheres: social, psicológico e jurídico. Segundo relatos de feministas paulistas sobre esse período, mesmo as Casas Abrigo não eram pensadas como demandas ao Estado (DINIZ, 2006). Era muito mais uma ação voltada para a publicização, legitimação, informação e ação direta da violência contra a mulher, do que para a criação de demandas ao Estado. Numa trajetória em que o Estado figurou por muito tempo como opressor, ditador e promotor de violências e atrocidades, o movimento feminista não via nele um parceiro. O compromisso era com a mudança da sociedade e aquele Estado era um dos pontos que o projeto pretendia transformar. Segundo Santos (2008, p.8) “a demanda feminista por ‘serviços integrados’, principal bandeira do movimento, foi absorvida pelo Estado de maneira parcial, precária e temporária”, movimento que a autora chama de “absorção seletiva”. Nestes termos, a DDM configurou-se numa política diferente daquela

13 Boletim de Ocorrência é um instrumento responsável por publicizar o crime ocorrido.

14 Uso o pronome no plural, uma vez que essa pesquisa não foi solitária, mas compartilhada com a antropóloga e amiga Larissa Nadai. Não é demais repetir que muitas das reflexões e *insights* da pesquisa só foram possíveis na medida em que confrontávamos nossas questões e observações sobre a DDM e sobre os crimes de violência doméstica e estupro, objetos de pesquisa meu e de Larissa, respectivamente. Todas as vezes em que os pronomes aparecerem dessa forma, considerem a presença de Larissa na cena etnográfica. Para maiores informações sobre a posição de duplo na pesquisa realizada, ver *paper* apresentado no **Seminário Sociedade e Subjetividade: desafios sociológicos na contemporaneidade**, realizado entre 13 e 14 de abril de 2010 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Nadai e Andrade (2010) “Entre Quatro Paredes”: As Narrativas Policiais sobre os Crimes de Estupro Envolvendo Relações de Conjugalidade e Família.

15 Esse trabalho não tem a pretensão de responder a essas questões, mas indicar que esse espaço fronteiro das discursividades pode ter a possibilidade de percorrer, senão suas respostas, seus efeitos.

pensada e proposta pela CECF (Conselho Estadual da Condição feminina) ao governo Franco Montoro, caminhando cada vez mais para a criminalização da violência contra a mulher como prática (DEBERT, GREGORI, 2008), arrefecendo a relação de troca com o movimento feminista¹⁶.

Nessa trajetória, a Delegacia da Mulher paulista, principalmente a estudada, encontra-se um pouco afastada das discussões do movimento feminista e bastante criticada pelos estudos acadêmicos. Por essa consideração, observa-se uma compreensão diversa do que deveria ser a Delegacia da Mulher hoje. Uma das delegadas dizia-me em uma de nossas conversas casuais que a palavra *defesa* no nome da Delegacia da Mulher, além de vitimizar as mulheres e vulnerabilizá-las, trazia uma carga de confusão em relação às atribuições da delegacia enquanto um serviço especializado. Não são incomuns os casos em que mulheres são assaltadas e encaminhadas à DDM somente pelo fato de serem mulheres, ou ainda acidentes de trânsito envolvendo mulheres e que também são encaminhados a essa instituição. Essas situações, para uma das escrivãs que participava da conversa poderiam ser tratadas em qualquer delegacia, uma vez que a vítima foi assaltada ou houve um acidente, mas é, pelo contrário, encaminhado à DDM. Isso onerava o trabalho já tão intenso da DDM que, com a Lei Maria da Penha (11.340/2006), voltou ao centro do fluxo da justiça criminal nas situações de violência doméstica e familiar. Concluindo o comentário da delegada, o nome da DDM deveria ser alterado para Delegacia de Atendimento a Crimes contra a Mulher.

O que parece estar implícito nesse comentário é uma tensão entre a DDM e outros distritos policiais do município estudado. Para estes, a DDM seria um lugar onde o trabalho é mais fácil, menos perigoso e onde não existiriam “crimes de verdade”, mas conflitos de menor potencial ofensivo e não propriamente de apreciação policial¹⁷. O que vejo como o incômodo da delegada é que a polícia civil não tem como atribuição defender exclusivamente alguém, mas de lidar com crimes, registrá-los, investigá-los e, por fim, encaminhá-los à justiça criminal. No cerne da criação da DDM, portanto, crimes envolvendo relações assimétricas respaldadas no gênero.

As brigas entre vizinhos, seguindo a sugestão da delegada sobre o não entendimento dos usuários da DDM quanto às suas atribuições, são recorrentes neste distrito policial. Os comentários de escrivãs e delegadas são variados – *“Isso se resolve conversando”*, *“Eu tenho problemas com meu vizinho há 15 anos e nunca o trouxe à DDM”* -, mas concentram-se em discorrer sobre um mau uso do aparato policial, fazendo-as perder tempo e concentração em crimes sérios, como é o caso de alguns estupros, homicídios, violência sexual contra crianças e lesões corporais graves. Os crimes tidos como “sérios” para as policiais eram aqueles que apresentavam como agravantes o sofrimento da vítima, lesões corporais graves e autores que tinham algum contato com o mundo do crime. Os crimes sexuais, apesar de terem múltiplas apreensões na DDM, principalmente em contraste com os crimes de ameaça, lesão corporal e ofensas ocorridos em âmbito doméstico, pareciam ser reconhecidos como mais sérios. Havia um cuidado maior com a vítima, com sua privacidade e sua narrativa. Da mesma forma, os crimes contra as crianças eram reconhecidos como “mais sérios”, uma vez que essas pareciam precisar de maior proteção por não saberem “ainda” se defender. É nesse contexto que os crimes contra vizinhos, principalmente aqueles pautados por narrativas de ofensas e calúnias,

16 Para uma discussão mais detalhada ver Ardaillon e Debert (1987), Brandão (1997), Musumeci Soares (1999), Debert (2006a), Gregori (2006), Oliveira (2006) e Santos (2008).

17 Acredito que, nesse comentário, estaria a tentativa de arrefecer tal tensão, uma vez que todos os crimes contra a mulher seriam tratados nesse espaço e se apaziguaria o entendimento da DDM como um distrito policial onde “crimes de verdade” não existem. O comentário é trazido ao debate por dizer sobre atribuição policial e as tentativas das policiais da DDM de pensar sobre seus problemas.

eram reconhecidos como menos sérios ou que faziam com que as policiais “perdessem” tempo.

Eu continuava a ler os Inquéritos Policiais no intuito de entender como poderia pensá-los como prática policial, quando entra na sala uma senhora de estatura baixa, branca trajando calça jeans e uma blusa jogada sobre o corpo. Ela pareceu um tanto exaltada numa primeira inspeção. Entrou rapidamente na sala de registro de Boletins de Ocorrência e sentou defronte à mesa na minha frente para registrar sua queixa. A escrivã termina por compor a cena, sentando-se defronte à senhora e escondida pela tela do computador. “*O que a trouxe aqui senhora?*”. Esta, falando rapidamente, diz que seu vizinho havia jogado pedras na sua casa o que acabou por quebrar o vidro da janela da sala. “*Podia ter machucado alguém!*”, diz a senhora. A escrivã, então, começa a lhe fazer diversas perguntas sobre como ela poderia provar que foi o vizinho quem fez isso: “*A senhora viu ele jogando as pedras?*”. Para o qual a senhora responde: “*Não vi, mas tenho certeza que foi ele!*”. O diálogo começa a se complicar, a escrivã afirma que ela não pode afirmar algo que não viu e, além disso, pode ser processada pelo mesmo vizinho por calúnia, uma vez que ela não possui provas da autoria do crime. A senhora se irrita: “*Você está duvidando de mim? Eu estou falando que sei que foi ele*”.

Mais uma vez paro o que estou fazendo para me concentrar na cena. A escrivã que fica na mesa ao lado e, nesse momento, também atende uma vítima, interfere no atendimento vizinho e diz para a escrivã, sua colega, que coloque no histórico do B.O. que esta senhora a desacatou. “*Você sabia que isso é grave? Ela está aqui trabalhando para registrar sua ocorrência e você a está destratando*”, diz a segunda escrivã. “*Eu não estou destratando, ela não está acreditando em mim. Eu disse que sei que foi ele. As pedras estão na minha sala e se vocês forem ver é a mesma do jardim dele!*”. “*Mas você não viu, né?*”, completa a segunda escrivã. Em certo momento, as escrivãs saem da sala para conversar com a delegada sobre o caso. A senhora, já visivelmente irritada, vira-se para mim e comenta: “*A gente precisa morrer pra ter um B.O. feito!*”. Concordo, meio sem jeito, mas querendo dizer para ela que pelo menos ali ela teria um B.O., pois outras mulheres que vem à DDM relatavam que nos distritos policiais comuns, o atendimento, muitas vezes, nem é feito. Enfim, como as policiais dizem: “*o trabalho é feito*”. Resumo-me a esse comentário sem daí julgar, julgando, se isso é bom ou ruim. A pergunta seria, portanto, para quem é bom ou ruim?

O diálogo prossegue em tom exaltado, cuja solução é dada pela escrivã “penetra” em tom de desdém: “*Faz um B.O. zinho de ameaça pra ela, então*” e, quando a senhora sai da sala, sem o B.O. de Dano, mas com um de Ameaça, a escrivã comenta com a outra: “*Eu se fosse você teria colocado que ela te desacatou, depois ela ainda vai na Corregedoria*”; “*Não tem problema. Ela não estava certa. Ela não viu o vizinho jogar as pedras, não ia fazer esse B.O.*”.

O que quero reter desse diálogo refere-se ao uso que as vítimas fazem da DDM e que é, pelas policiais, desaprovado. Na visão desta senhora, por se tratar de uma Delegacia da Mulher, esta deveria protegê-la e entender seu problema. Assim, em sua fala, não importa se ela estava ou não com a razão, mas que estava na Delegacia da Mulher procurando proteção e apoio: “*Você está duvidando de mim? Eu estou falando que sei que foi ele*”. Para as policiais, esta frase soou como uma interferência da vítima no seu modo de trabalhar, um questionamento de suas intenções para com ela. Dizia, ainda, que esta mulher estava se utilizando da DDM não como registro de um crime, mas como contendora e árbitro de sua contenda. Não por, de fato, ela agir com tal intenção, mas porque na experiência que as polícias têm em conflitos que envolvem vizinhos na DDM, um quase sempre quer prejudicar o outro. Essa senhora, portanto, poderia estar dizendo a verdade, tendo em vista a relação conflituosa que possuía com o vizinho há muitos anos, mas foi lida a partir de outros casos levados à DDM e, porque não,

pela própria relação que algumas policiais têm com seus próprios vizinhos e não levam para a polícia resolver.

Apesar da resolução desta queixa com o registro de um Boletim de Ameaça, isso se deu depois de um choque entre percepções sobre polícia, crime, resolução de conflitos e interesses. O *jogo de linguagem* estabelecido nesse caso pairou pela dúvida em relação à palavra da vítima, sua falta de provas e, em outros termos, uma Delegacia da Mulher que não a protege, questiona-a e a destitui de sua posição de vítima. No final, o trabalho policial foi realizado, observando o conflito como produtor de padrões de atendimento, de perfis de vítimas, de verdades, no qual o entrelaçamento de moralidade são colocados em seu choque.

Gerir vidas, moralizar condutas

Neste momento, uma escrivã entra na sala e comenta divertidamente: “Tem uma mulher lá fora querendo falar com a dona Maria da Penha, perguntou se era eu” (risos). A princípio, a situação era, de fato, engraçada e chamou a atenção de todas as pessoas presentes: Como poderia alguém confundir a Lei com uma pessoa? Uma das delegadas que se encontrava no local comentou que isso já acontecera antes com ela. A delegada contou que se encontrava na sala de recepção da DDM, a “frente”, quando uma das vítimas a interpelou e perguntou: “É a senhora a dona Maria da Penha?” (Excerto retirado do Caderno de Campo, novembro, 2009)

A Lei Maria da Penha (11.340/2006) imprimiu uma economia de trabalho na Delegacia de Defesa da Mulher que a recolocou, como já mencionado, novamente no centro do fluxo de justiça criminal. Nas entrevistas que realizei com as policiais entre fevereiro e março deste ano (2011), o aumento do trabalho – registros de B.O.s, instauração de Inquéritos Policiais, pedidos de Medidas Protetivas e orientações gerais – é sempre mencionado para falar sobre as mudanças advindas com a Lei. A falta de equipamentos e material humano, ou a não contratação de novos funcionários, é também reconhecida como tensionadores da situação em que se encontra a DDM atualmente. No entanto, o aumento da procura pela DDM fala também sobre outras coisas, tão importantes quanto, para se pensar atendimento, tensão e carência.

Algumas das queixas das policiais em relação aos usos que as vítimas fazem da delegacia consistem no não conhecimento de suas atribuições pelas vítimas, em inserir as policiais como árbitros da contenda familiar e pelo reconhecimento da DDM como a primeira porta na qual as vítimas batem procurando apoio. Poderíamos atribuir a isso um paralelismo da DDM em relação aos outros componentes da rede de proteção social: centros de atendimento à mulher, defensoria pública, ONGs voltadas ao enfrentamento da violência, entre outros. No entanto, minha pergunta é por que para as policiais existe essa apreensão de que as mulheres vítimas de violência não procuram esses outros espaços?

Não é ingênuo considerar que as campanhas oficiais de enfrentamento à violência contra a mulher carregam nas cores da violência doméstica e familiar, principalmente, na violência conjugal, e na busca por justiça relacionada à procura pela polícia especializada. Assim, desde a bandeira feminista “Quem ama não mata”, os veículos de comunicação acabaram também por associar violência contra a mulher ao âmbito doméstico e o acesso à justiça à procura pela polícia e pela justiça criminal. Essa associação não é frouxa e é também efetuada pelas mulheres que usam os serviços da DDM. Num pré-teste que realizei na DDM paulista estudada com as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, dois pontos chamavam-me a

atenção: primeiro, um não reconhecimento das vítimas de que estas sofriam algum tipo de violência, mesmo que o motivo que as tenham levado à DDM tenha esse fundo; segundo, um conhecimento da existência da Lei Maria da Penha, apesar de não saberem de todas as suas implicações e prerrogativas. Não é à toa, por isso, que abro esse tópico com a cena etnográfica acima. O que significa alguém ir a uma delegacia procurando pela Dona Maria da Penha? Em quais referências este alguém se baseia senão as divulgadas pela mídia?

A Lei Maria da Penha é um instrumento jurídico que procura coibir, pela via criminal, a violência familiar e doméstica. Apesar de em seu texto existir a prerrogativa de articular uma rede integrada de serviços psicológico, jurídico e social, o acesso aos mecanismos da Lei se dá pelo registro do Boletim de ocorrência. Ou seja, é preciso acessar a via criminal, a DDM e outros distritos policiais, para obter as medidas protetivas da Lei e iniciar um processo criminal. Além disso, o que se fala sobre a Lei em campanhas e notícias na mídia também se centra em seus aspectos criminais como signo de justiça: “Chega de impunidade”; “O silêncio é cúmplice da violência”, entre outros *slogans* que permearam sua publicação em 2006. Quando se procura por sites feministas, campanhas do Estado e os comentários do grande público sobre a violência doméstica, o que se sedimenta são as seguintes orientações: “Denuncie a violência contra a mulher” (Disque Denúncia), “O silêncio é cúmplice da violência”, “A Lei Maria da Penha coíbe a violência doméstica e familiar”. Ou seja, a denúncia surge como o mecanismo de se fazer justiça e, como tal, se faz pela criminalização das práticas pessoais e íntimas.

O efeito dessa forma de visibilização da violência contra a mulher e a publicização de instrumentos legais que, apesar de não serem as únicas possibilidades de resolução do conflito, é veiculada como tal, consiste num policiamento dos corpos e práticas da população por parte do Estado. Foucault (1980), de forma convincente, percorreu as trilhas do *biopoder* na política estatal e observou sua ramificação nas relações minúsculas de pessoas comuns. O autor observou como esse *biopoder* produzia moralidades, regras e normatizações que o reforçavam e o recriavam (FOUCAULT, 2000). O efeito desse movimento do Estado criminalizar práticas pode ser entendido como um mecanismo de *judicialização* das relações pessoais, já apontado por autores tais como Debert (2002; 2006), Rifiotis (2004), Oliveira (2006), Debert e Gregori (2008), Vieira (2007), entre outros. Esses estudos ressaltam que o exercício do direito de justiça e de igualdade passa a ser cada vez mais pautado pelo universo legal. Esse processo de *judicialização*, decerto, não se restringe ao universo da violência conjugal, doméstica ou contra a mulher, espalhando-se para outros campos da vida social como o consumo de bebidas alcoólicas, drogas, controle de riscos, entre outros.

Esse movimento também não é novo, como aponta Foucault em *História da Sexualidade I* (1980). Em fins do século XIX as disciplinas de saber-poder voltam-se para gerir e regular a vida das populações. No processo descrito pelo autor, o Estado passa a intervir nas práticas reprodutivas e sexuais das populações, tornando necessário criar um aparato de normas e leis nas áreas da saúde, demografia e dos direitos sociais. O que importa reter sobre esse processo nos conflitos domésticos é a percepção de um reforço das políticas públicas de combate a esse tipo de violência a um movimento de criminalização que aciona estereótipos na relação vítima-agressor (RIFIOTIS, 2004) e no reconhecimento do exercício da cidadania a partir do acesso aos serviços jurídicos (DEBERT, 2002).

As fronteiras discursivas produzidas na relação entre vítimas e policiais estão informadas por esse contexto. No movimento do Estado de visibilizar a violência doméstica pelo seu viés criminal, tensões sobre formas outras de resolução são obliteradas. Elas existem e são mencionadas em estudos sobre criminalidade e violência: procura por amigos, familiares e pela

justiça extralegal (ZALUAR, 1987; MINGARDI, 1992; SARTI, 1994; PAIXÃO, BEATO, 1997; CALDEIRA, 2003; FONSECA, 2004; BRANDÃO, 2006; GREGORI, 2006; FELTRAN, 2010; TELLES, HIRATA, 2010; entre outros). No entanto, nesse processo de *judicialização* das relações, o Estado passa a ter um papel de árbitro na resolução desses conflitos e, nesse sentido, é informado por essa característica observada nas ações do Estado que impulsionam mulheres vítimas de violência a acionar a justiça criminal em situações que elas próprias não esperam a prisão do autor. Como enuncia a cena que abre esse artigo: “Vocês não podem mandar alguém lá em casa para pedir para ele parar de agir assim?”.

É nesse sentido que mulheres vítimas de violência doméstica acionam os serviços da polícia especializada. Apesar do crime de violência doméstica e familiar não se restringir a uma classe social e econômica, o uso dos serviços da DDM é exercido, de forma quase maciço, pelas classes populares. Izumino (2004) elenca duas possibilidades para esse fenômeno: de um lado, uma situação histórica de controle e vigilância das classes populares pelos órgãos policiais e judiciais e, de outro, a via policial-judicial que parece expressar uma carência de direitos no acesso à justiça e aos serviços especializados no atendimento a problemas dessa natureza. Para a autora, as classes “mais privilegiadas” dispõem de condições para acessar formas privadas de negociação e resolução de conflitos: advogados, terapeutas, médicos particulares, entre outros, não acessíveis às classes populares. Nesses termos, quando uma mulher procura a Dona Maria da Penha na delegacia de polícia, e não a polícia civil em si, ela personaliza o uso da DDM. Ou seja, aqui esta mulher parece procurar por alguém que, partilhante de sua experiência de violência, pode ajudá-la a resolver seu conflito doméstico. É, portanto, mais uma referência moral que ela busca, do que uma resolução criminal da contenda. Esse atributo moral e personalista conferido à Lei Maria da Penha precisa ser mais bem explorado. Ele traz consigo os sentidos que essas mulheres vítimas de violência produzem e acionam em seu cotidiano. E é essa percepção que se choca com a função e expectativa da polícia civil especializada quanto às condutas esperadas pelas policiais para situações de violência doméstica e familiar.

Por fim, este artigo, ao se encerrar, abre outros questionamentos: será mesmo a DDM a primeira porta a se bater num conflito familiar? Se não, quais as outras formas de resolução de contendas procuradas por essas pessoas? Como é sua relação com as instituições públicas? Essa seja talvez a potencialidade de nos localizarmos enquanto pesquisadores em fronteiras discursivas. Se “levar a sério” as formulações “nativas” é um termo tão na moda atualmente, ele impõe ao antropólogo, a outros cientistas sociais e aos formuladores de políticas públicas um deslocamento de olhares. Não se trata mais de atribuímos ao outro o que achamos melhor para suas práticas, mas, antes, apreendê-las, mesmo que de forma limitada e tensionada por nossas próprias questões metodológicas e teóricas, entender seus sentidos, acompanhar seu jogo, suas falas e condutas. É preciso percorrer categorias, tais como, sentidos de justiça, atributos morais, conflitos, afetos e amor para entendermos os termos e regras do *Jogo de Linguagem* colocado no cotidiano policial.

A busca pela Dona Maria da Penha na Delegacia de Defesa da Mulher pelas vítimas de *violência doméstica e familiar contra a mulher* é, nesses termos, um evento importante a ser pensado. O que elas esperam do Estado, da justiça criminal e da Dona Maria da Penha? Como o Estado, na figura da polícia civil especializada e dos formuladores de políticas públicas sobre violência doméstica, pode absorver as demandas dessas mulheres sem potencializar o viés criminalizador de práticas? Enquanto pensadores também críticos, temos a tarefa de refletir sobre a complexidade desta categoria: violência doméstica e familiar contra a mulher. Temos, ainda, que refletir sobre os usos das vítimas não somente dos serviços disponibilizados pela

polícia civil, mas de toda a rede de atendimento e proteção a essas mulheres.

Concluo com o enunciado que percorre e atravessa todo esse artigo, propondo trazer para esse *jogo de linguagem* os leitores que me acompanharam nessas reflexões a partir do cotidiano da polícia civil especializada: “*Vocês não podem mandar alguém lá em casa para pedir para ele parar de agir assim?*”.

Referências

ARDAILLON, D.; DEBERT, Guita Grin. *Quando a vítima é mulher: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília, DF: CEDAC, 1987.

BOLTANSKI, Lüc; THÉVENOT, Laurent. Justesse et justice dans le travail. *Cahiers du Centre d'études de l'emploi*, Paris, PUF, n. 33, 1989.

BRANDÃO, Elaine R. Renunciantes de Direitos? A Problemática do Enfrentamento Público da Violência Contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, 2006. p. 207-231.

BRASIL. Normas Técnicas de Padronização. Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher. Brasília: Ministério da Defesa, 2003. Disponível em: <http://www.ceplaes.org.ec/AcessoJusticia/docs/Brasil-Normas_deams.pdf> Acesso em: ago. 2006.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Lei Maria da Penha nº. 11.340/06, Brasília: SPM, 2006. Disponível em: <<http://200.130.7.5/spmu/docs/crams.pdf>>. Acesso em: jul. 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Da moralidade à eticidade via questões de legitimidade e equidade*. 1995. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie180empdf.pdf>>. Acesso em:

_____. Antropologia e moralidade. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.24, fev., 1994. p. 110-112.

CHO, G. M. Introduction: The fabric of Erasure; 2. A genealogy of trauma. In: *Hauting the Korean Diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008

CUNHA, Flávia Melo da. *Delicta Factis Permanentis: Marcas de um delito*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, 2008.

DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DEBERT, G. G. As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: Corrêa, Mariza; Souza, Érica Renata de. *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre crimes de honra*. Campinas: UNICAMP, 2006.

_____. Arenas de Conflitos Éticos nas Delegacias Especiais de Polícia, *Primeira Versão*,

Campinas, IFCH, n. 114, nov, 2002.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos Dilemas, In: RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, fev, 2008.

DEBERT, G. G.; BERALDO de OLIVEIRA, M. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a violência doméstica. *Cadernos Pagu*, 29, 2007.

DINIZ, Simone G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, S.G.; SILVEIRA, L.P.; MIRIM, L.A.L. *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

FELTRAN, G. S. Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, jan-abr. 2010. p. 59-73.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2002.

_____. Aula de 14 de janeiro de 1976; Aula de 17 de março de 1976. In: _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

GREGORI, Maria Filomena. Delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In: DEBERT, G.G.; GREGORI, M.F.; PISCITELLI, A. *Gênero e Distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Coleção Encontros, Campinas, Pagu/Unicamp, 2006, p.57-88.

_____. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa I*. Racionalidad de La acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2003.

MACHADO, L. Z. Atender vítimas, criminalizar violências, dilemas das delegacias da mulher. *Série Antropologia*, n. 319, Brasília, 2003.

MARQUES, A. C. *Intrigas e questões: vingança de família e tramias sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas: segurança pública e polícia civil em São Paulo (1983-1990)*. São Paulo: Escritta Editorial, 1992.

MUSUMECI SOARES, B. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

NADAI, L.; ANDRADE, F. Entre Quatro Paredes: As Narrativas Policiais sobre os Crimes de Estupro Envolvendo Relações de Conjugalidade e Família. In: 2º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCar, 13-14 de abril de 2010, Anais...

OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo Processual. In: DEBERT, Guita Grin et al.:

Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Pagu/Unicamp, 2008.

_____. *Crime invisível: a mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, 2006.

OVERING, J. *Reason and morality*. New York: Tavistock, 1985.

PAIXÃO, A. L.; BEATO, C. C. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, 1997.

PONTES, Heloísa. Do palco aos bastidores: o SOS Mulher e as Práticas Feministas Contemporâneas. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1986.

RIFIOTIS, Teofilos. As Delegacias Especiais de Proteção à Mulher no Brasil e a Judiciarização dos conflitos conjugais. *Sociedade e Estado*. v. 19, n. 1, Brasília, 2004. p. 85-119.

SANTOS, C. M. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. Oficina do CES, n. 301, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Illegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 2, 2010.

VIERA, Miriam Steffen. *Universo legal em ato: a construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VILLELA, J. L. M. Moral da Política e Antropologia das Relações de Poder no Sertão de Pernambuco. *Lua Nova*, v. 79, 2010. p. 163-199.

WAGNER, Roy. *The invention of culture* (revised and expanded edition). Chicago: University Chicago Press, 1981.

ZALUAR, A. Violência e Crime. In: MICELI, S. (Org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: Capes, 1999.

_____. *A Máquina e a Revola*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Reflexões sobre a questão da proteção social: uma leitura da obra de Robert Castel¹

Martinho Braga Batista e Silva²

Resumo: Uma parcela da obra do sociólogo Robert Castel é objeto de descrição e análise neste artigo, visando demonstrar a oscilação entre dois pólos ao longo de seus estudos: de uma crítica contundente a uma defesa aguerrida do papel do Estado. Nota-se uma desnaturalização do estatuto de tutela dos ditos “alienados mentais” no início de suas pesquisas, sobre o dispositivo psiquiátrico, desdobrando-se na formulação de uma ordem pós-disciplinar e um questionamento à “capilaridade” da ação governamental. Em trabalhos mais recentes, percebe-se a defesa de algum grau de proteção a agrupamentos antes nomeados “populações desviantes”, de modo que um “Estado Social” possa se fazer presente e inibir a formação de “zonas de desfiliação social”. Esse deslizamento entre a crítica e a defesa do papel do Estado sob a forma da garantia de proteção social a certas parcelas da população é permeado por divergências com outros autores da sociologia francesa, como François Ewald.

Palavras-chave: proteção social, Robert Castel, Estado, tutela

Abstract: A portion of the work of sociologist Robert Castel is the object of description and analysis in this essay, to demonstrate the oscillation between two poles along their studies: a critical blow to a fierce defense of the role of the State. It shows a distortion of the status of protection of so-called “mentally insane” at the beginning of their research on the mental device, which result in the formulation of a post-disciplinary order and a questioning of the “capillarity” of government action. In more recent work, we see the defense of some degree of protection to groups before named “deviant populations”, so that a “Social State” can be present and inhibit the formation of “zones of disaffiliation”. This slippage between criticism and defense of the role of the State in the form of social protection is permeated by differences with other authors of French sociology, as François Ewald.

Key-words: social protection, Robert Castel, State, guardianship

1 Esse texto foi realizado quando eu era doutorando em antropologia social no PPGAS / MN / UFRJ, tendo como base o trabalho final da disciplina “Antropologia do Trabalho”, ministrada pelo Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes em 2007. Na época estava sob o financiamento de uma bolsa do CNPQ.

2 Doutor em Antropologia Social – PPGAS / MN / UFRJ.

1. Introdução

Há algum tempo tenho contato com a obra de Robert Castel, autor de livros que se tornaram referência no campo da saúde mental, tendo em vista suas pesquisas sobre a história da psiquiatria e da psicanálise principalmente, mas também aquelas sobre o desemprego. Uma disciplina ofertada durante o doutorado em antropologia social (ver nota 1) foi a oportunidade de retomar a obra desse autor de um modo abrangente, na medida em que em um de seus tópicos, relativo às transformações do capitalismo, incluiu a leitura do livro *As Metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*.

Pude perceber não só o ponto de vista desse autor sobre o fenômeno do desemprego em massa na Europa Ocidental (principalmente a França) no final do século XX, como também as proximidades e distâncias teóricas e metodológicas em relação aos estudos de François Ewald, também pesquisador dessa área e, inclusive, do mesmo grupo em torno de Michel Foucault que tem produzido estudos sobre a constituição, entre os séculos XVIII, XIX e XX, de uma ordem disciplinar por vezes sobreposta por vezes simultânea à ordem soberana. Como veremos mais adiante, há um debate subliminar entre esses autores, atualizado nas propostas e críticas em relação às políticas públicas de proteção social: de um lado, a reivindicação de um Estado Social por parte de R. Castel, que interfira sobre o que ele chama de processo de desfiliação, de outro lado, o exame da gênese do Estado Providência³ por parte de F. Ewald, delineando o que chama de razão liberal.

Tendo em vista esse reencontro com os estudos de R. Castel e o fato de que tenho utilizado com frequência esse autor em minhas pesquisas no campo da saúde mental, sem uma idéia do conjunto de suas contribuições, procurei realizar uma revisão de sua obra. Ao que parece, sua abordagem histórica tem contribuído para desnaturalizar um conjunto de fatos considerados comuns em um dado contexto social: é o caso do consultório psicanalítico na França do pós-guerra (CASTEL, 1978a), da instituição da tutela do dito “alienado mental” no período da Revolução Francesa (CASTEL, 1978b), bem como da difusão dos saberes “psi” nas seções de recursos humanos das empresas a partir da década de 70 do século XX (CASTEL, 1986). No caso do já mencionado, *As Metamorfoses da Questão Social* (CASTEL, 1999), essa historicização de fenômenos aparentemente banais, tomados como naturais, permanece sendo sua marca: assim é que o assalariamento, que se tornou norma dos contratos de trabalho e símbolo de status na década de 60 do século XX, pôde também ser pensado como algo degradante e desprezível no início do século XX, contribuindo para repensar a sua derrocada no fim desse mesmo século, com o desemprego em massa.

A partir da leitura deste livro de R. Castel fui levado a retomar uma obra clássica de E. Durkheim, *A Divisão Social do Trabalho*, já que foi justamente nesse autor que R. Castel se inspirou para realizar suas formulações sobre a “sociedade salarial”: trata-se de um clamor à integração social, à interdependência entre os indivíduos, à solidariedade e, aquilo que mais me chamou a atenção, ao exercício de um papel ativo do Estado – um “Estado Social” segundo R. Castel – visando a inscrição dos indivíduos em relações sociais de valor. A razão deste clamor ter me chamado a atenção está nas pesquisas que desenvolvo sobre o processo de reforma psiquiátrica brasileira.

3 Vou traduzir L'Etat Providence como Estado Providência ao longo do texto, mas também poderia fazê-lo como Estado Providência ou ainda Estado de Bem-Estar Social, sendo que optei pelo termo Providência pelo fato dele denotar a uma certa prontidão na ação governamental e não se confundir com a noção mais corriqueira de “Welfare State”, que talvez fosse a mais adequada. Todas as traduções são de minha própria responsabilidade, sendo que Cláudia Cunha, colega de doutorado, contribuiu particularmente na tarefa de traduzir a obra de F. Ewald.

Tenho investigado o modo pelo qual egressos de internação psiquiátrica são mantidos em comunidade após se tornarem usuários de serviços extra-hospitalares de saúde mental. Diria que o tema desenvolvido por mim no mestrado, a divisão, negociação e delegação de encargos pelo cuidado desses egressos, entre profissionais, familiares e vizinhos no contexto da implantação dos Centros de Atenção Psicossocial / CAPS, parte de constatações do próprio R. Castel acerca da história da psiquiatria e do asilo, um conflito entre as autoridades jurídicas e médicas que termina com a assunção de responsabilidade da medicina sobre os destinos dos alienados mentais, isolando-os em hospícios.

Segundo Castel (1978b), a medicina toma o encargo pelo cuidado – e controle – do dito “louco” na França do final do século XVIII, quando sedimenta a prática do seqüestro e internação do, agora, “alienado mental”, a partir da consolidação de um estatuto jurídico de tutela para o mesmo: assim, enquanto no contexto do Estado Absolutista a família, a justiça e a administração municipal dividiam as responsabilidades pelo louco, que circulava entre a rua, a casa, a prisão e o hospital, a partir do advento da sociedade liberal e do estatuto da tutela ele seria “protegido” em uma instituição específica, o hospício, tendo em vista a ameaça que representava para o regime republicano em processo de instalação. Ou seja, quando do advento da psiquiatria, o louco, sob a condição de doente mental e tutelado, torna-se objeto do monopólio do saber médico – seus atos, pensamentos e afetos passam a ser sinais e signos de sintomas e síndromes⁴.

A partir do pós-guerra, questiona-se o isolamento – como também os “maus-tratos” – no hospício e procura-se dissolver este monopólio médico, favorecendo a permanência do então “portador de transtorno mental” em sua casa, vizinhança, comunidade, cidade, através da partilha dos cuidados com familiares e vizinhos principalmente, formulando outro saber para tanto, a “atenção psicossocial” (SILVA, 2005a). Essa tecnologia psicossocial estabelece continuidades com o que R. Castel denomina instrumentos de gestão de populações (CASTEL, 1983) ou ainda gestão dos riscos (CASTEL, 1986), na medida em que pode ser pensada como uma tentativa de evitar internações psiquiátricas via acompanhamento da trajetória de vida dos usuários de serviços extra-hospitalares de saúde mental, mobilizando os recursos locais para lidar com os episódios de crise psicopatológica, gerando “parceiros” do movimento pela reforma psiquiátrica, tais como familiares e vizinhos, mas também associações de moradores de um dado bairro, pastores e funcionários de centros culturais. A prática reformista é permeada por discursos em torno da responsabilidade, uma intensa responsabilização do sujeito pela própria condição, assim como do serviço pela população adscrita a um dado território (SILVA, 2005b), um fenômeno que também guarda continuidades com aquilo que Castel (1978c; 1983) expõe como prática dos serviços públicos ligado à distribuição de seguro social.

Para não me prolongar muito na descrição dos resultados de minhas pesquisas, devo adiantar minha principal inquietação com os estudos de R. Castel, relativa à questão da proteção social. As contribuições de R. Castel permitiam não só a historicização e desnaturalização de fenômenos como a tutela do paciente psiquiátrico, mas também a percepção da relação

4 “A loucura colocou um desafio à sociedade nascida nas convulsões da queda do Antigo Regime. E a sociedade o aceitou porque estava em jogo a credibilidade de seus princípios e do equilíbrio de seus poderes. Negócios burgueses e sérios de ordem, de justiça, de administração, de finanças, de disciplina, de polícia e de governo, nos quais o pathos da loucura seria propriamente deslocado. Os debates em que o louco era objeto só colocaram em cena os “responsáveis” encarregados de controlá-lo. Começaremos, portanto, a analisar essa divisão de responsabilidades e a interrogar as responsabilidades dessa partilha no momento em que ela se institui na crise revolucionária.” (CASTEL, 1978, p. 22, grifo meu)

entre profissões (como a medicina, a psicanálise e a psiquiatria), instituições (o hospital, o consultório, o asilo) e políticas públicas (de saúde), ou, para lançar mão da terminologia foucaultiana, da relação entre saberes e poderes. O tom do livro de R. Castel sobre a *Ordem psiquiátrica* é de questionamento do estatuto da tutela e do próprio regime republicano, como que espantado diante da instalação de uma proteção que ao mesmo tempo controla, de uma terapêutica que ao mesmo tempo administra, de uma técnica que também é um dispositivo político: enfim, ele não defende a proteção como medida, estranha esse procedimento. Em *A Gestão dos Riscos* (CASTEL, 1986) o autor também nos mostra o efeito desse dispositivo “psi” que protege e ao mesmo tempo gerencia, ao nos expor um processo de difusão dos saberes psicanalíticos e psiquiátricos por instituições nada ligadas ao tratamento de doentes, como é o caso do setor de recursos humanos das empresas: mobilização do coletivo e autogestão das obrigações impostas são alguns dos procedimentos descritos. Em ambos os casos, a “capilaridade” da ação governamental é objeto de crítica, esta modalidade de atuação de, através da noção de risco, autoriza a presença de órgãos e agentes do Estado inclusive na casa das pessoas.

Assim, tais formulações acima parecem muito diferentes daquele em *As Metamorfoses da Questão Social*, pois embora nas três obras o potencial heurístico se deva em grande parte à abordagem histórica peculiar, na *Ordem Psiquiátrica* R. Castel questiona justamente o estatuto da tutela – justamente a proteção – na sociedade do contrato, enquanto nas *Metamorfoses da Questão Social* ele reivindica proteção social ao trabalhador no contexto de políticas neoliberais: enquanto em um momento ele questiona a colaboração das profissões supostamente “revolucionárias” na manutenção e difusão de um exercício de dominação propriamente estatal, no segundo caso ele procura justamente convocar os especialistas e o governo a encontrar respostas para a uma questão emergente, sendo que os efeitos dessas respostas governamentais devem ser guiados por uma idéia de constituição de um Estado Social, promotor de coesão social. De um lado, em sua obra inicial, R. Castel aponta uma crítica ao Estado e sua capilaridade, de outro lado, em obras recentes, delineia uma defesa do Estado e clama justamente pela expansão desses canais longínquos de proteção social.

Provavelmente, minhas inquietações sobre essa mudança na perspectiva da obra de R. Castel tem como base, em algum grau, o processo de “ilusão biográfica” de que nos fala Bourdieu (1980, p. 92-93): supor – e esperar – uma certa coerência no conjunto de estudos de um dado autor, o que a própria palavra “obra” revela. Além disso, essa mudança de perspectiva pode ser considerada um amadurecimento das pesquisas a partir dos efeitos das mesmas sobre as políticas públicas, ou seja, do uso da crítica ao sistema a favor da permanência do mesmo: quando acusa-se enfaticamente o intervencionismo estatal, constatando a difusão de mecanismos de controle sobre o corpo social, pode-se fomentar justamente um recuo da ação estatal, inclusive aquela de fornecer proteções e garantias. Assim, tenho aqui tão somente a pretensão de registrar minha inquietação sobre os estudos de R. Castel, de maneira que seja possível localizar a partir de quais questões de pesquisa conduziu a revisão da obra desse autor. Não se trata, de modo algum, de um questionamento ao autor ou sua obra.

A seguir, colocar-me-ei no rumo dessa revisão, através do seguinte roteiro: um primeiro tópico, com um resumo de *As Metamorfoses da Questão Social*, assim como de outros textos sobre ou em torno do tema proteção social; um segundo tópico, no qual, tendo em vista o diálogo de R. Castel com Durkheim, Polanyi e Ewald, realizarei algumas considerações sobre o ponto de vista do autor acerca do desemprego em massa. A partir desse exercício de descrição e análise da obra de R. Castel, pretendo reunir elementos teóricos e metodológicos para retomar minhas pesquisas sobre responsabilização pelo cuidado em saúde mental.

2. Uma leitura da obra de Robert Castel

Castel (1999) dá início a *Metamorfoses da Questão Social* chamando a nossa atenção para um certo paradoxo, entre aquilo que inquieta a França do fim do século XX e a gênese desse incômodo. Para ele,

[...] a situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente, afetou a condição salarial: o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação dos indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, inempregáveis, inempregados ou empregados de modo precário, intermitente. (CASTEL, 1999, p. 21),

Só que,

[...] a condição de assalariado, que hoje ocupa a grande maioria dos ativos e a que está vinculada a maior parte das proteções contra os riscos sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis [...] sendo que foi apenas em 1960 que a condição de assalariado tornou-se a matriz da sociedade moderna. (CASTEL, 1999, p. 21-22).

Desse modo,

O salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade, depois aí se instalou, permanecendo subordinado, enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão. (CASTEL 1999, p. 495)

É tendo em vista esse paradoxo que Castel autor formula sua questão central: “O que é que distingue as antigas situações de vulnerabilidade de massa e a instabilidade de hoje, trabalhada por processo de desatrelamento em relação a núcleos de estabilidade protegida ainda vigorosos?” (CASTEL, 1999, p. 22).

Tendo em vista sua proposta de uma “história do presente” (CASTEL, 1999, p. 23; 28-29) – o esforço de reentender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação social é herdeira – o autor construirá uma série de conceitos para lidar com o fenômeno do desemprego em massa na Europa Ocidental do fim do século XX, tais como “desconversão social”, “individualismo negativo”, “vulnerabilidade de massa”, “desvantagem”, “invalidação social” e “desfiliação”, considerando tal fenômeno um novo dado contemporâneo: a presença, cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado (CASTEL, 1999, p.23). Além disso, apesar dessa novidade, sua hipótese é que há uma “[...] homologia de posição entre, por exemplo, os inúteis para o mundo, representados pelos vagabundos antes da revolução industrial, e diferentes categorias de inempregáveis de hoje” (CASTEL, 1999, p.27).

Mas trabalho não é sinônimo de emprego em sua perspectiva, já que não pensa trabalho enquanto “relação técnica de produção”, mas como “um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1999, p. 24). Ele não nega, por outro lado, a possibilidade que a

inserção no trabalho tem de construir aquilo que chama, inspirando-se em Durkheim, “zonas de coesão social”, sendo que a associação “trabalho estável – inserção relacional sólida” caracteriza uma área de integração, enquanto a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional favorece o que chama “processo de desfiliação”. Entre as áreas de integração ou zonas de coesão social e esse processo de desfiliação encontram-se as designadas zonas de vulnerabilidade social, que conjugam a precariedade do trabalho com a fragilidade dos suportes de proximidade. Assim, trabalho estável, família e vizinhança são vistas pelo autor como redes de proteção próxima: para inúmeros grupos populares, a precariedade das condições de trabalho pôde, freqüentemente, ser compensada pela densidade das redes de proteção próximas, propiciadas pela vizinhança, só que se ocorrer algo como uma crise econômica a zona de vulnerabilidade se dilata, avança sobre a da integração e alimenta a desfiliação. Enfim, é o equilíbrio entre essas zonas que permite avaliar o grau de coesão social (CASTEL, 1999, p.24).

Veremos mais adiante que esse modelo ficará mais claro em outros textos do autor (CASTEL, 2000a; 2000d), mas por enquanto vamos seguir o seu argumento. Primeiro, ele justifica sua opção pelo conceito desfiliação pelo fato dele remeter a um processo, enquanto exclusão remeteria a um estado (CASTEL, 1999, p. 25-26). Além disso, tomando trabalho como suporte para inscrição na estrutura social, ao lado de família e vizinhança, o autor procura apontar para os elementos propriamente sociológicos – mais do que econômicos – desse fenômeno do desemprego em massa (CASTEL, 1999, p. 25). A base desse argumento está em Durkheim e sua consideração sobre a divisão do trabalho social, em especial aquelas sobre solidariedade mecânica e orgânica.

Para o autor, Durkheim e os republicanos do fim do século XIX chamaram de solidariedade esse vínculo problemático que assegura a complementaridade dos componentes de uma sociedade a despeito da complexidade crescente de sua organização: seria o fundamento do pacto social. Durkheim reformulava-o nesses termos no momento em que o desenvolvimento da industrialização ameaçava solidariedades mais antigas que ainda deviam muito à reprodução de uma ordem baseada na tradição e no costume. No raiar do século XX, a solidariedade deveria tornar-se um assumir-se voluntário da sociedade e o “Estado social” fazer-se seu fiador. Na aurora do século XXI, quando as regulações implantadas no contexto da sociedade industrial estão, por sua vez, profundamente abaladas, é o mesmo contrato social que, sem dúvida, deve ser redefinido a novas expensas.

Tratar-se-ia de realizar um triplo pacto, de solidariedade, de trabalho e de cidadania, pensando as condições de inclusão de todos para que possam comerciar juntos, como se dizia na época do Iluminismo, isto é, “fazer sociedade”. (CASTEL, 1999, p. 35). Veremos mais adiante como esse ponto de vista entre em divergência com o posicionamento anterior de R. Castel sobre as relações entre sociedade, especialistas e Estado; além disso, sua proposta de um Estado Social em vez de um Estado Providência é aquilo que remete a um debate subliminar com F. Ewald.

Em “A nova questão social”⁵, Castel (1999) nos esclarece o que entende por um Estado

5 Após esse breve resumo da “Introdução”, pularei para o último capítulo “A nova questão social” e a “Conclusão”, conforme a leitura realizada para o curso “Antropologia do Trabalho”. A ausência desse longo trajeto de seu livro, no qual imagino que o autor fornece uma historicização da sociedade salarial e formula as bases documentais das hipóteses sobre o fenômeno do desemprego em massa, é resultado dos objetivos dessa leitura da obra de Castel. Na confecção desse trabalho final, optei pela leitura de uma variedade de textos publicados ao invés de um aprofundamento da leitura de um único livro, talvez por pensar que isso contribuiria para obter informações mais sintéticas sobre sua teoria, em detrimento de um conhecimento detalhado de sua metodologia e fontes.

Social, capaz de retomar esse pacto de solidariedade⁶. Ele também constata que todo Estado moderno é mais ou menos obrigado a “fazer social” para mitigar algumas disfunções gritantes, assegurar um mínimo de coesão entre os grupos sociais, criando categorias como “Estado liberal” e “Estado socialista” e “Estado social-democrata” para falar das diferentes perspectivas de justiça redistributiva em ação na esfera pública (CASTEL, 1999, p. 498-499). O autor também percebe que o Estado social, por outro lado, também aprofunda, ainda, a distância em relação aos grupos de pertencimento, sendo que essa forma de fazer sociedade não exige senão investimentos pessoais muito limitados e uma responsabilização mínima. O Estado social, assim, instala uma conjuntura favorável para que o Estado torne-se o principal suporte e a principal proteção do indivíduo, mais do que o pertencimento a coletivos concretos como a família e a vizinhança, reunindo-o a um coletivo abstrato enquanto mitiga sua vulnerabilidade (CASTEL, 1999, p. 508).

É nesse sentido que se pode compreender o Estado social como algo que, ao recriar proteção e vínculos diferenciados, cria dependência, sendo que após a instalação da mesma “[...] o Estado deve manter suas proteções por meio de uma ação contínua. Se o Estado se retira, é o próprio vínculo social que corre o risco de se decompor.” (CASTEL, 1999, p. 508-509). Mas adiante, depois de esboçar seu conceito de individualismo negativo, chegar a afirmar que “[...] o poder público é a única instância capaz de construir pontes entre os dois pólos do individualismo e impor um mínimo de coesão à sociedade.” (CASTEL, 1999, p.610), reivindicando um “Estado estrategista” e “até mesmo protetor”, já que não há coesão social sem proteção social: reclama, ao que parece, uma intervenção estatal para evitar o processo de desfiliação.

Esse delineamento de um Estado social é produto de um conjunto de constatações acerca da precarização do trabalho na França do fim do século XX: o contrato de trabalho por tempo indeterminado está em via de perder sua hegemonia, a flexibilização das relações de trabalho vem ganhando terreno, há jovens que vagam de estágio em estágio. Não haveria necessariamente uma correlação entre escolaridade e empregabilidade, já que os jovens realmente não qualificados correm o risco de não ter nenhuma alternativa para o desemprego, visto que os postos que poderiam ocupar estão tomados por outros mais qualificados que eles: é ilusório deduzir daí que os não empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade (CASTEL, 1999, p.521). Além disso, ainda há uma não empregabilidade dos qualificados, os gerentes, por exemplo (CASTEL, 1999, p.521), sem falar na terceirização, no desemprego recorrente, na precariedade como destino e no déficit de lugares ocupáveis na estrutura social.

Tanto os trabalhadores que estão envelhecendo e que não encontram mais emprego quanto os jovens que nunca trabalharam e vagam de estágio em estágio ocupam uma mesma posição: aquela de supranumerários, não integrados e sem dúvida não integráveis, pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes (CASTEL, 1999, p. 530). O autor retoma, a partir dessas constatações, a formulação de seu modelo⁷. Põe-se a partir daí a analisar as situações

6 “... com o progresso, não se trata mais de instaurar à força, aqui e agora, um mundo melhor, mas de preparar transições que, progressivamente, é oportuno dizer, permitirão que dele se aproxime. Essa representação da história é indissociável da valorização do papel do Estado. É preciso um ator central para conduzir tais estratégias, obrigar os parceiros a aceitarem objetivos sensatos, zelar pelo respeito dos compromissos. O Estado social é esse ator.” (CASTEL, 1999, p. 498)

7 “Propus uma hipótese geral para dar conta da complementaridade entre o que se passa num eixo de integração pelo trabalho – emprego estável, emprego precário, expulsão do emprego – e a densidade da inscrição relacional em

em que há correlação entre a degradação do status ligado ao trabalho e a fragilização dos suportes relacionais (família e vizinhança, mas também participação em grupos, associações e sindicatos), montando um modelo no qual é possível enxergar uma homologia entre o vagabundo das sociedades pré-industriais e pessoas sem domicílio fixo na sociedade contemporânea (CASTEL, 1999, p. 535), ou ainda o jovem toxicômano do subúrbio, cujo corpo é o único bem e vínculo, aquilo que ele trabalha, faz gozar e destrói numa explosão de individualismo absoluto (CASTEL, 1999, p. 603).

Em todo caso, ao desfilado falta não tanto uma rede de relações sociais, mas de projetos de vida:

[...] o que chamei de desfiliação poderia ser trabalhado para mostrar que não equivale necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas também à ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido sendo que [...] O que lhes falta [aos jovens] é menos, sem dúvida, a comunicação com outrem (esses jovens têm, amiúde, relações mais extensas do que muitos membros das classes médias) do que a existência de projetos através dos quais as interações ganhem sentido. (CASTEL, 1999, p. 536).

A partir daí ele realiza uma análise das políticas públicas relativas ao trabalho na década de 80, mostrando como acontecem mais políticas de “inserção” do que de “integração”, na medida em que elas seguem uma lógica de discriminação positiva, com ações focalizadas, mobilização de parceiros, desenvolvimento de atividades autogeridas, o apelo aos recursos e poderes locais: o resultado é o que Castel designa instalação do provisório como modo de existência (CASTEL, 1999, p. 543).

Essas políticas são mais “territoriais” do que “territorializadas”, ou seja, mobiliza, essencialmente, recursos locais para tratar “in situ” do problema, favorecendo a manutenção local dos conflitos (CASTEL, 1999, p. 550-551). Os projetos de renda mínima seriam uma oxigenação sem transformação, algo como um acompanhamento permanente, uma condenação à eterna inserção (CASTEL, 1999, p. 555-556).

Mas não é só de diagnósticos sobre o fenômeno do desemprego em massa e de clamores à manutenção da coesão social (CASTEL, 1999, p. 591) que o livro é composto, mas também de um desenho das eventualidades que comprometerão o futuro em um sentido diferente em função das opções que forem feitas em matéria de política econômica, de organização do trabalho e de intervenções do Estado social. Assim, ao contrário dos “fazedores de projeto”, não delinea proposta, mas aponta como eventualidades: continua a se acentuar a degradação da condição salarial desde os anos 70 (CASTEL, 1999, p. 560), a se tentar manter a situação atual mais ou menos como está, multiplicando os esforços para estabilizá-la (CASTEL, 1999, p. 564), reconhece a perda da centralidade do trabalho e a degradação da condição de assalariado, e tenta encontrar-lhe escapatórias, compensações ou alternativas (CASTEL, 1999, p. 571) e preparar uma redistribuição dos “raros recursos” que provêm do trabalho socialmente útil (CASTEL, 1999, p. 580).

A interpretação de Castel (1999) sobre essa vulnerabilidade de após proteções – ou seja, a derrocada da sociedade salarial, na qual o emprego estável e o assalariamento tinham sido uma realidade para muitos – tem como eixo a noção de individualismo negativo. Dialogando com a noção de “individualismo de massa” de M. Gauchet, de “individualismo coletivo” de

redes familiares e de sociabilidade – inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Tais conexões qualificam zonas diferentes de densidade das relações sociais, zona de integração, zona de vulnerabilidade, zona de assistência, zona de exclusão ou, antes, de desfiliação” (CASTEL, 1999, p. 532)

Tocqueville, de “individualismo de mercado”, de A. Fox e de “individualismo” de L. Dumont, ele mostra que o tipo de implicação em coletivos descrito por Tocqueville assegurava, ao mesmo tempo, a identidade social dos indivíduos e sua proteção máxima: entretanto, nessa sociedade existem formas de individualização que poderiam ser classificadas de individualismo negativo, que são obtidas por subtração em relação ao encastramento em coletivos (CASTEL, 1999, p. 596). Diz ainda que

A força desse individualismo conquistador [individualismo de mercado de Fox], assim como a persistência do ‘individualismo coletivo’, ocultaram a existência de uma forma de individualização que reúne a independência completa do indivíduo e sua completa ausência de consistência. O vagabundo representa o paradigma. O vagabundo é um ser absolutamente desengatado (desfiliado). (CASTEL, 1999, p. 597).

Enfim, o individualismo é negativo por que se declina em termos de falta – falta de consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis (CASTEL, 1999, p. 598), apontando para uma fragmentação que tornaria a sociedade ingovernável (CASTEL, 1999, p. 609).

Os efeitos dessa concepção sobre a condução das políticas sociais (de renda mínima, por exemplo) é ilustrada através do modo como os servidores públicos lidam com a população desempregada: pedem aos indivíduos mais desestabilizados que se conduzam como sujeitos autônomos, solicitando que formulem um projeto para o qual lhes darem subsídio e acompanhamento (CASTEL, 1999, p. 605-606), avaliam se o solicitador “merece” de fato o Retorno Mínimo de Inserção (RMI) (CASTEL, 1999, p. 606), de maneira que aquele que quem pedia um socorro sempre tinha que fazer reconhecer seu pertencimento comunitário (CASTEL, 1999, p. 606). Ou seja, os funcionários fazem um apelo à mobilização dos sujeitos, apesar do solicitador não ter nada mais a apresentar senão o relato de vida, e os fragmentos de uma biografia esfacelada constituem a única moeda de troca para o acesso a um direito (CASTEL, 1999, p. 609). Como veremos mais adiante, essas interpretações sobre os programas de renda mínima tem grande ressonância com a atuação dos funcionários nos serviços de saúde.

Finalizado esse resumo de *As Metamorfoses da questão social*, a seguir reunirei mais contribuições de Castel sobre a proteção social, no sentido de colaborar para um maior entendimento de seus argumentos e das conseqüências teóricas e metodológicas dos mesmos.

Em Castel (1978c) o autor apresenta as políticas sociais de combate à pobreza nos EUA, mostrando o quando o estatuto da miséria nessa “sociedade da abundância” desenvolve uma política de assistência que parece mais uma gestão social das deficiências individuais, na qual a população objeto da ação governamental são profundamente responsabilizados por sua condição (CASTEL, 1978c, p. 48; p. 59), justificando os “remédios morais” prescritos para as “causas morais” (CASTEL, 1978c, p. 49). Em continuidade com suas pesquisas sobre os saberes médicos e “psi”, mostra como as entrevistas dos candidatos ao seguro social envolvem uma exposição do sofrimento, sendo que a avaliação é guiada por técnicas de “case-work”, incluindo visitas àqueles que recebem os “benefícios” para verificar sua condição de capacidade de trabalho: eis o processo de profissionalização do trabalho social (CASTEL, 1978c, p. 51; p. 59). Trata-se do desenvolvimento, a partir de 1910, de um novo código de interpretação das condutas desviantes e marginais que se impôs à sociedade americana, produto da confluência do sucesso da psicanálise e do movimento de higiene mental no que tange à exploração do domínio do patológico, algo como uma interpretação psico-moralizante dos pobres, responsabilizando-os pelo seu infortúnio (CASTEL, 1978c, p. 52): eis o processo de proliferação

de técnicas psicologizantes em instituições sem função terapêutica, gerando uma “repersonalização negativa”, na qual a pessoa do pobre é a origem de todas suas carências (CASTEL, 1978c, p. 60). O candidato ao seguro social, “beneficiário”, passa a ter que ser “merecedor” do mesmo (CASTEL, 1978c, p. 53-54), de modo que essa nova tecnologia constrói categorias como famílias desestruturadas, entre outras, além de instaurar uma situação de dependência completa, na qual o candidato fica a errar de serviço em serviço, oferecendo-se a qualquer tipo de humilhação (CASTEL, 1978c, p. 54).

Essa interpretação sobre o sistema público de distribuição de seguros sociais permite ao autor formular um modelo que pode ser estendido para outras “estratégias governamentais”, levando-o a descrever e analisar os “acts” da gestão Kennedy na década de 60 (CASTEL, 1978c, p. 56-67). Haveria um acento sobre a participação da comunidade e iniciativas orientadas à comunidade e uma suspeita sobre a capacidade de instituições clássicas de assistência (grandes hospitais, mas também asilo, por exemplo) manterem seu encargo, gerando uma massa de especialistas competentes lançando-se rumo ao desbravamento de novas fronteiras, promotores entusiastas de programas profetizando o fim da miséria (CASTEL, 1978c, p. 57). Concluindo, o autor nota que o “direito” à proteção social envolve se expor a todo tipo de humilhação (CASTEL, 1978c, p. 58).

Em continuidade com essa descrição e análise da atuação dos especialistas envolvidos na implantação de políticas sociais, Castel (1983) mostra uma mudança na tradição de medicina mental e do trabalho social, da atuação sobre o sujeito, na relação terapêutica, sobre seu sofrimento ou sintoma, para a atuação sobre fatores de risco, através de exames, sobre probabilidades de alguém se tornar perigoso: novas formas de gestão de população são geradas no pós-guerra, centradas na categoria “risco”, privilegiando estratégias preventivas com base em saberes epidemiológicos (CASTEL, 1983, p. 119). A psiquiatria passa a se ocupar de populações de risco e menos com sujeitos perigosos, mantendo continuidades e descontinuidades com o eugenismo. Desenvolvem-se práticas de gestão e administração de riscos e menos práticas clínicas de alívio do sofrimento: lida-se com o que é mais provável de ocorrer, constituindo uma nova modalidade de vigilância, ocupando-se com correlações estatísticas e cálculo de probabilidades, no sentido da prevenção (CASTEL, 1983, p. 123).

Uma das implicações práticas e políticas dessa tecnologia do risco é a perspectiva de uma gestão autônoma de populações, formulada a partir de um diagnóstico de “handcap”, um acompanhamento e proteção contínuos de sua existência (CASTEL, 1983, p. 124). O autor chega a supor que tal tecnologia de gestão se conjuga com as sociedades neoliberais de modo estreito, operando sobre a base da vulnerabilidade e constituindo algo como uma ordem pós-disciplinar (CASTEL, 1983, p. 126): seria possível que às populações programarem-se a si mesmas, o saber da informática, de modo que os indivíduos vem a ser inscritos em seu territórios, uma certa naturalização do social. A prevenção dos riscos como tecnologia de intervenção governamental instalaria a uma geografia social, um fluxo populacional dos capazes e incapazes, prevendo trajetórias sociais através da avaliação científica dessa capacidade (CASTEL, 1983, p.127).

Levando em conta essas duas contribuições, já podemos notar pelos menos duas coisas: primeiro, a crítica contundente de Castel à ação governamental e as tecnologias dos especialistas; segundo, essa crítica direciona-se tanto à responsabilização individual (delineando a exposição do sofrimento como moeda de troca nos serviços públicos ligados ao seguro social) quanto à prevenção (levar em conta mais as probabilidades e riscos a partir de exames do que a queixa de sofrimento a partir da relação médico-paciente). Assim, vemos uma continuidade

entre a primeira dessas críticas e o modo como Castel aborda as “políticas de inserção” na década de 80, descritas acima: a espera de que o próprio indivíduo subverta sua condição de miséria, contida no procedimento de estimulá-lo a montar um “projeto de vida” para receber o seguro social em contrapartida, diz respeito a esse assunto. Por outro lado, é com grande surpresa que observo uma descontinuidade entre sua crítica às tecnologias de gestão de populações e seu clamor à atuação do poder público sobre o processo de desfiliação: parece que tal intervenção “preventiva” do governo não parece ser objeto de crítica, mas justamente a base de sua proposta de um Estado social.

Assim, em um texto anterior à publicação das “Metamorfozes”, Castel (1994) desenha parte do quadro apresentado anteriormente sobre o aumento da zona de vulnerabilidade no contexto da precarização do trabalho e aponta propostas teóricas e governamentais para lidar com a questão do desemprego em massa. A proposta teórica seria o modelo do processo de desfiliação, avançando sobre os limites impostos pelos modelos que tomam como palavra-chave “exclusão”, remetendo geralmente a um estado e não um processo. A proposta governamental seria uma intervenção preventiva contra o processo de desfiliação social⁸. Portanto, em outro momento de sua obra Castel não só descreve como também questiona as intervenções preventivas no âmbito da ação governamental, designada capilaridade estatal, embora neste momento mais recente, citado acima, descreve e também propõe medidas governamentais preventivas – e reparadoras inclusive. Vejam que se trata de uma mudança na relação entre os saberes e poderes do próprio pesquisador, para dizer de um modo foucaultiano o que já disse de outro modo anteriormente.

Nesse mesmo texto o autor mostra que a desfiliação não é apenas um estado, mas uma maneira de ser (um ‘ethos’) vivida numa relação com o tempo simultaneamente eterno e fugidivo, com um passado muito fino, pois poucas coisas foram transmitidas familiarmente, escolarmente, culturalmente e com muito pouco porvir, pois não existem mais que frágeis suportes em que possam atar neles uma trajetória, algo como um “no future” (CASTEL, 1994, p. 44), restando ao desfiliado o tédio, a derrisão, a toxicomania e/ou a errância (CASTEL, 1994, p.45). Assim, o autor reúne elementos para apontar o fenômeno do desemprego em massa para além da visão economicista, na medida em que procura delinear a experiência da desfiliação como algo propriamente sociológico, um ethos.

A partir de agora vamos entrar em contato não mais com as publicações que antecederam *As Metamorfozes* (CASTEL, 1999), mas com aquelas posteriores à mesma. Procuo retirar desses artigos os desdobramentos da formulação teórica do autor: a diferença entre exclusão e desfiliação; o modelo das zonas de coesão, vulnerabilidade, desfiliação e assistência; a idéia de Estado social, entre outros.

A heterogeneidade dos usos do termo exclusão (CASTEL, 2000a, p. 18), sua conotação de estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais (CASTEL, 2000a, p. 22) e o fato dela remeter pelo menos a três procedimentos diferentes para com categorias da população (CASTEL, 2000a, p. 38-39) – qual seja, supressão completa da comunidade, construção de espaços fechados e isolados da comunidade e status especial que lhes permita coexistir na comunidade – leva Castel a suspeitar dessa noção e a formular sua idéia

⁸ “A incidência prática destas propostas se dá então no entendimento de que uma dupla política social seria possível ou ao menos pensável: uma, predominantemente preventiva, consistiria em controlar a zona de vulnerabilidade por medidas gerais; a outra, predominantemente reparadora, se proporia a reduzir a zona de desfiliação por medidas concretas de inserção. Sob este segundo aspecto, a lei sobre o Retorno Mínimo de Inserção (RMI) marca o começo de uma tomada de consciência.” (CASTEL, 2000a, p. 48)

de processo de desfiliação. Enquanto a exclusão seria o desfecho de procedimentos oficiais e representaria um verdadeiro status, algo como uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção (CASTEL, 2000a, p.42), o processo de desfiliação estaria ligado à degradação das condições de trabalho ou ainda a fragilização dos suportes de sociabilidade (CASTEL, 2000a, p. 42), a uma degradação relacionada a um posicionamento anterior, mais protegida e assegurada (CASTEL, 2000a, p. 23): “Podemos assim distinguir, pelo menos metaforicamente, ‘zonas’ diferentes da vida social na medida em que a relação do trabalho for mais ou menos assegurada e a inscrição em redes de sociabilidade mais ou menos sólida.” (CASTEL, 2000a, p. 23). Os excluídos, assim, povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social (CASTEL, 2000a, p.23), enquanto os desfiliados estariam ligados à terceira figura da exclusão, por atribuição de um status especial a certas categorias da população (CASTEL, 2000a, p. 46).

Enquanto a exclusão remete a um estado, a desfiliação remete a um processo: essa abordagem possibilitaria justamente ressaltar a dinâmica que leva aos estados de exclusão, à relação entre a lógica econômica e a coesão social (CASTEL, 2000a, p. 26), assim como atuar preventivamente sobre o processo de vulnerabilidade de massa, mantendo assim a integração social (CASTEL, 2000a, p. 26; p. 32). Mas essa distinção entre exclusão e desfiliação não ajuda, no entanto, a compreender o paradoxo de jovens da periferia cuja existência é feita de iniciativas fracassadas e andanças sempre recomeçadas, mas cujos múltiplos encontros efêmeros e contatos esporádicos o fazem menos isolados que a maioria dos jovens de classe média: dizer que o ativismo desses jovens não leva a nada ou mesmo designar sua vida como um “nomadismo imóvel” (CASTEL, 2000a, p. 19-20) não retira o potencial disruptivo desse dado para o modelo de Castel. Embora ele pense a integração como a inscrição em redes de relações social com valor/sentido, algo que esteja imerso em um projeto de futuro, não é menosprezando o valor das redes de relações desses jovens que o valor heurístico de seu modelo será enriquecido: será que o valor/sentido de que fala Castel é apenas aquele suporte social capaz de oferecer estabilidade e proteção?

O autor aproxima sua análise das transformações da questão social daquela de Polanyi sobre o início do capitalismo industrial, em palestra na PUC/RJ (CASTEL, 2000b), tornando o momento de perda das proteções trabalhistas no contexto contemporâneo da Europa Ocidental um produto da mundialização da economia e do retorno forçado do mercado auto-regulado, acentuando a competição e concorrência entre e intra Estados (CASTEL, 2000b, p. 236-237). Retomando os apontamentos de Durkheim sobre a coesão social, afirma que a nova questão social pode ser descrita como o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego (CASTEL, 2000b, p. 239). Estar integrado é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade (CASTEL, 2000b, p. 254). Define sociedade salarial – cujo auge se deu na França da década de 70 – como aquela na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente na sua renda mas, também seu status, sua proteção, sua identidade (CASTEL, 2000b, p. 243). O emprego estável se tornou um novo tipo de seguridade, tanto quanto propriedade, o patrimônio (CASTEL, 2000b, p. 243), algo como um valor, o salariado tendo exercido um papel de atração sobre o conjunto da sociedade (CASTEL, 2000b, p. 244) e possibilitado controlar o futuro, dado que o presente é estável (CASTEL, 2000b, p. 245).

Daí tem-se a dimensão da flexibilização das relações de trabalho e da terceirização, insta-

lando a instabilidade onde antes havia estabilidade, sendo que aqueles que perdem essas garantias em meio a uma sociedade cujas redes de proteção próxima (suportes identitários como a família, a vizinhança e as corporações) estão cada vez mais fragilizadas e vivem um duplo isolamento (CASTEL, 2000b, p. 257): “Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro [...]” (CASTEL, 2000b, p. 251-252), um retrato do individualismo negativo. Sua posição é a de que não podemos abandonar a questão do trabalho e devemos continuar questionando se é possível controlar esse processo de desagregação da sociedade salarial (CASTEL, 2000b, p. 263).

Tendo em vista essa posição, fica mais clara sua premissa de que o indivíduo não pode existir na sociedade sem um mínimo de apoios coletivos e de que o Estado é levado a executar um papel preponderante para regular os disfuncionamentos sociais (CASTEL, 2000c, p. 18-19), assim como sua perspectiva durkheimiana segundo a qual a integração do indivíduo ao coletivo é uma preocupação central: o Estado é o signo da proteção, das garantias mínimas contra os riscos da existência, o promotor da coesão social (CASTEL, 2000c, p. 19). Segundo o autor, trata-se mais de um Estado Social que um Estado Providência (CASTEL, 2000c, p. 19; p. 30)⁹.

Existiriam três formas de proteção social: as reconciliatórias, assumidas pelo meio ambiente imediato (família, vizinhança), as institucionalizadas não estatais (Igreja, confrarias, corporações) e as estatais e/ou públicas, como as aposentadorias (CASTEL, 2000c, p. 20-22). O seguro social ao considerados “válidos” pelo governo, ou seja, aqueles considerados capazes de trabalhar, mas que não estão inseridos em um emprego estável (CASTEL, 2000c, p. 24), são seu objeto, mas do que os “inválidos” por doença, por exemplo. As formas de proteção social estatais se formam justamente em relação a essa indigência válida, geralmente providenciada pela filantropia dos notáveis, o paternalismo patronal, uma espécie de moral institucionalizada (CASTEL, 2000c, p. 26-27), de modo que só é possível falar de um Estado social ou de um papel social especificamente exercido pelo Estado que ele se posiciona com a terceira parte entre patrões e empregados: na França, esse papel começou a emergir entre os séculos XIX e XX, quando o governo da república ocupa o lugar de árbitro e pacificador, em nome do interesse geral (CASTEL, 2000c, p. 27-28).

Em um último artigo sobre os caminhos da desfiliação, no qual coloca em questão em que medida a insegurança no trabalho e relações de vulnerabilidade daí advindas são um fenômeno “novo”, confrontando categorias e classificações administrativas – como “desempregado de longo tempo” – com as suas – o modelo das “zonas” de integração, vulnerabilidade, desfiliação e assistência (CASTEL, 2000d). Seu contraste com tais categorias administrativas diz respeito ao teor economicistas das mesmas, baseado no fato do indivíduo ter ou não dinheiro, enquanto ele ressalta o quanto o indivíduo pertence ou não a coletivos como família e vizinhança, o quanto ele tem ou não contatos, interação, suporte social (CASTEL, 2000d, p. 520). Seu modelo permitiria ver um contínuo da integração à exclusão na organização do trabalho e da integração ao isolamento nas relações sociais (CASTEL, 2000d, p. 523). O cruzamento entre esses eixos marcaria zonas no espaço social, de acordo com o grau de coesão obtido: estar em uma zona de integração significa que alguém tem a garantia oferecida por um emprego

9 “O Estado social intervém enquanto redutor da falta de seguro (daí a denominação ‘Estado providência’ ser particularmente inadequada por dar a entender que ele seria antes de mais nada um provedor de socorro na lógica da assistência). O Estado não intervém nas relações de produção, mas ele reduz a arbitrariedade das relações empregadas ao desenvolver o direito do trabalho. Sua função redistributiva é fraca, mas ele previne contra a desgraça ao garantir um mínimo de recursos quando o trabalhador é incapaz de prover sozinho a suas necessidades devido a doença, acidente ou velhice.” (CASTEL, 2000c, p.30)

estável e pode mobilizar relações de suporte social sólidas, enquanto a zona de vulnerabilidade envolve tanto trabalho informal quanto relações sociais frágeis e a zona de desfiliação combina ausência de trabalho e isolamento social, enquanto a zona de assistência combina ausência de trabalho com fortes coeficientes de suporte social (CASTEL, 2000d, p. 525). Essa síntese de seu modelo dinâmico do processo de desfiliação permite a ele interpretar fenômenos como o das famílias de imigrantes monoparentais e sua ausência de horizonte (CASTEL, 2000d, p. 531).

3. Entre o “Estado Social” e o “Estado Providência”: um questionamento da obra de Robert Castel a partir do debate com François Ewald, Karl Polanyi e José Sérgio Lopes

A principal consideração acerca dos estudos de R. Castel descritos acima dizem respeito a suas continuidades e descontinuidades com os trabalhos de F. Ewald (1986; 1991), principalmente sobre a controvérsia entre Estado Social e Estado Providência. O objeto do estudo de Ewald (1986) é entender, através da problematização do acidente nos dois últimos séculos, a proliferação de instituições de seguro e o nascimento da seguridade social, o aparecimento do Estado Providência, um dos processos de socialização que caracteriza a história contemporânea de nossas sociedades: a socialização das responsabilidades (EWALD, 1986, p. 16).

Para Ewald (1986), o acidente, esse evento minúsculo e pouco significativo, que parecia concernir a cada um em sua intimidade individual e familiar, se torna, segundo processo complexo que poderia servir para caracterizar a história de nossas sociedades, um fenômeno social, gerador de deveres e obrigações próprias. (EWALD, 1986, p. 15). São características do acidente moderno a regularidade e o fato dele ser um produto da vida coletiva (EWALD, 1986, p. 17). Ao contrário de R. Castel (1978c), que veria um paradoxo entre a guerra contra a miséria em uma sociedade da abundância norte-americana, F. Ewald vê uma interdependência entre riqueza e insegurança¹⁰: viver tornou-se mortal, já que mesmo assegurados pela riqueza e os recursos tecnológicos disponíveis, nos encontramos encarcerados na manutenção de fronteiras com um mundo da pobreza e da ausência de recursos, ou seja, torna-se vital afastar o risco e essa atividade contínua torna viver algo sempre em suspense (EWALD, 1986, p. 16). Sua abordagem permitiria entender a maneira como passamos, em matéria de seguridade, de uma problemática da responsabilidade a uma problemática da solidariedade, de modo geral com a transformação das relações de obrigação, a passagem do direito civil ao direito social, seguindo a formação desse novo contrato social que nossas sociedades propuseram aos cidadãos e que vai fazer das mesmas, sociedades asseguradas (EWALD, 1986, p. 16)

Resumindo seu argumento sobre a razão liberal, que permite uma explicação do processo de responsabilização individual de que nos fala Castel (1978c; 1983), a posição liberal do direito o impede de reconhecer qualquer direito à assistência. Compreende que cada um é o único responsável pela sua vida¹¹. Esta é uma maneira de definir a liberdade como um impedimento

10 “Ela [a riqueza] se acompanha, ao contrário, de uma maior insegurança, de uma insegurança cujo custo individual e coletivo é cada vez mais percebido. Longe de permitir o repouso do bem-estar, o crescimento moderno da riqueza é marcado por uma maior necessidade de segurança. Ou melhor, por um tipo de movimento em espiral ligado ao custo da insegurança que é socializado pelas instituições de segurança (Seguridade Social e Companhias Mutuais), a produção de segurança clama sem parar por sua própria manutenção. A necessidade de segurança parece se alimentar de sua própria satisfação.” (EWALD, 1986, p.15)

11 “[...] chacun est, doit être, est supposé être responsable de son sort, de sa vie, de sa destinée. (EWALD, 1986, p. 64).

de atribuir ao outro a carga que lhe pertence. Esta objetividade é um tipo de racionalidade na qual os liberais projetaram o diagrama de uma sociedade bem ordenada, portanto, ela guarda em si um princípio de regulação e de constante aperfeiçoamento/progresso. O Liberalismo condena toda idéia de um direito dos pobres a uma assistência legal. Ele definirá um regime onde os deveres da sociedade se reduzirão à conservação dos “direitos naturais e imprescritíveis do homem” (liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão). Diante deste rigor que condena toda forma de assistência legal, o Regime Liberal terá de se corrigir, sendo este corretivo a caridade, a beneficência, um conjunto de deveres morais do rico em relação ao pobre. A Filantropia, ainda que em contradição com os princípios fundamentais do regime liberal, será imprescindível para minorar a aridez do regime, tornando-o viável. Desse modo, o dever de ajuda, a beneficência, serão representantes da contradição entre a utopia liberal formulada pela economia e as exigências da política, do governo das populações. Dito isto, os teóricos liberais, para defender a posição de que a caridade não pode ser legal, alegam que esta não pode pôr um fim à pobreza e, de outro modo, seria uma forma de legitimar a figura do pobre. Na medida em que os deveres de beneficência são de natureza moral, estes não podem ser considerados obrigatórios.

A responsabilidade pode ser um grande princípio regulador social, pressupondo um grande rigor. Isto porque permitir a qualquer um de se desfazer de sua responsabilidade e ser suportado por outro, será uma falta ao mesmo tempo econômica, moral e política. Isto será ir contra o princípio mesmo da ordem social, se privar de um aprimoramento individual e coletivo. O princípio da responsabilidade fornece a regra do julgamento liberal relativo à pobreza. As causas da pobreza estão alocadas no próprio pobre, nas suas disposições morais, na sua intenção.

É neste sentido que a insegurança, o acidente, o risco (a exemplo das péssimas condições de trabalho ou da ausência dele, o desemprego) são vistos como “condições naturais” da existência de todos e de cada um. Precariedade, instabilidade, incerteza, seriam características “naturais” da nossa vida neste mundo. Portanto, ter a segurança é uma exigência da liberdade, “a segurança não deverá ser um direito, mas somente um dever”. Consegui-la é resultado de uma luta, do exercício de uma virtude, a virtude liberal por excelência: a previdência (*la prévoyance*). Com o exercício dessa virtude os indivíduos podem ganhar sua autonomia e soberania, deixando de ser um brinquedo do destino.

Assim, vemos que existem mais aproximações do que distâncias entre as obras de Castel e Ewald. A distinção entre Estado social e Estado Providência diz respeito, suponho, muito mais à proposta de intervenção que Castel põe-se em curso do que às análises e diagnósticos da situação atual e seus determinantes. Para Ewald, no entanto, a constituição do Estado Providência fala justamente de um processo contínuo de socialização das obrigações, enquanto para Castel a necessidade do Estado Social se justifica exatamente pela insuficiência ou ausência dessa socialização, de modo que haveria a necessidade do governo intervir no processo de desfiliação.

Para concluir os comentários sobre a obra de Castel, apresento a seguir algumas considerações sobre sua referência a Polanyi, que diz respeito ao entendimento de que o desemprego em massa teria relação com o retorno do mercado auto-regulado. Polanyi (1980) aponta o mercado auto-regulado como algo que emergiu após a Revolução Industrial e que veio a caracterizar o que nós costumamos conhecer como economia, o princípio mercantil. Esse princípio de troca (POLANYI, 1980, p. 71) se sobrepôs aos demais – reciprocidade, redistribuição e domesticidade (com seus padrões de mercado correlatos, respectivamente simetria, centralidade e autarquia) – e fez com que a ordem na produção e na distribuição de bens fosse assegurada

apenas pelos preços (POLANYI, 1980, p. 81), de modo que a auto-regulação significa que toda a produção é para a venda no mercado e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Trabalho, terra e dinheiro passaram a ter mercados próprios, sendo seus preços chamados, respectivamente, de mercadorias, salário e aluguel (POLANYI, 1980, p. 82), sendo que com o desenvolvimento das fábricas e a maquinização, uma dessas ficções se destaca: “trabalho (mão-de-obra)” (POLANYI, 1980, p. 87).

Parece que Castel entende que a consolidação da sociedade salarial na década de 60 teria fornecido um grau de proteção social que colaboraria para a derrocada da hegemonia do mercado autorregulável, mas agora ele estaria voltando com força, na medida em que a flexibilização das relações de trabalho se instalava. Lopes (1971) nos chama a atenção para a trans-historicidade dos padrões de mercado descritos por Polanyi (LOPES, 1971, p. 54), o quanto sua proposta de uma economia substantiva descola a produção da distribuição de bens e serviços (LOPES, 1971, p. 56): “A corrente de Polanyi, desmistificando a universalidade do mercado e combatendo a transposição de um instrumental analítico que pressupõe o mercado para sociedade onde o mercado não existe, não consegue, no entanto, fugir do efeito mistificador do mercado na sociedade capitalista.” (LOPES, 1971, p. 57-58). Deste modo, quando Castel fala de um retorno do mercado auto-regulável, de certo modo está apagando grande parte de sua abordagem ao fenômeno da sociedade salarial, na qual se apresenta uma intensa historicização, ao invés de um manejo de conceitos trans-históricos.

4. Conclusão

Algumas – breves – considerações sobre a relação entre a obra de Castel e minhas pesquisas no campo da saúde mental podem ser retomadas nesse momento. Suas hipóteses sobre as políticas de inserção na França da década de 80 parecem também dizer respeito à forma como tenho descrito o processo de regionalização da assistência em saúde mental, uma tomada de encargo do serviço pelo território (SILVA, 2005a). Assim, territorializadas mais do que territoriais, as políticas de inserção que Castel (1999) descreve mobilizam muito mais os recursos e poderes locais para lidar com os problemas na própria comunidade, favorecendo a circunscrição dos conflitos por território e a manutenção dos mesmos no interior deles: assim também são as intervenções dos CAPS no território, procurando evitar internações e manter em comunidade egressos de internações psiquiátricas, mobilizando – e responsabilizando – familiares e vizinhos. Também o destaque dado à naturalização do social, ao fato dos especialistas das políticas sociais lidarem com fluxos de populações no espaço mais do que com indivíduos em sofrimento também diz respeito à atenção psicossocial: para evitar internações, muitas vezes são as populações de uma área circunscrita que estão sob monitoramento.

O modelo das zonas de integração, vulnerabilidade, desfiliação e assistência foi uma das contribuições de Castel (1999) ao campo da saúde mental, publicado em 1994, momento no qual o movimento pela reforma psiquiátrica vivia a consolidação de uma política pública de saúde mental, com a presença de muitos dos reformistas no governo, com o início do processo de difusão de CAPS pelo país¹². Parece a mim que a mudança na relação entre saberes e poderes no interior da própria produção de Castel, ou seja, seu teor propositivo recentemente mais

12 Mais de 1600 em 2011, já mais de 1000 em 2007, quando o texto foi escrito, os estabelecimentos extra-hospitalares de saúde mental designados Centros de Atenção Psicossocial - CAPS indicam uma cobertura assistencial superior às equipes de saúde da família no momento – ESF segundo dados governamentais. A cobertura populacional da saúde mental está em torno de 60%, enquanto a da atenção básica em 50%.

do que crítico no passado, provavelmente deve ter favorecido essa aceitação do modelo entre aqueles envolvidos com a “inserção social” dos loucos. Mas essas especulações exigiriam um exame mais detalhados da saúde mental enquanto “campo” justamente, tal com Bourdieu o concebe, tal como Lopes (1971) parece ter realizado com Polanyi em meio aos debates acadêmicos sobre a economia capitalista. Para não me prolongar mais, deixo isso para o futuro e fico por aqui!

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980.

_____. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2005. p.91-136.

CASTEL, Robert. *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978a.

_____. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978b.

_____. La ‘guerre a la pauvreté’ aux États Unis: le status de la misère dans une société d’abondance. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v.19, 1978c. p. 47-60.

_____. De la dangerosité au risque. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* v.47/48, 1983. p. 119-127

_____. *A gestão dos riscos: da anti-psiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Rodrigues Alves, 1986.

_____. Da indigência à exclusão, a desfiliação. In: Lancetti, A. (Org.) *SaúdeLoucura 4 – Grupos e Coletivos*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

_____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. As artimanhas da exclusão. In: Belfiore-Wanderley, Lucia; Yasbek, Maria (Org.) *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000^a. p. 17-50.

_____. As transformações da questão social. In: Belfiore-Wanderley, Lucia; Yasbek, Maria (Org.) *Desigualdade e a questão social*, São Paulo: EDUC, 2000b. p. 235-264.

_____. A escolha do Estado Social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n.3, 2000c. p. 18-35.

_____. The Roads to Disaffiliation: Insecure Work and Vulnerable Relationships. *Internacional Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n.3, 2000d. p. 519-535.

EWALD, François. *L’Etat Providence*. Paris: Bernard Grasset, 1986.

_____. Insurance and risk. In: Burchell, Graham et al. (Org.) *The Foucault effect: studies in governmentality*, University of Chicago Press: Chicago, 1991. p. 197-210.

LOPES, José Sérgio. Sobre um debate da Antropologia Econômica: a economia política de Polanyi. *Revista do Centro Latino Americano de Ciências Sociais*, ano 14, n.3-4, Rio de Janeiro, p.43-60, julho-dezembro, 1971.

_____. Notas críticas ao ‘Desemprego e Subemprego no Brasil’”. *Dados*, nº 18, 1978. p. 135-157.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SILVA, Martinho. Atenção psicossocial e gestão de populações: sobre os discursos e as práticas em torno da responsabilidade no campo da saúde mental. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 15, n. 1, 2005a. p. 127-150.

_____. Responsabilidade e reforma psiquiátrica brasileira: sobre a relação entre saberes e políticas no campo da saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano VIII, n. 2, 2005b. p. 303-321.

Expropriação e memória na região dos tabuleiros de cana

Lúcio Vasconcellos de Verçoza¹

Maria Aparecida de Moraes Silva²

Resumo: O presente estudo objetiva analisar o processo de expansão da lavoura canavieira para a região dos tabuleiros alagoanos, em face das transformações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho. A referida expansão, iniciada na década de 1950, será abordada sob as óticas da memória, trabalho e resistência. Para atingir tal escopo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas com ex-moradores de engenhos e fazendas canavieiras de Alagoas. As entrevistas foram conduzidas por meio da perspectiva dos estudos sobre memória (Thompson, 1992; Bosi, 1987 e 2004) que norteiam o uso da metodologia da história oral.

Palavras-chave: trabalho rural; agroindústria canavieira; proletarização; resistência; Alagoas.

Abstract: The present study aims to analyze the process of expansion of the sugarcane plantations in the region of Alagoas *Tabuleiros*, in views of changes in land structure and labor relations. Such expansion, started in the 1950s, will be discussed under the view of memory, work and resistance. To achieve this scope, we have conducted bibliographical researches and interviews with former residents of mills and sugarcane farms of Alagoas. The interviews were conducted through the perspective of studies on memory (Thompson, 1992; Bosi, 1987 and 2004) that guide the use of the methodology of oral history.

Keywords: rural labor; sugarcane agribusiness; proletarianization; resistance; Alagoas.

1 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar) e membro dos Grupos de Pesquisa "Trabalho e Capitalismo Contemporâneo" e "Terra, Trabalho, Memória e Migrações". E-mail: luciovercoza@yahoo.com.br.

2 Professora livre-docente da UNESP e Pesquisadora do CNPq. Coordena o Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migrações e atualmente é Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Autora dos livros, *Errantes do fim do século*; *Luta pela terra. Experiência e memória*. Ambos publicados pela Edunesp. E-mail: maria_moraes@terra.com.br.

Considerações Introdutórias

O mais recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira de Alagoas – iniciado a partir dos anos 1990 (CARVALHO, 2009) – alterou profundamente os critérios de recrutamento dos trabalhadores, o processo de trabalho e as formas de gestão do mesmo (PADRÃO, 1997; MELLO, 2002). Essas mudanças, além de acarretarem novas configurações no mundo do trabalho canavieiro, resultaram em grande diminuição no número de empregos, em intensificação do ritmo de trabalho e elevação de sua produtividade.

Entretanto, é importante sublinhar que essas novas feições do trabalho nos canaviais alagoanos foram construídas sobre as bases de um processo de modernização anterior (iniciado embrionariamente na década de 1950) que possibilitou uma vertiginosa expansão do plantio de cana-de-açúcar por meio da ocupação dos tabuleiros (áreas planas que eram consideradas impróprias para o cultivo da cana)³ (ANDRADE, 1959 E 1994; HEREDIA, 1988). Foi no bojo dessas mudanças no espaço geográfico e social ocupado pela lavoura de cana, que, paulatinamente, ocorreu o colapso do sistema de morada, característico das relações de trabalho dos engenhos de açúcar e que, naquele período (1950-1980), ainda predominava nas usinas.

A modernização da agroindústria canavieira alagoana engendrou um violento processo de expropriação, sofrido tanto pelos moradores das usinas e das fazendas de cana – que perderam o acesso ao roçado –, quanto pelos posseiros e sitiantes – que ocupavam, sobretudo, áreas dos tabuleiros. Esse processo foi fundamental para a formatação dos trabalhadores “da rua”⁴, que hoje representam, junto com aqueles que migram do sertão para o corte da cana, a esmagadora maioria dos trabalhadores dos canaviais. A expropriação dessas extensas faixas de terra possibilitou, de um só golpe, abrupta expansão das lavouras de cana para áreas planas e intensificação da proletarização da força de trabalho, sendo ambos os aspectos basilares para a construção da mais recente reestruturação desse setor produtivo.

Para analisar os sentidos dessas transformações, num primeiro plano, deter-nos-emos em como se constituía a dominação-exploração do trabalho no sistema de morada (pois este foi durante muitos anos a forma predominante de relação de trabalho nos engenhos e usinas). Num segundo momento, abordaremos a temática da resistência dos trabalhadores no período em que essa relação de trabalho era hegemônica. Por fim, analisaremos as mediações necessárias para compreendermos o processo de expropriação das terras dos tabuleiros e o declínio do sistema de morada.

Breves considerações sobre o sistema de morada

A figura do *morador* nas lavouras canavieiras do Nordeste precede a abolição da escravatura. Sua “institucionalização como forma predominante de relações de trabalho é, no entanto, um fenômeno característico do final do século XIX e começo do século XX” (SUAREZ, 1977). Para a mesma autora, o uso do trabalho escravo e do trabalho do morador foi fundamental para o modelo de produção de cana-de-açúcar do Nordeste por

[...] possibilitar à grande propriedade voltar-se para o seu auto-sustento sempre que as condições para produção comercial não eram favorecidas pelo mercado internacional, ocasionando o fechamento da propriedade em torno

3 Adiante descreveremos os tabuleiros de forma mais detalhada.

4 “Da rua”, ou “os da rua”, é como são denominados localmente os trabalhadores rurais que residem nas áreas urbanas.

da produção para subsistência de seus membros. Esta foi a maneira típica de reagir do setor açucareiro do Nordeste, em decorrência das oscilações do mercado internacional (SUAREZ, 1977, p. 22-23).

Portanto, de acordo com Suarez (1997), a imobilização de parte da força de trabalho era de suma importância para a manutenção da grande propriedade nos momentos de crise das exportações de açúcar. Esse é um dos fatores que explicam o predomínio do trabalho do morador após o fim da escravidão. Mas o que significava ser morador? Para responder tal questão, é válido transcrever a seguinte definição elaborada por Garcia (1988):

Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a morada acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estreita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos)⁵. (GARCIA, 1988, p. 9)

Como foi sublinhado por Garcia (1988) na transcrição acima, era o trabalhador quem pedia morada ao senhor, o trabalho vinha como corolário da morada. O pedido já indicava toda a fragilidade da condição de candidato a morador, pois explicitava que este sequer tinha acesso a algo básico para sua reprodução social: uma casa. Não era qualquer pessoa que estava habilitada a pedir morada, “só era admitido como *morador* o *trabalhador* que fosse chefe de família, isto é, que tivesse esposa e/ou filhos” (HEREDIA, 1988, p.118). Isto porque interessava ao grande proprietário de terras acumular, graças ao seu patrimônio fundiário, o máximo de “força social específica, tanto material, pelo número de ‘braços’ à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que o reconheciam como *senhores*” (GARCIA, 1988, p. 9). Tanto Garcia (1988) quanto Heredia (1988) ressaltam a dívida moral que ancora esse tipo de relação de trabalho:

O simples fato de ser o próprio trabalhador quem pedia *casa de morada* fazia com que, no próprio ato de ser constituído *morador*, contrair-se uma dívida moral, um reconhecimento para com o *senhor de engenho* que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma *casa* e trabalho. [...] A concessão do *senhor de engenho* e o reconhecimento a que se obrigava o *morador* que a recebia constituíam partes de um único sistema de dominação. A relação assim constituída era o pilar sobre o qual se estruturava a relação de *morada*.⁶ (HEREDIA, 1988, p. 118-119)

Era o *senhor* que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, esperanças de novas recompensas. O trabalho de

5 Grifos do original.

6 Grifos no original.

dominação é tanto mais eficaz quando o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante [...].⁷ (GARCIA, 1988, p.11)

Esta “forma específica de dominação” (PALMEIRA, 1977, p.113 *apud* ALBUQUERQUE, 2009, p.70) estimulava gratidão e fidelidade do morador ao grande proprietário, pois a casa, o roçado (terra na qual o morador produzia os cultivos de subsistência), a criação de animais (os moradores costumavam criar aves no terreiro da casa) e inclusive as festas, muitas vezes eram considerados pelos trabalhadores como um “dom” recebido.

Entrevistamos em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela/AL, uma ex-moradora⁸ de um engenho localizado no município alagoano de Chã Preta, que narrou como foi organizada a sua festa de casamento, ocorrida na década de 1940:

Entrevistada (E): *Meu pai disse que a situação não dava para ele fazer o meu casamento. A patroa do meu pai quando soube disse: “Diga ao Carlos que venha cá”. Aí meu pai foi... Quando chegou lá ela disse: “Carlos, você disse que não vai fazer o casamento de Maria porque o seu dinheiro é pouco e não dá para comprar os aprontamentos [enxoval] dela?” Ele disse: “Foi dona Isadora, é porque esse ano minha lavoura foi fraca e, como eu tenho muitos conhecidos, não posso fazer o casamento dela sem convidar os meus colegas. Eu não tenho como comprar os enxovais dela e ainda fazer essa festa.” Aí ela disse: “Olhe, o dinheiro que você tem traga para cá, e o aprontamento dela deixe por minha conta”. Ele deu o pedaço de dinheiro a ela ...O certo foi que ela comprou mesmo o enxoval, comprou casaco, comprou o véu, comprou o veste todo. Eu sei que quando foi no dia 20 de fevereiro houve o casamento. [...]*

Pesquisador (P): *E foi muita gente?*

E: *Foi gente que não foi brincadeira! Gente, gente, gente... [...] Quando foi de noite o sanfoneiro chegou, aí foi gente que nunca vi. [...]*

P: *E a festa foi na casa grande?*

E: *Foi, foi na casa do patrão.*

A entrevistada, que atualmente tem 88 anos, narrou à participação direta da senhora de engenho no financiamento e organização da sua festa de casamento como sendo um ato de generosidade. Até hoje ela demonstra ter grande gratidão pelos antigos patrões. É válido sublinhar que em geral eram da incumbência das senhoras de engenho a “promoção e o patrocínio das festas religiosas, assim como a promoção de batismo e casamento” (HEREDIA, 2008, p. 57). Por isso, a imagem da senhora de engenho, frequentemente, era associada a alguém de “bom coração”⁹. No entanto, havia a constante incerteza da garantia das supracitadas “vantagens” materiais e simbólicas, que poderiam “ser reduzidas a zero por meio de uma decisão unilateral do senhor” (GARCIA, 1988, p. 15).

Por isso, em contrapartida aos “dons” recebidos:

[...] os moradores tinham obrigações de trabalho precisas. Nos engenhos o mais comum era a obrigação de trabalhar ao proprietário cinco dias por semana durante a estação seca, quando a cana é cortada e se processa a moagem, e três dias durante a estação úmida, época em que são plantados os cultivos de subsistência, mas, quando o canavial exige menos trabalho. Estes

7 Grifos no original.

8 Os nomes dos entrevistados não serão revelados para evitar qualquer tipo de retaliação que por ventura possa ocorrer contra os entrevistados. Por isso todos os nomes citados nas entrevistas foram substituídos por outros fictícios.

9 Não foram por acaso os famosos versos de Capiba, escritos em 1943, e imortalizados na voz de Nelson Rodrigues: “Maria Betânia tu és para mim a senhora do engenho”. A metáfora de Capiba significava um elogio máximo à Maria Betânia.

dias de trabalho ao patrão eram remunerados a dinheiro, a taxas inferiores às pagas aos não-moradores para tarefas idênticas (GARCIA, 1988, p. 10).

Além da desvalorização do valor da força de trabalho dos moradores, expresso na remuneração¹⁰ mais baixa quando comparada aos não-moradores, ainda existe para os primeiros o inconveniente de estarem disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite e para executar qualquer tipo de trabalho, como demonstra o depoimento abaixo da mesma ex-moradora citada anteriormente:

Entrevistada (E): Ele [o senhor de engenho] tinha um filho que falou assim para o meu marido: “Eita Francisco, eu estou com vontade de moer uma caninha hoje para fazer uma rapadurinha, mas não tem lenha. Que jeito tu dá?” [...] Aí meu marido disse: “Se você quiser é agora”. Ele pegou uma estopa, forrou o ombro... serviu de burro carregando lenha no ombro, pra botar no engenho, que era para o finado Alberto fazer um tanto de rapadura para ele antes do pai chegar [o senhor de engenho estava negociando na feira de Viçosa e as mercadorias que seriam comercializadas foram transportadas em todos os animais de carga do engenho]. E assim, meu marido disse: “eu servi até de burro, carregando lenha nas costas, para o Seu Alberto moer cana escondido do pai”.

Não cumprir as ordens do grande proprietário, ou, como no caso mencionado acima, dos seus filhos, significava ser considerado ingrato e, conseqüentemente, colocar em risco a casa, o roçado e a própria reprodução social da família.

O sistema de morada não é caracterizado somente pela hierarquia entre o grande proprietário e os moradores. Existem ainda complexas distinções entre os moradores no que tange a aspectos como: 1) o tamanho do roçado concedido; 2) o que pode ser plantado no trabalho para si; 3) os animais que podem ser criados; 4) o direito de frequentar as feiras; 5) o tipo de atividade exercida nos dias de trabalho para o grande proprietário¹¹.

Conforme Palmeira (1977, p.105-106 apud NEVES E SILVA, 2008):

Se a casa e o terreiro constituem elementos inerentes ao próprio contrato de moradia, o mesmo não é verdade do *sítio* a que pode ter acesso o morador... (A)... possibilidade de acesso (a um *sítio*) ... é dada pelo ‘contrato’ e nunca o *sítio* em si, que é apenas uma forma de retribuição do proprietário ao morador por seu trabalho na cana e a que todos os *moradores* (estamos nos referindo naturalmente aos moradores de condição) são candidatos potenciais. [...] Mas não há dúvidas que a concessão de *sítios* representa o mais importante dos ‘prêmios’ que o senhor de engenho atribui ao *morador*, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade [...] E mais do que isso [...] [o morador com *sítio*] representa um mecanismo central de diferenciação interna dos *moradores* de um engenho. Esse mecanismo pode ser reforçado por outros expedientes que redobram essa diferenciação, como a permissão de plantar dentro dos *sítios* a cana, produto ‘nobre’ e rentável. Essa diferenciação vai

10 Nem sempre os dias de trabalho ao patrão eram remunerados em dinheiro. Como assinala Heredia (2008, p.52), os moradores dos sítios no interior dos engenhos alagoanos (equivalentes aos foreiros de Pernambuco), por disporem de sítios na propriedade do engenho, davam, em contrapartida, o cambão ou “dias de condição”: determinados dias de trabalho para o engenho e sem remuneração. Essas informações também foram confirmadas por ex-moradores entrevistados durante nossas pesquisas de campo em Teotônio Vilela.

11 Entrevistamos em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela, um ex-morador de 53 anos de idade que viveu sua infância e adolescência numa fazenda de cana em Chã Preta/AL. Ele nos informou que seu pai era um morador “privilegiado” por ser um trabalhador antigo e fiel ao fazendeiro. A atividade que este morador exercia nos dias de trabalho para o grande proprietário era de conserto de cercas, sendo que nem toda semana havia demanda para esse tipo de serviço. Por isso, esse morador tinha mais tempo para se dedicar ao trabalho para si, e, além disso, ele estava autorizado a vender a produção de seu roçado na feira.

se expressar na própria organização espacial do engenho [...].¹²(PALMEIRA, 1977, p.105-106 *apud* NEVES E SILVA, 2008)

Palmeira (1977) destaca que a distinção entre os moradores de uma grande propriedade canvieira ocorre fundamentalmente entre os moradores com sítio e os moradores que usufruem apenas do roçado (moradores de condição). Os primeiros detinham vantagens como: 1) realizar o trabalho para si numa parcela de terra maior; 2) plantar árvores frutíferas próximas à morada; 3) criar não somente aves, mas porco e outros animais de maior porte. Ainda ocorriam distinções internas aos moradores dos sítios, dentre as quais podemos destacar: nem todos eram autorizados a vender ou comprar produtos nas feiras; somente um número muito reduzido de moradores tinha permissão para plantar cana-de-açúcar no sítio; alguns chefes de família com sítio assumiam a função de supervisionar o trabalho dos moradores nos canaviais (HEREDIA, 1988; 2008).

Era nessa complexa trama de diferenciações:

[...] que o *senhor de engenho* estabelecia entre o conjunto dos *moradores* a ele ligados que se acrescentava a dívida moral e, portanto, também a fidelidade dos *moradores* para com ele. Assim, cada nova concessão, ou 'prêmio', acentuava e, portanto, garantia a reprodução dessa relação de dominação.¹³ (HEREDIA, 1988, p. 124)

Ser morador com sítio “era o modelo que todos os moradores pretendiam atingir” (HEREDIA, 1988, p. 124). No entanto, aqueles que se encontravam no topo da hierarquia dos moradores eram os que demonstravam “maior adesão ao *senhor de engenho*, tendo internalizado em maior medida, portanto, as normas desse sistema de dominação” (HEREDIA, 1988, p. 125). Em outras palavras, a “maior liberdade” dos moradores do sítio quando comparada à situação dos moradores de condição, é somente aparente, pois, o maior número de concessões do grande proprietário implica maior fidelidade e lealdade do morador. O fato de o morador com sítio estar no topo da hierarquia dos moradores não impede que este perca “da noite para o dia”¹⁴ o acesso ao sítio, aos produtos do trabalho para si e a morada.

Por isso, Garcia afirma que no sistema de morada a “troca objetiva toma a forma de ‘troca de favores’, distanciando-se das formas mercantis onde cada parceiro reflete sobre os seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa” (GARCIA, 1988, p. 11). A possibilidade de o morador conquistar vantagens materiais e simbólicas depende muito mais da relação que o morador tem com o grande proprietário do que de seu trabalho direto.

Quando esses mecanismos de exploração-domação não eram totalmente eficazes, ou seja, quando os moradores desobedeciam às ordens ou comprometiam o funcionamento desse sistema social de alguma forma, poderia ser feito uso da violência física. Muitas vezes, os castigos corporais eram realizados diante dos demais moradores, como num dos casos relatados cruamente no livro de memórias de Gregório Bezerra:

O cruel senhor do engenho chamou o homem e perguntou-lhe por ordem de quem havia chupado a cana. A desventurada criatura respondeu que estava com fome, por isso cortara a cana para chupar, mas a pagaria assim que começasse a trabalhar; não sabia se tinha sido proibido chupar cana no engenho, porque antes era permitido [fazia poucos meses que o engenho havia sido arrendado por um novo senhor de engenho]. O tatuíra, como resposta, mandou amarrá-lo no mourão da Casa Grande, lubrificá-lo com

12 Grifo no original.

13 Grifos no original.

14 O termo “da noite para o dia” é literal, pois não existia um aviso prévio em caso de expulsões de moradores.

mel e ordenou a seu *capataz* pôr o gado para lambê-lo. Dentro de poucos minutos, o homem começou a gritar e a pedir por Deus, por todos os santos que o sádico tatuíra o libertasse, ele passaria o resto da vida trabalhando de graça para o tatuíra, mas que o perdoasse [...] Pouco tempo depois, o homem era uma pasta de carne. O sangue escorria, o gado lambia-o e ele ainda implorava perdão do bandido latifundiário. Este, desgraçadamente, tinha um coração de tigre e [...] queria demonstrar sua *autoridade* perante os moradores, que, em pânico, eram obrigados a assistir àquela revoltante cena, para tomarem como exemplo. Mas ainda não estava no fim. O tatuíra, insatisfeito, mandou afastar o gado e desamarrar sua vítima, que estava em carne viva. Ordenou novamente lubrificá-lo com mel e prendê-lo no tronco de pés e mãos, para as formigas darem conta do resto. E deram. No dia seguinte, o homem amanheceu morto, transformado num grande formigueiro. Esse crime apavorou os habitantes do engenho.¹⁵ (BEZERRA, 1979, p. 52)

Esse suplício, que faz lembrar os relatos dos suplícios na Europa durante a Idade Média (FOUCAULT, 2002), ocorreu num engenho da zona da mata pernambucana, em 1908. Gregório Bezerra nesta época tinha oito anos de idade, e testemunhou, junto com outros moradores, o fato descrito. Mas por que algo aparentemente insignificante – chupar uma cana – motivou essa demonstração brutal de força do recém-chegado senhor de engenho? Talvez Gregório explicasse argumentando que a motivação do senhor de engenho estava em “demonstrar sua autoridade”. Na mesma linha, mas de forma mais aprofundada, Garcia (1988, p.15) explica que “os castigos corporais eram infligidos diante dos demais moradores, de maneira a produzir um efeito de demonstração e marcar claramente quem detém o uso legítimo da violência”. Portanto, a mensagem do senhor de engenho não significava somente reafirmar quem detinha autoridade, para além disso, estava sendo frisado quem podia e quem não podia fazer uso da violência, ou ainda, quem era senhor do próprio corpo e quem não era¹⁶.

Diante desse quadro, como os trabalhadores resistiam ao processo de exploração-dominância a que estavam submetidos? De um lado, uma forte dependência da morada que pertencia ao grande proprietário, da terra do roçado – que pertencia ao mesmo –, do barracão onde se comprava querosene e outros mantimentos – que também era do proprietário –, em suma: a reprodução social do morador ocorre sem ele ser proprietário de praticamente nada, sequer é plenamente proprietário da sua força de trabalho; do seu corpo¹⁷. Isto não somente pela supracitada questão do uso legítimo da violência, mas também no tocante à imobilização da força de trabalho, que deve ser fiel ao grande proprietário que cedeu a morada. A venda da força de trabalho numa grande propriedade vizinha, ou muitas vezes até a saída dos domínios do engenho para ir à feira, por exemplo, tinha que passar pelo crivo do grande proprietário, conforme o relato de um ex-morador entrevistado¹⁸:

Pesquisador (P): *O senhor morava em terra própria?*

Entrevistado (E): *Eu trabalhava para o engenho que fazia rapadura. [...] Nós trabalhávamos no cambão, que é trabalhar para pagar renda. Trabalhávamos*

15 Grifos dos autores.

16 Esse comentário sobre o uso do corpo também está apoiado em Garcia (1988).

17 Com esta afirmação não queremos dizer que o morador seria um escravo, pois o morador não era uma mercadoria, somente era mercadoria a sua força de trabalho e da sua família. Diferentemente do escravo, o morador podia procurar morada e trabalho em outra fazenda. Como bem define Marx (1980, p. 18-19) “o escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, numa vez para sempre ao comprador. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. É ele mesmo que constitui a mercadoria e não a sua força de trabalho.”

18 Entrevista realizada em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

três dias de condição para o fazendeiro e dois dias para a nossa roça.

P: *E a roça era grande?*

E: *A roça era pequena. Negócio de quatro tarefas de terra [aproximadamente 1,5 hectare].*

P: *Vocês recebiam salário no dia de trabalho de condição?*

E: *Não. Era só para pagar o arrendamento. Além de pagar o arrendamento com três dias de condição, ainda tinha mais ... no final da safra da nossa roça ainda tínhamos que tirar para pagar com algodão. Era o fazendeiro mesmo que comprava, sabe? Mas juntava tudo na comissão para pagar a renda. [...]*

P: *Quando o senhor trabalhava para o engenho, era na área do campo?*

E: *Eu trabalhava na área do campo cambitando¹⁹ cana para o engenho. [...] Mas só que no inverno também trabalhávamos zelando a cana [nos tratos culturais do canavial], que era para quando chegar o tempo da moagem o engenho moer. Trabalhávamos limpando os matos [...]*

P: *Nessa época o senhor também trabalhava para fazendeiros próximos ao engenho?*

E: *Trabalhava.*

P: *Na diária?*

E: *Na diária. E a diária era trabalhada, rapaz...*

P: *E o fazendeiro do engenho não reclamava?*

E: *Não. Ele dizia assim: "Quando não tiver serviço aqui na minha fazenda vocês podem trabalhar em outro canto" Aí trabalhávamos... Mas era difícil também...*

De acordo com outro ex-morador entrevistado, existia um grande risco de expulsão da morada nos casos de assalariamento em outras fazendas sem autorização do grande proprietário:

Entrevistado: [...] Tem morador que mora nessa fazenda, mas através de uma remuneração oferecida melhor, ele vai para outra. Então corre o risco de perder aquela morada que ele tem. Pois ele deixou o compromisso com o patrão e foi servir a outro senhor. Então isso já ocorreu muito.

As tentativas de fuga desse circuito fechado, que é o domínio da grande propriedade, poderiam resultar em expulsão da morada, em perda da produção do roçado, ou ainda, nos casos mais extremos, em castigos corporais públicos. Como resistir nesse cenário?

Resistências restritas num espaço restrito

Para refletirmos sobre as formas de resistência nesse contexto, consideramos válido retomar passagens da abordagem de Scott sobre a temática da resistência dos camponeses:

Não somente são comparativamente raras as circunstâncias que favorecem levantes camponeses de larga escala, mas também as revoltas por elas provocadas são quase sempre totalmente esmagadas. [...] Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. [...] Para trabalhadores que operam, por definição, numa

¹⁹ "Cambiteiro" é como costumava ser denominado o trabalhador responsável pelo transporte dos feixes de cana do campo para o engenho. Em geral os feixes de cana eram transportados amarrados no lombo de burros de carga ou em carros de boi. Com o avanço da mecanização no transporte de cana, o serviço de "cambitagem" foi praticamente extinto.

desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes (SCOTT, 1982, p.11).

Existem algumas congruências da situação do camponês descrita por Scott (1982)²⁰ com os moradores das fazendas canavieiras, principalmente no tocante à grande dificuldade de organizar ações coletivas e aos maiores riscos de esmagamento de lutas públicas. Como vimos anteriormente, a vida do morador é marcada pelos domínios da grande propriedade em diversas esferas, e aí está incluído a do uso legítimo da violência.

As relações extremamente pessoais do universo do sistema de morada atreladas ao permanente risco de expulsão da terra por qualquer prova de infidelidade, são alguns dos aspectos que dificultam a organização de enfrentamentos públicos contra os grandes proprietários. Mas, como indicam Thompson (1981, 2004) e Scott (2002), a ausência de resistência de caráter público não significa necessariamente completa ausência de resistência.

Começamos investigando a reação dos moradores após o suplício que citamos acima. Certamente, a maioria esmagadora dos moradores achou que aquele ato fora uma cruel injustiça cometida pelo novo senhor de engenho. Mas, como esses moradores reagiram? Ou será que não reagiram?

Vejamos os seguintes fragmentos das memórias de Gregório Bezerra (1979, p. 52):

Nesse mesmo dia [no dia do término do suplício], minha mãe despachou meus irmãos para ir à casa da vovó [que ficava localizada na região do agreste pernambucano] pedir-lhe que a mandasse buscar, que não podia ficar naquele inferno, nem mais por uma semana. De fato, cinco dias depois estávamos viajando rumo ao sítio da vovó, em Panelas de Miranda, de onde havíamos saído acossados pela seca em dezembro de 1904. (BEZERRA, 1979, p. 52)

Mas isto é somente a reação de uma família de moradores. A fuga seria uma prática isolada ou seria significativa para o conjunto dos moradores? Bezerra não descreve se outras famílias também fugiram após o suplício, mas uma passagem de sua memória sobre o momento da chegada do novo senhor de engenho é bastante elucidativa:

Mas o pior mesmo para os habitantes do engenho foi a notícia concretizada do arrendamento do engenho ao mais cruel dos latifundiários da região sulina do Estado de Pernambuco. O fato é que o velho coronel Magalhães [...] preferiu arrendá-lo ao comparsa Joaquim Campos, homem cruel, frio e covarde, que assumiu a posse do engenho em dezembro de 1907. Mais de dois terços dos habitantes do engenho, apavorados com o novo dono, mudaram-se para outras bandas, longe do engenho brejinho e do seu dono. Como havia uma dura estiagem na zona agrestina, minha mãe resolveu ficar por algum tempo, até caírem as primeiras chuvas. (BEZERRA, 1979, p. 51)

Nessa passagem fica evidenciada que a saída da grande propriedade era uma corriqueira estratégia de insubmissão a situações consideradas intoleráveis pelos moradores. Entrevistamos ex-moradores²¹ que nos informaram que essa prática era frequente; alguns desses relataram que a saída, muitas vezes, poderia ser tranquila, mas que também havia casos de fugas na

20 Os camponeses analisados por Scott residiam numa vila produtora de arroz na Malásia, a referida pesquisa foi realizada entre 1978 e 1980.

21 Entrevista concedida em fevereiro de 2011 no município de Teotônio Vilela/AL.

madrugada pelo risco de eles terem produtos de sua roça confiscados ou de serem humilhados pelo grande proprietário. Isso dependeria muito da conjuntura que antecedia a saída. Albuquerque (2009, p. 75) também ressalta que esse era “um instrumento muito comum [...] quando as condições de trabalho e regras impostas” não pareciam adequadas na leitura dos moradores.

Entretanto, cabe indagar se o abandono de uma grande propriedade por outra pode ser considerado um ato de resistência. Pode até ser considerada do ponto de vista da luta mais vital pela reprodução social da família do morador, mas isto coloca em xeque, ou altera qualitativamente e quantitativamente as relações de trabalho do sistema de morada? Enfim, essa é uma questão que exige uma análise mais aprofundada, entretanto, ainda que de forma embrionária, podemos afirmar que o alcance desse tipo de ação se não for realizado em massa tende a ser muito limitado. Por isso, achamos válido o comentário de Albuquerque quando afirma que essas ações “tiveram um efeito redundante” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 75).

Outra indagação diz respeito aos trabalhadores que detinham maiores concessões, como é o caso dos moradores com sítio: estes abandonariam a grande propriedade por vontade própria após anos de dedicação objetivando receber os “prêmios” ou dons? O fato de esses, provavelmente, não terem o mínimo interesse de abandonar a terra por vontade própria, e de tenderem a ter maior fidelidade em relação ao grande proprietário, implicaria necessariamente total passividade deles em relação ao grande proprietário?

Sobre essa questão, vejamos a seguinte passagem do romance *Menino de Engenho*:

Meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras do engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor dos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca. Ele parava de porta em porta, batendo com a tabica de cipó-pau nas janelas fechadas. [...] E quando o meu avô queria saber por que o Zé Ursulino não vinha para os seus dias no eito, eles arranjavam desculpas:

– Levantou-se hoje do reumatismo.

O meu avô então gritava:

– Boto pra fora. Gente safada, com quatro de dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa.

– É mentira, Seu Coronel. Zé Ursulino nem pode andar. Tomou até purga de batata. O povo foi contar mentira pro senhor. Santa Luzia me cegue, se estou inventando.

E os meninos nus, de barriga tinindo como bodoque. E o mais pequeno na lama, brincando com o borro sujo como se fosse areia de praia.

– Estamos morrendo de fome. Deus quisera que Zé Ursulino estivesse com saúde.

– Diga a ele que pra semana começa o corte da cana.

E quase sempre mais adiante nós encontrávamos Zé Ursulino de cacete na mão e com sua saúde bem rija.

– Já disse à sua mulher que boto pra fora. Não vai trabalhar na fazenda, mas anda vadiando por aí. Não quero cabra safado no meu engenho.

E era a mesma conversa. Que pra semana ia na certa. Que andava doente de novo, com dores pelo corpo todo. (REGO, 1973, p. 36-37)

Essa passagem é de uma riqueza ímpar²². A descrição das visitas do grande proprietário aos seus moradores revela como o senhor de engenho estava no centro da organização da vida social de sua propriedade. As visitas não eram somente para “dar os seus gritos de chefe”, também eram ouvidas as “queixas do povo”. Dessas conversas surgiam, por exemplo, autorização para o morador pegar bacalhau e remédios na casa grande, ou até mesmo queixas de moradores em relação à conduta doméstica de seus maridos²³ (REGO, 1973, p. 38). Como se pode perceber, a autoridade e interferência do senhor de engenho se efetivam em diversas esferas da vida social. Como não cumprir fielmente as ordens do grande proprietário?

Zé Ursulino nos dá um bom exemplo de insubordinação. Mesmo desautorizado pelo grande proprietário a vender sua força de trabalho em outros engenhos, ele a vende, e sempre sem assumir que a vendeu. Por mais que várias testemunhas o tenham visto trabalhando no Engenho do Meio, ele nega, e com a cumplicidade de sua esposa, que acusa as testemunhas de mentirosas. Por mais que seu bom estado de saúde denuncie que ele não estava de cama com reumatismo, a esposa nega: “que Santa Luzia me cegue se ele não estava doente”.

Essa estratégia de negar, mesmo diante de inúmeras evidências contrárias, marcada pela dissimulação e subordinação falsa, seria o que Scott (2002, p. 12) denominaria como “armas dos fracos”²⁴. Admitir publicamente insubordinação ao senhor de engenho seria assinar uma sentença de expulsão que poderia resultar em efetivação da ameaça de “tocar fogo na casa”.

Nas manifestações culturais dos moradores das fazendas canavieiras de Alagoas também encontramos protestos marcados pela dissimulação. O guerreiro²⁵, por exemplo, começava sempre pedindo licença ao senhor do engenho, mas muitas vezes isso poderia significar uma falsa submissão. Um entrevistado presenciou uma apresentação de guerreiro em 1966, no município de Colônia de Leopoldina/AL, que foi iniciada com o mestre pedindo licença ao senhor de engenho, depois foi cantada e dançada de forma alegre, até mesmo no momento em que os versos denunciavam que o guerreiro só não estava mais bonito e alegre por conta da falta de dinheiro para reformar as roupas e os enfeites:

Como é qui eu vou dançar
Qui nem um farrapo humano?
Pois o pano qui eu preciso
Qui eu nem posso comprar.²⁶

De forma “alegre” e dissimulada, o mestre do guerreiro protestava, diante dos olhos do senhor de engenho, contra a pobreza dos moradores do seu domínio que sequer podiam comprar pa-
na para confeccionar a indumentária de apresentação artística.

22 A despeito da obra *Menino de Engenho* (1973) ser um romance, esta não perde seu valor enquanto registro histórico, pois se trata de uma construção literária a partir das memórias da infância de José Lins do Rego num engenho paraibano.

23 Um exemplo desse tipo de interferência nas esferas íntimas da vida dos moradores foi narrado pela supracitada ex-moradora entrevistada. Ela nos contou que após seu noivo ter dançado com outras moças no dia da festa do seu casamento, a senhora de engenho interveio: “Ela chamou ele e disse: ‘Carlos, não é assim não. A primeira parte você tinha que dançar com a sua noiva. Você ao invés de dançar com a sua noiva vai dançar com outra?’”.

24 Em pesquisa de campo realizada entre 1978 e 1980 numa vila produtora de arroz na Malásia, Scott encontrou trabalhadoras que boicotavam a colheita de arroz dos proprietários que aderiam à mecanização. Apesar do boicote ser efetivo e evidente, as mulheres publicamente sempre negavam o boicote por meio de desculpas que justificassem a sua ausência na colheita (2002).

25 O guerreiro é uma manifestação cultural que contém canto e dança. Para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, ver os estudos do folclorista alagoano Théo Brandão (2007).

26 Cf. relato oral do Professor de Serviço Social aposentado José Nascimento de França, que presenciou a referida apresentação de guerreiro em 1966. O depoimento foi colhido em fevereiro de 2011, em Maceió.

Da mesma forma pode ser interpretada a seguinte adivinha que circulava nas áreas canavieiras de Alagoas:

Eu fui preso e ajoujado
Por ordem do seu tenente;
Vi meu sangue derramado
No meio de tanta gente.²⁷

À primeira vista, temos a impressão de que a adivinha está se remetendo a um trabalhador vítima de um suplício e, no fundo, a intenção de quem fez essa adivinha foi causar essa impressão. Mas a resposta oficial da adivinha seria: a cana. Como explica Diegues Jr., seria “a cana presa e ajoujada [sic] em feixe por ordem do senhor de engenho que aí aparece na qualidade ‘seu tenente’, isto é, o que manda; quando esmagada pelas moendas, o caldo que é seu sangue, derrama-se” na presença dos trabalhadores; “tanta gente” (DIEGUES JR., 2006, p. 304). Ou seja, a cana é uma metáfora utilizada para falar da situação do trabalhador.

Os incêndios nos canaviais também podem ser considerados uma forma de enfrentamento velado. Um dos ex-moradores entrevistados nos informou que essa prática, que atualmente é utilizada com muita frequência, já é deveras antiga. Ela consiste em incendiar – secretamente – as canas antes do seu ponto ideal de maturação, desse modo, o objetivo dessa ação é causar prejuízo ao usineiro ou grande proprietário²⁸.

Essas formas limitadíssimas de resistência foram as mais praticadas durante o período em que o sistema de morada foi hegemônico. Ao longo desse período, em Alagoas, eram raros os casos de greves dos moradores²⁹ ou atuação via sindicato combativo (LIMA, 2006). Ainda que as limitadas formas de resistências analisadas aqui não tenham o objetivo de colocar em xeque os pilares do processo de exploração-dominação, achamos que essas formas de ação não podem ser desconsideradas, principalmente quando estamos tratando de um universo social “fechado”, que imobiliza a força de trabalho, como no caso do sistema de morada presente nas grandes propriedades canavieiras do nordeste. Ademais, desprezar as formas de resistências cotidianas pode resultar numa leitura fantasmagórica da luta de classes: como se estas ocorressem apenas em alguns poucos momentos da história.

Expansão dos canaviais e expropriação

Segundo Lima (2006), a evolução da agroindústria canavieira alagoana, entre o período de construção do IAA até 1990, está constituída por três etapas: “a da consolidação do parque usineiro (1930-1950), a do processo de expansão e modernização (1950-1975) e a de um segundo surto expansivo ligado ao Proálcool (1975-1989)” (LIMA, 2006, p. 101). De acordo com o mesmo

27 Cf. Diegues Jr. (2006, p. 304).

28 No entanto, cabe indagar, se essa prática seria executada exclusivamente pelos trabalhadores, pois, no bojo da concorrência entre usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana, o incêndio poderia (e ainda pode) ser um dos expedientes da disputa.

29 Encontramos em Heredia (1988) um relato de greve dos moradores de um engenho logo após este ter sido comprado por uma usina. Esse caso muito raro de greve acabou resultando em expulsão dos moradores. Cabe ainda indagar se a escassez de relatos de conflitos públicos envolvendo moradores das fazendas de cana em Alagoas (em especial entre os anos 1940 e 1970) foi ainda mais potencializada pelo boicote dos jornais da época. Recuando um pouco mais na história, encontraremos ainda a emblemática Guerra dos Cabanos que resultou numa longa guerra de guerrilhas no início do Brasil Império (ANDRADE, 1989). Os rebeldes eram compostos, sobretudo, por escravos, índios, moradores e pequenos produtores do norte de Alagoas e do sul de Pernambuco. Para maiores esclarecimentos sobre a Guerra dos Cabanos, ver o estudo de Lindoso (1983).

autor, no que tange todo esse longo período, a decisão de expandir as lavouras de cana para os tabuleiros (na década de 1950) foi o fato “mais importante para moldar a estrutura produtiva alagoana” (LIMA, 2006, p. 101). Mas o que são os tabuleiros? Por que eles foram tão decisivos para os rumos da agroindústria canavieira alagoana?

Recorreremos ao geógrafo Manuel Correia de Andrade (1959), pois ele descreve os tabuleiros e suas vantagens para o cultivo da cana:

As zonas dos tabuleiros estende-se desde o pediplano de Arapiraca [município localizado no agreste alagoano] até às formações litorâneas, possuindo nas Alagoas muito maior largura do que em Pernambuco. Acha-se inclinada, *grosso modo*, em direção ao mar, pois alcança quase 200m de altitude a Oeste de Arapiraca, para descer até os 40 ou 50m nas proximidades da praia onde forma abruptas falésias. ³⁰ (ANDRADE, 1959, p. 24)

Observou-se então, como salientou o agrônomo MORAIS (Rodolfo de A – 1958), que os tabuleiros apresentam uma série de vantagens; por ser plano, é o tabuleiro menos atingido pela erosão, facilitando por conseguinte a mecanização, o tratamento e a colheita da lavoura (os canaviais da [usina] Sinimbu são cortados por rodagens paralelas e perpendiculares umas às outras, de cinqüenta em cinqüenta metros, formando quadrados semelhantes a um tabuleiro de jogo de damas); outra vantagem é a de que nos tabuleiros as canas suportam melhor a estiagem, são mais uniformes e menos sujeitas a doenças. Todos esses fatores, sobretudo a fácil mecanização, trazem grande economia para a usina, que cultiva diretamente seus canaviais. (ANDRADE, 1959, p. 56)

Foi esse conjunto de fatores que resultou na subida dos canaviais alagoanos para os tabuleiros (até o início de 1950 os canaviais eram tradicionalmente concentrados nas várzeas dos vales úmidos). A iniciativa pioneira foi da usina Sinimbu, que por meio de uma adubação adequada, logrou êxito na incorporação dos tabuleiros (ANDRADE, 1959 E 1994; LOUREIRO, 1969; SANT'ANA, 1970). Essa experiência bem sucedida (do ponto de vista do usineiro) foi seguida por outras usinas do estado. Assim, os tabuleiros possibilitaram uma drástica expansão da fronteira agrícola da cana, sendo hoje a principal área produtora dessa cultura em Alagoas.



Figura 1: Mapa do relevo alagoano: destaque para a região dos tabuleiros
Fonte: www.frigioletto.com.br/geoalagoas/relevo.htm

Apesar das áreas dos tabuleiros se estenderem do Rio Grande do Norte ao estado de Sergipe (ANDRADE, 1994), elas se destacam em Alagoas por serem, em geral, mais largas e compridas quando comparadas a dos outros estados. No entanto, elas não são homogêneas: ao sul de Alagoas os tabuleiros se caracterizam por sua maior dilatação de largura e profundidade, enquanto ao norte, são menos extensos (LIMA, 2006). Por isso atualmente a maior concentração de usinas de Alagoas está na micro-região dos tabuleiros de São Miguel dos campos, ao sul do estado³¹.

MAPA DE ALAGOAS POR MICRO-REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS

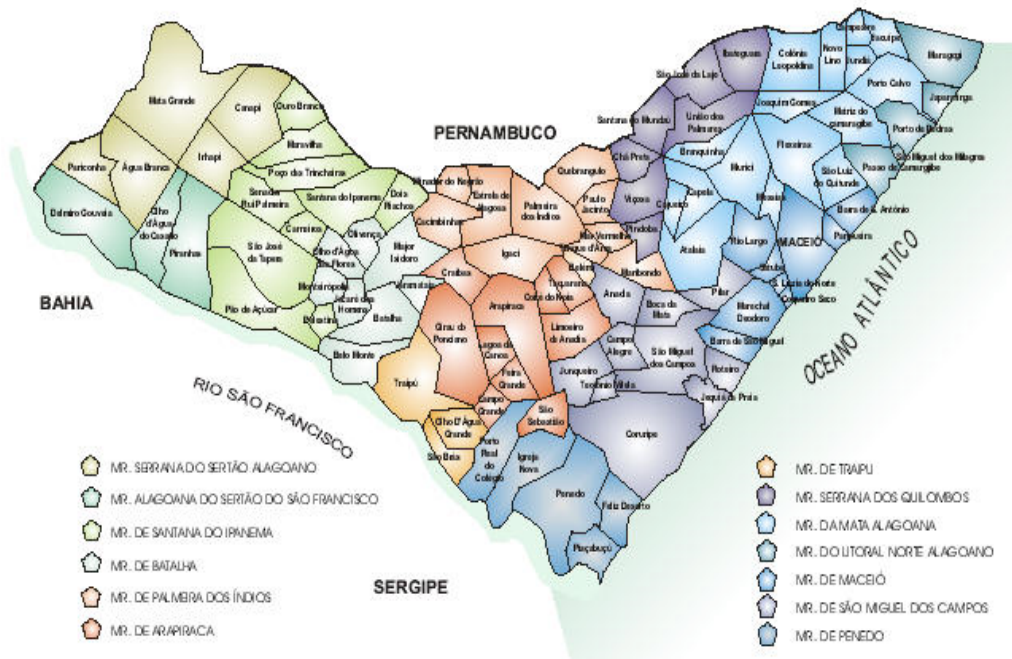


Figura 2: Microrregiões geográficas de Alagoas
 Fonte: Resenha Estatística de Alagoas - SEPLAN AL apud www.frigoletto.com.br

Consideramos que essa breve contextualização do papel dos tabuleiros na expansão dos canais seja fundamental para compreendermos porque atualmente Alagoas é líder nordestino de produção dessa matéria-prima. Todavia é impossível compreender tal liderança se nos limitarmos apenas às potencialidades dos aspectos geográficos. Por trás do período “de expansão e modernização” (LIMA, 2006) dessa agroindústria em Alagoas, estão, dentre múltiplos aspectos, vários episódios de expropriação e de mudanças nas relações de trabalho. Começamos investigando as expropriações dos pequenos produtores.

No livro *Açúcar: notas e comentários*, Osman Loureiro (1969), que foi usineiro e ex-governador do estado, comete um “ato falho” ao revelar aquilo que ele próprio queria esconder. Vejamos o seguinte trecho:

A esta primeira primazia quanto à posse de trecho geográfico especial, é preciso adir-se a zona dos chamados tabuleiros [...] esses altiplanos,

31 A figura 1 ilustra a localização dos municípios da micro-região dos tabuleiros de São Miguel dos Campos, são estes os seguintes municípios: São Miguel dos Campos, Roteiro, Jequiá da Praia, Boca da Mata, Campo Alegre, Anadia, Junqueiro, Teotônio Vilela e Coruripe.



tidos e havidos de velha data como impróprios à cultura da cana, e *apenas admitindo as pequenas lavouras de subsistência*, como a mandioca, a batata e algumas frutas, serviam, entretanto, por igual, para a grande lavoura. Tudo era conterá-los [sic] com adubação adequada. As experiências, por eloquentes, tiveram seguidores. Em breve, vastos canaviais começaram a desartar-se por esses chapadões, outrora relegados por inadequados, e hoje avocados ao serviço de nossa cultura maior. [...] Para quem atravessou essas *solidões semi-desérticas* e hoje entressachadas de vigorosos canaviais, o coração se lhe desaperta na antevisão do futuro que nos aguarda.³² (LOUREIRO, 1969, p. 244-245)

Nessa passagem Loureiro descreve os tabuleiros de duas formas: a primeira é como área das *pequenas lavouras de subsistência*, enquanto a segunda é como espaço das *solidões semidesérticas*. Ora, se esses espaços admitiam as pequenas lavouras de subsistência como poderiam ser *solidões semidesérticas*? Então era insignificante o número de pequenos produtores nessas áreas? Essa questão é de suma importância, pois se aceitarmos a premissa das *solidões semidesérticas* a expropriação dos pequenos produtores nessas áreas teria sido quase nula. Por outro lado, recusando essa premissa – e adotando a de que seriam áreas ocupadas por pequenas lavouras de subsistência – a vertiginosa expansão da cana nos tabuleiros só poderia ter ocorrido por meio de um “xeque mate” nos pequenos produtores.

Heredia foi a pesquisadora que se aprofundou de forma mais minuciosa nessa temática. Em estudo realizado no fim da década 1970 e início dos 1980, que incluía pesquisas de campo na área que deu origem ao município de Teotônio Vilela, a autora se deparou com a seguinte situação:

Os pequenos produtores – inclusive os que eram proprietários – faziam uso, no passado, das parcelas localizadas fora dos limites da grande propriedade, que eram por eles denominadas “terras de hereu” ou “terras sem donos”. Os tabuleiros da área, situados fora das grandes propriedades, eram, pelo povo do sítio, designados desse modo. [...] Nelas [nas terras dos tabuleiros] foram se instalando os pequenos produtores, e seu usufruto passou a ser transmitido de geração em geração. É, pois, precisamente porque esse conjunto de relações foi afetado que a passagem da situação anterior para a atual não significou apenas o fim do acesso a terra para aqueles que delas desfrutavam, mas, também, e fundamentalmente, a mudança nas relações sociais até então existente entre os pequenos produtores (HEREDIA, 2008, p. 60).

Nesta pesquisa Heredia conseguiu reunir diversos depoimentos, além de outras evidências, que comprovam que a expansão da cana para os tabuleiros só foi possível por meio da expropriação dos pequenos produtores³³. Dentre os mecanismos de expropriação identificados pela autora, destacamos os seguintes: 1) boatos de que os usineiros tomariam as terras daqueles

32 Grifo dos autores.

33 Conforme o Censo agrícola de 1920, no município de Coruripe (que faz fronteira com Teotônio Vilela) as lavouras do coco (1.217 hectares/ ha.), de feijão, milho e mandioca (1.102 ha.) ocupavam uma área plantada superior à da cana-de-açúcar (863 ha.) (HEREDIA, 1988, p. 49). Noventa anos após o Censo de 1920, a área do plantio de feijão, milho e mandioca foi reduzida pela metade (restando atualmente o equivalente a 650 ha, segundo levantamento das lavouras do IBGE em 2009), enquanto a da cana-de-açúcar cresceu vertiginosamente de 863 ha. para 52.238 ha. No tocante à produção agrícola do município de Teotônio Vilela, segundo o levantamento do IBGE sobre as lavouras (realizado 2009), a plantação de cana-de-açúcar é líder com aproximadamente 1 milhão de toneladas de cana colhidas numa área plantada de 15.500 hectares. A esmagadora liderança só se torna evidente quando comparamos esses números com os dos cultivos de outros produtos: o que mais se aproxima da cana-de-açúcar é a do feijão, que ocupa apenas 200 hectares de área plantada, seguida do milho com 100 hectares e da mandioca com o inexpressivo 55 hectares de área plantada.

que não tinham o documento que comprovasse a posse, resultaram em vendas de terras por um preço muito abaixo do valor de mercado; 2) as usinas compravam o lote de um herdeiro, mas, por fim, registravam como se a compra fosse da área total de todos os herdeiros; 3) aqueles que não vendiam sua terra, muitas vezes ficavam cercados por grandes propriedades e sofriam diversos tipos de pressão, que iam desde fechamento da saída da propriedade, até a invasão paulatina de parte de sua terra (HEREDIA, 1988 e 2008).

Essas formas fraudulentas de acumulação e expropriação remetem ao conceito de “acumulação por espoliação” proposto por Harvey (2004) ao analisar as formas contemporâneas de acumulação. Para este autor, traços característicos daquelas formas de acumulação descritas como restritas ao período da “Acumulação Primitiva do Capital” (Marx, 1985), não se extinguiriam ao longo da consolidação e expansão mundial do capitalismo, muito pelo contrário: formas de acumulação baseadas no uso de fraudes e da violência seriam intrínsecas ao capitalismo. Desse modo Harvey nos alerta para os limites das abordagens que

[...] relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de [Rosa de] Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária [...]. Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2004, p. 120 e 121)

Mecanismos de expropriação e acumulação muito semelhantes aos descritos por Heredia também ocorreram (e ainda ocorrem) em nível nacional. O período estudado por Heredia foi marcado nacionalmente pelo processo de “modernização trágica” (Silva, 1999) da agricultura brasileira, que intensificou diversas formas de expropriação de pequenos produtores e alterou as relações de trabalho. Como demonstrou Maria Aparecida Moraes Silva, esse processo não pode ser entendido somente como impulsionado pela lógica da acumulação das agroindústrias, o papel do Estado, por exemplo, foi fundamental para a sua consolidação. Por meio da análise do Estatuto da Terra (ET) e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a autora demonstra como estes mecanismos, que aparentemente poderiam representar algum avanço para os trabalhadores, no fundo regulamentaram a intensificação da exploração da força de trabalho (Silva, 1999). Na análise do processo de expropriação dos pequenos produtores alagoanos também não podemos negligenciar o papel desempenhado pelo Estado.

A incorporação das terras dos tabuleiros pelas usinas recebeu o estímulo direto do Estado, através do IAA e do Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, que nesse momento objetivava elevar a produtividade do setor e reduzir os custos da produção. Nesse contexto foram adotadas diversas medidas que acabaram beneficiando as principais unidades produtivas do estado, dentre estas se destacam: financiamento público para a compra de terras e isenção de impostos para importação de maquinários (HEREDIA, 2008; LIMA, 2006; MELLO, 2002).

Entretanto, a consolidação da invasão da cana nas áreas dos tabuleiros não determina necessariamente o esgotamento do sistema de morada, afinal, o sistema de morada poderia continuar intacto mesmo sem a presença dos pequenos produtores expropriados dos tabuleiros. Então quais foram as principais causas do colapso do sistema de morada?

O estudo de Afrânio Garcia (1988), *Sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste*,

aponta três mediações que o autor considera fundamentais para a compreensão do declínio do sistema de morada no Nordeste: 1) concorrência das usinas com os engenhos; 2) possibilidade de deslocamentos maciços para as cidades industriais; 3) organizações camponesas e o novo quadro jurídico. A partir dessas mediações propostas por Garcia, analisaremos o declínio do sistema de morada em Alagoas.

No tocante à primeira mediação, a chegada das primeiras usinas em Alagoas ocorreu no final do século XIX (SANT'ANA, 1970). Apesar de as usinas terem representado uma revolução no aspecto da técnica produtiva, quando comparada aos engenhos, o mesmo não pode ser dito sobre o aspecto das relações de trabalho:

A análise da trajetória de alguns trabalhadores que consideravam ter sido *moradores* no passado revela que nem sempre tinham estado ligados ao *senhor de engenho*, tendo alguns deles sido *moradores* de propriedades que pertenciam às usinas. A análise das relações sociais em ambas as situações – longe de nos levar a pensar que estávamos diante de expressões vazias de conteúdo – revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo depois do surgimento das usinas, e mais ainda, que as usinas instaladas na área adotaram, inclusive, o sistema de *morada* característicos do engenho.³⁴ (HEREDIA, 1988, p. 161)

A incorporação do sistema de morada pelas usinas de Alagoas ocorreu no bojo da intensa concorrência entre senhores de engenhos e usinas. As disputas não se limitavam aos aspectos de financiamento estatais; existiam duradouros embates sobre o acesso a terra, aos rios e às linhas férreas para escoar a produção³⁵ e à mão-de-obra (HEREDIA, 1988, p. 161). Segundo Heredia, é por conta da resistência dos senhores de engenho no plano da maior imobilização de força de trabalho possível, que ocorre uma incorporação do sistema de morada pelas usinas em Alagoas:

Uma vez que se instalaram [as usinas] em áreas de engenhos, nas quais, conseqüentemente, o acesso a terra e à mão-de-obra estava fundamentalmente sobre o controle dos senhores de engenho, as usinas tiveram que acabar adotando, de fato, as relações dominantes nos engenhos como a única maneira de obter a mão-de-obra necessária. [...] Na área, a usina Sinimbu construiu casas melhores e 'mais higiênicas' e até escolas como forma de incentivar os trabalhadores a nela se estabelecerem (HEREDIA, 1988, p. 170).

Sendo assim, a chegada das usinas em Alagoas não significou, num primeiro momento, o declínio do sistema de morada, mas o inverso: o sistema de morada foi reiterado. Como sublinha Heredia, "o fim dos engenhos, enquanto fábricas" constituiu-se num longo processo histórico que, em Alagoas, "demandou meio século" (HEREDIA, 1988, p. 162). Mesmo que a concorrência das usinas com os engenhos tenha resultado em eliminação dos últimos, não podemos concluir, a princípio, que o sistema de morada estaria fatalmente extinto com o fim dos engenhos, pois, como já vimos, as usinas o adotaram. O que poderia impedir sua continuidade, como relação de trabalho hegemônica, até os dias de hoje? Em suma, a concorrência entre engenho e usina, enquanto mediação isolada não ajuda a compreender as causas do declínio do sistema de morada.

34 Grifos do original.

35 Heredia (1988, p. 164), analisa em Alagoas um caso em que o transporte terrestre entre a usina e o rio era obrigado a passar por propriedades do engenho. Isso acarretou intenso conflito com tentativas de cobrança de pedágios por parte dos engenhos.

Sobre a segunda mediação destacada, os deslocamentos em massa para cidades industriais, em especial para as do sudeste, a partir de 1940 e 1950 com as melhorias nos transportes³⁶, teriam gerado uma alternativa de rompimento com universo rural/privado. Estas migrações enfraqueceram o sistema de moradia, tanto no que se refere à diminuição no número de moradores em decorrência da maior concorrência pela força de trabalho, quanto no tocante à mudança de representação dos que migraram sobre o sistema de moradia e a luta por direitos (GARCIA, 1988). A migração de moradores das propriedades canavieiras para centros urbanos industriais, também foi um fenômeno que ocorreu em Alagoas no mesmo período destacado por Garcia, no entanto é difícil medir o seu impacto sobre o sistema de moradia.

Retomando a terceira mediação, para Garcia, o surgimento da primeira organização política expressiva dos camponeses – as Ligas Camponesas criadas por volta de 1955 –, não somente estava relacionada a uma nova representação sobre as lutas por direitos, proporcionada pelas viagens aos centros industrializados. A mudança de conjuntura, que propiciou uma maior possibilidade de atuação dos moradores, está intimamente ligada com a saída de um significativo número de grandes proprietários para morar nas cidades:

A situação particular desses antigos moradores tem por origem o deslocamento para as cidades de certos proprietários que tentaram enfrentar a decadência de seus engenhos através da reconversão de suas atividades, passando para o comércio ou para cargos administrativos e favorecendo os investimentos escolares de seus filhos. [...] A submissão direta a todo instante deixava de se materializar, o que permitia a esses moradores muito particulares exercer o controle das decisões sobre a exploração da terra e sobre a comercialização dos produtos [...] No momento em que os senhores quiseram aumentar as prestações em dinheiro, ou, retornando à propriedade e querendo controlar os trabalhos agrícolas [...] liquidando as vantagens materiais adquiridas [pelos moradores], os trabalhadores puderam apelar para os serviços de Francisco Julião, advogado residente em Recife e deputado estadual (GARCIA, 1988, p. 25).

Por esse aspecto, a concorrência com as usinas que levou à eliminação dos engenhos é uma das mediações fundamentais para compreender o declínio do sistema de moradia. Sem o deslocamento de alguns grandes proprietários dificilmente as Ligas poderiam ter sido criadas. A atuação das Ligas por meio da justiça tinha um “efeito simbólico preciso: colocava no mesmo plano a palavra do morador e do senhor e materializava a existência de um poder acima do senhor” (GARCIA, 1988, p. 25). A entrada na justiça foi acompanhada por ameaças, surras e assassinato de moradores. O risco de condenação na justiça ameaçava o capital simbólico do senhor. Apesar dessas retaliações, moradores continuavam se organizando, como no caso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), ligadas ao PCB.

No início dos anos 1960 ocorreu uma ascensão das lutas de classes no país. Foi nesse cenário de pressão por Reformas de Base, que foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 2 de março de 1963. O referido Estatuto estendia alguns importantes direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais³⁷, ou melhor, para os trabalhadores rurais permanentes. Pois, como bem observa Maria Aparecida Moraes Silva (1999), os temporários não estavam contemplados. Por isso, a autora afirma que esse é um ponto

36 Em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela/AL, entrevistamos uma ex-moradora que migrou para o interior paulista na década de 1950. A viagem durou 12 dias e o destino era uma fazenda de café. A entrevistada nos informou que achava a vida mais próspera em São Paulo, e que só não se fixou por que seu marido quis retornar.

37 Eram esses direitos fundamentais como: salário mínimo, férias anuais pagas e avisos prévios.

[...] que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isto é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão dos trabalhadores da fazenda (SILVA, 1999, p. 64).

Esse aspecto fundamental do ETR não é ressaltado por Garcia, o autor foca, sobretudo, em como a “economia da morada foi afetada” com essa legislação, “pois o que constituía seu próprio fundamento, o dom ou favor do senhor que acarretava o contradom do morador, destinado a saldar a dívida, ficou definido como uma simples contrapartida numa relação contratual” (GARCIA, 1988, p. 27). A substituição da noção de favor pela de direito, sem dúvidas, afeta diretamente o sistema de morada. Entretanto, essa substituição não ocorre automaticamente após a aprovação da legislação. Existe uma longa e cotidiana luta para substituição da referida noção³⁸.

Segundo Albuquerque, “a luta por direitos e por mudanças na estrutura fundiária, principais plataformas políticas das Ligas Camponesas, chegou a Alagoas com três décadas de atraso” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 103). O ETR não tomou corpo no estado. As Ligas, que surgiram no estado vizinho de Pernambuco e logo foram estendidas para a Paraíba, não conseguiram adentrar Alagoas. Durante o período de efervescência das Ligas, em Alagoas quase não ocorreu lutas abertas nos canaviais³⁹. Para o autor:

Apenas no final da década de 1980, quando a expropriação do trabalhador rural com o esgotamento do sistema de moradia atinge um grau ainda mais avançado e o êxodo alcança patamares até então inéditos, é que se dão as condições objetivas para um maior enfrentamento entre trabalhadores e patrões. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 102)

Ao falar “de maior enfrentamento”, o autor está se referindo às campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL no final dos anos 1980 e início de 1990, que paralisou, por alguns dias, a produção de parte do setor canavieiro. Para Albuquerque, somente no momento de auge do declínio do sistema de morada em Alagoas, é que se dão as condições objetivas para um enfrentamento coletivo e público.

O fim dos anos 1980, além de ser um marco pela intensificação das expulsões de moradores, também representou um momento de pico do ingresso de moradores e ex-moradores na justiça, mais especificamente no período de 1986 a 1988 (ALBUQUERQUE, 2009). Nesse cenário de reabertura política e de Assembléia Constituinte, de campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL e de aumento dos processos judiciais, foi ainda mais acelerado o ritmo das expulsões dos moradores. Segundo estimativas dos usineiros, que eram compatíveis com os dados oficiais do governo do Estado de Alagoas, entre 1990 e 1995 foram demolidas 40 mil casas de antigos moradores (CARVALHO, 2009).

Em maio de 1995, o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar – AL) foi indagado por um correspondente do Jornal *Folha de São Paulo* sobre o que motivava a abrupta expulsão dos moradores. O representante dos usineiros respondeu da seguinte maneira: “A destruição das casas é loucura, mas foi a lei trabalhista que criou isso” (CIPOLA, 1995 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 48). Uma das estratégias utilizadas pelos

38 É válido lembrar que essa luta contava com toda a adversidade causada pelo contexto de ditadura militar no país, após 31 de março de 1964.

39 Essa é uma questão que precisa ser mais estudada, pois, nesse mesmo período em Alagoas o PCB tinha uma atuação expressiva nas áreas urbanas (LESSA, 2011) e estimulava a fundação de sindicatos rurais (LIMA, 2006).

usineiros para acelerar a saída dos moradores consistia em proibir o acesso ao roçado (Mello, 2002).

Contudo, afirmar que o sistema de morada entrou em colapso não é o mesmo que dizer que esse foi completamente extinto. A despeito do referido colapso, a figura do morador ainda está presente nas usinas de Alagoas:

A partir da atual reestruturação produtiva, a atual condição de morador, mais do que uma questão semântica, designa hoje um grupo de trabalhadores mais enxuto de trabalhadores fichados, rigorosamente selecionados e contratados pelas usinas. Gradativamente, vão sendo mais qualificados, contratados por suas aptidões, avaliados por desempenho, e estabelecendo-se novos padrões de lealdade (MELLO, 2002, p. 105).

A reestruturação produtiva em curso consolidou o processo de proletarização do morador das fazendas de cana. Até mesmo o atual morador das usinas, que hoje representa um número insignificante, foi deveras reconfigurado⁴⁰. Nas periferias dos aglomerados urbanos, junto com os antigos moradores, estão agora os ex-posseiros e pequenos proprietários que sofreram as consequências do processo de expropriação das terras dos tabuleiros e do roçado da morada. Muitos desses não conseguem mais trabalho na lavoura canavieira, pois não estão enquadrados no perfil de trabalhador extremamente produtivo⁴¹. Dentre os “inempregáveis” estão as mulheres, que foram excluídas das diversas etapas de trabalho nos canaviais alagoanos (plantio, tratos culturais e colheita)⁴². Aqueles que ainda permanecem empregados no corte manual da cana têm, ao longo das safras, a saúde degradada pelo processo de precarização e intensificação dessa atividade laboral (PLANCHEREL *et al.*, 2011; SANTOS, 2011). Um grande número desses trabalhadores não se aposenta pelo fato de não conseguir comprovar o nexo causal entre o trabalho e o adoecimento, ademais, os mesmos não trabalhavam com carteira assinada durante o tempo em que eram moradores. Alguns dos ex-moradores condenados à “inflexibilidade do não-emprego” (SILVA, 2004, p.42), passaram a engrossar as fileiras dos movimentos de luta pela terra. Outros vivem de pequenos “bicos” e com o auxílio dos programas de bolsas do governo federal.

É durante a transição do sistema de morada à proletarização plena, que Garcia (1988) se depara no brejo paraibano com os termos “sujeitos” e “libertos”. Em Alagoas, Albuquerque (2009) deparou-se com os termos “cativeiro” e “liberdade”. Esses termos representam a oposição entre a morada nos domínios da grande propriedade e na cidade. O primeiro é identificado como período de escravidão, o segundo, de liberdade.

Em entrevista que realizamos com ex-moradores⁴³, nem todos consideravam melhor a vida no meio urbano. Um dirigente do sindicato dos trabalhadores chegou a nos dizer que “no tempo da morada o trabalhador era feliz e não sabia”. Outro ex-morador entrevistado, que conseguiu sua casa própria com dinheiro da indenização recebida após sua saída dos domínios da grande propriedade, chegou a utilizar o termo “cativo” ao se referir ao passado. Essas leituras positivas e negativas sobre a condição de ex-morador – repletas de contradições – demonstram que a proletarização da força de trabalho “insere-se num processo longo, necessariamente

40 Em fevereiro de 2011, entrevistamos um cabo (fiscal) que nos informou que atualmente existem cerca de 50 moradores na usina Seresta. Estes são tidos pela empresa como os trabalhadores mais confiáveis. Dificilmente são destinados ao corte da cana, em geral participam do plantio, irrigação, vigilância de máquinas e queima do canavial.

41 Conforme informações colhidas em pesquisas de campo de fevereiro de 2011, em Alagoas algumas usinas demitem os trabalhadores que não alcançam a média mínima diária de 7 toneladas de cana cortada.

42 Cf. Depoimentos colhidos em nossas pesquisas de campo.

43 Entrevistas realizadas em fevereiro de 2011, em Teotônio Vilela.

te histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis” (SILVA, 1990, p. 6).

Foi muito frequente ouvirmos o termo “os da rua” como oposição aos moradores da grande propriedade. Ser “da rua”, “da ponta de rua”, é a denominação para morador da cidade. Se buscarmos compreender o sentido da expressão “os da rua”, veremos que ainda existe por trás dessa expressão uma centralidade do rural, da morada como lugar ligado a terra, pois, a rua é lugar de passagem; é um caminho; é lugar de acesso ou saída da casa, mas nunca a morada. Portanto, ser “da rua” é ser de lugar nenhum. Se essa leitura estiver correta, ser “da rua” é ser de lugar nenhum porque as raízes de muitos “dos da rua” ainda estão fincadas na terra, e não no asfalto ou paralelepípedos.

Entrevistamos um ex-morador que atualmente é cabo (fiscal) que nos disse o seguinte:

Hoje a gente trabalha com muitos trabalhadores que já foram moradores. Às vezes começa a chover, e eles me dizem: ‘Ô Jorge, que cheiro da terra e eu sem puder plantar’. Lamenta... Eles têm vontade de plantar, mas não têm aonde. [...] Eu mesmo, me criei na agricultura e quando chove eu ainda tenho vontade também.

No que diz respeito às formas de resistência após o colapso do sistema de morada, consideramos que existe um terreno mais fértil para enfrentamentos públicos e coletivos, mas, isto não determina necessariamente o acontecimento dos mesmos. Recentemente tem ocorrido um número significativo de greves à revelia dos sindicatos - de 2007 a 2010 (CANDIDO *et al.*, 2010). Essas ações representam uma inusitada e importante forma de luta dos trabalhadores canavieiros em Alagoas. Esperamos que esse tipo de enfrentamento público possa consolidar-se na cultura política desses trabalhadores, pois, somente um maior acirramento das lutas de classe poderá reduzir o altíssimo grau de trabalho não pago que atualmente vigora nos canaviais de Alagoas. Não podemos nos esquecer que, em paralelo a essas formas de resistência de maior alcance, ocorrem ainda as “resistências miúdas” (Silva, 2008) do cotidiano, principalmente por meio do ato de burlar o mais recente padrão técnico exigido pelas usinas na atividade do corte manual da cana.

Referências

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Casa, Cana e Poder*. Maceió: EDUFAL, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios-do-açúcar no nordeste oriental: IV Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel*. Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

_____. *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BEZERRA, Gregório. *Memórias* (Primeira parte 1900 – 1945). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. (v. 1, série 1ª, Estudos Brasileiros). São Paulo: Edusp, 1987.

_____. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Ecléia (org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*.

São Paulo: Ática, 2004, p. 16-41.

BRANDÃO, Théó. *O reisado alagoano*. Maceió: EDUFAL, 2007.

CANDIDO, Paulo; MALAGODI, Edgard. Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas/PE. *Anais...* Porto de Galinhas-PE, 2010. Disponível em: <www.alasru.org>. Acesso em: fev. 2011.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. Maceió: EDUFAL, 2009

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas alagoas*: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió, EDUFAL, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

GARCIA, Afrânio. Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.3, n. 7, p.5-41. 1988.

HARVEY, David. *O novo o imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

_____. O Campesinato e a *Plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, Formas tuteladas de constituição camponesa, vol.1. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 39-67.

LESSA, Golbery. Principais momentos da história do PCB em Alagoas. In: *A voz do povo*, Maceió, 31 out. de 2011. Disponível em: <<http://pcbalagoas.blogspot.com/>>. Acesso em: nov. 2011.

LIMA, Araken Alves de. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. Tese de doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2006.

_____. *A agroindústria canavieira alagoana – da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2001.

LINDOSO, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LOUREIRO, Osman. *Açúcar: notas e comentários*. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1980.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. *Cana-de-açúcar e reestruturação produtiva: ação sindical e os movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, Formas tuteladas de constituição camponesa, v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 17-35.

PADRÃO, Luciano Nunes. *O trabalho na cana-de-açúcar reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf>. Acesso em: dez. 2008.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza; SANTOS, Charles dos. O “canguru” no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna. (Org.) *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011. p. 59-80.

QUEIROZ, Allan Souza. *Modernização, Reestruturação Produtiva e Precarização do Trabalho nos Canaviais*. Monografia de Conclusão do curso, Instituto de Ciências Sociais, UFAL, Maceió, 2011.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

SANT'ANA, Moacir. *Contribuição à história da cana-de-açúcar de Alagoas*. Recife: IAA; Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Charles dos. *A dor que brota do eito: um estudo da relação saúde-enfermidade no corte da cana em Alagoas*. Monografia de conclusão de curso, Instituto de Ciências Sociais, UFAL, Maceió, 2011.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. In: *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*. Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. vol. 1, n. 1. Campina Grande: p. 10-31, 1982.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Como “expulsar o camponês” do proletariado. In: *Travessia Revista do migrante*. Publicação CEM, ano III, n. 8, . p. 5-11, set./dez. 1990

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. de Moraes (Org.) *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 25-65.

_____. Cortadores de Cana e os (Não) Direitos. In: *Travessia Revista do Migrante*. Publicação CEM, ano XXI, n. 61, p. 26-36, mai./ago. 2008.

SUAREZ, Maria Tereza Sales de Melo. *Cassacos e Corumbas*. São Paulo: Ática, 1977.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Trabalhadoras do campo no semiárido baiano: O impacto da sua renda na qualidade de vida da família extensa

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira¹
Rafael Andrews Bruno de Araujo Costa²
Victor Marques de Souza³

Resumo: A partir da década de setenta, as transformações ocorridas na região do submédio São Francisco com a implantação dos projetos de irrigação nos municípios de Juazeiro – Bahia e Petrolina – Pernambuco, favoreceram o ingresso da mulher do campo no mercado de trabalho assalariado, trazendo modificações na composição interna da força de trabalho, o que motivou esse estudo para avaliar o impacto dos recursos injetados na família a partir dessa realidade para a qualidade de vida dos seus membros. A pesquisa de natureza quanti-qualitativa foi realizada no município de Juazeiro nos projetos irrigados Mandacarú e Maniçoba e nos distritos Massaroca e Vale do Salitre.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras do campo; Orçamento Familiar; Qualidade de Vida.

Abstract: From the seventies, the transformations that have taken place in the region of sub-medium San Francisco river with the implementation of some irrigation projects in the towns of Juazeiro, state of Bahia, and Petrolina, state of Pernambuco, have favored the entrance of rural women in wage-labor market, thus causing changes in the internal composition of the workforce which motivated this study in order to evaluate the impact of the resources injected in the family starting from this reality for the quality of life of its members. This research of quanti-qualitative nature has been conducted in the town of Juazeiro, in the irrigated projects of Maniçoba and Mandacaru, and in the districts of Massaroca and Valley of Salitre river, as well.

Keywords: Agriculturist women; family budget; quality of life.

1 Profa. Dra. da UNIVASF, e-mail: luciamarisy@uol.com.br.

2 Estudante de Psicologia – Bolsista do CNPq.

3 Estudante de Psicologia – Bolsista do CNPq.

O semiárido e os constructos sobre o trabalho feminino

Na agricultura familiar do semiárido, a exemplo do que ocorre nas demais regiões do país, os papéis no mundo do trabalho são determinados sexualmente: ao homem cabe as atividades de plantio e colheita do roçado, enquanto que à mulher cabe a capinação da roça; o tanger passarinho para assegurar a colheita; o cuidado e a alimentação dos animais; o pegar água para o consumo e as necessidades da família; retirar lenha da caatinga para o preparo dos alimentos e, sobretudo, a organização do trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. No que pese esta sobrecarga de trabalho e a sua importância para a família e a comunidade, este não é visto como um trabalho socialmente reconhecido. É considerado um tipo de ajuda ao companheiro, por que a roça é o local privilegiado para o trabalho do homem, especialmente do chefe da família.

O lugar que as mulheres ocupam no sistema produtivo agropecuário revela formas históricas de desigualdade de gênero. Trata-se de fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminado deliberadamente, ou não, por certas instituições como o próprio estado que só recentemente tem reconhecido a legitimidade das reivindicações dos movimentos sociais de mulheres como condição para um projeto nacional de desenvolvimento rural sustentável e uma sociedade mais democrática. Como afirma Scott:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. [...] Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT,1995, p.10)

A entrada recente e crescente das mulheres do campo dessa região no mercado assalariado de trabalho só foi possível a partir da queda da taxa de fecundidade nas décadas de 70 e 80 do século passado e também pelo aumento do seu nível de instrução. Hoje, nas áreas pesquisadas, as mulheres têm entre dois e três filhos em média, o que lhes permitem conciliar melhor o seu papel de mães e de trabalhadoras. Há quarenta anos atrás cada mulher tinha no mínimo 6,3 filhos (SAFIOTTI, 1997, p. 7), o que tornava impraticável qualquer trabalho assalariado fora do lar, já que, culturalmente, a responsabilidade com o lar e as crianças sempre foi da mãe. Contudo, independente da sua escolaridade e capacitação profissional, são elas colocadas em atividades de baixa remuneração e em setores com menores níveis de proteção social.

Para a OIT – Organização Internacional do Trabalho –, a questão da igualdade está relacionada com o Trabalho Decente (Convenções Internacionais do Trabalho, 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182), cujas características pautam-se em quatro eixos:

1. Criação de emprego de qualidade para homens e mulheres;
2. Extensão da proteção social;
3. Promoção e fortalecimento do diálogo social;
4. Respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

São a adequada remuneração, a liberdade, a equidade e a garantia de uma vida digna para homens e mulheres que colocam as suas competências e experiências em disponibilidade para a geração de novos serviços e produtos.

Confirmando os estudos de Safiotti (1997, p. 9), que entre as décadas de 1970 e 1980 apontam um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a

masculina no mesmo período apresenta um crescimento negativo de 5,4%, na região pesquisada, o surgimento da agricultura irrigada para exportação também possibilitou às mulheres do campo neste mesmo período a inserção no mercado assalariado, sem levar em conta que a sua participação na produção familiar não é vista como trabalho, o que as excluem das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno.

Por trabalhadora do campo está sendo considerada aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, no caso desse estudo, mas para o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – é também a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. Tal crescimento da incorporação feminina à produção agrícola na região refere-se basicamente às formas assalariadas na grande produção para exportação, resultado da chamada *revolução verde*, que ao expulsar os pequenos proprietários das suas terras, obrigou mulheres e crianças a ingressarem no sistema de assalariamento para assegurar o sustento da família. Mas, também, é possível afirmar que tais mudanças são reflexos das lutas e reivindicações das mulheres pela igualdade de direitos, dando visibilidade à sua causa e rejeitando a subordinação via determinismo biológico (BEAUVOIR, 1980; SCOTT, 1989; ROSALDO, 1994), na compreensão de que o gênero é uma construção que ocorre através da repetição de atos correspondentes às normas sociais e culturais, podendo, portanto, ser visto de outra forma.

Contudo, é visível a elevação da auto-estima das mulheres trabalhadoras do campo, porque a renda oriunda do seu trabalho constitui elemento essencial para a melhoria da qualidade de vida da família em termos de alimentação, habitação, educação, saúde, aquisição de bens duráveis e uso de serviços antes impensáveis para elas, além da construção da sua autonomia econômica e da sua identidade profissional, que funciona como um investimento para o futuro. Todo esse conjunto de possibilidades combinado com o fortalecimento da cidadania e o acesso a direitos, pode ser o caminho para o enfrentamento das desigualdades de gênero, daí a importância de se pensar a educação para a autonomia como política pública, tarefa à qual não pode a universidade se furtar para o estabelecimento de relações sociais iguais entre homens e mulheres.

Revisitando a história das civilizações, constata-se que a subordinação da reprodução à produção está relacionada não apenas ao capitalismo, mas, sobretudo, ao patriarcado. As relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. São assimiladas de forma bipolarizada, sendo designada à mulher a condição de inferior, que tem sido reproduzida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam as esferas de poder na sociedade. Segundo Alambert (1986, p. 18), Platão, em *A República*, V livro, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles, em *A História Animalium*, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada. Os ideólogos burgueses destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. Nesse sentido, Rousseau vê a mulher como destinada ao casamento e à maternidade. Kant a considera pouco dotada intelectualmente, caprichosa, indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional. Esses são alguns dos atributos imputados à mulher, que reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade e cuja reversão tem tomado longo tempo

das feministas na sua busca por construir conceitos de equidade entre os dois sexos. Entretanto, não há como negar que ao atribuir aos homens as posições mais elevadas no trabalho assalariado, o capitalismo ampliou as desigualdades. Para Zaretsky (1976), foi o capitalismo que criou o trabalho assalariado fora do lar e que atribuiu às mulheres o trabalho doméstico com a finalidade de reproduzir trabalhadores assalariados para o sistema capitalista.

Tomando como parâmetro a definição de Marx (1966, p. 3), “[...] trabalho é tudo aquilo que o homem através de esforço físico e/ou psíquico transforma a matéria-prima em um novo objeto e não, aquele que não se transforma em um novo objeto pago, que tenha um retorno financeiro” de significativa parcela da sociedade no modo de produção vigente. Hoje, no Brasil, às desigualdades sociais do campo, fruto da concentração fundiária e da modernização seletiva da agricultura, somam-se segmentos sociais que nas cidades sofrem as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho e que vivem a desqualificação, precarização e informalização, assim como a despossessão ou o desemprego em massa (THOMAZ, 2001). É o que Buarque e Vainsencher (2002) chamaram de exclusão social, um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num *apartheid* informal, expressão que dá lugar ao termo “apartação social”. Tal fenômeno, que não é novo, já que remonta à antiguidade grega, onde escravos, mulheres e estrangeiros eram isolados de tudo, era considerado natural. Somente a partir da crise econômica mundial que ocorre na idade contemporânea e que dá evidência à pobreza é que a exclusão social toma visibilidade e substância. A partir de 1980, os seus efeitos despontam, gerando desemprego prolongado e, parafraseando Castel (1998), os desafiados do mercado passam a ser denominados de socialmente excluídos. A partir de então, este tema ganha centralidade nos meios acadêmicos e políticos, passando a exclusão a ser vista como uma quebra de vínculo entre o indivíduo e a sociedade, pois cabe ao estado republicano incluir as pessoas nas categorias sociais, ofertando-lhes condições de emprego, segurança, justiça, cidadania, acesso a bens, serviços, terra, direitos, moradia e serviços comunitários. Tal postura assegurará um ordenamento a ser alcançado através de políticas de equidade, pois são estas que consideram as diferenças e presumem as identidades (FISCHER, MARQUES, 2001). Essa idéia da diferença, que poderia ser tratada de forma enriquecedora, positiva, tem sido colocada de forma negativa, subalternizando o feminino ao masculino.

Se no país como um todo as mulheres rurais estão entre os grupos mais vulneráveis, considerando que as famílias por elas chefiadas representam 27% dos pobres rurais, na região semiárida o quadro se agrava, mas, ainda assim, mesmo sob condições tão desiguais, tanto no que se refere ao gênero como à pobreza, elas não se tornam alienadas e cada vez mais manifestam as suas vontades, desejos e reivindicações como sujeitos de direitos.

Quando seus companheiros se deslocam para outras partes do país em busca de trabalho sazonal na época de seca, são elas que ficam com a responsabilidade de cuidar da plantação, dos animais e da família, colocando comida na mesa, o que amplia o seu desgaste físico e emocional. Condições climáticas adversas e acesso limitado aos serviços públicos ainda provocam com muita frequência essa realidade. É grande o número de pais que desejosos de encontrarem trabalho para proporcionar aos filhos uma vida digna, migram para a cidade. Sem escolarização e sem preparo profissional, não encontram espaço no mercado, passando a engrossar as fileiras de desocupados, transformando-se, não raro, em delituosos de pequenos furtos e assaltos.

Embora os programas sociais do governo federal estejam reduzindo esse quadro, ainda é frequente o número de pequenos agricultores e sem terra que mal conseguem sobreviver trabalhando como mão-de-obra alugada para os grandes fazendeiros da região. Ganhando diária irrisória sem qualquer garantia trabalhista, fica cada dia mais difícil sobreviver no campo

das atividades agropastoris com as imposições determinadas pela globalização: mecanização agrícola, mudança tecnológica, diversificação da produção e remuneração por produtividade, são responsáveis pela perda de empregos rurais e pela migração (OLIVEIRA, 2011). Por outro lado, as atividades não agrícolas vêm aumentando, o que de certa forma equilibra os postos de trabalho que vão sendo ocupados no sistema convencional de produção por novos atores mais qualificados. Esse crescimento de atividades não agrícolas nas áreas rurais teve um papel importante no estabelecimento de novas demandas, bem como a expansão das tradicionais; a ampliação dos serviços públicos, especialmente a educação; e o aumento da prestação de serviços vinculado a um aumento de moradias no campo, impulsionando a pluriatividade, ou seja, a diversificação de atividades com melhoria da renda para as famílias que tinham na agricultura a única fonte de provisão.

Tal situação parece indicar que a consolidação da democracia no Brasil não necessariamente significou a ampliação e a aplicação concreta do conjunto dos direitos que compõem a cidadania. É o que Caldeira (1998) considera como país com uma democracia “partida”, onde somente parte dos direitos é garantida, enquanto a outra parte não é respeitada. Se é verdade que a Constituição de 1988 assegurou para os setores mais pobres da população acesso a alguns direitos sociais, esses direitos não satisfazem as suas necessidades básicas. No campo, a falta de acesso à educação formal e capacitação em inovações tecnológicas são as principais causas da pobreza. A gravidade dessa situação como afirma Lacki:

[...] é que a ineficiência do fator de produção mais abundante que é a mão de obra, incide negativamente na produtividade dos demais fatores que geralmente são escassos, como a terra, os animais, os insumos, as máquinas e outros. (LACKI, 2002, p. 2)

Nesse caso a educação passa a ser um mecanismo com grande potencial para assumir a tarefa de empoderar as famílias na promoção do seu desenvolvimento sustentável. Por empoderamento deve-se entender autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana e respeito ao meio ambiente. É pelo empoderamento que as mulheres do campo podem estabelecer um diálogo com as formas de aquisição de poder, abrindo novos espaços de sociabilidades.

O conceito de empoderamento possui sua origem nos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e o mesmo pode ser definido, segundo Caldeira (1998), como um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Sendo assim, o empoderamento como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (FREIRE, 1986).

Ao assumirem o papel de provedoras ou partilharem as responsabilidades da família, as mulheres vão aos poucos transpondo o espaço doméstico e se consolidando na esfera pública, quebrando preconceitos e instituindo valores, com reflexos positivos na organização da sua comunidade.

A educação para a convivência com o semiárido deve ser pensada como espaço para a construção da cidadania, aqui tomada na concepção de Kieling (2001, p. 18):

[...] como possibilidade de construir o ser a partir de situações históricas de privação das formas sociais mais elementares do não ser: fome, miséria, privação da cultura, do lazer, da afetividade, da escola, da participação

na riqueza social, da exclusão das atividades consideradas construção da importante vida em sociedade [...]

O que não é simples, considerando o fato de o Brasil ter nascido, vivido e permanecido dentro de condições de negação a homens e mulheres das classes populares, alienando-lhes sobre o seu papel no mundo.

Sobre o assunto, Freire diz:

Existir é um conceito dinâmico que implica uma dialogação eterna do homem com o mundo. Do homem com o mundo, do homem com o seu Criador. É essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas que o faz diferente, o faz histórico. Quando as condições existentes não favorecem tais atitudes, o homem passa a entender o seu destino como predestinação, acatando-o como desígnio de Deus. (FREIRE, 1996, p. 26)

A própria LDB no seu art. 2º afirma:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LEI: 9394/96, p. 8).

Além da educação, outro aspecto importante a ser considerado no que se refere à qualidade de vida das mulheres no meio rural é o acesso a recursos básicos de infraestrutura, como água, energia elétrica, esgoto, coleta de lixo e telefone. Nesses casos também se notam melhorias generalizadas, mantendo-se, no entanto, grandes desigualdades entre urbano e rural e entre as regiões do país. Ainda hoje observa-se na região pesquisada ausência quase total desses itens, que afeta a todos, mas especialmente as mulheres, por ser delas a responsabilidade com a casa e a família. A falta de água encanada e de energia elétrica dificulta todas as atividades domésticas, privando-as de facilidades já acessíveis nos meios urbanos.

Há décadas que o movimento de mulheres trabalhadoras rurais vem lutando pela autoafirmação de suas participantes como sujeitos políticos e de direitos pela reforma agrária no país; pelo reconhecimento e valorização do trabalho feminino e por políticas públicas de saúde, educação, infra-estrutura, transporte e crédito. Nas quatro últimas décadas o debate em torno do “desenvolvimento sustentável” tem se ampliado e permeado o discurso das diferentes áreas de conhecimento, dos formuladores e executores de políticas públicas bem como da sociedade civil organizada em geral. Esse debate aparece para se contrapor ao modelo vigente de “desenvolvimento econômico”, apontado como responsável pela deterioração do meio ambiente, concentração de riquezas, pobreza, desemprego e exclusão social, visto que sua lógica baseia-se apenas no crescimento econômico, cujos processos produtivos utilizam intensivamente os recursos naturais, exercendo uma considerável pressão sobre o meio ambiente (ESCOBAR, 1998; JARA; 1998; VIOLA; 2000).

A sociedade pós-moderna exige do trabalhador que ele saiba compreender processos, trabalhar em grupo, tomar decisões, ser sociável, atuar como cidadão, mas não lhe proporciona tais ensinamentos. Os órgãos criados para apoiar o campo, via de regra contribuem para a perpetuação de preconceitos históricos, como a inferiorização de quem mora no campo no confronto com os urbanos. Quase nunca os agricultores e o mundo rural são valorizados; os recursos e as oportunidades ali existentes, raramente são apontadas como possibilidades de geração de trabalho e renda. Como afirmam Wherthein e Bordenave (1981), o desenvolvimento rural e a diversificação da sua economia não ocorrerão sem que mudanças estruturais na forma de pensar o país aconteçam.

Na verdade, o rural e o urbano não são mais tão antagônicos no que se refere à construção do social e do desenvolvimento político e econômico. O rural não é mais apenas o local de produção, mas também um espaço de interação.

É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais não suscetíveis de desenvolvimento (CARNEIRO, 1998, p. 4)

A autora alerta para a discussão sobre o campo como espaço de identidade ou de reconhecimento social com suas representações simbólicas dos grupos rurais. Assim, não se pode dizer que rural é o que se tem determinado como espaço físico, mas como se sente, como se vive, o que se vive no campo.

A libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino na indústria social, que por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. [...] Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em indústria social. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão serviço público (ENGELS, 1984, p. 21).

No município de Juazeiro, as mulheres aos poucos estão aprendendo a superar valores culturais originados no patriarcado, que segundo Duran (1980), as manteve na solidão política, no isolamento do lar, na posição desvantajosa de participação e no negar-se como trabalhadoras, principalmente na pequena produção familiar. Ao entrarem no mercado de trabalho aprendem a se ver como trabalhadoras e a lutar por um objetivo comum: o salário, que constitui o fio de união da classe; mas também, a lidar com os obstáculos inerentes à atividade legal; a ter outra visão sobre a solidariedade, que na visão de Martin (1978), funciona como instrumento de participação, união e luta política.

Ao dar esses passos na direção de sua própria identidade, a mulher passa a viver o dilema de não parecer aos olhos dos vizinhos e parentes ser ela a chefe da família. Nos seus discursos, percebe-se a sua preocupação em preservar o poder do seu companheiro, mesmo quando estando ele sem renda e ser ela a assumir as despesas. Na cultura campestre, a mulher sente orgulho de ser mantida pelo homem com quem vive e que é pai dos seus filhos. Como afirma Fischer (2000), ser sustentado pela mulher significa o desmoronamento da autoridade do homem, o que não é desejável nem para ele e nem para a mulher. Ao ingressar no mercado de trabalho, a mulher do campo antes de buscar a igualdade ou tentar fugir da rotina cotidiana das tarefas domésticas, tem em mente conseguir um salário para contribuir no orçamento familiar. À medida que se firmam, encontram outra motivação que supera a do próprio salário, como a independência e o respeito do seu companheiro, mas nunca a revanche por ter sido subalternizada a vida inteira.

Caminhos percorridos

Neste estudo, a unidade de análise foi a família extensa que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio, construindo uma unidade de consumo e de renda que partilham entre si recursos monetários e não monetários. A inserção na ativi-

dade econômica agrícola e não-agrícola das mulheres dos tipos de famílias rurais foi analisada com base nas seguintes variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal.

A idéia de desenvolvimento socioeconômico necessariamente levou em conta o processo quanti-qualitativo dos papéis de gênero no trabalho e nas famílias, principalmente na agricultura familiar em que a renda tem um fundo em comum. Várias atividades que inicialmente são complementares passam a ter um papel relevante na renda da família como a agroindústria familiar rural; a produção de leite; de pequenos animais; de ovos; de doces e biscoitos caseiros; o artesanato, etc., que em muitos casos são inicialmente as mulheres as responsáveis, ressaltando-se do ponto de vista do desenvolvimento a predominância do sistema patriarcal no meio rural que afeta a supressão das liberdades individuais.

Na perspectiva proposta, a pesquisa analisou detalhadamente o ambiente e a família das mulheres estudadas. Para o trabalho de campo, a amostra foi constituída por 20% das mulheres do universo tomado para estudo: os projetos irrigados Mandacaru e Maniçoba e as comunidades rurais de Massaroca e o Vale do Salitre – Distritos de Juazeiro. Além das entrevistas, foram feitas observações *in loco* e anotações no caderno de campo, para registrar as idéias, a recorrência de padrões, bem como o processo de transformação contínua da cultura (ZALUAR, 1986).

Pela abordagem qualitativa o enfoque teórico-metodológico nas entrevistas tomou como referencial as representações sociais, entendendo aqui por pesquisa qualitativa “aquela que é capaz de incorporar a questão do Significado e da Intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1994, p. 18).

Na interpretação da vida social das mulheres rurais, procurou-se desenvolver um processo de interação pesquisador/pesquisado, com valorização do encontro, do diálogo e da representação, considerando que o objeto do estudo tem também o seu sujeito. A análise adotou, portanto, a subjetividade como instrumento de conhecimento e as representações sociais como eixo condutor. Assim, este estudo procurou elaborar as Representações Sociais como um processo dinâmico, considerando a inserção das mulheres num contexto sociocultural definido e também a sua história pessoal e social, visando apreender a representação social sobre a temática do estudo, para entender as formas como elas elaboram esse conhecimento e convivem com essa problemática no seu cotidiano.

Para tanto, buscou-se o limite entre o psicológico e o social onde se inserem as representações sociais e a estrutura de cada representação desdobrada em suas faces figurativa e simbólica, que contêm dois processos intrinsecamente associados: objetivação e ancoragem. Pela objetivação, atribuiu-se materialidade às idéias, seguindo os passos de Padilha (2001). Através da ancoragem tentou-se compreender como os elementos contribuem para dar sentido aos acontecimentos, pessoas, grupos e fatos sociais (MOSCOVICI, 1961).

A abordagem foi feita através de entrevista semiestruturada, contendo na primeira parte itens referentes à identificação sociodemográfica dos participantes e na segunda parte questões norteadoras estruturadas de acordo com o referencial teórico adotado. As questões norteadoras tiveram como enfoque principal o significado do trabalho e da renda para a identidade da mulher rural e a sua contribuição no orçamento familiar. Para registro dos dados, utilizou-se gravação com consentimento dos participantes transcrita na íntegra e a sua análise à luz do referencial teórico adotado.

Identidade e cultura da mulher campezina no semiárido

No universo pesquisado nas áreas irrigadas, foram aplicados quarenta e quatro questionários, sendo dez no Projeto Mandacaru, cuja população é formada por aproximadamente cinquenta famílias, e trinta e quatro no Projeto Maniçoba, cuja população é formada por duzentas e vinte famílias.

O Perímetro Irrigado Mandacaru é o mais antigo da região junto ao Bebedouro no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, tendo sido implantado no ano de 1968, como política do governo ditatorial militar para produzir alimentos para exportação, especialmente para os Estados Unidos, que à época comercializava todas as máquinas e equipamentos agrícolas utilizadas no modelo adotado pelo Brasil. Possui uma área de 376,0 hectares, dos quais 325,0 são destinados a cinquenta e um lotes para colonos e 51,0 hectares ocupados pela EMBRAPA Semiárido para experimentos de novas culturas. A irrigação na área de colonização é feita por sulcos, um modelo já ultrapassado pelo alto consumo e desperdício de água e a sua substituição por tecnologia mais adequada à sustentabilidade ambiental e financeira está sendo negociado com a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales Parnaíba e São Francisco. Dada a excelente qualidade dos seus solos, a produtividade por hectare das suas culturas é a mais alta dentre todos os perímetros da região.

O Perímetro Maniçoba, implantado entre os anos 1975 a 1981, possui uma área de 4.198,8 hectares, ocupada por duzentos e cinquenta lotes para colonos em 1787,7 hectares e por quarenta e sete lotes para empresas em 2409,1 hectares, cujos sistemas de irrigação são sulco, micro aspersão e gotejo. A água para irrigação é captada no Rio São Francisco por meio de estação de bombeamento.

Enquanto no Projeto Mandacaru as mulheres estão na faixa etária de 31 a 70 anos, cujos filhos já casados não mais dependem da sua renda, no Projeto Maniçoba, a maioria das mulheres são mais jovens e possuem filhos delas dependentes.

Por ser o Projeto mais antigo implantado no município de Juazeiro e a sua localização estar a apenas 10 km da sede, a permanência dos primeiros colonos selecionados para o Projeto Mandacaru foi quase total. Outros aspectos ligados ao solo e a infraestrutura para eles disponibilizada na década de 70, também foram determinantes para a consolidação da produção familiar ali praticada. Ao serem selecionados como colonos, receberam moradia, escola para os filhos, igreja, clube recreativo, quadra esportiva, além de lote com a média de 08 hectares, com todo sistema de irrigação instalado, armazéns, galpões para armazenamento da produção, prédio para funcionamento da associação, tratores, implementos agrícolas, caminhões, etc., o que os diferenciou dos demais.

Hoje, todas as famílias possuem casa própria ampla com no mínimo sete cômodos, móveis e eletrodomésticos semelhantes aos encontrados em casas urbanas, energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, telefone fixo e/ou móvel e serviço de esgoto. Quase todas possuem transporte próprio motorizado.

Talvez, por já estarem aposentadas, nesse projeto a participação das mulheres em atividades sociais e de lazer é de 60%. Frequentam igrejas, fazem caminhadas, exercícios físicos, visitam amigos e parentes e recebem familiares nos finais de semana.

A mobilidade populacional verificada no Projeto Maniçoba resulta de vários condicionantes, tais como qualidade inferior do solo, ausência de familiaridade com a produção irrigada, já que a grande maioria vem de experiências com agricultura em área de sequeiro, baixa ou nenhuma escolaridade e falta de capacitação para o manejo das culturas melhor posicionadas no comércio.

A localização mais distante da sede do município, aliada a precariedade da estrada, sempre constituíram bloqueios ao escoamento da produção, além de uma compreensão equivocada do cooperativismo/associativismo. Todos esses fatores, somados à ausência de políticas públicas fortes destinadas à produção familiar, contribuíram para o insucesso desse equipamento importante, construído com o objetivo de aumentar a produção de alimentos por via da Reforma Agrária Estatal.

A instituição do casamento nas comunidades pesquisadas é bastante valorizada, sendo poucos os casos de mulheres responsáveis diretas pelos lares ou que enfrentam a situação de relacionamento não formalizado em cartório ou no religioso. Há aqui de se considerar que os filhos são mão de obra familiar de grande significação, e estes, via de regra nas comunidades rurais, devem estar respaldados em uniões estáveis, consagradas pelos costumes.

As condições socioeconômicas das mulheres do Projeto Maniçoba, em comparação com as do Projeto Mandacaru, são inferiores. Embora 50% das entrevistadas possuam telefone fixo ou móvel e 26% possuam carro ou moto, 21% vivem em casas ou barracos precários, alugados ou cedidos, sendo que em 9% deles não há banheiro e em 26% não há sanitários. Nesses casos, as necessidades fisiológicas são feitas no mato, a céu aberto. Em 36% dos domicílios não há móveis. Em 41% não é feita coleta de lixo, sendo usada a técnica da queimada; 15% das mulheres não contam com o conforto de geladeira e em 6% das moradias não há TV. Muitas mulheres andam até 3 km para chegar a uma unidade de saúde.

Nesse projeto, apenas 32% das mulheres participam da associação/cooperativa, grupos religiosos ou clube de mães. Nos finais de semana 38% trabalham normalmente, ou cuidando dos serviços domésticos, ou apoiando o companheiro nas atividades do lote; 41% ficam em casa, cuidando dos afazeres domésticos e, quando possível, visitando a família.

As condições de saúde das duas comunidades são bem parecidas. Ambas possuem Unidades Básicas de Saúde e são cobertas por agentes comunitários, além disso, suas famílias são acometidas por doenças rotineiras como dor de cabeça e gripe. Problemas de hipertensão, diabetes, doenças do coração, de circulação, depressão e etc., são comuns.

No Projeto Maniçoba, 15% da população apresenta alguma deficiência (física, auditiva, visual), segundo informações adquiridas na execução dos trabalhos no campo, quer pelo uso de venenos, quer pelo uso inadequado de equipamentos, gerando mutilações.

Dado o estado de carência econômica, 85% das famílias recebem algum benefício do governo, sendo que dessas, 65% recebem somente o bolsa família; 17% recebem o bolsa família e alguma pensão ou aposentadoria e o restante (18%) têm mais de um aposentado ou pensionista na casa. Já no Projeto Mandacaru, apenas 10% recebem bolsa família, pois como já foi dito, a maioria das mulheres possui idade avançada, já não possui filhos em idade escolar e nem dependentes dos seus cuidados, contudo, 80% são contempladas com um (20%) ou mais salários (60%), decorrentes de pensão ou aposentadoria.

Essa presença de benefícios governamentais é o que garante uma melhor condição de moradia e de vida dessas mulheres e, principalmente, as três refeições diárias de todas as entrevistadas no Projeto Mandacaru e 94% no Projeto Maniçoba. Todas as entrevistadas relatam que o feijão, o arroz e a carne (com menor frequência) são ingredientes constantemente presentes no almoço, que é a principal refeição. Alimentos como salada ou algum prato mais elaborado aparecem mais raramente, menos pela falta de condição econômica e mais pela questão cultural. No sertão a ingestão de verduras e legumes é rara, por não serem estes alimentos do gosto popular.

No Projeto Mandacaru foi constatada a presença de frutas nas primeiras refeições, por serem os colonos produtores de melão, melancia, banana, uva, manga, goiaba, coco, acerola, pinha e outras. No jantar, a maior parte das mulheres alimenta a família com a sobra do almoço, com sopa ou com café com pão ou cuscuz de milho, macaxeira ou beiju de tapioca.

Ao se perguntar sobre a responsabilidade alimentar da família, a resposta recai no “Bolsa Família”. Ficou evidenciado que este recurso é o mais certo de ingressar na família, dando-lhes segurança de conseguirem fazer a feira mensal.

No projeto Mandacaru, mesmo a maioria das mulheres tendo renda fixa da aposentadoria, com exceção de uma viúva, nenhuma se intitula chefe ou responsável pela manutenção da família. No máximo, assumem dividir a responsabilidade com o companheiro, o mesmo acontecendo no Projeto Maniçoba. Trata-se da questão cultural do sertão de serem os homens a atribuírem prestígio às mulheres. Assim sendo, elas próprias não desejam inferiorizar a figura masculina, atribuindo ao companheiro a provisão familiar, mesmo não sendo esta a realidade. Elas só se reconhecem como provedoras do lar quando são as únicas responsáveis pela manutenção da família, não havendo ali a presença do homem.

Justificando sua posição secundária no sustento da família, a grande maioria das mulheres que trabalham e recebem salário, ao serem questionadas, relata que a ausência da sua renda traria pouca diferença ao modo de vida da casa, perdendo apenas algum poder de compra, principalmente em relação à alimentação. Já aquelas que recebem benefícios do governo, declaram que sem isso teriam diversas dificuldades, quer na aquisição de alimentos, na aquisição de bens duráveis para o lar, como geladeira, fogão a gás, móveis, vestuário, remédios, habitação, mas sobretudo, a possibilidade de ajudar aos filhos e netos se educarem para ter um futuro diferente. Algumas idosas disseram ainda que teriam de voltar a trabalhar, mesmo assim não ressaltam sua importância no sustento da família, por respeito ao papel do homem na condução dos destinos da família.

Ainda assim, 61% delas se consideram independentes. Ao explicarem essa categoria, apenas duas entrevistadas não vêem nessa independência algo que lhes favoreçam. Para elas, trabalhar fora de casa e acumular com este o trabalho doméstico que não mudou, tornou as suas vidas piores, em termos de desgaste físico, doenças, cansaço, afastamento da família por falta de tempo, sem contudo, deixarem de reconhecer que o dinheiro ganho lhes permitiu construir moradia decente, móveis e outros bens de prestígio no campo. As demais aliam a renda e o trabalho a sua melhoria na qualidade de vida, não destacando tais aspectos.

Buscando saber um pouco mais sobre a sua identidade como mulher do campo, das quarenta e quatro entrevistadas, apenas cinco não identificam diferenças entre a sua vida e a vida das mulheres da cidade; 86% afirmam que a vida da mulher no campo é de menor qualidade em relação a da cidade, pois elas têm menores oportunidades, sofrem mais devido ao trabalho em sol a pino, e pelo peso que o trabalho do campo impõe. Já as 14% que consideram a vida no campo melhor trazem como justificativas o sossego e a facilidade de se conseguir alimentos, já que esses são elas mesmas que cultivam.

Refletindo com elas sobre o significado do trabalho, constata-se que para 65% delas, este representa prazer, honra, dignidade, reconhecimento por outros, além de lhes fazer compreender melhor as coisas. Para cinco delas, entretanto, o trabalho cumpre apenas a função de sustentar a família. Curioso é que, mesmo entre as que se declararam satisfeitas com o trabalho que realizam, quando perguntadas se deixariam de trabalhar, caso não precisassem, vinte afirmaram que sim, o que demonstra o reconhecimento da exploração a que são submetidas e as péssimas condições de trabalho no campo.

Questionadas sobre o seu sentimento em relação à partilha da renda, quase a totalidade manifestou orgulho em poder ajudar membros da família que vivem em situação de pobreza, desejando ganhar mais para partilhar mais. Apenas 9% disseram não estarem satisfeitas, alegando que ganham pouco e, ao assumirem responsabilidades com outros membros da família, deixam de satisfazer desejos próprios, gerando uma sensação de desconforto. Mas dizem: “Fazer o quê, né”; “Parente não se escolhe, se tem”. “Não se pode fechar os olhos para os filhos e netos, pais já velhos, ou outras pessoas do convívio”.

Os dados apontam claramente mudanças na forma de vida das famílias que vivem e trabalham nos Projetos Mandacaru e Maniçoba no município de Juazeiro como resultado do ingresso das mulheres como sujeitos que possuem renda, impactando positivamente na qualidade de vida de todos os membros da família extensa.

Nos distritos de Massaroca e Campos dos Cavalos no Vale do Salitre – áreas de sequeiro, foram entrevistadas sessenta e oito mulheres detentoras de renda, com idade entre 20 e mais de 70 anos. Destas, quarenta e três são casadas; seis viúvas; oito separadas; duas em situação de concubinato; sete solteiras e duas que não souberam definir a sua situação civil. O distrito de Massaroca compreende uma área aproximada de 1000 km² e mil e quinhentos habitantes, pertencentes a nove comunidades rurais. Trata-se de um espaço que apresenta uma situação típica de diversidade do quadro agrário da região, cuja característica fundamental é a existência de comunidades baseadas nas relações familiares e tendo como patrimônio comum o fundo de pasto, que pode ser definido como espaço coletivo destinado ao pastoreio dos animais no período mais crítico da seca e para a prática da agricultura de sobrevivência.

Após anos de trabalho organizativo pela igreja católica inicialmente e após pela EBDA – Empresa Bahiana de Desenvolvimento e Assistência Técnica –, essas comunidades criaram a Associação Comunitária para a regularização do fundo de pasto e a mobilização de recursos do Governo Federal com vistas ao desenvolvimento local, mudando, inclusive, os seus sistemas de produção, na perspectiva da sustentabilidade das suas famílias, considerando que a criação de caprinos é a base da sua economia.

Quanto ao tamanho da família, a sua redução mesmo na zona rural é evidente. Tal constatação é resultado de uma série de condicionantes, tais como a presença dos agentes comunitários de saúde nas residências; o papel da mídia televisiva veiculando informações do Ministério da Saúde, mas também e principalmente o ingresso das mulheres no mercado de trabalho assalariado, requerendo delas tempo integral nas atividades profissionais. Interessante observar que, mesmo nos casos onde a mulher não se atribui responsabilidade principal com a manutenção da família, a sua renda é toda partilhada com as despesas da casa, mas também com as despesas dos filhos e netos, como pagamento de despesas escolares, aquisição de bens duráveis para o lar como fogão a gás, geladeira, móveis e vestuário.

Das entrevistadas, vinte e oito delas mantêm de três a quatro membros, muitas vezes com prejuízo pessoal na compra de medicamentos, na ingestão de uma alimentação mais rica e, principalmente na participação de atividades de lazer e de cultura. Tem sido prática generalizada a incapacidade dos mais jovens manterem o padrão de vida dos pais. No campo, esta realidade se apresenta mais perversa, tendo em vista a redução ano a ano da área plantada em terras secas, pela incapacidade de competitividade com os agricultores das áreas irrigadas; pela ausência de políticas públicas efetivas de apoio à pequena produção; pela falta de capacitação dos mais jovens para as atividades agropecuárias, considerando o seu desinteresse em permanecerem no campo, sob o discurso de não querer reproduzir o estado de pobreza a que foram submetidos durante toda a vida.

A grande preocupação, entretanto, é que estes jovens também não se prepararam para viver na cidade. Sem profissão e com baixa escolaridade, ao deixarem o campo tendem a vivenciar outro tipo de pobreza, muitas vezes pior do que aquela a que estavam acostumados na zona rural. Ali, pelo menos um teto e alimentação básica, como feijão, farinha, macarrão, macaxeira e carne algumas vezes eles desfrutaram, enquanto na cidade sem trabalho, a sua tendência é a marginalidade. Para evitar que isso aconteça, as mulheres trabalhadoras dedicam parte da sua renda para filhos e netos, na expectativa de mantê-los por perto, ou investindo na sua educação, com vistas ao futuro.

Das sessenta e oito entrevistadas, apenas cinco não colocam a sua renda para a manutenção da família. Destas, quarenta e cinco arcam com a manutenção dos filhos e dez investem na educação dos netos. As demais apoiam irmãos, pais e agregados da família. Mas é com alimentação e pagamento de luz, água, telefone e aquisição de bens para proporcionar conforto aos seus membros que a sua renda é gasta, comprovando a enorme contribuição dos seus ganhos para a melhoria da qualidade de vida da família.

Importante observar o avanço das mulheres do campo quanto ao nível de escolaridade. Das entrevistadas, 60% possuem ensino básico completo e 2% possuem nível superior. Para elas só a educação pode transformar a sua realidade, daí o seu interesse em investir parte da sua renda nesse componente, tanto para si como para os seus familiares. Nota-se a melhoria da qualidade de vida da população do campo a partir da ampliação da renda familiar com o ingresso da mulher no mercado assalariado. Exemplo claro são as moradias. Ha quinze anos atrás, a maioria da população rural dessas comunidades morava em casa de taipa, de chão batido, sem instalações sanitárias e com pouquíssimos móveis. Hoje, nos espaços pesquisados, 93% das entrevistadas afirmaram residir em casas próprias, com no mínimo dois quartos, banheiro dentro de casa, sanitário, cozinha, sala e outras dependências. Quase todas as casas possuem energia elétrica e 80% possuem água encanada. Contudo, serviços como coleta de lixo e saneamento ainda são praticamente inexistentes nestes locais. A comunicação fica por conta do telefone móvel, sendo o fixo privilégio dos moradores mais próximos ao núcleo da comunidade. Todas as casas são equipadas com sofás, camas, mesas, cadeiras, televisão, rádio, fogão a gás e geladeira. Somente duas entrevistadas disseram ainda cozinhar em fogão a lenha. Todas possuem algum tipo de transporte, sendo bicicleta o mais comum (30%); motocicleta (26%); carro automotivo (16%), além de outros como carroça, charrete, etc.

A participação das mulheres em atividades sociais ainda é pequena. 55% afirmaram não fazer parte de nenhum grupo e apenas 25% afirmaram pertencer a alguma associação; 14,7% frequentam grupos religiosos e 9% são associadas a clubes de mães. Somente duas entrevistadas são sócias do sindicato dos trabalhadores rurais de sua região, reafirmando a tese dos sindicatos como esfera masculina.

O serviço de saúde utilizado é a unidade básica de saúde com o Programa Saúde da Família (PSF), presente nas duas comunidades. Embora a unidade se localize no centro da comunidade, os agentes comunitários de saúde fazem visitas constantes às residências, encaminhando para atendimento mais especializado os casos que requerem cuidados especiais. De modo geral as mulheres disseram estar satisfeitas com o serviço de saúde na forma como funciona, mas reclamam da falta de remédios mais caros para distribuição gratuita, o que lhes obriga a gastar com medicamentos um recurso que poderia ser usado para outras finalidades. Há uma consciência entre todas de que é responsabilidade do Estado assistir a população integralmente na área da saúde e, se assim não ocorre, trata-se de falha a ser corrigida. Quanto aos programas sociais do governo, as opiniões são sempre positivas, especialmente sobre o

Bolsa Família, que tem permitido às famílias manterem os filhos na escola, além de suplementarem a alimentação e a compra de bens para a casa.

No que concerne à alimentação, 70,5% das entrevistadas afirmaram alimentar-se ao menos três vezes ao dia; 14,7% disseram alimentar-se mais de quatro vezes por dia e o restante não respondeu. Na composição da alimentação das entrevistadas estão feijão, arroz, farinha, cuscuz, café e carne, especialmente de bode. Verduras ou algum prato mais elaborado são ingeridos somente em dias festivos. No jantar, a maioria consome o que sobra do almoço, ou uma sopa.

Quando perguntadas sobre o que fazem nos finais de semana, 35% afirmaram descansar; 13% fazem serviços domésticos; 13% frequentam a igreja; 13% realizam visitas às famílias, e outras 13% afirmaram trabalhar normalmente. O direito ao lazer é exercido através de participação em festas (29,5%), assistindo televisão (20,6%), e as já citadas visitas aos familiares, idas à igreja e descanso. Somente quatro mulheres afirmaram não ter nenhum tipo de lazer.

No que se refere à remuneração, para vinte e oito das entrevistadas ela provém do Bolsa Família ou da Aposentadoria Rural. Das trabalhadoras ativas, vinte estão na agricultura como diaristas em épocas de plantio e colheita; seis são vendedoras de produtos como cosméticos e roupas e somente cinco possuem contrato de trabalho, exercendo seus serviços com a carteira trabalhista assinada.

Das mulheres que afirmaram trabalhar, vinte e quatro o fazem desde criança, reproduzindo o que aprenderam com os pais, percebendo renda que varia de R\$100,00 a R\$1010,00. Com esta renda, 29,5% assumem integralmente a responsabilidade da manutenção da família e 63,2% informam ser do cônjuge as maiores despesas, mesmo quando disponibilizam toda a sua renda para as despesas da casa. Indagadas sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas após a conquista de suas rendas, as mulheres afirmaram que esta possibilitou-lhes a independência, melhorando suas vidas. Afirmaram ser mais respeitadas e, ainda, ter sua autoestima mais elevada, pois passaram a sentirem-se úteis. Contudo, vale levar em consideração que algumas agricultoras falaram que junto à independência veio a solidão, revelando um sentimento de tristeza.

O significado de suas rendas, está diretamente ligado a conquistas como respeito, igualdade, melhor alimentação, mais autoestima, renda fixa, entre outros. Dificuldades como pouca alimentação, precariedade com o cuidado à saúde e dependência, segundo as mulheres, iam ser vivenciadas por elas caso não possuíssem renda. Entretanto, quando perguntadas se gostariam de continuar trabalhando se não mais precisassem, 61% responderam que não, que não trabalhariam mais, alegando que o trabalho no campo é duro, sofrido e mal remunerado. Somente 10% continuariam trabalhando, sob a alegação de que o trabalho lhes dá respeito e dignidade.

Questionadas sobre o sentimento de ajuda à família, cinquenta e seis mulheres afirmaram o seu contentamento em serem úteis, poderem proporcionar aos entes queridos melhores condições de vida. As demais afirmaram insatisfação por não poderem fazer mais. Como ganham pouco, muitas necessidades não são satisfeitas, mas nenhuma lamenta a doação.

O quê representa a renda da mulher camponesa para a família extensa no semiárido

O desafio de romper com a dicotomia em que o masculino e o feminino se constroem na oposição um ao outro foi construído na lógica patriarcal, dificultando a percepção de uma outra visão de mundo, onde homens e mulheres se complementam na feitura da sua história. Desconstruir essa polaridade é reconstruir a idéia perdida nas construções sociais de que a dife-

rença pautada na identidade e sem desigualdade é um componente importante para a democracia e a cidadania. Conforme Fisher & Marques (2001), classe, etnia, religião, idade, cultura, atravessam a pretensa unidade de cada elemento do par, transformando em múltiplo o sujeito masculino ou feminino pensado no singular, evidenciando que estes são históricos e socialmente construídos, e rejeitando o caráter fixo e permanente da oposição binária de uma historicização genuína em termos de diferença sexual, dando visibilidade aos sujeitos diferentes.

A partir dos resultados encontrados, pode-se afirmar que a renda das mulheres trabalhadoras do campo tem possibilitado às famílias suprir as suas principais necessidades, ampliando a expectativa de vida com alimentação equilibrada, saúde e educação, melhorando, portanto, a qualidade de vida de todos os seus membros. O nível de escolaridade ampliou consideravelmente entre as mulheres, ainda que descontextualizada com a realidade do campo. A grande maioria informa que os conteúdos aprendidos na escola são inúteis para a sua vida e em nada melhoram o seu trabalho, o que denuncia a deficiência da educação que com professores mal remunerados e mal formados, infraestrutura deficitária e falta de apoio como biblioteca e transporte, desqualifica o ensino como mecanismo transformador da realidade.

Mesmo tendo conseguido ingressar no assalariamento, os direitos sociais e trabalhistas das mulheres rurais são permanentemente negados, como o pagamento de férias remuneradas, horas extras e licença maternidade, dentre outros. A lentidão na implantação da Reforma Agrária como política pública tem sido uma das responsáveis por este quadro. Das entrevistadas, a maioria trabalha precariamente, enfrentando condições adversas. A agricultura e a pecuária já não constituem a principal fonte de sustentabilidade familiar. Muitas atividades não agrícolas estão cumprindo este papel, devido a falta de terra, de crédito, de capacitação dos agricultores para enfrentarem a concorrência desigual com a produção de maior porte, mas, sobretudo, o desemprego para os homens provocado pela chamada onda tecnológica, obrigando a mulher a assumir cada vez mais a chefia da família. Nesse contexto afirma ela a sua competência no desempenho da atividade considerada masculina, mesmo numa conjuntura adversa e desigual, ganhando em geral menos do que o homem e sujeitando-se à flexibilização do trabalho defendida pelo projeto neoliberal.

Entretanto, como afirmam os estudos de Bruschini (1990), mesmo se sacrificando para conciliar as várias tarefas cotidianas, essas trabalhadoras descobrem na esfera pública a trilha da sociabilidade, possibilitada pelo trabalho coletivo que lhes permitem desconstruir preconceitos secularmente designados ao ser mulher e substituí-los por suas reais qualidades. No espaço da sociabilidade do trabalho, ela toma ciência de que pode gerenciar a própria vida, pode exercer a chefia da família e, através do convívio coletivo, livrar-se da timidez, aprender a sorrir e a criar sonhos (FISCHER, 1997).

São essas possibilidades que têm assegurado as mudanças ocorridas no campo e nas vidas dos seus moradores. São casas de alvenaria mobiliadas, bens duráveis, transportes, alimentação variada e investimento em educação e saúde, que aproximam o campo da cidade, além de trazer para as mulheres a sensação plena de autonomia, auto-estima e respeitabilidade social e dos seus companheiros, a despeito da remuneração baixa e do desrespeito à legislação vigente.

Pelas suas falas, renda e trabalho são coisas distintas. Se a renda obtida com o que fazem adquire o significado para si de serem sujeitos, decidirem para onde ir, apoiarem membros da família, assegurar o sustento digno para todos, o trabalho continua sendo sinônimo de exploração, penúria, cansaço e servidão, reflexo de uma sociedade permeada pela falta de justiça, mas sobretudo pela ausência de cidadania.

Referências

- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. Nobel: São Paulo, 1986.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em:
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo: Vértice, 1990.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Mito e Realidade*. v.1 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUARQUE, C.; VAINSENER, S. A. *ONGs no Brasil e a Questão de Gênero*. In: Trabalhos para Discussão, nº 123/2002.
- CALDEIRA, T. P. R. Justice and Individual rights: challenges for women's movements and democratization in Brazil. In: Jaquette J. S.; Wolchik S. L. (Org.) *Women and democracy: Latin America and Central and Eastern Europe*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos, Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, n. 11, out., 1998, p. 53-75.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes, Petrópolis: 1998.
- DURAN, Maria Angelis. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Global, 1984.
- FREIRE, Paulo; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- FISCHER, Izaura R. *A trabalhadora rural: conscientização social e política na empresa agrícola moderna*. Recife: Massangana, 2000.
- FISCHER, Izaura R.; MARQUES, Fernanda. *Gênero e Exclusão Social*. Trabalhos para Discussão nº 113/2001. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 2001.
- JARA, Carlos Júlio. *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local*. Brasília: IICA: Recife, 1998.
- KIELING, Sergio Roberto Franco. *O construtivismo e a educação*. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LACKI, Polan. *Como enfrentar a crise da agricultura: lamentando os problemas insolúveis ou resolvendo os problemas solucionáveis?* Roma: Papers da FAO, 2002
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária. O impossível diálogo*. São Paulo: Record. 2000.
- MARX, Karl. *El Capital*. Buenos Aires: Claridad, 1966.
- MINAYO, Maria C. de Souza. O conceito de representação social dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em Representação Social*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

- OLIVEIRA, L. M. S. R. *et al.* *Tecendo as redes da (des) esperança nas águas do Velho Chico*. Belo Horizonte: Gráfica Editora FAPI, 2011.
- PADILHA, M.I.C.S. *Representações sociais: aspectos teórico-metodológicos*. Rio Grande do Sul: Universidade Passo Fundo, 2001.
- ROSALDO, Renato. "Whose Cultural Studies?". *American Anthropologist*, v.96, n.3, 1994.
- SAFFIOTI, H.I.B. Equidade e paridade para obter igualdade. In: *O Social em Questão*. v.1, n.1, *Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social*. Departamento de Serviço Social. PUC, Rio, 1997.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n.2, 1995.
- THOMAZ, Antonio. Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil: uma contribuição à leitura geográfica do trabalho. *Pegada*, v.2, n.2, 2001. CeGET, UNESP, Presidente Prudente.
- VIOLA, Andreu. *Antropología Del Desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América latina*. Barcelona: Barcelona y Editorial Paidós; SCICF; 2000.
- WHERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, J.D. (Org.). *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ZALUAR, Alba. Teoria e método do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ZARETSKY, Eli. *Capitalism, the family & personal and Personal Life*. New York: Harper & Row, 1976.



EN-

SAI-

OS

1992 – a via gangsta¹

Fábio Magalhães Candotti²

Corria o ano de 1992 em Atlanta, quando um recém-famoso rapper foi convidado para discursar num banquete organizado pelo *Malcolm X Grassroots Movement*, que já era então um dos mais importantes movimentos negros existentes nos EUA. O rapper é apresentado por um ilustre membro desse movimento, Watani Tyehimba, como “uma pessoa muito querida para mim, uma pessoa que é um revolucionário da segunda geração”. Watani – que logo se tornaria seu braço direito – o conhecia desde criança. Havia lutado ao lado de sua família junto ao *Black Panthers Party for Self Defense* nos anos 1960 e 70. Havia, por isso, acompanhado seu crescimento. Sabia que sua mãe, Afeni Shakur, havia sido presa duas vezes e passado quase toda a gravidez na prisão, de onde saiu para ser perseguida pelo resto da vida, para ter suas menores lutas esmagadas, para não conseguir emprego em lugar algum e ser obrigada a migrar de tempos em tempos, para passar fome e se viciar em crack. Sabia que seu pai de sangue os havia abandonado e que seus tios e padrastos haviam sido todos presos ou mortos. Sabia ainda que, apesar de todas as desgraças, sua educação havia honrado seu nome (uma homenagem a dois chefes indígenas andinos), que havia sido criado como um verdadeiro *black prince* e que nos anos 1980 ocupara a posição de *chairperson* da organização juvenil *New Afrikan Panthers*. Acima de tudo, Watani sabia aquilo que todos ali sabiam: que aos 21 anos de idade, além de ter vendido algumas centenas de milhares de cópias do primeiro álbum, de ter lançado um videoclipe visto em todos os EUA que conta a história de Brenda, uma jovem mãe solteira³, esse rapper havia conquistado muito rapidamente um imenso respeito nas ruas dos guetos, principalmente em Los Angeles, cidade que naquele mesmo ano – e pela segunda vez em menos de trinta anos – fora o palco de mais uma revolta popular que mobilizou a Defesa Nacional e resultara em cerca de 25 mil presos⁴. Carregado por essa memória dupla, dos movimentos sociais e das ruas, Tupac Amaru Shakur, o rapper, não sabe bem onde se posicionar, não sabe bem quando dizer “nós” e “vocês” ou “nós” e “eles”. Parece, entretanto, saber com bastante certeza que aquilo que aquele público precisava ouvir naquele momento dizia respeito justamente a essa dificuldade.

Primeiro, eu quero dizer: paz para a minha mãe! Ela não está aqui mas eu preciso lhe desejar paz. Eu não estaria aqui se não fosse por ela. E eu olhei na frente desse papel e ele diz “comece por dentro para reconstruir

1 Este ensaio é uma versão do último capítulo da minha tese de doutorado, orientada pelo prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos e recentemente defendida na Unicamp (Candotti, 2011). Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas. Agradeço também a Gustavo Lemos Picanço pela ajuda nas traduções e à Maria Tereza Parente, Ennio Candotti, Igor Vitorino da Silva e ao parecerista ad hoc da *Revista Áskesis* pelas leituras atentas.

2 Doutor pela Universidade Estadual de Campinas (2011), onde integra o grupo de pesquisa Conhecimento, Tecnologia e Mercado (CTeMe).

3 O vídeo pode ser assistido no link que segue: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Wl54ABY8VgY>>. Acesso em: 08 Out. 2011.

4 Trata-se do L.A. Riot de 1992. Sobre isso, ver Davis (1992) e o verbete na Wikipedia Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/1992_Los_Angeles_riots>. Acesso em: 05 out. 2011.

nossa grandeza original”, certo? Bem, foi isso que minha mãe fez. E eu to ouvindo coisas sobre lutadores e combatentes da liberdade. Bem, vocês têm que entender que quando era moda ter uma arma e ficar na rua, minha mãe abriu mão disso para ficar em casa e lavar as louças. Tá ligado? E nos alimentou. E colocou pensamentos na nossa cabeça. Tá ligado? Porque nós não recebemos nada daquela história de todos aqueles soldados que nós perdemos. Não tivemos nada disso. Eles todos foram pra cadeia, se é que vocês podem se lembrar. Eles todos foram para penitenciárias. Nós não vimos nada desses conhecimentos. E se não fosse por minha mãe, que ficou em casa e não foi pra rua fazer tudo aquilo, então eu não teria merda nenhuma. Desculpa o vocabulário, mas eu não teria ido a lugar nenhum.(TUPAC, 2003, tradução minha).⁵

Nada de palmas – não ainda. No máximo, algumas pouquíssimas intervenções individuais como aquelas que sempre pontuam as falas nesses encontros, idênticas àquelas típicas aos cultos protestantes mais populares. Tupac fala como alguém que partilha as ruas dos guetos e provoca uma plateia de homens e mulheres que se dedicaram à vida pública com a história de uma importante personagem pública – sua própria mãe – que fizera um trajeto exatamente inverso àquele por eles considerado como o verdadeiro e único caminho da emancipação – principalmente em se tratando de uma mulher. Pouco importa o que a levou a fazer isso, se uma escolha ou uma impotência. Seu filho narra essa inversão como uma ação que, ao fim, se mostrou sábia e heroica. Com ela, sua mãe pôde realizar uma tarefa das mais nobres à qual, pelo visto, poucos se dedicaram: manter viva nas ruas a memória das lutas passadas. As mesmas que foram largamente esmagadas e caladas por uma repressão estatal baseada no encarceramento e no assassinato.

Lá, naquele lugar, todos sabem do que se trata. Mas parece haver algo entre Tupac e seu público que o leva a provocar – “...se vocês podem se lembrar”. Por que não lembrariam? O próprio Watani Tyehimba, por exemplo, não apenas havia sido membro dos Panteras Negras como fora um dos responsáveis pela contrainteligência que tornou pública, ainda nos anos 1970, a atuação da CIA no desmonte daquele movimento. Todos sabem. Mas todos haviam igualmente protagonizado um outro “movimento”, ainda que não necessariamente organizado, de abandono do gueto em direção a bairros de classe média e em favor de lutas mais imediatamente ligadas às instituições do poder público, como a reivindicação pelas chamadas “ações afirmativas”⁶.

Naqueles primeiros anos da década de 1990, abandono parecia ser mesmo um termo para sintetizar a situação dos guetos negros nos EUA. Equipamentos públicos como hospitais e escolas fechados, prédios incendiados e vazios, regiões habitadas, mas sem qualquer acesso a energia elétrica, organizações comunitárias falidas, economia interna progressivamente dominada pelo comércio e pelo consumo de crack, além de uma incessante guerra de vinganças entre gangues e da presença constante de uma polícia historicamente racista e, agora, encarceradora e assassina como nunca. Não assusta que a parcela mais bem “estruturada” das

5 Esse discurso é parte dos “extras” do DVD do documentário *Tupac Resurrection*. Convidamos o leitor a assistir o vídeo, ainda que sem legendas. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=kdTy9ga9Je8>>. Acesso em: 07 out. 2011

6 Ainda que Tupac estivesse questionando um movimento que havia aderido à causa das “ações afirmativas”, parece que ele mesmo procurou articular uma resistência quando, em 1996, na Califórnia, a própria Califórnia Civil Rights Initiative Campaign, liderada pelo regente da Universidade da Califórnia (um negro, Ward Cornelly), elaborou a Proposição 209, que proibia as cotas por raça ou gênero na contratação pública. Sobre isso, ver texto anônimo dedicado às possíveis motivações para o assassinato de Tupac em 1996. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/nb/makavelirecords/murder.html>>. Acesso em 15 out. 2011.

famílias tenha batido em retirada. E não cabe aqui julgá-la. Mas é impossível não se espantar com a profundidade do abismo criado no interior da comunidade negra estadunidense. Em 1988, ao ser questionado sobre a maneira de “recuperar” um menino de treze anos de idade que vende crack nas ruas, um antigo ministro da propaganda dos *Black Panthers*, e então sociólogo em Berkeley, responderia da seguinte maneira.

– A realidade é que não é possível.

– Mas então?

– É preciso ter consciência de que eles não vão conseguir. As cidades, a cultura e os negros em particular têm que começar a se mexer para tirar o lixo das ruas.

– Como?

– Significa que temos que tomar consciência de que existem criminosos entre nós, e que temos que optar por uma linha muito dura com eles, se quisermos preservar nossa próxima geração e as gerações futuras. Mesmo que sejam nossos filhos.

– Então o que você faria se fosse um pai e descobrisse que seu filho de treze anos está vendendo crack?

– Ele seria entregue à polícia para que ficasse preso. Preso por muito tempo. Tanto quanto a lei permitir, esforçando-me para fazer com que seja pelo maior tempo possível. Sou a favor de trancá-los, retirá-los das ruas, pô-los atrás das grades. (DAVIS, 2009, p. 293)

É provável que essa não fosse exatamente a posição da maior parte do público de Tupac naquele dia de 1992. Independentemente disso, o fato é que os guetos já haviam passado por um amplo processo de usurpação de sua identidade étnica ou racial, sendo aos poucos reduzido a apenas mais um bairro ou região definida pela sua “pobreza” e pelos “altos índices de criminalidade”. Processo que atingia também outras coletividades, como a dos “chicanos”, a tal ponto que, na mesma época, os especialistas do Departamento de Polícia de Los Angeles estipulavam a existência de 100 mil “irrecuperáveis” circulando livremente pelo condado – que não tinha os 10 milhões de habitantes que tem hoje. Mas, então, é preciso não estranhar quando um dentre os tantos jovens que sabiam estar nessa lista negra se põe a falar como alguém cuja função é a de lembrar os mais velhos – e não a de lhes trazer alguma novidade.

[...] eu tenho que lembrar que nós não podemos descansar. Ainda não é hora de relaxar, fazer banquetes e essas coisas. Ainda tá acontecendo. Tá acontecendo como estava quando vocês eram jovens e queriam dizer “foda-se”, exatamente como quando vocês disseram “foda-se” naquela época. Então, como pode, agora que eu tenho 20 anos, pronto pra começar alguma coisa, todo mundo me dizer para eu me acalmar? Vocês tão ligados: “não fale palavrão, vai pra escola, vai pra universidade”. Bem, foda-se tudo isso! Nós já temos universidades faz tempo. E as Brendas continuam aí, e os pretos⁷ continuam sendo presos. Tá ligado? E isso me deixa... irritado [risadas]. Porque eu entendo que isso não vai parar. Tá ligado? Isso não vai parar até a gente parar com isso. E não são apenas os brancos que fazem isso com a Brenda, e não são apenas os brancos que nos prendem. São os pretos! Tá ligado? Nós temos que encontrar o Novo Africano em todo mundo, em nós todos. Porque se nós continuarmos por aí procurando pelo negro e por quem está usando mais cores e por quem tem o *dashiki* mais chique, nós vamos continuar (desculpa o termo) fodidos. (TUPAC, 2003, tradução minha)

⁷ *Niggaz*, no original. É um termo próprio ao dialeto das ruas dos guetos. Nas palavras do próprio Tupac: “Niggers was the ones on the rope, hanging off the thing; niggaz is the ones with gold ropes, hanging out at clubs” (LAZIN, 2003).

Agora, além das mesmas manifestações tímidas de alguns, as palmas aparecem de maneira repentina. Mas, como se tivessem sido fruto de um enganado, somem rapidamente e não retornam. A afirmação de que os próprios negros estão implicados na desgraça dos guetos não se refere nem à guerra entre as gangues, nem ao posicionamento de movimentos negros mais conservadores. Uma vez mais, o raciocínio segue imediatamente em direção ao público, aos seus termos (o “Novo Africano”...) e às suas vestimentas. Tupac veste um boné meio voltado para trás e um casaco largo com gorro⁸, roupas típicas dos jovens do gueto, enquanto Watani mistura um terno-e-gravata com um chapéu que segue o estilo do citado dashiki. Naquele momento, roupas não são uma questão menor e demarcam explicitamente uma grave diferença que não é geracional⁹ e, sim, de situação econômica, de perspectiva política e de endereço residencial, simultaneamente. A referência a elas apenas desdobra uma outra distinção, que se inicia como uma típica fala da “nova geração” (“nós não podemos descansar”) mas que logo se mostra um tanto atrevida, descrevendo a solução escolhida pela “primeira geração revolucionária” para o presente como um descanso, para si e para seus filhos.

Que mais e mais negros se dedicassem aos estudos e ingressassem nas universidades – afinal, qual o sentido disso quando mais e mais negros são presos? O próprio Tupac havia aproveitado uma boa “oportunidade” quando aos 16 anos ingressou na *Baltimore School for the Arts*, onde aprenderia poesia, teatro e danças como o jazz e o balé. E, de fato, esse momento consta na memória de sua família como o mais feliz de sua vida. A tranquilidade, entretanto, não durou muito e cerca de um ano depois migraria mais uma vez com sua família, desta vez para Marin City, o “pior” dos guetos onde já havia morado, conhecido pelos seus altos índices de violência. Lugar onde sua mãe se viciaria em crack, mas que se tornaria em pouco tempo algo que podia chamar de *my hood* – ou, como hoje muitos dizem por aqui, “minha quebrada”, “minha área”. Lá enfim viveria pela primeira vez uma experiência intensa nas ruas, sendo acolhido tanto por gangues quanto por iniciativas de caridade. Lá, como muitos e para sua sorte, fracassaria no arriscado comércio de drogas ilícitas e seria incentivado por todos a seguir o caminho – promissor, mas extremamente incerto – do RAP.

Assim, na sua recusa da educação como via única, parece que Tupac reencontra o desvio realizado por sua mãe na sua própria trajetória. E talvez por isso retorne a ela em seguida, agora para afastar qualquer sinal de ressentimento pessoal a esse respeito, e apontar para aquilo que importa.

Porque me irrita que a minha mãe esteja passando neste momento por... Vocês sabem... Ela tem que se tratar. Essa é uma pessoa que eu vi viajando pelo país inteiro, durante tempos em que as mulheres tinham medo de levantar a voz pelos Panteras Negras. Ela falou em Harvard, Yale, em todos os lugares. E agora eu vejo minha mãe com que realmente está acontecendo. E agora eu não vejo grandes manifestações nas ruas pela minha mãe. E ela não recebeu merda de prêmio nenhum, e eu não vejo ninguém com ela. Tá ligado? Sobre isso tudo, eu levo na boa. Levo tudo na boa. O que eu quero que vocês considerem seriamente é o que temos que fazer pela juventude [palmas]. Porque nós estamos chegando num mundo completamente diferente. Esse não é o mesmo mundo que vocês viveram. Não são mais os anos 60. Não

8 É provável que as cores vermelhas desse vestuário estejam ligadas à sua proximidade com os *Bloods*, uma das duas grandes alianças de gangues da Los Angeles. Mais à frente, esse vínculo se mostrará importante.

9 Durante os anos 1980, tornou-se comum o uso do dashiki por parte de jovens artistas em público e nas mídias. Curiosamente, em sua primeira aparição num videoclipe, em 1991, Tupac veste justamente um desses, porém de maneira irônica, sendo carregado como um rei africano e dizendo como as mulheres passaram a se interessar por ele depois que ele ficou famoso. Na verdade, o dashiki aparece nesse vídeo como mais uma roupa tradicional entre tantas outras, todas expostas de maneira caricatural.

mais. Nós crescemos em A.C., Antes do Crack. Isso deve dizer tudo. Tá ligado? Vocês não cresceram... Nós não crescemos sem pais. Vocês tiveram pais que contaram para vocês “isso foi o que aconteceu há tempos atrás...”. Agora você não tem mais isso. Você tem jovens crianças, 14 anos, indo pra casa e a mãe deles tá fumando ou dando uma com seus melhores amigos pra arranjar o produto. Tá ligado? Então, isso não é apenas sobre vocês cuidarem de suas crianças, é sobre você cuidarem dessas crianças [muitas palmas]. Porque é isso que tá em questão aqui hoje. Tá ligado? [...] Me incomoda que eu tenha tido que pular a minha juventude pra me levantar e fazer alguma merda que outra pessoa deveria estar fazendo. Tá ligado? Pra mim, tem homens demais por aí pra fazer isso. Porque não é a minha vez ainda. Eu deveria estar seguindo ele [Watani Tyehimba], pegando conhecimento. Eu não tive nem a chance de pegar a porra do conhecimento. Eu não posso ir pra universidade. Tem problemas demais por aqui. Eu não tenho o dinheiro. Ninguém tem. Tá ligado? (TUPAC, 2003, tradução minha)

Falar em uma nova situação intensifica a confusão do rapper a respeito de sua posição em relação ao público. E isso conduz a variações no clima do lugar. Quando se posiciona ao lado do público parece facilitar a compreensão de quem ouve e, agora, aplaude *exatamente* no momento em que ouve duas palavras mágicas: crianças e juventude. As palmas respondem ao apelo por reconhecimento desses sujeitos como vítimas. Para a situação, é possível senti-las como um sinal de “radicalismo”. Porém, mais uma vez, elas se recolhem quando o discurso muda de posição e o público passa a ouvir a própria “juventude” falando, dando continuidade à sua versão da história e, com ela, justificando novamente sua ausência no caminho reto da universidade – e sua presença nas ruas. O ressentimento descartado para o caso da mãe reaparece com força. De uma posição à outra, do “nós” ao “vocês”, do apelo à acusação, afirma-se a demanda do tempo presente por desvios forçados. Como esse que lhe coubera como um destino familiar e que aparece como uma resposta necessária ao deslocamento que dá a medida para diferença entre a vida daqueles que cresceram antes e depois da introdução do crack nos guetos em meados dos anos 1980. Além do abandono de uma parte importante das gerações mais velhas – justamente aquela que lutara pelo gueto no passado e agora encontram-se ou enterrada em cemitérios e prisões ou engajada em universidades e banquetes – aparece agora o afastamento dos pais.

Improvizando sempre sobre o mesmo tema, variando os pontos de vista assumidos e mantendo seu foco sobre o corte profundo e doloroso que cinde sua própria história e sua própria pessoa, Tupac vai construindo aos poucos um questionamento e uma convocação desconcertantes para o seu público. Pois não se trata de mais um clamor por ampliação das “oportunidades”, mas de uma lembrança da importância da família. A insistência na figura dos pais indica apenas o ponto extremo em que a situação chegou. Como se dissesse: “para não falar dos tios”. Afinal, ele mesmo havia sido criado por muito “tios” como um filho, bem como havia acompanhado o cuidado de sua mãe com seus primos. E, muito longe de qualquer proposição sociológica que faria referência a uma função de condução e contenção dos mais jovens, Tupac prefere descrever a importância dos familiares mais velhos para o crescimento dos mais jovens pela sua capacidade de contar histórias.

O desafio seria, portanto, o de salvar os jovens das mãos dos temidos “traficantes” e das terríveis gangues para contar-lhes histórias cuja moral os estimule a seguir o caminho da paz, da tolerância e da “participação”? Não exatamente...

Então, o que eu tô dizendo é: não é tão fácil como planejávamos. E temos que permanecer reais. Nós temos que permanecer reais. Antes de podermos

ser Novos Africanos, nós temos que ser negros primeiro. Tá ligado? Nós temos que tirar nossos irmãos da rua, como Harriet Tubman tirou. Por que não podemos olhar isso e ver exatamente o que ela estava fazendo? Como Malcolm fez, o verdadeiro Malcolm, antes da Nação do Islã. Vocês têm que lembrar que ele era um cafetão, traficante e tudo isso. Nós esquecemos tudo sobre isso. Em nosso esforço para nos iluminarmos, nós esquecemos de todos os nossos irmãos na rua, dos nossos vendedores de drogas, nossos traficantes e cafetões. E são eles que estão ensinando a nova geração. Porque vocês todos não estão. Me desculpe, mas são os cafetões e os traficantes que estão nos ensinando. Então, vocês têm um problema com como nós fomos criados, porque eles eram os únicos que podiam fazer isso. Eles são os únicos que fizeram. Enquanto todos os outros queriam ir pra universidade e, você sabe, “tudo tinha mudado”, eles eram os únicos dizendo que os brancos não valem merda nenhuma. “Pega aqui, dá uma olhada, jovem *blood*: você leva esse produto, negocia ele, faz dinheiro e é assim que você bate o homem branco. Você pega o dinheiro e dá um jeito de cair fora”. Ninguém mais fez aquilo. Então, eu não quero ouvir ninguém me dizendo porra nenhuma sobre quem eu posso amar e respeitar, até que vocês comecem a fazer o que eles fizeram. Tá ligado? (TUPAC, 2003, tradução minha)

É tudo uma questão de realismo. E, para “permanecer real”, Tupac conduz a memória coletiva na direção de um passado longínquo o suficiente para ultrapassar aquilo que, do ponto de vista do público, poderia ser tomado como o começo dos tempos que corriam. Primeiro, por meio do nome sagrado de Harriet Tubman, em direção a um tempo, já muito distante, das lutas contra a escravidão, quando o foco no reconhecimento público e legal da humanidade dos negros não excluía, por exemplo, o agenciamento de uma rede de rotas de fuga em direção ao Norte e ao Oeste¹⁰. Mas é, sem dúvida, no exemplo seguinte que o rapper se arrisca mais – ou, praticamente, arrisca tudo. É aí que se sente a intensidade do momento. Não poderia haver nada mais louvável do que recorrer humildemente à trajetória do padroeiro do evento para cobrar um reforço no espírito de luta do público. Antes fosse. Para um movimento que se inspira essencialmente na memória de um Malcolm X islâmico e militante, que toma a radicalidade de sua conversão, ao mesmo tempo religiosa e “política”, como fonte de esperança, Tupac oferece justamente a lembrança da parte ultrapassada dessa vida como sendo aquela em que é possível encontrar o “Malcolm real”.

Note-se que, para chegar a tal atrevimento, ele teve ao menos o cuidado de, mais uma vez, se posicionar ao lado do público. Mas, dessa maneira, a afirmação de que “nós esquecemos tudo isso”, além de denotar respeito e humildade, diz algo a respeito do próprio ato de lembrar. Um membro da “segunda geração revolucionária” certamente sabia que ninguém ali desconhecia tal parte da história. Muito pelo contrário: nada reforça mais a potência de uma conversão religiosa ou de uma conscientização política do que o seu grau de dificuldade. E num momento em que a “criminalidade” se torna o problema central, nada mais importante do que “lembrar” que, um dia, Malcolm X fora um “bandido”. Logo, “lembrar” e “esquecer” têm aí outro sentido, que fica claro na medida em que o discurso do rapper segue adiante, radicalizando ainda mais a profanação já iniciada. Pois, como se não bastasse, ele agora se atreve a comparar os dois nomes evocados justamente com aqueles que ocupam a posição de carrascos mais imediatos da juventude negra. Já não se trata, simplesmente, de defender os jovens e crianças que trabalham nas ruas, nem a instituição das gangues, que apesar de tudo carregam uma história anterior à novíssima economia do crack. A comparação se refere aos seus líderes

10 Essa rede é bem conhecida pela historiografia dos EUA. Sobre ela: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Underground_railroad>. Acesso em: 11 out. 2011.

ou – para ser mais preciso – à primeira geração de líderes que havia colocado o sistema de gangues em função dessa economia e que, por isso mesmo, acabou por modificar a dinâmica de renovação do poder, mantendo-se no posto com o passar da idade.

Na impossibilidade de dizer tudo isso mantendo-se ao lado do público, mais uma vez Tupac desloca sua posição, marcando esse movimento com um porém: “Lamento, mas são os cafetões e traficantes que estão *nos* ensinando. Então, *vocês* têm um problema...”. É bem nesse ponto que a insistência pelo “realismo” mostra o seu alcance mais controverso, ao mesmo tempo em que toma distância de qualquer questão de objetividade. Que o “crime” seja o meio onde os jovens dos guetos estão aprendendo os valores que lhes servem de base para a vida, isso é apenas mais uma coisa que todos ali já sabem. Por sinal, para qualquer ponto de vista mais “esclarecido”, o problema mais imediato é justamente esse. Não haveria um corpo de professores menos indicado do que um formado por “bandidos”. O que estes poderiam ensinar senão os caminhos que levam à prisão e à morte? A resposta de Tupac é tão simples e óbvia quanto importante para que se entenda a natureza do que está em jogo num momento como esse: “fazer dinheiro” e, assim, “derrotar o homem branco”. Uma operação ao mesmo tempo política e econômica, portanto.

Não há mistério algum nisso. Como também não há romantização alguma do papel do “bandido”. Se esse ensinamento causa revolta aos defensores da educação para a “cidadania”, é certamente por se esquecerem de que essa via nobre, quando não se encontra completamente fechada, não se faz suficiente para a realização do objetivo maior de qualquer educação contemporânea – a “preparação para a vida”. E é claro que, para isso, também não basta saber pegar um produto qualquer e trocá-lo por dinheiro. A cena criada por Tupac, na qual o traficante conta ao seu “jovem *blood*” como realizar o mais trivial dos negócios, é apenas uma alegoria para um conjunto muito mais amplo de saberes: aquele que serve à sobrevivência em meio a adversidades políticas e econômicas extremas, incluindo aí a constante incerteza frente ao exercício da Lei, sempre definido caso a caso em função das relações de força.

Mas por que não demandar ao movimento negro que simplesmente volte a se engajar na luta contra o preconceito, mesmo que ao seu modo e pelas vias institucionais que construiu ao longo de décadas? Não bastaria impulsionar uma campanha de humanização dos jovens envolvidos no “tráfico”? Por que se atrever a comparar Harriet Tubman e Malcolm X aos traficantes? Afinal, não se deveria privilegiar o combate à adversidade antes de aceitar os ensinamentos que, de modo paliativo, procuram apenas contorná-la? Em outro momento, numa entrevista a um programa de televisão, Tupac responde a esses questionamentos com um outro, digno de nota:

Você tem de ser lógico, sabe? Se eu souber que nesse quarto de hotel tem comida boa todo dia e bato todo dia na porta pra comer e eles abrem a porta, me deixam ver a festa, me deixam vê-los jogando salame pra todo lado, isto é, simplesmente jogando comida pra todo lado, mas eles dizem que não tem comida. Todos os dias, saio e tento passar minhas idéias através da música: “Temos fome, por favor, deixe-nos entrar. Temos fome, por favor, deixe-nos entrar”. Depois de uma semana, a música vai mudar para: “Temos fome, precisamos de comida!”. Depois de duas, três semanas, vai ser: “Me dê comida ou vou arrombar a porta!”. Depois de um ano, vai ser: “Estou forçando a fechadura, entrando pela porta voando...”. Tipo assim: você tem fome, chegou ao seu limite. Pedíamos há dez anos. Pedíamos com os Panteras. Pedíamos com eles, o movimento dos direitos civis. Essas pessoas que pediam morreram ou estão na cadeia. Então, agora, o que acha que vamos fazer? Pedir? (TUPAC, 2003, tradução minha)¹¹

11 O vídeo desta entrevista também pode ser assistido (sem legendas). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=I0XMJMphPT4>>. Acesso em: 08 out. 2011.

Questão de lógica. Mas a lógica não se encontra do lado oposto ao da necessidade, nem procura se afastar dos afetos, de modo que tudo pode ser narrado através de variações sonoras. De uma “música” à outra, constrói-se primeiro a passagem da reivindicação mais inocente àquela onde se faz presente a ameaça, para então chegar à ação direta. Nesta, mesmo que as palavras ainda sejam úteis e que se dirijam igualmente aos donos da festa, agora servem para descrever aquilo que já está sendo feito – e em nome do “combate à fome”. Com mais essa alegoria, Tupac justifica o caminho que seguiu: a via do *gangsta*, uma vertente do Hip-Hop que, em 1992, já era famosa por sua suposta intimidade com o “mundo do crime”. Uma versão curta, direta e histórica do diferencial dessa via foi contada por Tracy Marrow, vulgo Ice-T – ex-membro de gangues, ex-traficante, ex-presos, ex-cafetão e rapper também de Los Angeles, famoso por incorporar o *heavy metal* em sua música. Ele fala, mais precisamente, da aparição do primeiro grupo famoso de *gangsta*, o *Niggaz Wit Attitudes (N.W.A)*, cujo primeiro disco, *Straight Outta Compton*, traria faixas como *Fuck tha police*.

Quando o N.W.A apareceu, veio como um BLAM!! E levou a um novo estágio. Meus discos eram *sobre* crime e, ao mesmo tempo, neles eu tento mostrar o equilíbrio disso, tipo: “Se você fizer isso, vai acabar preso”. E o N.W.A é: “Foda-se! Nós vamos ser presos!”. Isso não é político, isso é “Eu sô um gangster”. E agora era realmente um outro nível, e isso colocou L.A. no mapa.¹²

A geração de rappers da qual Tupac faz parte é assim aquela que, além de não questionar o destino do “crime” – ou, como seria nomeado nas ruas, *tha Game*¹³ – como uma simples escolha de cada jovem, de fato tomou para si o desafio de fazer – ao menos – duas coisas com esse saber que liga as ruas às prisões. Por um lado, fazer uma arte, especialmente poesia. Não uma que meramente esfregue, de maneira ameaçadora, a própria “violência” que lhes é imputada na cara daqueles que os tomam por “irrecuperáveis” – ainda que, umas poucas vezes, essa possa ser mesmo a proposta. Antes, trata-se de fazer uma poesia que se dirija aos próprios moradores dos guetos, principalmente aos mais enfraquecidos, que lhes ofereça uma reflexão permanente sobre as histórias desses lugares – narradas como histórias de uma guerra civil iniciada muito tempo atrás – e que carregue a missão de manter viva a memória de certos ancestrais, daqueles que são chamados de *Original Gangstaz* (ou simplesmente de *O.G.z*) e daquelas que seriam as suas palavras e a sua ética, sempre voltadas à autopreservação e ao fortalecimento do próprio gueto.

The Last Poets fizeram isso com poesia. E mesmo na nossa história na antiga civilização africana, poetas iam de vila em vila e era assim que histórias e mensagens e lições eram ensinadas, tá ligado? E, então, a história se repete. E, então, isso foi, você sabe, óbvio. Foi aprender isso, sabe? Sendo a raça que somos, sendo a raça forte que somos, nos aprendemos aquelas vibrações positivas e começamos a fazer rap. E, então, eu acho que isso é um meio muito bom também.¹⁴

12 Trecho disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TIIno3CDpHas&playnext=1&list=PL77E868F69AAC51AE>>. (Transcrição e tradução minha). Acesso em: 09 out. 2011.

13 A dissertação de mestrado de Adalton Marques (2009) é uma excelente referência para uma noção de “crime” que não seja nem jurídica, nem policial, mas – como ele mesmo diz – “nativa”. É interessante também notar como esse antropólogo se vê conduzido por seus interlocutores a comparar o crime com um *jogo*, mais especificamente com o de cartas.

14 Apesar de não sabermos quando essa fala foi gravada, a voz é a de Tupac e pode ser ouvida: Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pm2ysOq_ouE>. Acesso em: 03 out. 2011. *The Last Poets* foi um grupo de poetas e músicos dos anos 1960 bastante engajados nos movimentos negros. Sobre eles: Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/The_Last_Poets>. Acesso em: 01 out. 2011.

Porém, o *gangsta* certamente não foi apenas uma forma “cultural” de expressão desse saber ancestral. Num movimento contrário ao caminho, geralmente solitário e humilhante, que conduz aos braços mercenários e traiçoeiros das grandes empresas da “indústria cultural”, com o *gangsta*, aquela geração de rappers inicia um processo de expansão daquilo que eles mesmos chamam de *tha Game* em direção a um novo mercado “cultural” que, apesar de muito mais seletivo, logo se mostraria extremamente mais promissor do que aquele – completamente miserável – do crack. É provável que um tal empreendimento tenha sido tomado de início como sinal de um delírio megalomaniaco e passageiro daqueles que eram apenas os jovens mais “pobres” e “vulneráveis” dos EUA e que, subitamente, passaram a acreditar que poderiam conquistar muito mais do que uma posição de cidadão respeitável: um lugar no topo da escala econômica – na primeira fileira dos seus espetáculos milionários, na primeira classe dos seus meios de transporte – e isso sem abrir mão de sua condição comum de “bandidos”, sem abandonar as ruas onde cresceram e sem esquecer de convidar aqueles com quem cresceram para as festas e, principalmente, para entrar na “firma”¹⁵. Uma aposta que, em pouco tempo e apesar de toda desconfiança e adversidade, se mostraria ao mesmo tempo mais realista do que se imaginava, ainda que praticamente impossível de ser alcançada por muitos.

Se a comparação dos esforços de Harriet Tubman e Malcolm X com aqueles dos traficantes de crack já parecia um tanto atrevida e profanadora, o *gangsta* inventaria uma via duplamente execrável para o regime de saber que até hoje reina entre os movimentos negros incluídos no grande jogo político “democrático”. Afinal, para participar deste é preciso respeitar o seu sistema de regras, que funciona como um dispositivo capaz de gerir saberes radicalmente heterogêneos como uma multiplicidade *apenas* “cultural”, capaz de estabelecer relações internas de “comunicação” de modo “transparente” e “tolerante”. É preciso, portanto, respeitar um certo regime “multiculturalista” de saber, cuja forma de expressão mais acabada é a linguagem do “politicamente correto” e cuja forma de conteúdo mais comum são as equipes “democráticas” de jogares. Ora, aparentemente, além de compactuar com tudo aquilo que supostamente definiria o terror da “intolerância” nas ruas, a via *gangsta* parecia fazer uso dos próprios meios “culturais” de participação juvenil e, mais uma vez, deliberadamente em nome do dinheiro – e, não, do direito. Em outros termos, ela reuniria num único “movimento juvenil” os dois grandes fantasmas temidos pelo jogo “democrático”: ao lado daquele chamado de “crime organizado”, estaria o “neoliberalismo”, nome próprio para a selvageria capitalista estimulada pela onda de governos conservadores nos EUA¹⁶.

Logo, não admira que essa via tenha sido perseguida desde seu início até hoje, ainda que em menor medida. Durante algum tempo suas produções musicais foram proibidas, quando não simplesmente boicotadas pelas grandes rádios, e seus artistas e produtores nunca pararam de ser investigados pelo Estado e de ocuparem as páginas policiais dos grandes jornais. Tupac não escapará desse destino e ainda terá seus discos queimados em praça pública, inclusive com apoio de um setor poderoso do movimento negro, que nele enxergará o pior dos exemplos. Assim, quando, em menos de dois anos, é acusado de estupro e quando – apesar de sentenciado apenas por “tocar forçosamente as nádegas” – é encaminhado a uma peni-

15 O próprio Tupac chegaria a dizer (em mais uma entrevista televisionada) algo assim ao responder a pergunta “Qual é a mensagem, então?": “Todas as pessoas que vocês jogam for a, os traficantes, os criminosos, eles estarão legalmente sentados ao seu lado na primeira classe, graças ao seu garoto aqui” (TUPAC, 2003, tradução minha).

16 Para falar apenas do governo federal, entre 1969 e 1993, com exceção do mandato de Carter (1977-1981), a presidência dos EUA foi ocupada por políticos do Partido Republicano. O *gangsta* surge exatamente no período de maior continuidade partidária da história recente do país, que vai de 1981 até 1993 e inclui os dois mandatos de Reagan e o de Bush (o pai).

tenciária de segurança máxima; quando, pouco antes de seu julgamento, escapa vivo de uma tentativa de assassinato nunca solucionada e quando, dois anos depois, é assassinado, tudo aparece como algo “previsível”.

Mas, ao que parece, o próprio Tupac não duvidava disso – como também, provavelmente, quase todo e qualquer jovem negro morador dos guetos no começo dos anos 1990: “1) Cada novo ladrão que entrar no jogo deve saber: a) vai ficar rico, b) vai pra cadeia, c) vai morrer”¹⁷. Trata-se do primeiro dos 26 pontos do “Código da Vida Bandida” (*Code of Thug Life*), redigido naquele mesmo ano de 1992 pelo rapper e por um de seus tios-padrastos, Mutulu Shakur, médico acupunturista, ex-aliado dos Panteras Negras e ex-membro do Exército de Libertação Negra, que fora listado pelo FBI entre “Dez Fugitivos Mais Procurados” e que, naquele momento, já se encontrava detido¹⁸. Essa afirmação, ao mesmo tempo resignada, destemida e ambiciosa, da previsibilidade do destino dos que, pelos mais diversos motivos e caminhos, ingressam no “jogo”, serviria apenas para definir um chão comum a partir do qual se poderia estabelecer um instrumento simples de regulação das relações entre os dois grandes conjuntos de gangues, os *Bloods* e os *Crips*, e das relações destes com os demais moradores dos guetos. Logo após o *L.A. Riot*, num famoso “piquenique”, o *Truc Picnic*, esse código seria “publicamente” aceito pelas duas partes, iniciando um período de relativa trégua para uma das guerras urbanas mais sangrentas que já se teve notícia. De quebra, esse momento histórico também resultaria na elaboração de um ambicioso “Plano de Reconstrução” da cidade, que chegaria a ser proposto publicamente. O projeto – que estipulava um gasto de US\$ 3,728 bilhões, contra os US\$ 1 bilhão estimados para o “prejuízo” provocado pelo *riot* – incluía propostas para as áreas da educação, da assistência social, do desenvolvimento econômico e até um *face-lift* pós-*riot*, além de uma ideia simples para o domínio da segurança pública. Nesta, as gangues se colocavam a disposição do Estado para assumirem formalmente a função de patrulhamento comunitário – desarmado e comprometido com a Lei¹⁹.

Tanto esse plano quanto o código seriam quase que absolutamente ignorados pela grande mídia, pelo poder público e mesmo por movimentos e organizações sociais. Aquilo que não seria esquecido por eles, entretanto, é a própria emergência do dispositivo *gangsta* e a sua capacidade de invadir, em uma única operação, dois “jogos” que, conforme os princípios mais civilizados, deveriam manter uma relação de independência mútua: o jogo político “democrático” e o jogo econômico “de mercado”. E, quanto a isso, a trajetória meteórica de Tupac é, mais uma vez, um bom exemplo. Apesar de ter sido um alvo público privilegiado durante o curtíssimo período que vai do começo de sua carreira, em 1991, até seus últimos dias de vida, em 1996, entre mil entrevistas à pequena e à grande mídia, entre breves e longos processos judiciais, além de ter passado quase um ano preso e de ter sido protagonista em três filmes hollywoodianos, o rapper gravou seis obras²⁰ que, vendidas aos milhões, alavancaram gravadoras e outros

17 Assim como no Brasil, a noção de “ladrão” (tradução mais direta para *jack*) não se refere ao criminoso que comete o delito do roubo ou do furto, sendo antes mais um sinônimo para “bandido” (*thug*) e outros termos que nomeiam aqueles que vivem no “crime”. O *Code of Thug Life* traduz para as ruas aproximadamente os mesmos princípios do código definido pelos presos da Ilha Grande (Disponível em: <<http://www.thuglifearmy.com/news/?id=8>>. Acesso em: 15 out. 2011.)

18 Mutulu Shakur foi detido pela justiça estadunidense em 1986, após permanecer cerca de cinco anos na lista dos *FBI Ten Most Wanted Fugitives* em função de um assalto (no valor de U\$ 1,6 milhões) a um carro forte em 1981, em Nova Iorque. A ação foi provavelmente a última organizada pelo *Black Liberation Army*. Para essas e outras informações: Disponível em: <<http://mutulushakur.com/>>. Acesso em: 17 out. 2011.

19 O plano e outras informações sobre as gangues em questão estão disponíveis em: <<http://www.gangresearch.net/GangResearch/Policy/cripsbloodsplan.html>>. Acesso em: 13 out. 2011.

20 Tupac ainda deixou material suficiente para que fossem lançadas (ao menos) mais cinco obras póstumas – e para

negócios da música à empreendimentos milionários. Da prisão, assistiria o seu quarto álbum, *Me Against The World*, que chegaria a ter mais de 1 milhão de cópias vendidas em menos de um ano, atingindo o topo da *Billboard 200* já na primeira semana.

Assim, não surpreende tanto que esse jovem negro e “de origem pobre”, crescido em diversos bairros considerados “violentos”, que viu boa parte de sua família ser presa ou morta, que viu também sua mãe viciada em crack e que, agora, apesar de toda a fama, encontrava-se exilado ao lado de presos condenados à prisão perpétua, ter sua fiança de US\$ 1,5 milhões paga por aquela que já despontava como “a firma” *gangsta* do RAP nos EUA, a *Death Row Records*. Tudo isso em troca de um contrato para a gravação de três obras. Um excelente negócio: apenas 4 meses depois de ser solto, Tupac já teria cumprido dois terços do acordo, gravando um álbum duplo que venderia mais de 5 milhões de cópias em dois meses. Ainda que o seu CEO e principal figura pública fosse Marion “Suge” Knight, mais um jovem negro nascido no gueto, essa gravadora não era apenas mais um empreendimento juvenil que havia dado certo. Legalmente, inclusive, ela era apenas uma parte de uma corporação maior, a *GF Entertainment*, cuja diretoria registrada em 1992 comprova uma aliança que, ao lado das cifras, demonstra bem o novo patamar do *Game* iniciado nas ruas dos guetos. De um lado, Lydia Harris, esposa de Michael “Harry-O” Harris, um dos mais bem sucedidos líderes do *Bloods*, que fizera alguma fortuna com o comércio de cocaína nos anos 1980 e que ficara famoso por investi-la na produção “cultural” do gueto, mas já se encontrava no mesmo lugar para onde fora em 1988 – a detenção. De outro, David Kenner, um advogado branco ligado ao braço estadunidense da *Cosa Nostra*. A trajetória da *Death Row* parece trazer ainda outros ensinamentos, principalmente entre outubro de 1995 e setembro de 1996, quando se confunde com o último ano da vida de Tupac²¹.

Mais uma vez, ele daria razões para desconfiança em relação aos seus propósitos e para a naturalização de seu destino trágico. Ao longo desse período, uma de suas mais conhecidas preocupações consistiria em perseguir *publicamente* os dois nomes mais famosos da principal gravadora de RAP de Nova Iorque, a *Bad Boy Records*: o seu CEO, Sean “Puff Diddy” Combs, e a sua estrela maior, Notorious B.I.G.. Ele os acusava de cúmplices na tentativa de assassinato que sofrera em 1994, jurando vingança e conduzindo, assim, para o interior do jogo econômico cultural a típica rivalidade das gangues. Justamente por isso, acusava e ameaçava pelas vias “culturais”, mas nunca pelas vias legais. Num intervalo de seis meses, as mortes de Tupac e de B.I.G. – os dois principais rappers daquele momento, assassinados praticamente da mesma maneira²² – podem ser tomadas como um momento em que se completa o processo de duplicação do “Jogo”, das esquinas dos guetos com a indústria do crack às esquinas de Las Vegas com a indústria da música. Ainda que uma duplicação como essa possa envolver alguma dose de simulação espetacular daquilo que fora construído como o maior dos pesadelos para os cidadãos confiáveis, é possível encontrar aí algo mais.

que fosse gerada uma longa disputa judicial entre sua mãe e sua última gravadora, a *Death Row Records*.

21 Em pouco tempo, Harry-O será sorrateiramente retirado do negócio por Kenner e Knight, de modo que este último comprará uma rixa eterna e nada fácil com um ex-todo poderoso traficante. Para detalhes dessa história: Disponível em: <<http://www.knowhiphop.com/lydia-harris-speaks-on-death-row-records-auction/article/572.htm>>. Acesso em: 14 out. 2011. Repare-se que GF pode ser lido como uma abreviação para godfather ou “padrinho” – uma maneira de tratamento para os chefes da Máfia mundialmente famosa após se tornar título de um dos mais assistidos filmes hollywoodianos, *The Godfather*, conhecido no Brasil como *O poderoso chefe*.

22 Ambos foram assassinados com muitos tiros, à noite, na saída de grandes eventos (Tupac em Las Vegas e B.I.G. em Los Angeles) quando sentados na carona de automóveis, em cruzamentos relativamente movimentados de regiões centrais. Também nos dois casos, a polícia demorou para chegar ao local do crime e as investigações não chegaram a qualquer conclusão. Investigações particulares como a de Derrick Parker (2007) parecem indicar, ao menos, que nenhum deles foi motivado pela suposta “guerra” entre o RAP da Costa Leste e o da Costa Oeste.

Esses assassinatos – que logo seriam seguidos por outros eventos, menos impactantes, ainda que igualmente sombrios e escandalosos – aos poucos despertariam a curiosidade dos departamentos de polícia, até chegar, um dia, ao horizonte da Inteligência Federal. Mas não demoraria muito para que estes percebessem o tipo de dificuldade que teriam de enfrentar para seguir em frente. Uma das mais conhecidas palavras de ordem do *gangsta* resume bem o problema: “o Jogo é para ser vendido, não para ser dito”.²³ Ainda nos anos 1990, seria criado em Nova Iorque um setor de investigação exclusivamente dedicado à indústria do RAP. Algo que, muito provavelmente, não viria a ter uma grande importância não fossem dois detalhes. Primeiro, o fato de ter sido resultado de uma reivindicação insistente por parte de Derrick Parker, um policial crescido nas ruas de um gueto local, notável conhecedor do RAP e de sua indústria e sinceramente preocupado com a segurança dos próprios envolvidos nessa nova faceta do “Jogo”. Em segundo lugar, o fato de sua investigação ter resultado na elaboração de uma compilação gigantesca com centenas de “fichas” de cidadãos ligados ao Hip-Hop – “quase” todos jovens e negros.

No começo dos anos 2000, o vazamento desse material para as mãos de jornalistas levaria a uma situação que exemplifica bem uma diferença fundamental entre as preocupações de rappers e aquelas mais comuns aos militantes dos movimentos negros. Enquanto a tradição destes conduz normalmente a denúncias públicas e mesmo à abertura de processos judiciais contra o Estado por racismo, a tradição dos primeiros não impele a fazer mais do que abrir um sorriso de satisfação, como se uma tal empreitada policial apenas comprovasse que, por mais direitos que tenham e por mais dinheiro que “façam”, o Estado nunca os deixaria em paz, sendo portanto uma perda de tempo e energias lutar para “tornar público” algo que a maioria das pessoas já sabe que acontece e, no fundo, deseja que aconteça. Para tornar toda essa distância ainda mais extensa, a intimidade demonstrada por Parker com aqueles que, para imensa maioria de policiais, já haviam demonstrado ser acima de tudo indignos de qualquer confiança, tornaria impossível a sua permanência no mundo da investigação pública e o levaria a abrir um escritório particular para continuar a fazer exatamente o mesmo trabalho. Com uma grande diferença: ele agora trabalharia para os próprios rappers e com o dinheiro deles²⁴.

Certamente, a dificuldade que esses saberes demonstram em se misturar e em se dissolver um no outro favorecerá algum reforço mútuo: uma suposta ineficácia ou, mesmo, uma inutilidade do esclarecimento multiculturalista que sustenta o movimento negro confirma a importância de seguir a via *gangsta* – com sua suposta “violência” e sua suposta adesão bárbara à economia de mercado – e torna ainda mais urgente afirmar os valores da civilidade, da solidariedade, da tolerância, do *fair play*, ou seja, esses que agora são as regras mais fundamentais do “jogo democrático”²⁵. Porém, isso não quer dizer que não possam se misturar – ainda que seja um tanto difícil dissolver um no outro. O próprio Tupac, em sua trajetória e em suas palavras, é um exemplo maior disso. Naquele banquete de 1992, após se atrever a comparar Harriet Tubman e Malcolm X aos “traficantes”, ele ainda diria mais algumas palavras antes de sair curiosamente ovacionado:

23 Essa frase foi utilizada como título de álbum por Snoop Dogg, um dos primeiros artistas a serem produzidos pela Death Row e um dos maiores rappers vivos da atualidade. A frase aparece também esporadicamente em muitas músicas, inclusive no começo de uma de Tupac, Str8 Ballin, do álbum Thug Life de 1994, quando uma voz distorcida e grave diz: “*I would share a definition of ballin with you white folks. But no... Game is to be sold, not told. Guess so what... Fuck you!*”. De maneira geral, ballin é um termo que resume a ação de “fazer dinheiro”.

24 Essa história é muito bem contada por um típico documentário estadunidense (SPIRER, 2006).

25 A democracia como “jogo” é um dos objetos centrais da tese que defendemos recentemente (CANDOTTI, 2011).

Pra mim, isto é Meca, saca? É a família negra que eu vejo aqui. Mas o que torna isso muito mais triste, o que me dá vontade de chorar, é que, assim que eu sair daqui, Meca também sai, tá ligado? Nós voltamos pra realidade. Ali fora vocês vão ver as mesmas irmãs e Brenda. Elas estão bem ali fora. E vocês vão todos entrar nos seus carros e ir pra porra das suas casas. Tá ligado?

Desculpem, eu peço desculpas, eu peço desculpas, mas saca isso: vocês não podem se ofender mais com o que eu digo do que com o que está acontecendo de verdade. Aquilo é real. Vocês todos tem que ser verdadeiros sobre isso, ser verdadeiros sobre isso. Porque vocês estão deixando a mídia e os brancos nos jogarem pra fora. Vocês deixam eles dizerem que os rappers não são reais e, você sabe, você tem que ser também a pessoa inteligente ou você é um degradado. Nós somos todos iguais. Nós todos sentimos como vocês sentem. Eu simplesmente não consigo ficar normal quando eu vejo isso.

[...] Isso é prova de que nós podemos nos juntar. Os jovens negros são o nosso futuro! E as jovens irmãs negras são o nosso futuro! Vai ser aquilo vocês fizerem. Então, se você não fizerem porra nenhuma, não fiquem bravos quando nós explodirmos. (TUPAC, 2003, tradução minha)

O registro não permite saber exatamente o que Tupac disse para merecer tantos aplausos. Mas, considerando toda a dinâmica daquele momento, é possível imaginar que estivesse, mais uma vez, posicionado ao lado do público e utilizando-se de certas palavras chaves, como aquelas de que se serve nas últimas frases: “o jovem”, “a jovem”, o “nosso futuro”, “nós podemos estar juntos”. Como chegaria a dizer um amigo seu dos tempos de Marin City: “alguns caras fazem coisas e, então, escrevem sobre. ‘Pac escrevia sobre e, então, se tornava essa coisa”. Algo que é, geralmente, entendido como um sinal de fraqueza, como se ele, por nunca ter sido um verdadeiro “bandido” quando mais novo, precisasse se esforçar para criar uma ficção sobre si mesmo e assim ser digno do *gangsta* e da “vida bandida” de que tanta falava, enquanto que a “maioria” travaria batalhas físicas e mentais para superá-la. Porém, teria mesmo construído para si apenas um destino, ao mesmo tempo falso e trágico, de “bandido”? Ainda que o *gangsta* não tenha se mostrado uma via tão fácil quanto poderia parecer; ainda que não tenha se mostrado capaz de fazer tanto dinheiro *para o gueto* quanto para a indústria cultural branca; ainda que a invasão do mercado cultural tenha sido (como tudo neste mundo) convertida em matéria-prima para grandes corporações; ainda assim, a sua mera existência se mostrará central para a criação de um novo agente político que, posicionado na tríplice fronteira entre o jogo econômico, o jogo democrático e o “Jogo” das ruas e das prisões, será forte o suficiente para misturar dois grandes saberes um tanto incomunicáveis.



Tupac não viveu o suficiente para ver a importância que essa posição adquiriria para a política contemporânea. Ele não viu a emergência de um consenso governamental em torno dos imperativos de paz e oportunidade, suficientemente forte para possibilitar alianças entre velhos e grandes inimigos. Como, por exemplo, o Banco Mundial e a UNESCO, que desde o fim dos anos 1990 estreitaram seus laços, como se os economistas do primeiro tivessem se dado conta de que as preocupações humanistas e sociológicas com a capacitação e, principalmente, com a “participação” das “comunidades pobres” não eram tão descabidas ou inúteis quanto pen-

savam²⁶. Quanto a isso, o Brasil, que entrou nos anos 2000 como sinônimo de violência e desemprego, oferecerá ao mundo um grande exemplo, ajudando a difundir uma nova tecnologia social voltada ao dismantelamento do “crime organizado”. Nos termos do projeto “Segurança Pública para o Brasil”, publicado pelo principal centro petista de pesquisas da época, durante o primeiro ano do Governo Lula:

A nova abordagem requer um gestor de novo tipo ou um novo sujeito institucional e ambos exigem uma *nova aliança* ou uma nova modalidade de pacto com a sociedade. Não há política de segurança consequente sem participação e transparência, sem confiança popular nas polícias e nas instituições públicas — e todos sabem que, frequentemente, o policial uniformizado na esquina é a face mais tangível do Estado. Além disso, uma política consistente precisa moldar-se às peculiaridades variáveis dos contextos sociais e só pode ser eficaz se enfrentar a insegurança pública como uma problemática multidimensional — vale insistir — que supera o âmbito exclusivo da criminalidade. Por isso, o comando unificado [...], que reunirá várias secretarias de estado, municipais ou ministérios, depois de selecionadas as áreas de intervenção, a partir da análise da gravidade dos problemas, deverá mergulhar na vida de cada uma das comunidades-alvo, aplicando a metodologia de mapeamento interativo e participativo dos problemas e das prioridades. (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2003, p.19)

Desta vez, sob o nome de uma “nova aliança”, coloca-se lado a lado outros dois velhos inimigos: a polícia e os defensores dos direitos humanos. E a partir daí, todo um conjunto de preocupações com os mais jovens adquire um novo impulso. Afinal, antes de governar de maneira repressiva, não seria preciso admitir que estamos por demais distantes do nosso fenômeno juvenil, quer dizer, da própria juventude vivida pelos jovens e que, portanto, seria preciso chegar ainda mais perto para poder interpretar melhor suas vidas e nelas intervir com mais respeito e eficácia? Pois, além de valorizar mais a escola, abrir mais vagas em universidades públicas, oferecer mais espaços de esporte e lazer, criar novos empregos ou melhorar a política de primeiro emprego, quer dizer, além de reclamar da capacidade do Estado, não seria preciso aprimorar a capacidade das ciências humanas para captarem o que são as “juventudes”? Não seria exatamente essa ausência de “visibilidade” do jovem pobre, de seu “reconhecimento” como um verdadeiro sujeito social, o que estaria levando nossa sociedade a uma situação de anomia? Enfim, não seria o caso de dizer que falta aplicar com mais determinação o ideal da participação juvenil, ainda por demais verbal, e permitir que sejam os próprios jovens aqueles a falar e a agir *através* das ciências e das políticas sociais? Ou seja, não faltaria às iniciativas de salvação uma maior “transparência” com relação ao próprio jovem, que afinal deveria ser a voz mais autorizada a tratar do problema?

Por essa lógica, percebe-se a importância conferida aos diversos coletivos diretamente ligados às ruas dos guetos, favelas e periferias urbanas em geral – como aqueles organizados por grupos de RAP, inclusive pelos que foram profundamente inspirados pelo *gangsta* estadunidense. Por um lado, espera-se que o Hip-Hop – esse acontecimento gigantesco e diversificado – seja um instrumento central para a tecnologia governamental participativa. Ao iluminá-lo como um novo sujeito da emancipação popular, como uma “tomada de consciência dos jovens da periferia” em relação aos “problemas da sociedade”, demanda-se dele que recorra ao espectro da exclusão social e que, assim, denuncie a corrupção e o descaso dos políticos,

26 Especificamente sobre essa aliança e sobre combate à pobreza como seu ponto de apoio ver a tese defendida por Tatiana Maranhão (2009), que nomeia esse momento como aquele em que é construído o “consenso das oportunidades”.

que critique a indiferença das elites pela “realidade social” e, principalmente, que fale sobre a “violência” vivida por esses jovens e suas famílias. Deseja-se que cada rapper “simbolize” toda a carência e que colabore no processo de refinamento da identificação de todos os pequenos perigos virtualmente presentes em sua comunidade e, ainda, que restitua a “esperança” e os “laços sociais”, convocando todos a um pacto pela paz.

Mas o destino reservado para esse novo tipo de agente – por vezes incorporado por uma rapper, por vezes não – foi além. Hoje, ele dificilmente pode ser separado da ascensão do pequeno empreendimento “social” e “cultural” periférico à lista das grandes soluções de governo. Dessas que aparecem nas recomendações do Banco Mundial. Para a sua gestão, os jovens das favelas e dos guetos serão os escolhidos. Mas, agora, ao lado da capacidade de “renovação social”, que há muito é atribuída aos jovens, aquilo que será mais valorizado em sua atuação é justamente a sua habilidade em transitar pelo temido “mundo do crime”. Coisa que – supõe-se – as gerações mais velhas nunca seriam capazes. Apesar de “batalhadoras”, elas seriam portadoras de saberes um tanto inúteis, nem suficientemente “tradicionais” para serem dignos de valorização pública e de tratamento jurídico diferenciado, nem suficientemente “esclarecidos” para serem dignos de uma comunicação eficiente. Os mais velhos não teriam condições de mobilizar o saber multicultural e participativo tão necessário ao bom andamento dos negócios econômicos e políticos. Mas, principalmente, eles não teriam condições praticar o saber das ruas, considerado fundamental para um diálogo íntimo com os mais jovens. Assim, dos mais velhos não se poderia esperar a “liderança” que agora se demanda: aquela dos que sobreviveram à vida criminosa, que dela conseguiram escapar e que se tornaram jogadores confiáveis tanto para a dinâmica do mercado quanto para a necessária estabilidade democrática.

Ao ser perguntado sobre “como convencer um bandido a deixar o tráfico de drogas”, o coordenador da ONG AfroReggae, José Junior, que na última década se notabilizou como “mediador de conflitos” no Rio de Janeiro, responde de um modo que deixa tudo isso muito claro. Primeiro, pelo tipo de projeto ao qual faz referência, o “Empregabilidade”, com o qual a sua organização procura oferecer, em parceria com grandes empresas, uma “oportunidade” no mundo do trabalho formal justamente aos que se encontram envolvidos com o “crime organizado” – inclusive àqueles que cumprem pena de prisão. Contudo, é na maneira de gerir esse projeto que se pode perceber a importância da mistura de saberes.

Você vai no Empregabilidade, você vai ver: um cara do Comando [Vermelho], um do Terceiro [Comando] e um do A.D.A. [Amigos dos Amigos]. Tem todas as facções lá. A gente botou ex-chefes para coordenar o projeto. Então, não tem psicólogo, não tem assistente social, não tem nada disso. Aí, tipo, o cara chega, quando tá encontrando o maluco e sentiu fraqueza nele... “Vem cá. Tu num tá de caô comigo não, né maluco?”. O cara sabe que ele foi chefe, uma liderança no crime. Por mais que o cara não é mais... Mas o cara é respeitado. “Tu não ta de papinho comigo não, né maluco? Tu quer mesmo parar?”. Sabe, assim? Então, porra... É o que está rolando, é o que está acontecendo.²⁷

Ao invés de insistir na crítica ou no elogio aos serviços agora prestados por esse saber das ruas (e das penitenciárias) ao seu velho inimigo – o saber ilustrado e multicultural – pode-se ver aí uma relação de mão dupla. E, por vezes, o sentido inverso de uma instrumentalização é a dependência. Talvez por isso esse saber que foi o solo principal para a criação da via *gangsta* esteja mais vivo e forte do que nunca. Algo que já não se pode dizer com tanta certeza a respeito do saber que, atualmente, pretende comandá-lo.

27 Entrevista concedida para o site da revista Época, em 2010. Disponível em <<http://www.afroreggae.org/empregabilidade/empregabilidade-projetos-especiais/17105>>. Acesso em: nov. 2011.

Referências

BLACK AND BLUE: legends of the hip-hop cop. Direção: Peter Spirer. Produção: QD3 Entertainment. EUA: QD3 Entertainment, 2005. 1 DVD (86 min), son., color.

CANDOTTI, Fábio M. *Em defesa da juventude – a participação como meio de governo*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2011.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. L.A. Inferno. *Socialist Review*. Research Library, ano 22, n. 1, p. 57-80, 1992. Disponível em: <<http://www.personal.umich.edu/~sdcamp/readings/Davis,%201992.pdf>>. Acesso em: nov. 2011.

FORMAN, Murray; NEAL, Mark A. (org.) *That's the joint!* The Hip-Hop studies reader. New York, London: Routledge, 2004.

HIRATA, Daniel V. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.

INSTITUTO DA CIDADANIA. *Projeto Segurança Pública para o Brasil*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2003.

MARANHÃO, Tatiana A. *Governança Mundial e Pobreza do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro*. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

PARKER, Derrick; DEAL, Matt. *Notorious C.O.P. – the inside story of the Tupac, Biggie, and Jam Master Jay investigations from the NYPD's First "Hip-Hop Cop"*. New York: St. Martin's Press, 2007.

SAWAYA, Silvio. *Entre a paranóia da imaginação e a percepção alucinatória: hip-hop e postura de oposição na sociedade do fim da história*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2011.

TUPAC: Resurrection. Direção: Lauren Lazin. Produção: Amaru Entertainment INC. e MTV Films. EUA: Paramount Pictures, 2003. 1 DVD (111 min), son., color.

WACQUANT, Loic. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Olhando para trás ou para que

serve um filme de 2003?

Uma análise sociológica de *Dogville*

Clark Mangabeira¹

Resumo: A análise sociológica de filmes nos dá um excelente meio de interpretação e aplicação de conceitos e teorias da Sociologia. A partir do campo audiovisual, a Sociologia serve tanto como contribuição para a investigação científica sobre o cinema, como encontra nos filmes produtos culturais que lhe são material importante para análise da sociedade. Neste trabalho, o autor busca delinear, a partir do filme *Dogville*, elementos e refinamentos teóricos que entrecruzam conceitos estéticos, sociológicos e teatrais com a finalidade de clarear as possibilidades interpretativas sobre aquilo a que chamamos de sociedade. Pautado no filme, o objetivo é pontuar a relação entre a estética e o efeito do filme *Dogville* sobre a audiência, a partir do ponto de vista da construção do longa-metragem, ressaltando aspectos de conteúdo vinculados a noções sociológicas como comunidade, segurança e processo civilizador.

Palavras-chave: Sociologia; Cinema; Teatro; Bertolt Brecht; *Dogville*.

Abstract: The sociological analysis of films give us an excellent way of interpretation and application of concepts and theories of sociology. From the audiovisual field, sociology serves as a contribution to scientific researches on the cinema, and may find in films an important amount of cultural products which are important material for social analysis. In this paper, the author seeks to delineate, from the film *Dogville*, theoretical elements and refinements that crisscross aesthetic, sociological and theatrical concepts in order to clarify the interpretative possibilities of that thing which we call society. Lined in the film, the goal is to focus on the relationship between aesthetics and effect of the movie *Dogville* on the audience, from the point of view of the construction of the film, highlighting aspects of content linked to sociological notions such as community, security and civilizing process.

Keywords: Sociology; Cinema; Theater; Bertolt Brecht; *Dogville*.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ.

Quando Norbert Elias (2000) decidiu investigar a pequena cidade de Winston Parva na Inglaterra, ele montou uma argumentação a respeito das relações entre estabelecidos e *outsiders* que se aplicava não somente àquele microcosmo, mas que poderia ser utilizada em outras formas de organização social. Para este autor, pesquisar em uma pequena unidade social uma variedade de problemas também encontráveis em unidades sociais maiores, permitia-lhe averiguar minúcias consideravelmente relevantes. Nesse contexto, pode-se construir um modelo explicativo de estruturação que se acredita ser universal e, assim, aplicá-lo em maior escala, podendo ser ampliado e, se necessário, revisto através de correlações entre a macro e a micro situação.

Dogville é um filme que nos conta a história de uma pequena comunidade dos Estados Unidos que recebe uma fugitiva e passa a abrigá-la. A partir do momento em que as buscas pela estranha se intensificam, a comunidade começa a exigir mais e mais serviços para mantê-la em segredo, culminando em abusos físicos da refugiada. Logicamente, a comunidade do filme do diretor dinamarquês Lars Von Trier é fictícia, uma construção de sua mente.

Embora construção, Jorge Luís Barbosa (2000) afirma que a arte é um poderoso instrumento de leitura do espaço socialmente construído, que possibilita a percepção da realidade. A arte permite que o ser humano reflita sobre sua existência e dê novos paradigmas para sua vida, se transformando numa forma de leitura e ação sobre o mundo.

A pesquisa sociológica tendo como objeto um filme não se distancia em muito das possibilidades teóricas que Elias observou em sua pesquisa de pequenas unidades sociais. Embora uma criação, *Dogville* guarda correlação com a realidade: não se trata de copiá-la, mas de apreendê-la e mostrá-la, a partir da linguagem cinematográfica, com a qual o *real* ganha possibilidade de análise. Desta forma, mesmo em se tratando de uma criação artística, um filme pode ser alvo das aplicações teóricas criadas a partir de pesquisas empíricas concretas (afinal, a arte é uma forma de leitura do mundo, e dessa leitura temos a possibilidade de vislumbrar as nossas condições sócio-históricas), além de constituir um objeto de pesquisa que também pode nos mostrar novas variáveis que não tenham sido percebidas anteriormente. O teórico do cinema Christian Metz percebe a possibilidade analítica do cinema e se refere a ele dizendo que

O cinema é assunto amplo para o qual há mais de uma via de acesso. Considerando globalmente, o cinema é antes de mais nada um fato, e enquanto tal ele coloca problemas para a psicologia da percepção e do conhecimento, para a estética teórica, para a sociologia dos públicos, para a semiologia geral. Qualquer filme, bom ou ruim, é em primeiro lugar uma peça de cinema no sentido em que se fala da peça de música. Enquanto fato antropológico, o cinema apresenta uma certa quantidade de contornos, de figuras e de estruturas estáveis, que merecem ser estudadas diretamente. Vemos a todo momento o fato fílmico ser considerado, na sua realidade mais geral, como coisa natural e óbvia; e no entanto há ainda tanta coisa por dizer a respeito (METZ, 1972, p.16).

Percebe-se que um filme não se extingue somente enquanto assunto de teóricos do cinema: embora para estes o filme, na sua unidade, constitua seu universo total de análise, há (e deve haver) outras abordagens teóricas a respeito dos filmes, que considerem outras noções para além da estética ou do conteúdo meramente narrativo. A leitura que o cinema faz da realidade torna-se fundamental para a Sociologia na medida em que é uma visão construída, que reflete demais visões de mundo, que problematizam questões e noções caras aos cientistas sociais.

Por outro lado, a trama em si e as imagens também se transformam em estruturas sociológicas na medida em que contam algo a respeito do mundo em que vivemos (BARBOSA, 2000). A história ali contada é parte de uma impressão da realidade e o cineasta transforma-se em

pensador. Mesmo em se tratando de um filme de ficção, há uma correlação entre ele e a sociedade na qual está inserido, seja para passar ideias e valores já aceitos ou para despertar o olhar crítico do público.

As sensações que o filme passa para a plateia e a possibilidade de reconhecê-las complementam outros ângulos do quadro analítico do cinema. Diversas atividades mentais ocorrem em nossa mente e a atenção, a emoção e muitos outros impulsos psicológicos entram em operação quando se assiste a um filme, sem contar com o fato igualmente influenciador de que o cinema é uma experiência eminentemente coletiva.

Diante desse verdadeiro arsenal analítico de possibilidades, o filme *Dogville* distingue-se do cinema-espetáculo²: ele aparece muito influenciado pela obra de Bertolt Brecht, fato que amplia os horizontes de estudos sociológicos no campo do cinema por trazer concepções teatrais importantes. Não se trata, pois, meramente de uma peça de diversão: na visão de Lars Von Trier, o diretor do filme, *Dogville* é também uma peça de instrução.



Em uma entrevista dada ao Segundo Caderno do jornal O Globo, de 06 de Fevereiro de 2004, Lars Von Trier afirmou enfaticamente que, para filmá-lo, “a *inspiração foi Brecht, claro*”. Para discutirmos (sociologicamente) um filme com tal influência do teatro brechtiniano é mais do que necessário analisarmos, no primeiro momento, a teoria teatral do referido dramaturgo, tentando desvendar que conclusões podemos tirar das obras de Brecht para a análise sociológica de filmes e, especificamente, do filme *Dogville*.

E o que fez Brecht? Em primeiro lugar, o fundamento geral de sua estética foi uma síntese integradora de todas as partes que compõem o teatro. Opondo-se à estética aristotélica, o teatro épico ganha sua forma e força dando novos contornos ao espetáculo teatral ao estruturar cada parte da peça de modo autônomo, mas também integrado com o todo. Influenciado pelo marxismo, texto, autor, público e o próprio espetáculo são discutidos ao mesmo tempo em cena, canalizando uma transformação que mudou a estrutura teatral até então vigente.

De acordo com Gerd Bornheim (1998; 1992), o teatro brechtiniano, antes de qualquer coisa, reflete um inconformismo de Brecht diante de duas ordens de realidade que caracterizam toda a crítica teórica do seu teatro: primeiramente, ele recusa a estrutura geral da sociedade contemporânea, da mesma forma que, paralelamente, apresenta uma insatisfação diante de um espetáculo teatral complacente e ilusionista baseado unicamente na dinâmica aristotélica de identificação, na qual prevalece a identificação (quase) total do espectador com a cena, sendo realçada sua emoção que o envolve na ação.

A estética brechtiniana possui seu centro no elemento social, focando-o: para Brecht o teatro deve ser antes de tudo social, e essa problemática é seu começo, meio e fim. Por outro lado, o teatro deve sempre estar em contato com a racionalidade, visto que para o dramaturgo a Ciência é a “grande educadora da humanidade”, mas sem perder o referencial de estar subordinada à própria sociedade. A busca que se evidencia em sua obra é uma tentativa de não apenas informar o público sobre assuntos racionais, mas transformá-lo de maneira a torná-lo

² Nos limites deste artigo, considera-se cinema-espetáculo aquele pautado na estética aristotélica de identificação, a qual visa à identificação do espectador com a ficção em cena. Segue-se, portanto, que o cinema-espetáculo é aquele no qual prevalecem elementos narrativos que buscam a sensação do público como centro da obra ficcional, ao contrário da estética de Brecht que foca na não identificação e na conseqüente atividade reflexiva do público.

apto a ver a sociedade e a si mesmo criticamente, à distância.

A influência do marxismo foi decisiva nesta concepção. A explicação que Marx nos dá acerca da sociedade a partir da dialética é utilizada por Brecht, de forma que o que passa a importar é uma apreensão dialética do real: entre o palco e o público há uma dinâmica, uma interação, que vai culminar tanto no distanciamento do teatro épico da forma teatral dramática (estética aristotélica), meramente ilusionista, quanto na constituição de personagens que traduzem aquele entendimento dialético da realidade, sendo apresentado o homem como destino do próprio homem.

Sem perder o referencial do mundo social, que é o cerne de toda essa problemática, este é também o horizonte do próprio teatro, sendo sua função primordial a de ser um denunciador de todas as características da sociedade bem como um educador do público, a serviço de uma finalidade libertadora do jogo de ilusões do teatro dramático, e da própria sociedade. Entretanto, não se trata de um “espetáculo político” (entendido como agitador de massas): o interesse do dramaturgo é basicamente o social e seu teatro fecha-se em tomadas de posições diante de situações sociais, de acordo com seu viés marxista. De acordo com o próprio Brecht, “o mundo atual pode ser como sempre reproduzido pelo teatro, sob a condição de que seja entendido como suscetível de ser transformado” (BRECHT, 1985, p.67).

No teatro épico, ainda com Bornheim (1998), o meio social aparece como elemento autônomo, possibilitando ao expectador não perder seu espírito crítico, mas, ao contrário, reforçá-lo, podendo retirar lições daquele espetáculo. É introduzida no público a variável da posição: ele pode tomar posições diante do palco, concordando ou não com o que ali ocorre. De um lado, é apresentada a sociedade de forma crua, explicitando-se suas contradições; de outro, com a apresentação dessas contradições sociais, o que se espera é educar o público para que ele aprenda a superá-las na sua vida prática, no seu dia-a-dia, seja concordando ou não com a história.

Nessa variabilidade de contradições sociais que são mostradas, outro elemento da estética brechtiniana que ajuda a explicar seus objetivos é a posição que assume a emoção. Se o intuito do palco é mostrar a sociedade e o homem a partir dela, não se exclui dessa realidade social a emoção do homem, devendo ser este mostrado de forma inteira. Contudo, a emoção é vista como subordinada à razão, exatamente para não permitir um “se perder” do espectador na peça: o que se quer é explicitar a sociedade e transformar o espectador em um crítico da mesma, e a emoção vai pelo mesmo caminho; ela não desaparece, mas entra naquele jogo de distanciamento.

Como dito, o teatro épico transforma o público em observador. Ele lhe transfere a responsabilidade pela tomada de decisões frente ao espetáculo, aparecendo a emoção também como um ato de conhecimento. A finalidade é acabar com a ilusão do teatro burguês (para não fugirmos de Marx), transformando o palco em um palco científico. O espectador, antes acostumado pelo hábito com situações que, assim, lhe apareciam como familiares, é arrancado desse estado passivo e vai para um estado ativo, no qual assume uma atitude crítica em face das vicissitudes sociais narradas, e que apontam o homem e a sociedade como objetos de pesquisa.

Conseqüentemente, associando Marx mais uma vez ao teatro, Brecht dá relevo à História nesses “retratos sociais”, visto que, como o objetivo é destrinchar a sociedade e suas contradições, o referencial é sempre histórico, devendo ser demonstrado o caráter passageiro dessa sociedade, ou, no melhor dizer de Anatol Rosenfeld,

A peça deve, portanto, caracterizar determinada sociedade na sua relatividade histórica para demonstrar a sua condição passageira. A nossa própria época deve ser apresentada como se estivesse distanciada de nós pelo tempo histórico e pelo espaço geográfico. Desta forma, o espectador

reconhecerá as suas condições sociais como sendo relativas e fugazes e 'isso é o início da crítica'. Para empreender é preciso compreender. Vendo as coisas sempre como elas estão correndo, elas se tornam corriqueiras e por isso incompreensíveis porque, estando identificados com elas pela rotina, não as vemos com o olhar épico da distância (ROSENFELD, 1973, p.151).

O que Brecht (1985) defende é que o mundo atual só pode ser descrito, mostrado pelo teatro aos homens se for tido como transformável. O espectador não fica submerso em suas emoções ou em um contato puramente emocional com o espetáculo, mas antes ele assiste com um espírito crítico, que é reforçado pela própria ação das personagens. No teatro épico, como é a sociedade que é mostrada ao espectador, o meio social torna-se autônomo. As personagens, assim, partilham dessa autonomia na medida em que são colocadas em diversas interações sociais, estas mais relevantes para o espetáculo do que os próprios personagens, podendo o público compartilhar de um ponto de vista crítico que lhe possibilita o estudo do que se passa em cena, e a avaliação das escolhas efetuadas no palco, sem necessariamente serem obrigados a concordar com elas.

Começamos sobre *Dogville*. O filme inicia e logo nos deparamos com três ordens de fatores que chamam a atenção de todo e qualquer espectador: um prólogo, o cenário cru com casas sem paredes e o negro do ambiente que envolve a todos e a própria cidade. As características usadas por Lars Von Trier são recursos que ampliam os horizontes da "teoria épica", agora no cinema, tentando evidenciar os fatores supracitados.

Em *Dogville*, em vez do predomínio da subjetividade de Grace (protagonista), prevalece um mundo impessoal, o meio social, o ambiente, a partir do qual a trama se desenvolve. Mundo este apresentado por um narrador, que também mostra as personagens, reforçando os objetivos épicos do filme. Toda a unidade do filme se coloca em Grace, a partir da qual as situações sociais se desencadeiam: o ambiente só se torna visível graças às reações do herói e antagonistas diante do mesmo e, a partir da sua composição, é este mesmo mundo social que passa a ser o centro do filme.

Percebe-se que o filme propõe uma análise profunda de relações sociais e não se exaure em uma simples exposição emotiva da história. Embora o diretor o considere um *filme emotivo*³, a emoção ganha aspecto novo ao entrar subordinada à razão e à crítica que o filme propõe: ela não é o carro-chefe da história, mas se coloca abaixo da potencialidade crítica a ser despertada no público, pilar dos conceitos do teatro épico. Tal finalidade de despertar a crítica do público é percebida por aqueles elementos que nos distanciam da obra e nos permitem adquirir um posicionamento externo, e não só um simples "concordo" ou "não concordo" com algum dos personagens. De qualquer modo, o objetivo do filme se torna claro e daí relevante para a Sociologia: não são qualidades meramente artísticas que são colocadas, mas Lars Von Trier quer, tal qual Brecht afirmou, reproduzir e mostrar o mundo social no qual vivemos.

O teatro épico se interessa, antes de mais nada, pelo comportamento dos homens entre si, pelo aspecto desse comportamento que apresente uma significação histórico-social, em outras palavras: no que este comportamento apresente de típico. Ele elabora cenas nas quais os homens agem de tal maneira que o espectador vê surgir as leis que regem suas vidas sociais. Ao mesmo tempo, o teatro épico deve definir os processos sociais de um ponto de vista prático; deve defini-los para permitir uma intervenção na vida social (BRECHT, 1985, p. 114).

³ "I haven't restricted myself in the sense that I said, 'Now I have to research this and this and this'. It's not a scientific film and it's not a historical film. It's an emotional film". TRIER, Lars Von. *About Dogville*. Disponível em: <<http://www.dogville.dk>>. Acesso em: jun. 2005.

Por conseguinte, as transformações (boas e más) pelas quais passa Grace e *Dogville* durante sua interrelação tornam-se o tema principal, e a figura do narrador complementa este quadro conduzindo-a, selecionando o que mostrar ao público ao apresentar a comunidade. Embora a unidade do filme (afinal, como dito, os elementos estéticos são abordados autonomamente, mas também de forma integrada) esteja centrada em Grace (é a partir dela que se revelam as situações e os outros personagens), o personagem principal é o ambiente, havendo uma abstração do indivíduo que só se define na interrelação humana.

O pressuposto geral da obra de Brecht é ir contra a identificação que a estética aristotélica promove no espetáculo teatral, ou seja, ir contra uma identificação do espectador com a obra narrada no palco. No teatro dramático, a história contada aparece para o público como real, e o público é arrastado para dentro dela e se confunde com ela, sofrendo ou sorrindo juntamente com os personagens. O teatro épico, por outro lado, revela a história de outro viés: ele discorda da identificação do público com a história e introduz o distanciamento.

O efeito *distanciamento* proposto por Brecht funciona a partir do momento em que “incomoda” o espectador, mostrando as variáveis escondidas, ou melhor, que não eram vistas pelo público devido ao hábito, ao cotidiano, colocando um olhar crítico sobre os acontecimentos a serem apresentados, sempre buscando evidenciar o homem em seu meio social e as ligações entre ambos. Tal efeito sempre é utilizado em diversas partes do espetáculo que constituem um todo unitário. Brecht afirma que é uma questão de demonstração: demonstrar todos os aspectos escondidos de uma determinada situação e ampliar o horizonte do público.

O efeito V funciona a partir de dois pressupostos. Em primeiro lugar, prende-se a questão social. Gerd Bornheim (1992) afirma que a sociedade, a partir do momento em que percebe a engrenagem que move sua estruturação interna, tornou-se crítica dessa mesma engrenagem. Segundo o autor,

[...] as estruturas gerais da sociedade moderna deixam de funcionar como mero pano de fundo, firmadamente passivo e a partir do qual se desdobrariam as atividades humanas, inclusive o teatro. [...] a sociedade pode agora tornar-se transparente em relação a seus próprios movimentos internos, a máquina do mundo exhibe enfim suas engrenagens. A decorrência disso tudo está em que o indivíduo passa a interferir na transformação das estruturas sociais como nunca no passado. Em outras palavras: a sociedade se transmuta num grande personagem que tende a invadir todos os cenários – incluídos aí os do teatro. O efeito *distanciamento* prende-se essencialmente a essa possibilidade crítica, que deita as suas raízes não na atividade teatral, e sim, primeiramente, na própria conjuntura social, que, por sua vez, permitirá a instauração de um teatro crítico (BORNHEIM, 1992, p. 248).

A outra base de apoio do efeito V é a ciência: para Brecht (1985), a Razão é a única capaz de revelar à sociedade suas controvérsias e contradições, e está intimamente relacionada com a evolução social e imbricada nos processos sociais contemporâneos, permitindo que essa dicotomia (Ciência *versus* questão social) seja o próprio centro do teatro épico, já que o teatro burguês foi até o seu limite, e as condições sociais deram base para o surgimento do teatro épico.

Brecht encara suas peças como “*versuche*”, ou seja, experimentos sociológicos, nas quais o mundo antes idealizado pelo teatro dramático é substituído pela Sociedade e pela História. Se antes o espectador não percebia sua situação habitual, o estranhamento oferecido pelo efeito *distanciamento* lhe permite anular aquela familiaridade que tornavam as situações imutáveis e inserir no seu lugar a objetivação dos comportamentos e do próprio mundo, permitindo que os enxerguemos em sua relatividade (através do despertar da crítica) para, assim,

conhecê-lo melhor e não mais continuarmos inertes: trata-se de uma proposta de mudança de atitude, de comportamento, cristalizando-se possibilidades de mudança e críticas.

No filme em análise, Lars Von Trier utilizou-se largamente desses recursos de distanciamento para criar o efeito V que lhe possibilitou atingir o público. O primeiro ponto em que esse efeito já se torna perceptível é a primeira imagem do filme, na qual, diante de um fundo negro, aparece escrito apenas “The film ‘DOGVILLE’ as told in nine chapters and a prologue”.

Dogville é um filme dividido em nove capítulos e um prólogo. Percebemos que o filme já se inicia estabelecendo o distanciamento entre o público e a obra na medida em que anuncia tratar-se única e exclusivamente de um filme: já se anuncia que o que ali vai passar não é uma realidade que convidará o espectador a tomar parte ao lado dos personagens. Ao contrário, é um filme, e como tal deve ser passível de ser analisado, criticado. Não se busca identificação, mas distância e, para que o efeito V ocorra, é fundamental que o espectador não se esqueça de que se trata de um filme. A ideia é despir a obra de qualquer meio hipnótico, e começar anunciando tratar-se de um filme quebra qualquer possível identificação. Além do mais, os capítulos ao longo do filme apresentam interrupções estratégicas para continuar confirmando essa quebra de uma possível identificação, não tirando o espectador de sua nova posição de observador.

Outro recurso de intensa força no filme são as “casas sem paredes” e a ambientação dentro de um galpão escuro. Com isso, o espectador tem a possibilidade de distanciar-se o suficiente para chegar ao raciocínio pretendido. O propósito de Trier é fazer com que o espectador invente sua cidade, mas sem perder de foco que o importante é ampliar as relações sociais. A limpeza do palco permite uma limpeza de elementos que poderiam distrair o espectador e não permitir que sua postura crítica ativa se desenvolvesse. O estado de estranhamento produzido pelas “casas sem paredes” leva mais uma vez a não permissão que o público se perca na trama, no sentido de se deixar levar por uma ilusão. A ideia é descobrir a realidade e dar ênfase nas relações sociais: todo o resto é dispensável. Casas sem parede permitem, necessariamente, que o público perceba cada cena amplamente: o palco passa a narrar a história e mostra todas as variáveis que ficariam escondidas. Desnuda-se as forças da sociedade e a simplicidade leva à crítica e ao estudo da cena pelo espectador. Assim, nos diz Bornheim que:

[...] deve-se excluir do palco e da platéia qualquer elemento ‘mágico’ e cuidar para que não surjam ‘campos hipnóticos’ que magnetizem o espectador. (...) tudo que pode pôr o espectador em estado de ‘transe’ deve ser banido do teatro, nenhuma concessão deve ser feita à ilusão. E como o público apresenta essa tendência – que nada tem de natural – de entregar-se à ilusão, cumpre, pelo recurso a certos meios artísticos, neutralizar esse processo (BORNHEIM, 1992, p. 252).

Assim, transforma-se a cena estática em uma cena em movimento, atendendo às mudanças que são proporcionadas pelo próprio teatro épico, através da flexibilização do espaço, tornando-o mais versátil sem decoração supérflua, na qual o ator passa a ser a parte mais importante do cenário, e, como tal, deve ser ressaltado sempre levando em conta seu aspecto mais importante: sua movimentação. Também é a interação social e a riqueza de detalhes que desperta a atenção e interesse do público, de modo que temos acesso a informações que estariam invisíveis: o ambiente social se mostra com poucas distrações, e são os atores que ganham maior perspectiva.

Paralelamente, o narrador é quem dá a tônica dos atores: ele mostra as ações enquanto os atores demonstram-na. Não há, até mesmo aqui, uma identificação entre ator e personagem, exatamente porque não são eles quem comanda a narrativa. Eles mostram os personagens e

são os intermediários entre o texto e a platéia, também sendo os indutores do público quanto à tomada de posição diante daquela situação social.

Quanto ao texto (diálogos), da mesma forma não são eles que impulsionam a narrativa do filme (e do teatro épico), mas o narrador. O diálogo aparece como parte da trama, mas não é constitutivo desta, pois é a obra como um todo que fixa as condições do “experimento sociológico”. Contudo, Brecht não proíbe a utilização do diálogo de forma mais incisiva.

No filme, o diálogo final de Grace com seu pai representa um “corte”. Mas tal corte surge como um desmembramento da trama e não como impulsionador da mesma. A própria dinâmica da filmagem não apresenta um empecilho ao efeito V. Primeiramente, ele é um diálogo que interrompe a ação e, posteriormente, é interrompido por ela: ele começa e para, dando abertura para que o narrador volte e continue a sua história; não se perde do foco o efeito V e o público continua sem se deixar envolver pela ilusão. Entre os diálogos, a narração freia o envolvimento e relembra a atitude crítica: as resistências épicas (o narrador quebrando a seqüência dentro do carro fazendo Grace sair e voltar ao “ambiente social”) mantêm e seguram o público em sua atitude crítica.

O efeito V não é fraco (e nem pode ser) no teatro épico. Embora se perceba que a cena do diálogo final entre Grace e seu pai é muito diferente das cenas que constituem o filme como um todo, principalmente pela sua duração e foco apenas nos dois personagens “excluindo” o cenário mais amplo, ao tirar Grace por um longo tempo de Dogville e colocá-la a sós com seu pai, ela é importante se lembrarmos a postura de Brecht de mostrar o homem em todos os seus aspectos. O diálogo em análise não “controla” a ação, e, como o distanciamento ocorre freando-o, quebrando-o, não permite que a platéia o absorva sem questionamento: Grace sai do carro para pensar assim como nós também saímos com ela. Não ficamos obrigados a concordar com ninguém; não há uma ilusão mais forte que diz que temos que concordar com a visão que prevalece daquela argumentação. A contradição (os pontos de vista contrários, no caso) é exposta no diálogo e não somos, em nenhum momento, compelidos a concordar ou não com Grace, ou com seu pai, ou mesmo com a atitude que predomina no final: a liberdade, a crítica, a impessoalidade e o distanciamento ficam mantidos, e a platéia passível de fazer a escolha que bem entender.

O filme acaba e mais uma técnica de distanciamento nos leva a nossa já tão mencionada postura crítica: como num passe de mágica, aparecem os rostos e as casas até então invisíveis para não contaminar o cenário desnecessariamente. Anatol Rosenfeld (1973) chama isso de Princípio de Ampliação Épica, e que consiste nesses recursos que interligam diretamente o palco com a realidade social que se evidenciou. As projeções finais não são apenas elementos didáticos, mas servem de ampliação fílmica, tanto geográfica quanto histórica, que mais uma vez relacionam o filme com a realidade contemporânea ali expressa: é o último lembrete de que assistimos sim a um filme, mas não um filme que buscasse apenas diversão; o teatro épico (e *Dogville*, pela base em Brecht) se apóia não apenas em divertir (afinal, é teatro ou filme), mas principalmente em instruir, transformando o público em um público novo.

Por fim, resumindo do ponto de vista sociológico, Brecht pretende com seu teatro expor os conflitos como conflitos sociais. Sociedade e indivíduos são cheios de contradições e explicitá-las, dentro do panorama propriamente social e histórico, destrinchando as situações habituais para um entendimento melhor, significa fazer o público entender que a sociedade não é imutável, que a natureza humana, por sua vez, também é modificável, e que esta mesma natureza deve ser apresentada como dependente em primeiro lugar da sociedade e, em segundo, da classe em que cada um de nós nos encontramos. A postura do público é que deve ser

modificada e que do “palco científico” apresentem-se os “*versuche*”, que contribuam e definam a nova postura que se quer tomar. Como bem disse Benjamin sobre o teatro épico,

Para seu público, o palco não se apresenta sob a forma de ‘tábuas que significam o mundo’ (ou seja, como um espaço mágico), e sim como uma sala de exposição, disposta num ângulo favorável. Para seu palco, o público não é mais um agregado de cobaias hipnotizadas, e sim uma assembléia de pessoas interessadas, cujas exigências ele precisa satisfazer (BENJAMIN, 1985b, p.79).



Não podemos perder de vista que *Dogville* é cinema, é um filme. Embora tenha sido influenciado por Brecht, a força do filme advém exatamente do ponto de contato entre as duas artes. O teatro épico emprestou o efeito distanciamento, a crítica social, o despertar do público. Por seu lado, o que representa o cinema para estes fins?

Para respondermos a esta pergunta, adquire um sentido importante o movimento Dogma 95 do qual o cineasta Lars Von Trier é seu principal representante. Independente do futuro do movimento ou de seus membros, o Dogma 95 emprestou muitas de suas características para a construção de *Dogville*, que se interrelacionam fortemente com o tom épico do filme.

A postura do movimento é “reformular” o cinema, ou melhor, retomar algumas de suas características de forma mais forte. A concepção colocada no “*Vow of Chastity*” prega a proibição de efeitos especiais e filtros de qualquer espécie, a proibição de ações superficiais e da alienação geográfica e histórica. Essas três características entre si já apresentam um cinema cujo objetivo parece ser retomá-lo a partir da realidade crua, da profundidade das histórias e da perspectiva social histórica.

Segundo Benjamin (1985a), o cinema pode penetrar no âmago da realidade e deve se soltar dos grilhões do capital, que dá uma voz contrarrevolucionária às possibilidades revolucionárias que integram a nova arte, posto que baseada na reprodutibilidade ela torna-se política. A reprodução mostra ações sociais, levando-nos a seu controle e compreensão, e aqui reside o potencial revolucionário da sétima arte. Por esse contexto, o movimento Dogma quer explorar esses pontos, criando um cinema mais profundo, esteticamente mais compromissado com a arte cinematográfica e aqueles potenciais, contra a atual configuração na qual qualquer pessoa pode fazer um filme: o que se busca é a qualidade que, para o movimento, se perdeu por entre os efeitos especiais.

Paralelamente, não podemos radicalizar a crítica estética de *Dogville*, calcada no Dogma 95, confundindo-o com um “teatro filmado”, pois ele vai além. São inegáveis os recursos teatrais utilizados, mas, no entanto, trata-se de um filme e como tal deve ser analisado. O cinema enquanto uma arte nova com sua linguagem própria não se reduz a qualquer outra estética que por ventura seja utilizada secundariamente no processo de formulação do filme. No caso específico de *Dogville*, basta verificar o óbvio, ou seja, as tomadas de câmera, os recursos do *close-up* e do *cut-back*, enfim, todos os elementos cinematográficos que, logicamente, compõem o filme. Cenas como a cidade vista de cima, a fuga de Grace no caminhão de maçãs, dentre outras, encerra de vez essa discussão, visto que o ângulo da tomada seria impossível caso se tratasse tão somente de um “teatro filmado”: as qualidades do espaço e tempo do cinema, da continuidade espacial impraticável no teatro, explodem na tela durante o filme, adaptando conceitos do teatro épico a elas, e não o contrário.

Não concordamos, por exemplo, com a crítica do diretor teatral Amir Haddad, publicada no Caderno B do Jornal do Brasil de 30 de Janeiro de 2004, onde ele afirma que *Dogville* “é puro teatro, sem deixar de ser cinema”; estamos defendendo exatamente o contrário: *Dogville* é puro cinema, sem deixar de ter contato com o teatro. A influência épica oferece grandes possibilidades ao filme, mas não o comanda. As leis que o regem são cinematográficas, às quais a teoria de Brecht foi (muito bem) adaptada.

Essa dicotomia cinema *versus* teatro ganha uma forma mais clara quando questionamos as técnicas de ambas as artes. Para Benjamin (1985a), a imagem do real fornecida pelo cinema era mais forte do que aquela dada por qualquer outro meio artístico, na medida em que o cinema abre um grande campo de ação, antes invisível, e favorece nossa percepção sobre as necessidades da vida. Além disso, a reprodução permite um caráter político, não se contentando mais com uma contemplação desinteressada. O cinema surge destinado às massas e é o meio que mais se aproxima da sensibilidade do homem moderno. Mas Benjamin vai além: ele compara essas conquistas técnicas do cinema com a técnica do teatro épico, e define este último como no ponto mais alto da técnica. Segundo o autor:

As formas do teatro épico correspondem às novas formas técnicas, o cinema e o rádio. Ele está situado no ponto mais alto da técnica. Se o cinema impôs o princípio de que o espectador pode entrar a qualquer momento na sala, de que para isso devem ser evitados os antecedentes muito complicados e de que cada parte, além de seu valor para o todo, precisa ter um valor próprio, episódico, esse princípio tornou-se absolutamente necessário para o rádio, cujo público liga e desliga a cada momento, arbitrariamente, seus alto-falantes. O teatro épico fez o mesmo com o palco. Por princípio esse teatro não conhece espectadores retardatários (BENJAMIN, 1985b, p. 83).

Benjamin aproxima o cinema do teatro épico a partir de suas características estilísticas. Cada cena de um filme precisa ter um valor em si própria, mas não pode se perder diante do todo que corresponde ao filme. Para isso, a cena antecedente não pode ser complicada demais e a procedente, embora em si mesma se baste, deve guardar correlação lógica. Essa mesma característica está no teatro épico, que garante um espetáculo fragmentado como elementos autônomos (dos quais o meio social é o mais importante), sem perder de vista o todo da obra.

É interessante ressaltar aqui o papel que a atenção adquire no cinema. Conforme Hugo Munsterberg (1916), a atenção é um dos elementos mais importantes do cinema, visto que a cada cena que observamos estamos ligando-a a experiências anteriores próprias, mobilizando sentimentos e emoções, gerando idéias e pensamentos que se aliam à continuidade da trama que, por sua vez, conduz a atenção. Por outro lado, psicologicamente, a atenção é de extrema importância na medida em que seleciona apenas o que é relevante, organizando as impressões que temos.

Munsterberg (1916) divide a atenção, ainda, em dois tipos: a voluntária, onde a observação está condicionada pelo interesse pessoal de modo que é nossa escolha prévia do objetivo que nos lança em direção ao alvo escolhido; e a involuntária, cuja influência que a dirige vem do meio externo, a partir das coisas que percebemos. O que importa é a atenção involuntária, pois, embora possamos ir ao cinema ou ao teatro com algum interesse particular (ficar analisando sempre o mesmo ator, por exemplo), esse não é o objetivo de nenhuma das duas artes. Dessa forma, no teatro há meios de se canalizar a atenção involuntária para os pontos importantes, que é o que o teatro épico faz ao pretender um público crítico e não identificado, colocando-nos sempre frente às diversas possibilidades do meio social. No entanto, é em nos-

sa mente que ocorre essa canalização: escolhemos o detalhe que o teatro nos mostrou e em nossa mente se exclui todo o resto.

Por outro lado, o cinema inverte esse fluxo. O ato de atenção que no teatro se dá dentro da mente, no cinema é a mente que remodelou o próprio espaço; é a câmera (e não mais nossa mente) que elimina todo o resto, enquanto o detalhe assume toda a tela. Sempre que a atenção se fixa em alguma situação, todo o resto se ajusta, e as leis que o espaço obedece passam a ser não mais as suas próprias, mas as da nossa atenção.

Pensemos em *Dogville*. Pelas influências épicas, é o meio social o grande personagem, mas de nenhuma forma estamos à mercê tão somente de nossa mente quanto à atenção. As casas sem paredes, os sons, os detalhes vivos que podemos observar se encaixam perfeitamente com o viés de dirigir a nossa atenção involuntária para o que mais importa: no caso, a comunidade. O ponto principal é Grace, mas os movimentos de câmera destacam sempre os detalhes exteriores, a vida da comunidade, o cachorro invisível que late defendendo a comunidade, a vista de cima de uma donzela frágil fugindo em um carro de maçãs, enquanto o narrador nos conta sobre seus problemas provocados, de novo, pela comunidade e o povo em suas vidas ordinárias à medida que a câmera se distancia de um estupro que ocorre. O detalhe aqui é o próprio social e sobre ele recai a atenção involuntária. Permitam-me os leitores, mas a questão é simplesmente de “tamanho do detalhe”: em *Dogville*, o detalhe é a própria cidade, que a cada cena é colocada para nossa atenção involuntária graças às técnicas da câmera. O detalhe é *Dogville*, e a atenção involuntária deve sempre recair sobre ela.

Voltemos à técnica. O cinema, assim, possibilita uma adequação do espaço às exigências da mente. Por outro lado, um “cinema épico” ganha um grande aliado ao se utilizar disso para atingir os efeitos que pretende, ou melhor, o efeito V. O distanciamento se torna mais claro e a atuação da atenção sempre calcada no meio social permite um efeito distanciamento maximizado. Nossas idéias, sentimentos e impulsos se organizam ao redor do que é privilegiado na tela e a eliminação estética de tudo o que é supérfluo para a trama (resultando nas casas sem paredes) é intensificado pela própria característica da imagem cinematográfica (enquanto fruto da câmera), que é similar a um ponto de vista a partir do vértice de um ângulo, onde o fundo se torna mais proeminente: percebemos com mais clareza o que o “cinema épico” propõe, o meio social, e a nós, ao público, cuja atenção involuntária está dirigida, revela-se o social sem nada a esconder.

Contrapondo o teatro épico ao dramático, sem cair numa oposição irreduzível, Brecht também reafirma a possibilidade de o teatro épico, recorrendo ao cinema e a outros elementos narrativos, ganhar mais potência para o efeito V, não mais conduzindo o espetáculo a uma simplicidade irreal da vida humana, mas, ao contrário, mostrando os detalhes sociais. Como diz o próprio Brecht,

Não temos nenhuma intenção de narrar aqui em detalhes as razões que atenuaram as oposições, durante muito tempo tidas como irreduzíveis, entre o gênero dramático e o gênero épico. Nós nos contentaremos em indicar que foram as conquistas técnicas que deram ao teatro condições de incorporar a seus espetáculos elementos narrativos. De agora em diante era possível utilizar projeções, aumentar pela motorização as possibilidades de transformação do palco e recorrer ao cinema; todas essas novidades vieram complementar o equipamento cênico num momento onde já não era mais possível representar os acontecimentos essenciais que os homens enfrentam como se fizera até então, de maneira tão simples, personificando as forças motoras do mundo ou subordinando os personagens a invisíveis potências metafísicas. Tornara-se necessário, se queríamos compreender os acontecimentos, dar a este

mundo de homens todo o seu peso, tornara-se necessário, também, clarificar a verdadeira significação deste mundo e apresentá-lo com vigor (BRECHT, 1985, p. 69).

Brecht não se mantém imune às novidades técnicas desenvolvidas. Ele as incorpora ao teatro épico para lhe dar mais força, apresentando o mundo com maior profundidade, com mais vigor, com mais detalhes. Podemos dizer que o mesmo fez Lars Von Trier: ele incorporou as tradicionais exigências do teatro épico ao cinema do Dogma 95 que luta contra a tendência de subordinar personagens a invisíveis forças e efeitos visuais: *Dogville* pretende mostrar essas potências, destrinchar essas realidades e usa do teatro épico para alcançar este efeito.

Para Jorge Luis Barbosa (2000), a arte é um instrumento que permite vislumbrar o espaço social, um instrumento de percepção e reconhecimento da realidade. As obras apresentam perguntas e respostas sobre a vida e a história, inventando uma linguagem que nos mostra lados ignorados de nossa própria existência, tornando-se um modo de entender e agir no mundo: as representações interpretam nossa vida social e intervêm nelas. Essa intervenção, que se traduz no despertar da crítica, é importante, por outro lado, porque a alienação social também pode se realizar através dessas mesmas representações, sobretudo nas imagens redutoras que ocultam as contradições sociais, ou seja, a arte pode reduzir nosso entendimento sobre o mundo sendo preciso novas técnicas para que isso não ocorra. O teatro épico, com seu efeito V, e o cinema, cuja reprodutibilidade aludida por Benjamin o torna político, são expressões contra aquela tendência. Na medida em que a arte interpreta o mundo e desperta o público em um estado ativo, é capaz de impulsionar transformações na sociedade.

O desenvolvimento da sociedade trouxe consigo a superestimulação que Simmel (1976) tão bem explicitou como característica do homem moderno. A “intensificação dos estímulos nervosos” do dia-a-dia, a rapidez do nosso mundo, ajudou Simmel a mostrar a perda de sensação do homem moderno, que se transforma na capa sempre vestida da *atitude blasé*.

Do lado oposto desse esvaziamento sensorial, Leo Charney (2001) coloca o conceito de instante, ou melhor, de experimentar o instante enquanto uma sensação tão fortemente sentida que se esvanece no momento seguinte a sua sensação. É exatamente este instante que resgata as possibilidades sensoriais que ficaram “defeituosas” diante da efemeridade da Modernidade. Mas essa situação apresenta-nos um problema: o instante não pode permanecer fixo, e tal percepção da Modernidade enquanto momentânea levou à constituição de novas formas de experiência da vida.

Temos duas consequências do contexto exposto. Em primeiro lugar, há o esvaziamento da estabilidade pela característica de movimentação e rapidez da Modernidade. Além disso, ao lado da sensação que sentimos do instante *no* instante, surge a cognição, como a faculdade que reconhece o instante apenas no momento posterior de sua ocorrência. São esses dois aspectos da experiência moderna que, para Charney, criaram o cinema, uma nova forma de experiência.

A sensação e a cognição não podem habitar o mesmo instante. O presente só pode ser pensado enquanto sensação e este é o remédio contra a alienação da Modernidade. Nesse diapasão, o cinema é a experiência moderna cuja essência reside nos momentos de sensação forte que certas imagens podem nos proporcionar. Na simbiose entre o instante da sensação e sua fungibilidade posterior, o cinema é a forma definidora da experiência temporal moderna. A função do cinema, por conseguinte, é a de recuperar a sensação da vida, guiando-nos para ápices momentâneos de atenção.

A duplicidade do filme é relevante para essa discussão: o filme pode ser concebido enquanto um rolo de fotogramas ou em projeção, momento em que se articulou o movimento. A transformação do estado espacial imóvel e descontínuo do filme em um espaço em movimento e contínuo ocorre dentro do espectador, que é guiado pelas sensações e atenção que se oferecem na tela. A montagem do filme, com a transformação de sua descontinuidade em continuidade, é possível pela articulação mental do espectador, possibilitando-se a introdução da interpretação.

Vimos com Charney que o presente / instante visto em cena é o momento da sensação. A cognição habita o momento posterior, que se reconhece o instante enquanto instante. Ora, a introdução de um fluxo contínuo de movimento nas imagens do filme oferece ao público momentos de sensação e cognição também contínuos, estabelecendo, além da recuperação da sensação à vida do espectador, a possibilidade de interpretação do que se vê na tela.

O “cinema épico” trabalha com essas duas ordens (sensação e cognição). Não se pode perder de vista que o teatro épico pretendia divertir e instruir e é exatamente isso que o fluxo contínuo do movimento, no cinema, possibilita em um estágio mais vantajoso e próximo da vida moderna. A diversão não é apagada pelo tom épico do espetáculo, mas, ao contrário, introduz-se a cognição daquela sensação, sempre fugaz e passageira. Enquanto que o teatro está limitado ao espaço físico em que se passa (apesar de Brecht, por exemplo, não excluir a utilização de elementos narrativos, como se disse acima), o cinema pode apresentar como contínuos espaços descontínuos, e, de acordo com a utilização (política, para não esquecermos de Benjamin) desses recursos, a crítica ou a alienação social podem florescer.

O filme *Dogville* brinca com essas noções. O filme mostra uma comunidade simples que se torna má ao longo de toda a história. A exploração física e sexual de Grace se faz presente nas quase três horas do filme e a sensação se constrói a cada ápice que guia nossa atenção. Trata-se de vários instantes sucessivos através dos quais recuperamos a sensação que perdemos em nosso dia-a-dia de *atitude blasé*. Entretanto, não podemos nos esquecer do que o tom épico faz com a emoção, tanto no teatro quanto em *Dogville*. O instante, sua sensação, está intimamente ligado à emoção, sendo que nem Brecht nem Trier querem aboli-los do espetáculo: a única exigência é de não tornar a obra exclusivamente emotiva, mas subordiná-la à razão. A cena em que Vera quebra os sete bonecos de porcelana que Grace comprou demonstra bem isso, como nos conta o narrador:

In her lifetime Grace had had considerable practice at constraining her emotions, and would never have believed it would be hard to control them now. But as the porcelain pulverized on the floor it was as if it were human tissue disintegrating. The figurines were the offspring of the meeting between the township and her. They were the proof that in spite of everything, her suffering had created something of value. Grace could no longer cope. For the first time since her childhood, she wept.⁴

A sensação e emoção do público se confundem com a de Grace. Mas devemos ter cuidado: não se trata de identificação; não estamos nos tornando Grace como na estética aristotélica, absorvidos pelas suas decisões e sem personalidade e opiniões próprias. Mantemos nossa distância embora a sensação que temos se confunda com a da personagem “no instante em que o instante” adquire sua plenitude em sim mesmo. Estamos trabalhando com sensação e cognição, que, de acordo com Leo Charney, não podem habitar o mesmo instante. O elemento

4 “Em toda vida, Grace tinha prática em esconder as emoções e não achou que seria difícil controlá-las agora. Mas a porcelana espatifada no chão era como tecido humano a se desintegrar. Os bonecos eram o resultado de seu encontro com a cidade. Eles eram a prova de que, apesar de tudo, seu sofrimento havia criado algo de valor. Grace não agüentava mais. Pela primeira vez desde a sua infância, ela chorou”. (Tradução proveniente do filme).

épico apenas reafirma a importância da cognição, da interpretação colocada através dele e do movimento do filme em projeção que liga suas partes fragmentadas em um todo único, além de subordinar à razão nossas opiniões e emoções para que as critiquemos. A cena da quebra dos bonecos é um bom exemplo do tom épico do filme e do efeito distanciamento, da sua fragmentariedade sem perder o ponto do filme como um todo e da cognição não habitando o instante. A resposta final de Grace, no auge de sua vingança, à atitude anterior de Vera, nos coloca diante de todos esses fatores: “There is a family with kids...do the kids first and make the mother watch. Tell her you will stop if she can hold back her tears. I owe her that... I'm afraid she cries a little too easily”⁵.

Somente após várias cenas é que Grace se vinga. Em um primeiro momento, a vingança de “matar os filhos primeiro” adquire a sensação boa para nós espectadores: sentimos-nos, também, vingados. O instante estrutura a sensação boa; a atenção (involuntária) nos leva com prazer à morte de cada um dos filhos enquanto Vera a tudo assiste. Por outro lado, o efeito V que traz a cognição ampliada da cena nos faz pensar, refletir, interpretar, e aqui está o diferencial do que estou chamando de “cinema épico”: as atitudes de Grace não se justificam e ao público é dada a opção de concordar ou não e, mais, de se criticar quanto às suas próprias sensações. Não se trata tão somente de concordar com Grace, mas de apreender esse fragmento do filme que começou cenas atrás e compreendê-lo, tomar uma posição, defender ou atacar Grace ou Vera de acordo com opiniões dos espectadores, refletir sobre as próprias emoções que nós tivemos, muito diferente dos filmes com viés de identificação da estética aristotélica:

Isso porque, num mundo invadido pela cultura espetacular da imagem, esta perde potência de produzir sentido. O espectador fica siderado pelos efeitos encantatórios da técnica que o impedem de pensar, e as palavras já não dizem nada. Para tanto é preciso então desconcertá-lo, realizando a desconstrução do cinema-espetáculo. A inserção da cena teatral na narrativa fílmica teve, assim, a intenção de restaurar a potência de dizer do cinema, que pode se enunciar, enfim, por caminhos surpreendentes e surreais (HADDAD et al., 2004, p. B6/B7).

O que vale ser ressaltado nesse jogo de sensação/cognição é a relação espaço *versus* tempo que temos no cinema. Quando vamos assistir a um filme, entramos na sala escura pela diversão. Ver um filme como *Dogville* nos dá diversão e instrução, e daí Brecht acena ao cinema e à Sociologia. Um primeiro ponto a ser explorado é o do cinema enquanto produtor de espaços singulares, que Paulo Alberto Arruda Menezes (1996) chama de um “espaço puramente fílmico”: uma realização do espaço *no* filme, enquanto criação plástica, carregado de atributos psíquicos, modelado pela intenção daquilo que querem que nós, público, sintamos e, em *Dogville*, reflitamos sobre. Nesse sentido, o cinema não fala diretamente do real; é, na verdade, uma construção a partir do real e dirigida ao imaginário, quando requer que não percamos de vista sua articulação entre duas ordens, a arte e a realidade.

Este espaço fílmico é controlado pelo movimento, ou melhor, pelo tempo: um filme é uma composição de tempos, havendo saltos, retrocessos, lembranças, projeções que se manifestam continuamente, quando, na verdade, não poderiam existir. Em outras palavras trata-se de um tempo *no* filme, tempo este que comanda nossa atenção, sensação e a própria cognição, e que, como Charney falou, confere ao cinema sua proximidade com a experiência rápida da Modernidade.

Pensar através das imagens e conduzir o público através delas são atributos do cinema como um todo. Mas, pensar através das imagens e mostrar as diversas possibilidades que

5 “Há uma família com filhos. Mate os filhos primeiro e faça a mãe olhar. Diga que só vai parar se ela não chorar. Eu devo isso a ela... Mas eu acho que ela chora por qualquer besteira”. (Tradução proveniente do filme).

existem para que o público forme sua opinião e tome posição diante do que viu e diante de sua própria vida, a partir do que viu, leva a marca da influência brechtiniana. De qualquer maneira, chegamos, por fim, ao ponto que Menezes (1996) coloca e que pode ser encarado como finalidade do cinema: a busca de experiências.

O cinema é um conjunto de elementos que atuam de maneira relacionada: atores, sons, falas, detalhes e vistas amplas, tudo leva a construção da imagem que é o universo do filme. Essa imagem não é a realidade, não é o real, mas nos ajuda a pensar sobre este mesmo real. É exatamente esse atributo do cinema de não ser um duplo da realidade que lhe permite pensar sobre ela, enquanto possibilita a percepção das composições de espaço e tempo que apresenta, além da articulação de sensações e cognições que se constrói a partir de alguma experiência ou finalidade do pensador, que é o cineasta. Pela análise da composição especial de espaços e tempos do cinema é que conseguimos compreender os valores que são colocados, ressaltando a diferença ou semelhança com o que imaginamos, fazemos, sentimos ou queremos.

Há uma descrição da realidade nos filmes, segundo Benjamin (1985a), mais significativa para o homem moderno, já que a técnica inerente ao cinema lhe permite criar um aspecto da realidade que não sofre nenhuma manipulação dos aparelhos técnicos, precisamente por que estes aparelhos integram a própria essência do cinema, a própria construção do filme, e através deles penetramos na profundidade escura da realidade. Assim,

O cinema faz-nos vislumbrar, por um lado, os mil condicionamentos que determinam nossa existência, e por outro assegura-nos um grande e insuspeitado espaço de liberdade. Nossos cafés e nossas ruas, nossos escritórios e nossos quartos alugados, nossas estações e nossas fábricas pareciam aprisionar-nos inapelavelmente. Veio então o cinema, que fez explodir esse universo carcerário com a dinamite dos seus décimos de segundo, permitindo-nos empreender viagens aventurosas entre as ruínas arremessadas à distância (BENJAMIN, 1985a, p. 189).

Essa possibilidade do cinema adquire, para Benjamin, um aspecto psicológico funcional e importante na sociedade de hoje. A câmera e seus recursos múltiplos que guiam nossa atenção involuntária abre passagem para que percebamos o “inconsciente ótico”, ou seja, aquelas forças invisíveis ou os detalhes que normalmente, por nossa própria visão, não somos capazes de perceber.

Os aspectos da realidade que os filmes percebem situam-se, em grande parte, fora da percepção sensível normal, e podem, assim, alterar profundamente o mundo através das deformações que o mundo visual sofre no filme. Surgem nossos sonhos; materializam-se nos filmes nossas angústias, felicidades, tristezas, e, sim, nossas vinganças. O público partilha coletivamente de imagens antes colocadas no sonho, na imaginação ou no manicômio; são reintroduzidas as sensações que a civilização não nos permitiu ter ou extravasar, e o tom épico de filmes como *Dogville* ajuda-nos a compreendê-las e a refletir sobre elas.

Benjamin vai além. Para ele, além de retratar essas psicoses, o cinema adquire a função de inibi-las. Ele mostra as repressões que a Modernidade trouxe consigo para a civilização e funciona como a “explosão terapêutica do inconsciente”. Todas as sensações reprimidas em grande ou pouca quantidade aparecem no cinema, e a criação virtual delas impede seu “amadurecimento perigoso” para a sociedade.

A função do cinema aparece, assim, como um certo controle do *self*, enquanto apaziguador dos impulsos inatos da sociedade. Mostra-nos realidades que são terapêuticas para o nosso inconsciente e que ameaçam a nós mesmos. Em *Dogville*, a história se desenrola sob esse prisma: as sensações inibidas irrompem a cada cena de injustiça contra Grace e em sua vin-

gança final, para, posteriormente, ser alvo da nossa cognição, maximizada pelo efeito V.

O filme adquire, portanto, dois papéis muito claros que se complementam. De um lado, é o condutor de nossa atenção através do ambiente social e das forças sociais invisíveis que pretende mostrar, preparando instantes de sensações que nos remetem à sociedade e a nós mesmos e formulando, através do efeito V, a possibilidade de crítica. Por outro, tem a função de “explosão terapêutica”, sendo a válvula de escape para aquelas sensações reprimidas pela civilização, ao mesmo tempo em que, pela cognição crítica, ampliada através do efeito distanciamento, da sensação, coloca estas sob a análise do público, ao lado das questões sociais levantadas durante o filme. A crítica reveste-se, portanto, também de dois aspectos: críticas das questões sociais, com a escolha livre dos espectadores interessados quanto ao que se passou na tela, com base no distanciamento; e crítica, pela cognição, do instante e da sensação que tivemos, estas apenas possíveis de serem “sentidas” no espaço fílmico virtual criado.

São percebidos em *Dogville* esses duplos aspectos. A vingança final de Grace funciona como crítica de uma sociedade corrompida e dá-nos a satisfação de nos sentirmos, também, vingados. Por outro lado, se pensarmos (e devemos pensar) em nossa própria sociedade, a violência da vingança não pode ser exercida, por mais que queiramos e, por fim, a pergunta permanece: será que ela estava certa? Grace estava certa até mesmo ao mandar atirar no bebê Aquiles? Esse tipo de pergunta é o efeito V agindo, que nos guia pela reflexão sobre a realidade social (da comunidade fictícia que leva à nossa própria, sendo aquela a personagem principal do filme) e sobre nossas sensações despertadas nos instantes, possíveis de serem “sentidas” apenas no filme, mas reprimidas pela sociedade.

E por fim, o que falar de *Dogville*? Até agora argumentamos sobre seu caráter enquanto obra estética, com a análise dos elementos que estruturam a narrativa. Mas não podemos perder de vista o já muito citado Brecht: *Dogville* fala da comunidade, uma comunidade que Lars Von Trier colocou nas “*Montanhas Rochosas*” dos EUA, só para indagarmos se existem montanhas que não são rochosas.

Brecht estava certo ao fazer de seu palco um palco científico: ele reformulou a estética teatral e suas peças didáticas ensinaram e divertiram. Trier propôs o mesmo para o cinema e aplicou com toda a força a estética do Dogma 95 juntamente com o teatro épico. O melhor a fazer é sentarmos e aproveitarmos as sensações que o filme nos passa, pois quando elas passam tudo que sobra são nossas próprias reflexões. Contudo, se, até agora, demos maior atenção a certos aspectos estéticos do filme que também abrangem de certa forma o conteúdo da trama que foi contada, convém agora, até por respeito a Brecht que com tanta veemência defendeu seus “experimentos sociológicos”, discutirmos o conteúdo, o plano de fundo, o objetivo de toda aquela estética aplicada.



O aspecto mais importante da cidade de *Dogville* é ela própria: trata-se de uma comunidade perdida no meio das “*Montanhas Rochosas*” dos Estados Unidos. Ser uma comunidade e pertencer a uma comunidade são duas ordens de situações reflexas do mesmo problema: a comunidade em si. Por mais redundante que possa parecer essas questões, é exatamente este o objeto do filme: a comunidade pura e crua, sem paredes nas casas para que possamos observar o íntimo dela, seus nervos, seu coração.

A ideia de comunidade, segundo Zygmunt Bauman (2003), sempre nos remete a uma sensação boa: o “ser” uma comunidade e o “estar” em uma comunidade nunca se dão entre estranhos. A vida na comunidade é constituída por um desejo compartilhado por todos os seus membros de nunca desejar mal uns aos outros. Daí o espectro que ronda o conceito: ela transmite uma sensação boa, uma sensação de fazer parte de algo, de não existir estranhos que desejem seu mal.

Exatamente por essas características, que sempre são perseguidas por qualquer homem, ela não existe, nem poderia existir, pelo menos enquanto aquele conceito idealizado: é o paraíso perdido no meio das montanhas que sempre procuramos e procuraremos. Essa é a comunidade sonhada, que tanto desejamos para fugirmos da *atitude blasé* do meio urbano, da frieza dos seus habitantes e da solidão de se morar na cidade moderna, a comunidade que Grace acha que encontrou no primeiro momento.

Por outro lado, esse impulso de viver em comunidade cria realmente comunidades, mas que muito se distanciam daquela sonhada. Essas “comunidades que realmente existem” tentam a qualquer custo se igualar ao sonho e para tal exigem uma fidelidade extrema da coletividade que a constitui, sendo encarado como traidor todo aquele que não se filiar a ela de modo integral. Não fica difícil cruzar um paralelo com *Dogville*; ela é a comunidade que existe, mas que se autointitula como a comunidade sonhada, o paraíso perdido aconchegante:

This is the sad tale of the township of Dogville. Dogville was in the Rocky Mountains in the US of A. Up here where the road came to its definitive end near the entrance to the old, abandoned silver mine. The residents of Dogville were good, honest folks and they liked their township.⁶

A primeira fala do narrador destaca um elemento que servirá de base para todo o filme: os moradores de *Dogville* gostavam de sua cidade. Dentro de *Dogville* não havia espaço para a frieza e não havia como não gostar dela. Essa comunidade, ainda segundo Bauman (2003), só existe na medida em que conserva o entendimento sobre si própria tacitamente: dentro da comunidade não se pensa sobre ela e é natural ser uma comunidade, pelo menos assim parece a seus membros, e, quando se passa a pensar *sobre* ela, ela desaparece, esse laço de união se desfaz. Assim, enquanto cada um dos elementos que a compõem, quais sejam, a distinção entre os de dentro e os de fora, a pequenez, que garante uma comunicação entre os de dentro tão densa que exclui os de fora e a autossuficiência, não existe motivação para crítica entre seus habitantes e de si própria: a comunidade está a salvo.

Ao longo do filme, há uma relação que se estabelece entre Grace e *Dogville* que longe de acordá-la de seu sonho de comunidade, do seu entendimento uniforme, forçava-a a se precaver cada vez mais, reforçando aquelas três características e nunca os levando à reflexão sobre si próprios, mas sempre a uma reflexão que se constituía em blocos: de um lado eles e a defesa do que *Dogville* representa; de outro o infortúnio que Grace representava. O entendimento tácito lhes possibilitava tomar quaisquer atitudes diante de Grace e, por mais que fossem más, não se discutia, pois na comunidade não se precisa de reflexão sobre ela própria: ela é autossuficiente.

Confessamos que esse argumento ainda está incompleto. Na verdade, há as reuniões semanais que Tom propõe e que tentam rearmar moralmente a comunidade, mas estes ensinamentos se restringem a uma única atitude: o que a *comunidade*, como um todo, pode fazer pelos

⁶ “Esta é a triste história da cidade chamada Dogville. Dogville ficava nas Montanhas Rochosas dos EUA. Onde a estrada chegava a seu final absoluto perto da entrada da velha mina abandonada. Os residentes de Dogville eram bons, honesto e gostavam de sua cidade”. (Tradução proveniente do filme)

outros. O fundamento de *Dogville* era sua unidade, basicamente aquele entendimento natural, composto pela homogeneidade, pela mesmice. Em nenhum momento do filme a comunidade se questionou a si mesma ou a suas atitudes (de forma que o entendimento tácito quanto a ser uma comunidade nunca sumiu) e até mesmo quando Grace diz a verdade numa reunião, os moradores não acreditam em seus próprios atos. Como a comunidade poderia refletir sobre si mesma se não queria acabar? O máximo de sua reflexão diz respeito a aprofundar laços de união, nunca de questioná-los ou anunciá-los aos outros, pois afinal, de acordo com Bauman,

Quando [a comunidade] começa a versar sobre sua beleza original e a afixar nos muros próximos loquazes manifestos conclamando seus membros a apreciarem suas virtudes e os outros a admirá-los ou calar-se – podemos estar certos de que a comunidade não existe mais (ou ainda, se for o caso). A comunidade ‘falada’ (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos (BAUMAN, 2003, p. 17).

Não havia necessidade de os moradores contemplarem a si próprios. Mesmo quando *Dogville* abriga a fugitiva, ela não “conclama seus membros a apreciarem suas virtudes”, nem mesmo intima Grace a admirá-los. Em relação a *Dogville* enquanto pequena cidade, nunca houve mudança quanto ao referencial que ela tinha de si mesma, mas apenas uma ameaça, que era a chegada de Grace. A mesmice, a homogeneidade, a unidade prevaleceram e, mais uma vez, de acordo com Bauman,

Essa mesmice encontra dificuldades no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’. A mesmice se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas (BAUMAN, 2003, p. 18).

Voltemos um pouco. A comunidade de *Dogville* começa a proteger a si mesma no momento em que Grace chega à cidade. Há o aparecimento de uma pessoa cuja estranheza e tudo aquilo que ela representa é uma informação diferente e conflitante com o conhecimento internamente disponível. A partir de sua chegada, a homogeneidade precisava ser protegida, a estranha vigiada e essa vigilância (para proteger a uniformidade) devia ser reforçada com coleiras ao redor dos pescoços daqueles que procurassem destruí-la. Nunca houve uma “luta moral” entre os habitantes quanto a seus valores e ao que fizeram a Grace já que não era necessário se explicarem, pois mais fácil era jogar a culpa nos “de fora”. Não houve a crise que Bauman aferiu quando a comunidade passa a se questionar e, assim, *Dogville* nunca deixou de existir, pois se tivesse desaparecido não poderia ressuscitar.

Os habitantes da pequena cidade dividiam, portanto, uma identidade comunitária construída ao longo do tempo e entre fronteiras invisíveis que os separavam dos outros. Essa comunidade que existe de verdade leva a uma consequência: aumenta temores em vez de diluí-los e exige vigilância a toda hora, não sendo à toa que, no começo do filme, Chuck diz que Moisés (o cão) precisa ficar faminto para vigiar a cidade, já que “são tempos difíceis e outros aparecerão com ainda menos que nós”.

E o que Grace tem em menor quantidade do que em *Dogville*? A resposta é simples: segurança. A cidade pode não oferecer grandes coisas materiais, mas oferece segurança contra os perigos visíveis e invisíveis que existem lá fora. No caso de Grace o perigo era bem visível: gangsteres e a polícia, que alguma coisa queriam dela.

Grace buscava segurança e, em um primeiro momento, encontrou-a em *Dogville*. Mas sua segurança representava insegurança para a cidade e uma vigilância contínua sobre os ombros da bela moça. Ela representava uma ameaça a tudo que eles representavam enquanto uma comunidade, era a ameaça contra constituição segura das identidades comunitárias e por isso o valor dado pela segurança era alto demais: Grace tinha que pagar. Em um local onde muito pouco se oferece, o único meio de se pagar é com seu próprio esforço, seu trabalho.

Tom, jogando xadrez com Bill, afirma que, “se o povo de *Dogville* tem problemas com aceitação, eles precisam de algo para aceitar”. Consequentemente, em uma comunidade, aceitação é o maior problema, exatamente por implicar insegurança para eles próprios. *Dogville* era segura, mas perdeu parte de sua liberdade ao se trancar em si mesma e vigiar, com a ajuda de Moisés, o exterior. Grace, ao buscar segurança, também deverá abandonar um pouco de sua liberdade, já que:

A liberdade e a segurança, ambas igualmente urgentes e indispensáveis, são difíceis de conciliar sem atrito – e atrito considerável na maior parte do tempo. Estas duas qualidades são, ao mesmo tempo, complementares e incompatíveis; a chance de que entrem em conflito sempre foi e sempre será tão grande quanto a necessidade de sua conciliação (BAUMAN, 2003, p. 24).

Segurança sem liberdade é escravidão: no caso de Grace foi isso que aconteceu. Quanto mais se intensificava sua busca, ela perdia liberdade para ganhar a segurança cada vez mais cara de *Dogville*. De seu lado, a cidade, para manter sua segurança, precisava tolher toda a ameaça que, contra ela, Grace representava. Grace atacara (sem desmantelá-lo) o frágil entendimento tácito que dava forma à identidade coletiva daquele local.

A relação segurança *versus* liberdade implica um terceiro fator que interfere naquela dicotomia, qual seja os limites. A conservação de *Dogville* implicava uma supressão de Grace e de tudo que ela representava: a cidade grande, onde a frieza e a rapidez controlam a vida dos homens. Ela nunca poderia partilhar da mesma identidade coletiva da comunidade já que nunca vivera ali, nunca compartilhara das mesmas noções que os outros habitantes.

A questão dos limites é explícita no filme: Grace se torna tão ameaçadora que não há mais limites à sua tortura. Ultrapassa-se o limiar entre o prazer total e a grade da realidade que o aprisiona. Freud (1997) distingue dois princípios que regem a vida do homem: o princípio do prazer e o princípio da realidade. O primeiro diz respeito a todo impulso inato do ser humano, a todos os seus desejos e sensações que são inerentes de sua natureza. Já o segundo é o princípio que opõe limites ao gozar pleno que seria nosso prazer ideal. Este princípio (ou civilização) é uma estrutura que se opõe entre o indivíduo e a sua busca do prazer. Embora tal busca seja da natureza do nosso aparelho psíquico, está em desacordo com o mundo externo. Mesmo sendo um direito, o homem tem que negá-lo para viver em sociedade.

No jogo do filme entre a segurança e a liberdade, o elemento que deixa Grace em desvantagem é a comunidade em si. O princípio do prazer estava inibido pela realidade quanto aos integrantes do mesmo grupo, pois os valores que compartilhavam eram suficientes para isso. Alguém de fora e que ainda ousa perturbar essa ordem estabelecida é um inimigo mortal e contra essa pessoa não há porque se reprimir. Se na balança entre segurança e liberdade a sociabilidade estabelece regras que negam livre curso à luxúria e às paixões, toda espécie de repressão pode aflorar contra aquele que tende a ser o mentor da abolição dessas mesmas regras que estruturam a identidade e a própria sobrevivência do grupo.

Mas Grace agüenta “firmemente” todas as torturas. Ela precisa de segurança e dispôs de sua liberdade, controlando seus impulsos de agressão e vingança. No seu caso, o princípio da

realidade controla o princípio do prazer e há uma ambivalência na sua condição humana, pois, ao mesmo tempo em que busca a comunidade, ela se torna infeliz por ter que renunciar aos seus instintos.

Esse problema foi retratado, também, por Norbert Elias (1993). O processo civilizador de Elias corresponde a um controle internalizado, que afeta o modo como as pessoas se sentem, como se comportam e sua estruturação psíquica. Ele corresponde a um gradual predomínio do princípio da realidade sobre o princípio do prazer, para aproximá-lo de Freud. Mas Elias pensa em mais uma variável: a moderação dos impulsos traz vantagens dependendo do contexto em que elas ocorrem. Freud não historiciza o princípio de realidade, enquanto Elias coloca-o sempre em um contexto histórico e social. Grace estava em desvantagem e seu controle trazia-lhe mais conseqüências ruins do que boas. A contenção do seu impulso, enquanto civilizada (que tanto a distanciava de Dogville) também foi, em parte, responsável por sua própria dor.

Há outra discussão que nos ajuda a interpretar melhor todo esse problema. A relação *Dogville versus Grace* pode ser percebida como uma relação *estabelecidos versus outsiders*, que se torna um dos pilares do filme. O grupo de estabelecidos de *Dogville* dispõe de uma vantagem primordial sobre Grace: seu alto grau de coesão. É essa coesão que lhe garante a segurança, mas também a responsável pelas perversidades compartilhadas por todos.

Segundo Elias (2000), um grupo se julga superior pelo carisma grupal que possui: é a antigüidade de associação que cria o alto grau de coesão, a identificação coletiva e as normas comuns que englobam todos os habitantes. Como contraponto a essa coesão, o grupo usa a exclusão e a estigmatização como armas para preservarem sua “superioridade”, e a mesma coesão constitui o diferencial de poder.

No caso de Grace, ela não tinha poder contra a coesão. Sua estigmatização deu-se pela criação de um valor humano inferior, no qual sua presença passou a incomodar mais do que a ajudar aquelas pessoas. Há uma barreira afetiva entre os habitantes e a bela fugitiva, intransponível. Ela nunca fizera parte da coesão grupal, nem nunca fará: a diferença entre os moradores e ela começa pelo viés negativo: Grace perde quando não é considerada como parte do grupo, como, por exemplo, quando é impedida de pegar o atalho por entre os arbustos enquanto os outros podiam, simplesmente por morarem em *Dogville* há mais tempo.

À medida que os riscos de mantê-la segura vão ficando piores, e que os cidadãos começam a se sentir mais e mais medo de sua presença (ciúmes por ela estar chamando atenção dos homens, no caso de Liz; medo de si mesmo pelo prazer que ela desperta, no caso de Chuck; a possibilidade dela satisfazer os impulsos masoquistas de Jason e sua mãe Vera não gostar disso), enfim, a cada pequeno deslize que confirma o poder crescente nas mãos dos estabelecidos e a pretensa não submissão de Grace às normas locais, torna qualquer contato íntimo com esse *outsider* um perigo.

É aqui que o amor entre Tom e Grace se transforma em uma metáfora dessa situação. Quando tem que escolher entre o amor e sua cidade, Tom fica com a última. Como poderia ele, após toda sua vida, desistir daquela comunidade que representava ele mesmo? A comunidade que lhe dera uma posição social, amigos, abrigo? A comunidade que coordenara seu crescimento psíquico enquanto membro de um grupo? A escolha que *Dogville* impõe entre ela e Grace é simples: os *outsiders* podem contagiar os estabelecidos, corrompê-los. Todo e qualquer contato é perigoso, e acaba por representar (mais) um perigo ao grupo estabelecido, pondo em risco as defesas das normas e tabus comuns. Nas palavras de Elias,

O contato mais íntimo com eles, portanto, é sentido como desagradável. Eles põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido

contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância dependem o status de cada um dos seus semelhantes no grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior (ELIAS, 2000, p. 26).

Tom não podia por em risco tudo que havia conseguido: seu prestígio social, sua posição no grupo da comunidade que amava. Ela havia definido cada uma de suas qualidades (e também cada um de seus defeitos, embora pela mesma coesão grupal ele não fosse capaz de vê-los). Trocar Dogville por Grace era trocar a segurança pela insegurança. Se estar seguro representava ter que se privar de um pouco de liberdade (mesmo que amorosa), valia a pena pagar este preço, ainda mais depois que Grace o recusou. Suas emoções começaram a ganhar o devido sentido: o grupo começou a fazer sentido em sua mente e trocá-lo pela “frieza” não valia a pena.

Até agora as atitudes da cidade foram colocadas em termos de três dicotomias: segurança *versus* liberdade, onde nesse jogo a cidade oferecia segurança e refreava a liberdade de Grace; prazer *versus* realidade, no qual o prazer contra Grace não encontra os limites da realidade (autocontrole proposto pela civilização), já que ela se torna uma ameaça à própria identidade grupal; e, por último, a dicotomia estabelecidos *versus outsiders* que, pela coesão grupal intensa, toda e qualquer atitude contra a refugiada não é discutida e ainda ratificada pelos demais, sempre para proteger o sonho da comunidade.

Por outro lado, há as atitudes de Grace contra a cidade, sua vingança contra ela. Os seres humanos possuem, de acordo com Freud (1997), uma tendência para a agressão, e o pertencimento a um grupo satisfaz este impulso na forma de hostilidade contra estranhos. A presença de um intruso acentua a coesão do grupo e se torna fácil criar o amor entre eles enquanto existir esse alguém a quem hostilizar ou, em outras palavras, em *Dogville* foi a presença de Grace que possibilitou reforçar os laços de união, na medida em que havia alguém para se hostilizar.

Freud (1997) afirma, ainda, que essa tendência à agressividade é natural do homem. É essa agressividade que ameaça a todo o tempo a civilização e contra ela temos que dispor de um alto grau de energia para freá-la. Se do lado de Dogville esse freio soltou-se a ponto de não mais haver motivos para a cidade refrear-se contra Grace (afinal ela era a intrusa e hostilizá-la por ser uma ameaça à comunidade aumentava e reforçava os laços de união da cidade, havendo inclusive uma complacência mútua com relação a este mal), de outro, Grace continuava civilizada. Contra seus instintos e ódios, a realidade (civilização) ainda propunha as grades de controle; como poderia odiá-los se eles eram apenas fracos?

Uma das palavras que mais se repete no filme é “arrogante”. É de arrogante que o pai de Grace a chama quando ele afirma que ela se coloca num padrão ético que ninguém pode alcançar, a partir do momento em que ela perdoa os outros com desculpas que nunca permitiria dar a si mesma. A fugitiva apenas julgava as circunstâncias e não podia sucumbir a seus instintos, pois isso significava perder seu controle, sua civilização, seu alto padrão moral, sua ética cristã de “amarás o próximo como a ti mesmo”:

Grace looked around at the frightened faces behind the windowpanes that were following her every step, and felt ashamed of being part of inflicting that fear. How could she ever hate them for what was at bottom merely their weakness? She would probably have done things like those that had befallen her if she'd lived in one of these houses, to measure them by her own yardstick as her father put it. Would she not, in all honesty, have done the same as Chuck and Vera and Ben and Mrs. Henson and Tom and all these people in their houses?⁷

⁷ “Grace olhou para os rostos assustados que a seguiam e sentiu vergonha de ser parte do motivo daquele medo. Como é que podia odiá-los se, no final, eram apenas fraquezas? Ela provavelmente teria feito o mesmo se tivesse morado numa dessas casas. Ela tentou julgá-los de acordo com seus próprios padrões. Será que ela, honestamente, não teria feito o mesmo que Chuck, ou Vera, ou Ben, ou a Sra. Henson, ou Tom? Ou todas as pessoas nessas casas?”. (Tradução proveniente do filme)

Como Grace podia odiá-los por suas fraquezas? A ética cristã do “amarás o próximo como a ti mesmo” é colocada por Freud (1997) como uma máxima que impõe sacrifícios àqueles que desejam cumpri-la. Da mesma forma, o “amarás o teu inimigo” se torna incompreensível na medida em que refletimos sobre ele. Na teoria freudiana, o homem é um ser cujo principal atributo é a inclinação para a agressão e esses mandamentos que vão tão de encontro a nossa natureza são os artifícios da civilização para que ela se mantenha.

Freud salienta que só se consegue amar o próximo se houver identificação entre os dois: não se ama o próximo, pois o estranho desperta mais hostilidade do que amor. Só conseguimos amar um reflexo de “nós mesmos” no outro, alguma característica que nos chamou a atenção e, assim, como igualar o amor dos próximos com o amor daqueles que realmente amo? Dessa maneira, Freud afirma que o amor que não discrimina é um amor que vale menos, além do que nem todos os homens são dignos do amor.

Independentemente de uma pretensa validade universal dessa afirmativa, Grace começa a colocar sua dor no lugar em que ela sempre deveria ter ficado. Se seu autocontrole pautado na máxima cristã havia trazido tão danosas conseqüências, algo deveria ser feito. O princípio do prazer, afinal a repressão desses instintos só a colocaram em desvantagens naquele contexto, começa a ganhar força na medida em que ela própria começa a refletir sobre o que passou e a assumir a impossibilidade de cumprir aqueles mandamentos éticos cristãos tão caros para ela. Seu autocontrole adquire, finalmente, o teor de desvantagem, os contextos social e histórico imprimem a sua variável sobre ela e a sua vigilância interna dos atos e atitudes para que não ultrapassem os limites da civilização já não são capazes de controlar o seu princípio do prazer:

It was if the light, previously so merciful and faint, finally refused to cover up for the town any longer. [...] The light now penetrated every unevenness and flaw in the buildings... and in... the people! And all of a sudden she knew the answer to her question all too well: If she had acted like them, she could not have defended a single one of her actions and could not have condemned them harshly enough. It was as if her sorrow and pain finally assumed their rightful place. No, what they had done was not good enough. And if one had the power to put it to rights, it was one's duty to do so, for the sake of the other towns. For the sake of humanity, and not least, for the sake of the human being that was Grace herself.⁸

A arrogância que permeou todo o filme, onde seres humanos se julgavam superiores e condenavam outros por não estarem no mesmo padrão, pode ser interpretada como um erro no qual a cidade e a própria Grace incorreram. A cidade se julgava com um valor humano superior ao dela por fazerem parte de um grupo coeso. A moça, por sua vez, não permitia castigos aos outros por se considerar num padrão moral tão elevado, que a cidade, talvez, nunca conseguiria alcançar, onde só importava o perdão e o amor ao próximo que se mostraram ineficazes diante da agressividade inata de todos os seres humanos, conforme disse Freud, e de uma civilização que prescreve máximas cujo cumprimento não pode ser recomendado como razoável.

O ponto central do filme parece ser o de que a entrega total de um indivíduo a uma comunidade, quando aquele está demonstrando toda sua fragilidade ao buscar a segurança tão sonhada, somente ajuda a despertar a crueldade do ser humano, ainda mais se for referendada

⁸ “Era como se a misericordiosa luz anterior finalmente se recusasse a continuar encobrendo a cidade. [...] A luz penetrava por cada fresta e falha nas casas e nas pessoas. E, de repente, ela sabia muito bem qual seria a sua resposta. Se ela tivesse agido feito eles não poderia ter defendido nenhuma de suas ações, nem as condenado severamente o bastante. Era como se a sua dor tivesse finalmente assumido o seu devido lugar. Não! O que eles haviam feito não havia sido bom o bastante. E, se alguém tivesse o poder de consertar as coisas, esse alguém teria a obrigação de fazê-lo pelo bem de outras cidades, pelo bem da humanidade. E também pelo bem do ser humano que era a própria Grace”. (Tradução proveniente do filme).

pela coesão grupal. Um intruso tem o poder de reafirmar o amor dos estabelecidos e é mais e mais estigmatizado por não pertencer ao grupo. A metáfora da morte final e a destruição de *Dogville* se aproximam do que Bauman prescreveu de que quando a comunidade passa a refletir sobre si, a falar de si, ela desaparece: se, em um primeiro momento, *Dogville* preferiu continuar mentindo sobre si, evitando pensar sobre si, para manter-se como um sonho, em um segundo momento, com a presença de Grace a mostrar a realidade grupal antes invisível, a comunidade sonhada percebe-se como tal e não pode mais continuar. Assim, já desde o começo, com as casas invisíveis a anunciar o fim, ela teria que desaparecer, pois nenhuma comunidade sonhada existe de fato na sua perfeição imaginada.

No final, apenas o galpão, que era o plano de fundo para o sonho, permanece. Não somente ele, na verdade, já que Moisés – o cachorro – também sai de sua invisibilidade e toma a forma real. A comunidade que parecia real sumiu, voltou ao imaginário do sonho, ao passo que o cachorro sempre tão real e sincero em seus instintos reaparece diante da platéia. Só nos resta sair do cinema.

Referências

ANATOL, Rosenfeld. *Teatro Moderno*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

BARBOSA, Jorge Luís. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. *GEOgraphia*, Niterói, ano II, n.3, p. 69-122, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas*. v. 1, 6ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985a. p. 165-196.

_____. Que é o Teatro Épico? Um estudo sobre Brecht. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas*. v. 1, 6ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985b. p. 78-90.

BORNHEIM, Gerd. *Páginas de Filosofia da Arte*. Rio de Janeiro: Ed. Uapê, 1998.

_____. *A estética do teatro*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1992.

BRECHT, Bertold. Função Social do Teatro. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Sociologia da Arte III*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. p. 65-119.

CHARNEY, Leo. Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p. 386-408.

DOGVILLE. *Direção e roteiro: Lars Von Trier. Produção: Vibeke Windelov. França, 2003. 177 minutos*.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FREUD, Sigmunt. *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

HADDAD, Amir; HIRSCH, Felipe; BIRMAN, Joel. Filme em questão: *Dogville*. Um estudo sobre a

maldade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jan. 2004. Caderno B. p. B6-B7.

MENEZES, Paulo Alberto Arruda de. Cinema: imagem e interpretação. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 8, nº 2, p. 83-104, 1996.

METZ, Christian. *A significação do cinema*. In: *Col. Debates*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MUNSTERBERG, Hugo. A Atenção. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A Experiência do Cinema* (Antologia). Col. Arte e Cultura. v. 5 Rio de Janeiro: Ed. Graal; Embrafilme; 1983. p. 27-54.

SAID, S. F. Lars Von trier. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 fev. 2004. *Segundo Caderno*, p.01.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Gilberto (Org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976. p. 13-28.

TRIER, Lars Von. About Dogville. Disponível em: <<http://www.dogville.dk>>. Acesso em: jun. 2005.

TRIER, Lars Von; VINTERBERG, Thomas. The Vow of Chastity. Disponível em: <<http://www.dogme95.dk>>. Acesso em: jun. 2005.

Software Livre como língua menor da tecnologia: Uma reflexão pontual sobre acesso, diversidade e inclusão digital

Francisco Antunes Caminati¹

Introdução

Este ensaio tem sua origem em uma reflexão produzida para ser apresentada no colóquio “*Technologies du Langage vers les sociétés du savoir*”, realizado em setembro de 2005, na sede da UNESCO em Paris (França), organizado pela Embaixada do Brasil na França e pelo LABEURB/UNICAMP². Uma primeira versão, intitulada “*Por uma ecologia do virtual*”, foi apresentada no próprio colóquio³. Uma segunda versão, intitulada “*As línguas menores da tecnologia: Software livre, acesso e diversidade no mundo digital*” foi produzida no ano seguinte (2006), para ser publicada, em inglês, junto com os outros textos apresentados no colóquio ou produzidos a partir da experiência de participação no evento. Esta publicação que deveria sistematizar os resultados do colóquio e continuar o seu debate não chegou a ser efetivamente publicada, fazendo com que esse texto permanecesse *quase* inédito até hoje⁴.

A presente versão sofreu pequenas atualizações e correções, que eram inevitáveis uma vez que de lá para cá se passaram aproximadamente cinco anos, mas que, no entanto, não atingiram o núcleo central da problematização teórica: a relação entre técnica e cultura. E é apostando que a discussão aqui proposta ainda conserva alguma coisa de sua pertinência que este ensaio é retomado e proposto para publicação.

Universalizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e garantir uma produção de conteúdo adequada à diversidade cultural e linguística eram dois pontos centrais e praticamente inquestionáveis na maioria das discussões voltadas para a promoção da chamada *Inclusão Digital*, bem como de outras discussões que há alguns anos se preocupavam

1 Doutorando do PPGS/UNICAMP, foi bolsista da FAPESP, é membro do Grupo de pesquisa CTEME-IFCH/UNICAMP (<https://cteme.wordpress.com/cteme/>)

2 LABEURB/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br>> Acesso em: jan. 2012.

3 A participação neste colóquio foi em parte financiada pelo FAEPEX da Pró-Reitoria de Pesquisa da UNICAMP. FAEPEX/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.prp.rei.unicamp.br/faepex/>>. Acesso em: jan. 2012.

4 Quase inédito, pois a segunda versão foi *compartilhada* em meio às pesquisas da Rede Descentro (Rede Descentro. Disponível em: <<http://pub.descentro.org/pesquisas>>. Acesso em: jan. 2012; e também através na plataforma wiki do grupo de pesquisa CTeMe da UNICAMP (CteMe/UNICAMP Disponível em: <<https://cteme.sarava.org/Main/FAC>>. Acesso em: jan.2012; em ambos os casos em decorrência da interlocução mantida durante a elaboração do texto com pesquisadores de ambos os projetos.

com a evolução da Internet e da utilização dos novos meios digitais tendo e vista seu papel preponderante na constituição e mediação dos processos sociais contemporâneos.

Acreditava-se que a universalização do acesso, ou seja, a incorporação⁵ de setores excluídos da nova convivência global que as redes digitais de informação e comunicação proporcionam, deveria ser o ponto inicial de ações que buscavam superar o *gap* entre as populações *excluídas* e as novas formas de produção de valor, trabalho, comunicação, educação e cidadania inauguradas e impostas pelo século XXI.

Garantir a diversidade linguística e cultural aparecia como uma garantia para que não fossem difundidos junto com as máquinas distribuídas para possibilitar o acesso, os conteúdos, valores e comportamentos aos quais elas estão associadas em seus contextos sociais de origem. Cuidando, assim, para que a introdução de computadores e conexão com internet não resultasse no enfraquecimento dos processos culturais locais, mas em sua potencialização: servindo ao progresso e desenvolvimento humano desses contingentes populacionais, em sua maioria, localizados em países pobres e periféricos.

A justificativa para essa necessidade não consistia apenas na inexorabilidade do processo que se desenrolava, o da inevitável presença e do papel arrebatador desempenhado por computadores na vida contemporânea. Antes que uma decorrência negativa, como uma imposição, a motivação era positiva: as políticas de acesso visavam difundir os benefícios possibilitados pelas, assim chamadas, TIC's.

Neste ensaio, gostaria de mostrar que, se por um lado é realmente pertinente a constatação da centralidade da técnica na vida contemporânea, assim como de esforços para discutir, compreender e influenciar o processo de desenvolvimento tecnocientífico a favor do interesse público e da promoção de paz e desenvolvimento social e econômico entre os povos do mundo – principalmente aqueles que foram vítimas da espoliação e da ocupação colonial –, por outro, há uma grande inconsistência conceitual nas propostas que, em sua maioria, se resumem a propostas de promoção de acesso e de diversidade de conteúdo, que costumam ser, de fato, as únicas propostas dos projetos, políticas públicas e reivindicações sociais, os quais podemos reunir sob o título de Inclusão Digital. Tal inconsistência denota uma percepção fraca e limitada do processo que se pretende intervir, que talvez decorra da ausência de uma reflexão mais densa e profunda sobre o modo de existência dos objetos técnicos em questão – computadores, softwares e redes de informação – e dos processos sociais, políticos e econômicos a eles relacionados – invenção, patenteamento, distribuição geopolítica, circulação e consumo.

Não podemos pensar a internet ou os computadores como objetos acabados, que existem por si só, e a maneira como estão agenciados e são utilizados hoje em dia como a única possível. Desnaturalizar a o modo de existência dos objetos técnicos lançando o olhar para o processo de desenvolvimento tecnocientífico, com suas disputas que são ao mesmo tempo técnicas, políticas, econômicas e culturais, é necessário para uma compreensão da tecnologia que vá além de suas relações de propriedade e de utilização.

Compreender a natureza dos processos técnicos em questão, seus limites, possibilidades e potencialidades é fundamental para que elaboremos estratégias efetivas para assegurar a diversidade de apropriações dessas tecnologias, ou seja, assegurar a diversidade de processos inventivos e criativos que correspondam a contextos socioculturais específicos – autóctones.

5 Na ocasião em que o artigo foi escrito, propunha-se que essa incorporação fosse realizada através do provimento de acesso à Internet em locais públicos ou através aquisição subsidiada de computadores pessoais. Como exemplo podemos citar três projetos: o lap-top de cem dólares (OLPC) do MIT e seu sugestivo nome "One Lap-top Per Children" (Disponível em: <<http://laptop.media.mit.edu>>. Acesso em: jan. 2012); e os projetos brasileiros "Pc Conectado" e os "Telecentros" (Disponível em: <<http://www.idbrasl.gov.br>>. [Acesso em jan. 2012](#)).

Para tanto, opta-se por exceder a forma tradicionalmente empregada para pensar a diversidade cultural e linguística, propondo que se leve em conta a diversidade tecnológica: diversidade de modos de interagir, dialogar e *fazer evoluir* a tecnologia. Diversidade de métodos de utilizar, pensar, apreender e desenvolver tecnologia que corresponde à diversidade de culturas e de linguagens técnicas.

Para estruturar minha argumentação, dividirei o texto em três partes. Na primeira parte, destaco a importância da diversidade de culturas tecnológicas como fundamento para permitir a plena existência de diversidade cultural e linguística. Para isso será necessário pensar a relação entre cultura e técnica à luz dos processos contemporâneos.

Na segunda parte, apresento o Software Livre como uma língua menor da tecnologia, buscando expor certos aspectos que, a despeito de seu potencial, carecem de reflexão devido à perspectiva viciada nas relações de propriedade e utilização. Esses aspectos apontam para uma maneira específica de pensar, criar e se relacionar com a tecnologia, que é aberta ao conhecimento público e a múltiplas explorações. Para tanto, buscarei escapar da tradicional associação entre o termo software livre e o sistema operacional GNU/Linux, que reduz grande parte da rica problemática que suscita a uma posição política ou a uma alternativa técnica ao Windows da Microsoft.

Por fim, concluo com uma crítica às políticas de acesso, não tanto pelas respostas que oferecem, mas pelas perguntas que orientam suas ações. O acesso geralmente vem associado a um uso que se busca difundir. E, uma vez que os objetos técnicos não comportam ou possuem um único uso, é preciso buscar a difusão de múltiplas utilizações que resultem de múltiplas formas de relacionar-se com as máquinas.

A pertinência dessa reflexão consiste em apontar o risco de que, mesmo com o intuito de promover igualdade de oportunidade aos menos favorecidos e o desenvolvimento dos povos, acabemos por ajudar a difundir uma linguagem tecnológica maior– hegemônica e excludente.

Cultura, técnica, e culturas técnicas contemporâneas

A cultura contemporânea encontra-se diante de um problema: estamos cada vez mais dependentes de objetos técnicos para realizar atividades cotidianas como, por exemplo, se comunicação, se deslocar, trabalhar, aprender, e pensar. A mediação técnica dessas atividades não é novidade, o que é novo é o grau de dependência associada a essa mediação, que acaba por reconfigurar, transformar incontornavelmente, atividades e aspectos básicos de socialidade.

Essa dependência resulta da acelerada evolução dos objetos técnicos ao longo do século XX, principalmente em suas últimas décadas, momento que alguns autores definem como a *aceleração da aceleração* do progresso tecnocientífico (BUCKMINSTER-FULLER, 1985; GARCIA DOS SANTOS, 2003). Os computadores são os objetos técnicos que podemos tomar como ícones desse processo. Basta pensarmos que, em 1970, não havia nenhum computador pessoal (PC) e, em 2004, já ultrapassávamos a marca de um bilhão de computadores e *nódulos computacionais* espalhados pelo planeta (DELACROIX, 2004)⁶.

⁶ Etienne Delacroix destaca com a categoria *nódulos computacionais* a tendência imanente de evolução dos computadores para a o nível micro (técnico e social), que permite uma capacidade de computação cada vez maior a partir de menos recursos, e que informa máquinas que também vão além da escala individual, se acoplando ao indivíduo, atravessando-o e conectando-se em rede a outros nódulos. Trata-se da base material da computação processada através de redes pervasivas. Tendência essa que só se amplificou com a proliferação dos *smartphones*.

O poder desses objetos técnicos é tão grande que a atividade humana mediada por eles potencializa-se de forma que a diferença entre os modos de vida dos que podem e dos que não podem experimentar tais acoplamentos humano-maquínicos, atinge patamares de disparidade nunca antes vistos. Para equacionar essa diferença tão brutal entre modos de vida em um cenário em que um pequeno contingente populacional mundial desfruta do avanço acelerado da tecnociência, enquanto o resto da população mundial fica excluído das novas formas de socialidade, diversos esforços são feitos com o intuito de difundir o acesso às novas tecnologias, notadamente, o acesso a computadores conectados à internet. Contudo, dessa forma a problemática é reduzida a uma questão de propriedade: os que têm e os que não têm, e a solução passa por um esforço de promover a posse ou, com mais precisão, o acesso.

E eis que chegamos a uma condição paradoxal: potência do desenvolvimento, os objetos técnicos são reconhecidos como personagens centrais e decisivos, mas, ao mesmo tempo, recebem atenção superficial, a problemática é resumida a uma questão de ter ou não – acessar ou não.

Reconhece-se que sem acesso às novas tecnologias não é possível engajar-se de maneira criativa e produtiva com seu processo de evolução. Porém, o que se critica aqui é a falta de políticas efetivas que complementem ou expandam o escopo dos esforços de “inclusão digital” remetendo-os a outros aspectos inerentes ao desenvolvimento e produção tecnocientíficos. Considera-se essa uma dimensão “estritamente técnica”, e por isso de responsabilidade dos especialistas. Contentam-se em elaborar estratégias de difusão da tecnologia e de determinadas formas de interação, pensando os objetos técnicos em termos de objetos acabados e portadores de uma utilidade intrínseca.

Temas como as patentes de software ou o ritmo de lançamento de novos produtos pelo mercado são discutidos somente na medida em que dificultam ou não as políticas de acesso e a capacidade de colocar em prática essa ou aquela utilização. Assim, pensa-se a partir da lógica de uma cultura técnica maior: baseada nas leis do mercado e voltada à produção de valor e pautada pela velocidade do marketing e da inovação das grandes corporações. Dessa forma, fala-se do desenvolvimento tecnológico, como se a perspectiva proporcionada por essa cultura técnica fosse natural, necessária e, sobretudo, intrínseca aos objetos técnicos.

O meu argumento é que existem diversas maneiras de pensar, utilizar, desenvolver e apropriar-se da tecnologia. Os objetos técnicos não contêm uma utilização intrínseca a seu funcionamento, não existem somente para serem utilizados dessa ou daquela maneira. Ao invés, contêm uma tecnicidade que consiste em uma capacidade de funcionar, ou existir, de uma determinada maneira, à qual atribuímos esta ou aquela utilidade.

Funcionar de uma maneira específica é diferente de possuir uma utilização intrínseca. De maneira alguma quero afirmar que a tecnicidade se desenvolve isolada das apropriações e interações sociais, mas essas interações não esgotam as virtualidades da tecnicidade. Gilbert Simondon (1989) demonstra com extrema precisão que os objetos técnicos possuem uma margem de indeterminação que é o território da invenção, experimentação, evoluções e criação de novos usos. Território ao mesmo tempo permanente e sempre mutante onde os usos existem enquanto virtualidades, que se expandem e se renovam a cada atualização de um uso.

Atualmente, podemos afirmar que existe um modelo de produção tecnocientífico – que engendra uma cultura técnica específica –, que se sobrepõe de maneira dominante aos outros. É o modelo cuja produção é orientada ao lucro, no qual o trabalho é realizado por especialistas e as invenções protegidas por patentes. Nessa cultura técnica há uma divisão clara entre usuários e desenvolvedores e boa parte das escolhas – políticas, econômicas, sociais e ambientais – ocorrem isoladas do debate público. Quando dedicamos nosso esforço e atenção somente às

dimensões de uso e propriedade, corremos o risco de deixar esses aspectos velados e difundir esse conjunto de relações.

Por outro lado, a produção sob o modelo do software livre estabelece um outro tipo de relação com o conhecimento e sua produção, fundamentada em uma apropriação coletiva e compartilhada do conhecimento como um bem público – ou como bem não sujeitável à forma propriedade. Uma vez que as patentes são substituídas por licenças que garantem a abertura a suas informações estruturais (código fonte), a produção não fica restrita somente a um segmento da sociedade – os especialistas – e tampouco orientada para o lucro, pois os programas podem ser distribuídos livre e gratuitamente.

Configura-se, assim, um outro modelo de produção tecnocientífico, que engendra uma outra cultura técnica, aberta para múltiplas interações. Por não se constituir como um modelo contra-hegemônico, chamarei de um modelo menor, inspirado na utilização que faz Félix Guattari para pensar sobre máquinas e para designar devires. O que se pretende destacar aqui é que não se trata da negação de um modelo, mas da criação de um outro modo de percepção/procedimento, a partir do qual outros e novos modelos podem ser criados.

Software livre como língua menor

O software livre não constitui um movimento político organizado, tampouco oferece uma proposta de contra-hegemonia. É, antes, uma maneira de produzir e relacionar-se com o conhecimento tecnocientífico, muito diferente daquela que descrevi acima, baseada em patentes. Porém, afirmar que o software livre não constitui um movimento político, não implica na redução de seu potencial de inovação política. Ao contrário, pretendo considerar um outro aspecto que considero seu campo realmente inovador, seu grande potencial: a liberdade e abertura para realização de múltiplas apropriações e invenções.

A maneira como os computadores e a internet são utilizados predominantemente hoje em dia não constitui a única maneira que podemos utilizá-los, mas uma forma de apropriação que é resultado de um processo de disputa social, política, cultural e econômica que, como tentei mostrar, constitui uma cultura técnica.

O que o Software Livre evidencia é que existem outros processos em jogo, os quais, através de uma outra relação de produção e circulação de conhecimento, possibilitam estabelecer outras relações entre humanos e máquinas, com desdobramentos sociais de outras ordens.

O fundamento técnico do software livre é a abertura e publicação de seu código fonte. Isso possibilita que qualquer pessoa, desde que possua os conhecimentos e as habilidades básicas necessárias – ou que esteja disposta a aprendê-los –, possa ter acesso à estrutura de funcionamento dos programas desse tipo. Tal característica proporciona a leitura, o estudo, a correção de eventuais erros, a adição de eventuais melhorias ou, simplesmente, o conhecimento das operações que o programa executa. Isso é inovador, pois é uma grande diferença em relação aos softwares patenteados e fechados, nos quais nada disso é permitido. Dessa forma, os softwares patenteados e fechados, não possibilitam nem que se estudem nem que se conheçam as atividades que o software está realizando em nossos computadores, com severas consequências no que diz respeito à privacidade e, principalmente, à capacidade das redes sociais de acompanharem o desenvolvimento técnico (DELACROIX, 2004).

O fundamento social do software livre é a cooperação entre redes de programadores vinculados por interesses comuns, que disponibilizam para apropriação pública seus produtos na mesma medida em que vão sendo produzidos, tornando todas as etapas do processo visíveis.

A propriedade intelectual de tipo exclusivista e protecionista reserva todos os direitos ao autor, permitindo que o proprietário dos direitos – não necessariamente o autor – explore-os comercialmente. Já as licenças públicas⁷ garantem a referência e o respeito à autoria ao mesmo tempo em que acabam com a cobrança de direito autoral ou royalties. Para proteger essa estrutura, exigem que qualquer software, solução ou adaptação que venham a ser desenvolvidos a partir de outros softwares ou fragmentos de software protegido por essas licenças, sejam registrados e disponibilizados sob os mesmos termos, garantindo assim, a manutenção da abertura do código fonte. Garantem, também, sub-repticiamente, o aumento do número de programas compartilhados, realimentando e ampliando a rede de produção (DELANDA, 2001).

Se prestarmos atenção à diferença fundamental do software livre – a abertura e compartilhamento do código fonte – veremos que tal operação proporciona o estabelecimento de outra relação de utilização que permite e incentiva o usuário a alterar o software e participar de sua construção, já que esse modelo de produção depende de uma rede de colaboração. Dessa forma, confunde categorias tradicionalmente distintas e isoladas: a dos produtores e a dos usuários. Proporciona assim, possibilidade de integração das redes sociais ao desenvolvimento técnico através de um processo de aprendizagem coletiva.

Nesse modelo, os softwares são lançados sob a forma de objetos inacabados e metaes-táveis (COMBES, 1999). A publicação não é senão uma etapa do processo de produção: nesse momento, as falhas, indeterminações, erros ou deficiências são divulgados para que os interessados participem da sua construção testando, reportando e corrigindo eventuais erros, ou ainda incrementando-os ou adaptando-os a novos fins.

Isso permite o envolvimento de usuários de todos os níveis de habilidade técnica: os com menos habilidade podem participar reportando os erros, os com mais habilidade, corrigindo ou incrementando. Mesmo quando se atinge uma certa estabilidade em um produto, o processo não se encerra, pois melhorias, variações e inovações podem sempre ser feitas a partir de intenções diferentes.

O substrato desse modelo é a cooperação entre os produtores com a participação dos usuários. Esse tipo de relação colaborativa é completamente diferente daquela estabelecida entre o provedor que vende acesso a um usuário, e que se consolida como modelo da *new economy* (RIFKIN, 2001). Essa diferença reflete uma diferença de postura diante dos meios, a qual envolve uma relação de aprendizado criativo. Afinal, uma vez que estamos falando de produtos inacabados e não de pacotes prontos com manual de instruções e suporte, o ato de instalar e configurar um programa exige um envolvimento mais ativo do usuário estabelecendo uma relação de aprendizado e de troca recíproca – daí alguns autores falarem em *gift economy* (BARBROOK, 1998). A rede de produção e utilização do software livre cria, assim, espaços de existência que não se enquadram na tendência da transformação das relações sociais em relações mediadas pelo consumo.

Há um outro aspecto em relação a publicação aberta que merece atenção: quando um objeto técnico é lançado como um produto fechado e acabado, o que de fato ocorre é o fechamento das possibilidades de desenvolvimento desse produto a um grupo restrito. A restrição do acesso é efetuada pelas leis de patente e de proteção à propriedade intelectual. Tal modelo, que Bruno Latour chama de caixa-preta (1997), restringe o processo de evolução técnica à equipe de especialistas do grupo que detém sua propriedade, impondo barreiras legais à par-

7 Para este artigo tomamos como referência de licença pública a licença GNU/GPL, em suas várias versões. Para referências diretas e acesso ao próprio texto da licença GNU/GPL: Disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/licenses.html>>. Acesso em jan. 2012.

ticipação de um maior número de pessoas e impedindo experiências menores, tornando esse processo privado e isolado do debate e, conseqüentemente, do interesse público.

Além disso, o modelo de produção do software livre está baseado em uma outra noção de progresso técnico. Enquanto o da produção tecnocientífica voltada para a produção de valores de troca orienta-se pelo progresso abstrato, aquele sentido por cálculos matemáticos de eficiência e produtividade, a produção tecnocientífica do software livre segue e orienta-se por um progresso sentido intuitivamente por aqueles que desenvolvem e utilizam o software enquanto instrumento (SIMONDON, 1989).

Essa diferença de perspectiva pode ser sentida na busca por outras utilizações ou no desenvolvimento de projetos sem grande potencial comercial ou que interessem a grupos muito pequenos. No Brasil, posso citar o exemplo da metodologia de metarreciclagem⁸ que contraria a lógica da obsolescência programada reaproveitando máquinas consideradas como sucata e até mesmo lixo, reativando potenciais descartados. Esse processo de reativação só é possível pelo desenvolvimento de distribuições do sistema operacional GNU/Linux adaptadas para rodarem em máquinas com baixa capacidade de processamento.

A abertura para múltiplas interações é o que permite que sejam levados adiante, por exemplo, projetos de tradução para idiomas de baixo potencial comercial, ou falados por povos marginalizados e ameaçados, como o realizado por ativistas de Santa Catarina, que tentaram traduzir a distribuição Debian para a língua dos índios Guarani⁹. É, também, o que possibilita um grupo de programadores de alto nível reúna-se para o desenvolvimento de um projeto um gerenciador de janelas cujo objetivo é a busca pela máxima coerência técnica – código bem escrito, processos inteligentes, ágeis e eficientes – mesmo que as versões demorem anos para serem lançadas¹⁰.

O acesso e seus usos

As políticas de acesso, como chamei os esforços governamentais e civis orientados para a difusão de acesso à internet, revelam-se, portanto, inconsistentes quando não se arriscam a abarcar toda a complexidade da realidade dos objetos e processos técnicos que buscam difundir, já que as discussões e reflexões que orientam tais esforços, partem, na verdade, daquilo que deveria ser somente o fim do processo. Dito de outra forma, a discussão começa com os computadores já funcionando e as pessoas conversando e trocando e-mails, como se o importante fosse somente o que se passa da tela do computador para fora. A dimensão técnica considerada como exterior aos processos culturais – com os graves prejuízos que já vimos – fica completamente ausente da discussão, relegada somente à promoção do acesso e capacitação para utilização, chegando no máximo à questão de uma produção de conteúdo adequado à diversidade cultural e linguística.

O principal problema em relação à questão do acesso, é a forma simplista de sua abordagem, como se o acesso ao ciberespaço fosse como entrar em uma sala, bastando estar dentro

8 Metarreciclagem não é um grupo, mas uma rede que aplica, em várias regiões do Brasil, uma metodologia que abrange todos os aspectos importantes de um computador: da coleta de computadores descartados até a construção de telecentros, com foco na apropriação criativa e autônoma, ao invés do acesso. Metarreciclagem, Disponível em: <<http://metarreciclagem.org>>. Acesso em: jan.2012.

9 Ajuda para tradução para língua guarani. Disponível em: <<http://lists.debian.org/debian-l10n-portuguese/2005/08/msg00164.html>>. Acesso em: fev.2012.

10 Como é o caso do projeto Enlightenment, “What is Enlightenment?” Disponível em: <<http://www.enlightenment.org>>. Acesso em: jan.2012.

para encontrar-se em condição de igualdade com os outros que possuem a mesma possibilidade, ou desfrutam da mesma condição. O acesso às tecnologias da informação não é encarado em sua dimensão mais importante: a fluidez, movimento veloz de informação proporcionado através da instantaneidade da comunicação (VIRILIO, 1995) e a partir da capacidade de criar e processar informações. Não basta estar dentro, é preciso saber e poder se movimentar com velocidade e astúcia (GARCIA DOS SANTOS, 2003).

A questão da utilização, por sua vez, fica restrita à produção de conteúdo, reduzindo a relação com os objetos técnicos a mera manipulação. A dimensão da invenção, de novas modalidades de individuação e as transformações na percepção ficam totalmente excluídas. Ocorre que os computadores e a grande rede de informação que se pretende difundir e expandir não são objetos e ambientes inertes, mas objetos e ambientes com os quais, uma vez em contato – ou melhor, em relação, algo em nós se transforma. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Não podemos, portanto, lidar com a questão da universalização do acesso e da diversidade linguística sem atentar para essas questões. Pois não basta introduzir computadores e conexão preocupando-se somente em respeitar a língua local, se reproduzirmos a postura em relação aos objetos técnicos e a racionalidade de utilizá-los e concebê-los tais como propõe o modelo maior.

É preciso garantir mecanismos que permitam a apreensão local dos objetos e práticas a serem introduzidos. Não se trata de buscar que cada contexto apenas *resignifique* os objetos técnicos e seus usos, mas que se envolva em seu processo de criação, criando suas próprias máquinas e linguagens.

A preocupação com a preservação da diversidade linguística fundamenta-se no reconhecimento da importância que cada língua tem enquanto mecanismo único de exploração de virtualidades da linguagem humana. O diferencial do software livre é justamente a garantia da existência de uma multiplicidade de mecanismos de exploração de virtualidades humanas, maquinicas e do acoplamento humano-maquínico. Poderíamos dizer que o software livre é, nesse caso, a garantia da diversidade de linguagens da tecnologia.

O esforço que faço aqui é o de mostrar que, tão importante quanto preocupar-se com a difusão de um único idioma através dos conteúdos da internet, é a preocupação com a difusão de uma única maneira de apreender e se relacionar com a tecnologia. Pois, sendo a relação com a tecnologia uma relação que atua sobre o processo de constituição de nossa existência e daquilo que somos, restringir as maneiras de desenvolver o potencial dessa relação é restringir as maneiras de desenvolver potenciais humanos. Uma verdadeira erosão de mundos ainda por vir.

Referências

BARBROOK, Richard. *The high-tech digital economy*. First Monday, v. 3, n.12-7, dez.1998. Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/631/552>>. Acesso em: dez. 2011.

BUCKMINSTER-FULLER, Richard. *Manual de operação para a espaçonave Terra*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

COMBES, Muriel. *Simondon Individu et collectivité: pour une philosophie du transindividuel*. Paris: PUF, 1999.

DELACROIX, Etienne. *Art and Inclusion “meta-digital”*: Uncovering electro-digital art? 2004. [no prelo]

DELANDA, Manuel. *Open-Source: A movement in search of a philosophy*. Artigo apresentado em Princeton, New Jersey, 2001. Disponível em: <<http://www.cddc.vt.edu/host/delanda/pages/opensource.htm>>. Acesso em: nov. 2011.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

GARCIA DOS SANTOS, Laymert. *Desregulagens: educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003.

GELL, Alfred. *The technology of enchantment and the enchantment of technology*. In: COOTE, J.; SHELTON, A. *Anthropology, Art and Aesthetics*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus. 1992.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs and Women: the reinvention of nature*. N.Y: Routledge, 1991.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

MACKENZIE, Adrian. *The Performativity of Code: Software and Cultures of Circulation*. *Theory, Culture and Society*, v. 22, n. 1, 2005. p. 71-92

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Record, 1985.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Org.) *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo: Corad Livros, 2003.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier-Montaigne, 1989.

_____. The genesis of the individual. In: CRARY, J.; KWINTER, S. (Org.). *Incorporations*. New York: Urzone, 1992.

VIRILIO, Paulo. *Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Imanência do Inimigo. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 265-294.



RESE-

NHAS



HINGLEY, Richard.

O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da

Bretanha.

Trad. Luciano César Garcia Pinto.

Org. Renata Senna Garraffoni,

Pedro Paulo A. Funari

e Renato Pinto.

São Paulo: Annablume, 2010. 115 p.

Victor Henrique S. Menezes¹;

Gabriel Moralez²

Há mais de 1500 anos após seu declínio, o mundo romano, mais especificamente, o período o qual historiadores denominam de Império, ainda hoje, exerce um inegável fascínio entre os estudiosos e pensadores do mundo antigo, assim como de algumas facções políticas que em determinados momentos se utilizam de sua imagem e história como forma de legitimar algo, ou mesmo, como estrutura de governo a ser almejada. A história do século XX, com um maior destaque, observa de perto o surgimento de algumas das ideologias políticas que reivindicavam a memória e faziam usos de determinados aspectos desse passado romano, considerado “glorioso”, como ocorreu na Alemanha nazista, na Itália fascista, na França de Vichy e na Espanha franquista, por exemplo. Fenômeno este não característico apenas da modernidade, os usos e reivindicações do passado romano podem ser considerados como fatores que

1 Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador colaborador e estagiário do Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP) – NEPAM/Unicamp. Email: henrique.menezes92@gmail.com.

2 Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), colaborador do Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP) – NEPAM/Unicamp. Email: gabrielmoralez1993@yahoo.com.br.

acompanham a história da humanidade desde a época medieval, transformando o Império Romano, ao longo dos últimos séculos, em um símbolo de “poder”, “união” e “paz” para aqueles que almejavam transformar sua nação em um império e que se utilizaram da imagem de Roma como um emblema de poder e/ou estrutura de governo a ser seguido.

Como escreveu Glaydson José da Silva (2007, p.36), o Império Romano,

[...] justificador dos impérios modernos, ajudou a construir os pertencimentos, as identidades, as nacionalidades, em universo de empréstimos simbólicos, sentidos construídos e interpretações falseadas em muitas tentativas das nações européias de estabelecer passados apropriados.

Ainda utilizando o citado autor, é possível afirmar que “Roma foi imaginada e construída, de diferentes maneiras, nos mais distintos lugares e épocas, legitimando ou desautorizando grupos, práticas e políticas” (SILVA, 2007, p. 35), e que entre todos os seus legados, talvez o que mais tenha marcado o Ocidente, tenha sido a ideia de império perfeito e sua perenidade. Dessa forma, ao longo da história, além de se colocarem como descendentes desse antigo império – ora a partir de reivindicações culturais, ora de reivindicações consanguíneas, como no caso da Itália de Mussolini -, diferentes povos e nações passaram a produzir estudos e interpretações do período baseadas em sua própria história e visão de mundo. Por sua vez, isso acabou por construir diferentes mundos romanos, ou melhor, diferentes leituras do mundo romano, reconstruindo assim a história de Roma segunda as próprias necessidades político-sociais vigentes em determinados períodos.

Essas diferentes construções/leituras que vieram a se acentuar na segunda metade do século XIX e início do XX – época marcada pela ascensão do império britânico, pelas questões neocolonialistas e as constru-

ções das identidades nacionais, como bem definiu Silva na obra citada acima – acabou por criar e de certa forma legitimar uma visão de Roma como um império poderoso, forte e unido. Um império capaz de expandir pelos mais diferentes territórios – que seguindo o discurso da época ora assimilavam pacificamente, ora sofriam com a força das armas quando necessário – sua língua, costumes e crenças. Um império que aqui pode ser entendido como capaz de expandir com sucesso aquilo que era considerado “o melhor” – e entende-se aqui por superior – aos povos considerados em situações inferiores a dos romanos, chamados de bárbaros, e que serviria de modelo para os impérios e potências que naquele momento se formavam, e que viam, por sua vez, o imperialismo romano como algo positivo. Pois como escreveu o historiador David Mattingly (2007, p.6), o Império Romano,

[...] geralmente citado como o maior que o mundo já conheceu em termos de extensão, população, civilização e longevidade foi certamente uma régua com a qual as forças imperiais do século XIX mediram suas conquistas e do qual emprestaram livremente imagística, títulos e estilo.

No final da primeira metade do século XX, com o trauma causado pelos horrores da Segunda Guerra Mundial, mudanças em relação à maneira de interpretar Roma e o seu imperialismo passaram a ocorrer. Movimentos anticolonialistas, a título de exemplo, o liderado por Gandhi, passaram a contestar a legitimidade do domínio estrangeiro, uma vez que a liberdade e soberania dos povos europeus foram defendidas pelos aliados contra a política expansionista de Hitler. Sendo amplamente criticados, os conceitos imperialistas começaram a ser revistos, e os estudos acadêmicos acerca da temática do imperialismo, do mundo romano, assim como da Antiguidade em geral, passaram por amplas renovações a partir da década de 1970,

em que, influenciados tanto pela renovação historiográfica surgida a partir da Escola dos Annales, quanto pelos textos acadêmicos que abordavam novas maneiras de entender o mundo antigo, começou-se a surgir abordagens antiimperialistas e contrárias aos estudos realizados anteriormente. Entre esses novos estudos, há certo destaque para os de Edward Said³, que como escreveram os organizadores de *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*, abriram “a possibilidade de se pensar criticamente os discursos produzidos no meio acadêmico, seus conceitos e intenções” (GARRAFFONI et al., 2010, p. 10).

Esses novos estudos buscaram compreender o referido período com um olhar diferente daquele produzido até então, procurando, assim, reconstruir os estudos sobre o Império Romano. Começou-se a partir de então, uma maior aproximação entre as análises por meio de cultura material e documentos escritos, propiciando o surgimento de pesquisas que não focavam apenas a elite, mas também as populações marginalizadas que habitavam os limites do império, e que, por sua vez, deram grande contribuição ao entendimento da questão sobre quais seriam realmente as influências de Roma sobre os povos e regiões dominadas. Conceitos como romanização⁴, barbárie, assimilação e

3 É importante destacar que Said, em seus trabalhos, escreveu justamente para desmitificar a ideia de Roma enquanto império autônomo em ideias e práticas tipicamente européias, focando seus estudos, por sua vez, no oriente próximo e na influência dos povos orientais na Europa. Outros historiadores que renovaram os estudos da Antiguidade e que não podem deixar de serem citados é o francês Paul Veyne (historiador do mundo romano) e de Marin Bernal (estudioso do mundo grego).

4 *Romanização*: na introdução do livro, os organizadores a definem como um termo que é tradicionalmente usado para denominar a expansão territorial e cultural romana que se deu, principalmente, entre o fim da República e o primeiro século do período imperial, que hoje é mais entendida como um processo de adoção cultural, e não imposição (GARRAFFONI et al., 2010, p. 18).

aculturação⁵ passaram a ser revistos quando utilizados dentro dos estudos do mundo antigo, iniciando assim, um movimento que atualmente é crescente e mesmo predominante, que se constitui em repensar a forma como se escreveu a História Antiga e como os conceitos empregados para interpretá-la estão atravessados por noções coloniais e imperialistas da virada do século XIX para o XX.

Assim, os estudos sobre o mundo antigo, em particular, aqueles que estão em volta do mundo romano, passaram e, pode-se dizer que ainda passam, por um momento de renovação nas academias internacionais, conhecendo hoje, como bem definiu Silva (2007), uma espécie de agitação teórica, que o liga a problemáticas da teoria da história contemporânea que são marcadamente inovadoras. Esse movimento, que também surgiu em vários países do cone sul, não passou despercebido na academia brasileira, como demonstra a vasta produção de historiadores como Pedro Paulo de Abreu Funari e o citado Glaydson José da Silva, entre outros. É também perceptível o aumento na publicação de artigos internacionais em livros e periódicos brasileiros, como é o caso da obra em questão que é composta por artigos do historiador e arqueólogo Richard Hingley, professor do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, na Inglaterra. Sendo reflexo deste novo movimento nos estudos do mundo clássico e projetada a partir de um curso ministrado pelo autor em 2008 na Unicamp com o apoio concedido pela Escola de Altos Estudos da CAPES, é composta por artigos escritos em diferentes momentos de sua carreira e traduzidos pela primeira vez ao português.

5 Como bem definiu Funari em sua obra *A temática indígena na escola: subsídios para os professores* (FUNARI, 2011, p. 22), o conceito de **assimilação** consiste no apagamento das características próprias e sua substituição pelas do grupo dominante, que devem ser considerados superiores, enquanto **aculturação** seria a passagem de uma cultura inferior à outra superior. Tais conceitos estão envoltos em muitas polêmicas e é importante que sejam constantemente questionados no momento de seus usos.

Tendo por título *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*, a obra organizada pela Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni (UFPR), pelo Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari (Unicamp) e pelo Prof. Dr. Renato Pinto (atualmente pós-doc na USP), e lançada em 2010 pela Editora Anablume, tem como tema o título do livro, o imperialismo romano na Bretanha. Contando com a participação de Hingley na escolha dos artigos que a compõem e elaborada numa perspectiva pós-moderna, é uma crítica às abordagens imperialistas utilizadas nos estudos que envolveram temas sobre a expansão do mundo romano. Trabalhando assim, com o questionamento da ideia e do conceito de romanização, tem como principal objetivo atualizar o leitor acerca dos debates sobre os estudos do mundo clássico. Além disso, composta por artigos com objetivos claros, é profundamente marcada pelas pesquisas e teorias do autor que “[...] enfatizam a importância em contrapor a cultura material aos textos para proporcionar novas abordagens sobre as relações estabelecidas entre os nativos e romanos durante o principado” (GARRAFFONI et al., 2010, p.16), e um melhor entendimento do processo de colonização feito pelos romanos na Bretanha.

Logo, girando em torno da temática sobre “[...] como populações nativas foram incorporadas ao Império Romano, além das mudanças culturais e sociais ocorridas durante esse processo” (GARRAFFONI et al., 2010, p. 17), nas palavras dos organizadores, a base de sua crítica

[...] se constitui, a partir da ruptura com modelos interpretativos eurocêntricos, na tentativa de construir interpretações mais flexíveis acerca do Império Romano, oferecendo ao leitor a possibilidade de buscar caminhos alternativos para pensar a relação entre culturas, tornando-se uma referência importante para aqueles que se interessam pelo mundo antigo em geral e o romano em particular (GARRAFFONI, 2010, p. 17).

A obra, além de conter quatro artigos da autoria de Hingley escritos entre 1991 e 2008 que como dito, circundam em torno do “imperialismo romano” – *O ‘Legado’ de Roma: ascensão, declínio e queda da teoria da romanização, O Campo na Bretanha Romana: o significado das formas de Assentamento Rural, Diversidade e Unidade Culturais: Império e Roma e O Muro de Adriano em teoria: uma nova agenda* –, é composta também, por um prefácio escrito por Norma Musco Mendes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e um texto introdutório de autoria dos organizadores intitulado *O estudo da antiguidade no Brasil: as contribuições das discussões teóricas recentes*. Esta introdução constitui uma parte essencial do livro, pois é nela que os organizadores apresentam as mudanças ocorridas nos últimos anos nos estudos do mundo clássico e apresentam ao leitor os dois principais autores que influenciaram as teorias de Hingley, Edward Said e Martin Bernal, que foram os pioneiros no movimento de repensar a forma de como se escreveu a História Antiga. O texto também se preocupa em fazer um breve relato acerca do desenvolvimento dos estudos da antiguidade clássica no nosso país, ressaltando que “[...] apesar de os Estudos Clássicos no Brasil estarem passando por um maior aprofundamento devido aos cursos de línguas clássicas, a arqueologia, fundamental para este campo, tem sido deixada de segundo plano” (GARRAFFONI *et al.*, 2010, p. 16), assim como, uma apresentação geral de quem é Richard Hingley e uma explanação acerca da estrutura do livro, trazendo neste momento um breve resumo dos artigos que irão compor as demais partes do trabalho.

O artigo que segue a introdução, *O ‘Legado’ de Roma: ascensão, declínio e queda da teoria da romanização*, publicado originalmente em 1996⁶, está dividido em três gran-

6 Publicado em J. Webster; N. Cooper (Org.) *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester Archaeological Monographs. n.3. Leicester: p.35-48, 1996.

de eixos onde se percebe claramente o posicionamento de Hingley perante o seu tema de estudo. O autor inicia explicando que naquele artigo tenciona “[...] examinar alguns dos modos pelos quais os britânicos usaram a imagem da Roma clássica para identificar e fundamentar suas próprias nacionalidade e expansão” (HINGLEY, 2010, p. 28), tornando este o primeiro ponto a ser tratado ao longo do texto, que também enfoca na maneira como a romanização foi estudada nos anos pós-declínio do Império Britânico e aponta os problemas gerados pela ideia positiva de imperialismo trabalhada por alguns estudiosos contemporâneos que acabam por afetar, de certa maneira, os estudos referentes à arqueologia romana. Fazendo breves considerações sobre o trabalho de Francis Haverfield – acadêmico que traçou paralelos entre Grã-Bretanha e Roma no início do século XX –, Hingley faz um breve panorama de como Roma foi usada por políticos desde a Idade Média até a época de expansão do Império Britânico, focando no período eduardino, em que tal era considerado superior ao império romano, ao passo que, se assumia como herdeiro deste e difusor de uma “[...] forma mais desenvolvida da civilização europeia” (HINGLEY, 2010, p. 29).

Dialogando com a teoria, a história, a arqueologia e com autores como Millet, criador da perspectiva dominante a respeito de romanização, Hingley explica a ascensão e o declínio da teoria de romanização, que “[...] deixou de ser vista como uma forma de progresso moral e social, mas sim vista à luz do desenvolvimento, ou aculturação, pelo qual a sociedade nativa, de imediato, adotou a cultura romana” (HINGLEY, 2010, p. 34). E é nessa questão que é focada a sua crítica, pois ele questiona se realmente um monumento romano em determinado vilarejo, ou uma cultura romana encontrada em algum assentamento “bárbaro”, é o suficiente para se dizer que todas as pessoas que habitaram aquele local estavam romanizadas. Pauta

também as suas críticas na ideia de que havia uma imagem padronizada de “ser romano”, criticando aqui a velha ideologia de um império unido e formado por uma única cultura provinda da península itálica, e de uma população, no caso da Bretanha, que teria reagido da mesma maneira à conquista. O autor conclui por fim, que a teoria da romanização deixa de lado muitos princípios que deveriam ser utilizados nos estudos sobre imperialismo romano, como, por exemplo, entender a interação que tiveram os povos nativos com os romanos e as mudanças que ocorreram em sua cultura material, indicando que os estudiosos do período devem livrar-se “[...] do pressuposto de que a cultura material ‘romana’ era tecnologicamente superior àquela anterior à conquista (da Bretanha)” (HINGLEY, 2010, p. 41).

Diferente do primeiro artigo que tem como preocupação primeira discutir temas centrais das pesquisas que envolvem a expansão territorial e “cultural” de Roma, *O Campo na Bretanha Romana: o significado das formas de assentamento rural*⁷, artigo que o sucede, é centrado nos modelos interpretativos arqueológicos, em que há um foco nos estudos acerca dos assentamentos rurais romano-britânico. O texto que é composto por diversas descrições de sítios arqueológicos e teorias acerca desses assentamentos rurais difundidas por arqueólogos clássicos, e que em determinado momento acaba tornando-se, de certa forma, um texto denso e que exige um conhecimento prévio do leitor acerca do tema, trabalha com a desconstrução do significado de edificações no estilo de *uillae*⁸, construções vigorosas interpretadas como locais erguidos com o excedente e que estavam geralmente ligados à elite. A crítica de Hingley se baseia principalmente no caso

do esquecimento, por parte dos estudos arqueológicos, de locais que não se assemelham as *uillae* e que geralmente são vistos de forma negativa por terem pertencido aos pobres que habitavam a ilha, como, por exemplo, as casas redondas de madeira, que se melhor fossem pesquisadas, originariam em novas abordagens acerca de como se deu o contato entre a cultura bretã, já existente no local, e a cultura romana, vinda do exterior.

No terceiro artigo intitulado *Diversidade e unidade culturais: Império e Roma*⁹ Hingley tem por objetivo explicitar o papel político e social dos Estudos Clássicos no momento em que estes despertam o interesse dos acadêmicos. O autor comenta a prática de aproximação entre o mundo romano e o presente, e como isso pode servir para legitimar ações político-econômicas do nosso tempo, procurando combater novamente a ideia de um império romano homogêneo com relação a sua identidade, e demonstrando que este ponto é muito mais complexo do que imaginam a maioria dos pesquisadores. Por fim visa desenvolver a concepção de que a adoção de costumes romanos não significava necessariamente a adoção da identidade romana, e que a cultura material romana não é suficiente para assegurar uma hegemonia.

O início do texto trata da questão da aproximação entre passado e presente. O autor começa explicando que já na época clássica formulou-se a teoria de que Roma foi a grande responsável pelo desenvolvimento da civilização ocidental, tendo herdado um legado da Grécia antiga e expandindo-o até um império com pretensões globais (HINGLEY, 2010, p. 69-70). Para fornecer uma justificativa moral à sua expansão, os romanos formularam a noção de *humanitas*¹⁰,

7 Publicado originalmente em R.F.J. Jone (Ed.) Roman Britain: recent Trends. *J. R. Collis Publications*, Sheffield: 75-80, 1991 (Informação retirada da nota de rodapé número 14, que se encontra na p. 49).

8 Chamadas também de fazendas romanas, era o instrumento pelo qual um cidadão rico explorava o campo; eram propriedades rurais de um cidadão, frequentemente administradas por um quinteiro e só em alguns casos visitadas pelo proprietário (informação retirada de citações feita por Hingley na p.51)

9 Escrito em 2008 e não publicado anteriormente.

10 *Humanitas*, que se refere a uma série de características que representa noções de civilidade para os romanos, representa inúmeros conceitos e é intraduzível para o português. Como escreveu o autor antigo Aulus Gellius (Noites Áticas, 13. 17), não pode ser entendido como filantropia, pois é mais ou menos o que os gregos chamavam de *paideia*, sendo por sua vez, uma característica romana. Tal conceito pode ter sido uma criação para diminuir o impacto de inferioridade que os romanos sentiriam em relação aos gregos.

sendo este conceito relacionado à crença de que o domínio romano levaria progresso e civilização aos povos considerados “bárbaros” (HINGLEY, 2010, p. 70). A relação com o mundo moderno ocorre devido à apropriação de tais ideologias por parte das nações imperialistas do século XIX e início do XX. Essas, mesmo possuindo noções de progresso e civilização diferentes das da Roma Imperial, como explicitado anteriormente, tomaram Roma como exemplo e lançaram projetos para a expansão de seus impérios usando a mesma justificativa dada pelos romanos: levar civilização e progresso aos povos “atrasados” (HINGLEY, 2010, p. 71-72). E esta justificativa, por sua vez, forneceu uma camuflagem para interesses puramente políticos e econômicos.

Hingley segue seu texto comentando a questão das identidades dentro do império romano. Ele defende a tese de que este era heterogêneo culturalmente, mas relativamente unificado (HINGLEY, 2010, p. 77). Tratava-se de uma série de grupos locais, distintos entre si, que eram mantidos juntos através da força (HINGLEY, 2010, p. 80). Para corroborar a tese de que os povos subjulgados mantinham suas próprias identidades o autor nos demonstra que a adoção de hábitos romanos não se relacionava diretamente ao desejo de se tornar romano; como exemplo cita o caso da expansão da língua latina entre o povo batavo, habitantes do Vale do Baixo Reno. O autor comenta que este uso não estava ligado a um processo de transformação dos batavos em romanos, mas sim estava relacionado às vantagens que a utilização da língua latina traria aquele povo, como por exemplo, a utilização de uma língua comum que permitiria a comunicação entre diversas regiões, pois era muito difundida, e as inovações tecnológicas que foram possíveis graças a ela – principalmente referentes aos mecanismos de escrita (HINGLEY, 2010, p. 89). Ou seja, este povo manteve sua identidade, apenas adotou práticas romanas

porque estas apresentavam maiores vantagens.

O último artigo, intitulado *O muro de Adriano em teoria: uma nova agenda*¹¹, já em seu título revela o objeto de estudo: a muralha construída na Bretanha, por volta de 120 d.C., pelo imperador romano Adriano. No seu texto Hingley comenta o declínio dos estudos acerca do Muro, outrora alvo de inúmeros trabalhos dos historiadores. Apresenta a provável razão para o desinteresse e por fim apresenta propostas para atrair novamente a atenção dos pesquisadores para o tema. A partir da década de 1850 o muro de Adriano passou a ser extremamente estudado pelos acadêmicos. Porém, na contemporaneidade, a popularidade deste assunto entrou em declínio. Poucas pesquisas têm sido desenvolvidas nas universidades, o número de doutorandos que desenvolvem o tema pode ser contado nos dedos e a comunidade que trabalha o muro está envelhecendo (HINGLEY, 2010, p.105-106). A principal razão para o declínio é a sensação de que já se “sabe tudo sobre o muro”. O autor afirma que as abordagens anteriores de pesquisa passaram a impressão de um conhecimento total sobre o assunto, sendo que então restaria pouca coisa a se estudar (HINGLEY, 2010, p.107). Isso acaba desencorajando os jovens historiadores a se dedicar ao tema, pois seria despendido muito tempo em um assunto praticamente exaurido (HINGLEY, 2010, p.108). Evidentemente Hingley não partilha desta opinião e sustenta que ainda restam muitas pesquisas a serem feitas.

Por fim é apresentada uma série de novas áreas a serem desenvolvidas que teriam por objetivo revitalizar os estudos sobre o tema. Primeiramente, se o muro seria um mecanismo para a definição de uma identidade imperial, já que esta poderia estar em crise e necessitasse de um símbolo (HIN-

11 Originalmente publicado em in P. Bidwell (Ed.) Understanding Hadrian's Wall. *The Arbeia Society*. Titus Wilson, Kendal, 2008.

GLEEY, 2010, p.110). Depois, a comparação entre a Bretanha com outras fronteiras (tanto antigas como modernas) e uma reflexão sobre o papel especial que a primeira exercia na sociedade romana (HINGLEY, 2010, p.110-111). Em seguida, como o muro se relacionava com aspectos das sociedades pré-existentes, pois este poderia representar uma resposta às populações que viviam no local anteriormente, e como a construção da muralha influenciou tanto a vida dos nativos como a dos seus construtores (HINGLEY, 2010, p.111-112). Por fim, o que o muro significou para as populações posteriores, desde o século VIII até o presente, passando, por exemplo, pela influência que ele exerceu na formação das identidades inglesa, escocesa e imperial britânica (HINGLEY, 2010, p.112).

Tendo levantado os principais pontos dos artigos inseridos na obra, faz-se necessário, neste momento, alguns comentários e reflexões acerca deste importante trabalho. Como explicitado no início, o trabalho de Hingley está inserido em um contexto de renovação e transformação dos estudos sobre a Antiguidade, sendo que ele é influenciado pelas teorias contidas nas obras de Said e Martin Bernal. O primeiro questionara a maneira pela qual o Oriente fora “inventado” pela academia europeia, sendo que esta utilizou de conceitos imperialistas para caracterizá-lo como inferior (HINGLEY, 2010, p.10). Já Bernal focara seus estudos sobre como as interpretações do mundo grego foram fundamentais para a criação de discursos de poder na Europa moderna. Argumentando que o passado oriental da Grécia fora “apagado” nos séculos XIX e XX – para legitimar discursos racistas –, o pesquisador demonstrou como a historiografia não está isenta de parcialidade e interesses políticos (HINGLEY, 2010, p.10-11). Os dois autores receberam grande destaque por serem apontados como responsáveis por um processo de reflexão sobre os estudos referentes à História Antiga. Ambos questionaram modelos e visões

construídas há algum tempo e propuseram novas formas de abordagem.

Hingley segue o mesmo caminho. Entendendo império e romanização como conceitos negativos, o autor frequentemente questiona os métodos empregados tanto no estudo destes assuntos específicos como no estudo sobre a Antiguidade em geral. Evitando sempre as interpretações imperialistas – que vêem os romanos e seu império como superiores e os outros povos como simples objetos nas mãos destes – procurou-se propor novas abordagens de pesquisa. Lutou para acabar com a idéia de uma incorporação passiva dos povos dominados – esta se fundamenta na crença de que todos queriam se tornar romanos – e também de uma submissão total à cultura romana – tida como “superior” por muitos. Hingley sustenta a teoria de que embora tenha havido uma dominação político-militar de várias regiões diferentes por parte do império, os povos que habitavam estes locais mantiveram suas identidades originais, pois a adoção de novos costumes não implica, necessariamente, uma mudança de identidade.

Assim, pode-se dizer que as obras anteriormente citadas, ao propor uma nova maneira de abordar o mundo antigo, foram responsáveis por trazer grandes inovações aos estudos clássicos. Entre elas podemos citar, por exemplo, uma postura mais crítica dos historiadores com relação ao conhecimento produzido, uma reflexão mais apurada da interação entre presente e passado – como o primeiro influencia a análise do segundo –, maiores possibilidades de entendimento do mundo romano e uma abertura de espaço para o estudo de povos marginalizados ou esquecidos (HINGLEY, 2010, p. 22). Podem-se considerar as contribuições concedidas a estas inovações como o grande legado de Hingley. Por fim, além de esta obra ser importante por conter artigos publicados pela primeira vez em português que tratam de assuntos que renovaram teorias e métodos dos estudos da

antiguidade romana, como escreve os organizadores em seu artigo introdutório, tal publicação permite também que o público brasileiro tenha um maior contato com a trajetória de Hingley, uma vez que contém trabalhos de diferentes momentos de sua carreira e que delineiam seus pensamentos teóricos e políticos (HINGLEY, 2010, p. 16).

Além disso, a obra, contendo conceitos fundamentais de teorias pós-modernistas, tem o papel fundamental de trazer a acadêmicos e estudantes brasileiros, as novas abordagens que são dadas no momento a temas canônicos como o mundo romano e seu imperialismo. Temas estes que hoje demonstram que o estudo deste campo feito anteriormente, assim como aquele que está sendo realizado no momento, não se pode negar, estão totalmente ligados à visão de mundo e de tempo que se tem o historiador que produz o seu trabalho, sendo reflexos das relações entre o passado e o presente. Partindo da análise sobre Roma, mais especificamente da romanização, o autor conseguiu problematizar diversas premissas, ajudando dessa forma, a renovar temas que precisavam de um fôlego novo.

Referências

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GARRAFFONI, R. S., Funari, P.P.A. , Pinto, R. O estudo da Antiguidade no Brasil: as contri-

buições das discussões teóricas recentes. In: Hingley, R; Funari, PPA, Garraffoni, R. S., Pinto, R. (Org.). *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Editora Annablume, 2010. p. 09-25.

MATTINGLY, David. *In Imperial Possession: Britain in the Roman Empire*. Londres: Penguin Books, 2007 (Tradução de Renato Pinto para o mini-curso "Imperialismo Romano" ministrado em outubro de 2011 no XI Colóquio do CPA e II Semana de Estudos Clássicos do CEC, realizado na Universidade Estadual de Campinas).

SILVA, Glaydson J. *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Anablume; FAPESP; 2007.

DÍAS-BENÍTEZ, Maria Elvira.

Nas redes do sexo – os bastidores do pornô brasileiro.

Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 239 p.

Lara Virgínia Saraiva Palmeira¹

Esta resenha tem como objetivo resumir e analisar a obra *Nas redes do sexo – Os bastidores do pornô brasileiro*, de María Elvira Días-Benítez, lançada no ano de 2010 pela Editora Zahar. O livro é resultado da sua tese de doutoramento de título *Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro*, defendida em fevereiro de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/UFRJ), sob a orientação de Gilberto Velho. Sua pesquisa se deu no período de agosto de 2006 a dezembro de 2007 na cidade de São Paulo, segundo a autora, a cidade que concentra a maior quantidade de produtoras e distribuidoras de material pornô no Brasil. Focalizou sua pesquisa em cinco empresas responsáveis por elaborar filmes de tipo heterossexual, gay e travestidos, compostos por atores maiores de 18 anos.

De origem colombiana, Días-Benítez graduou-se em Antropologia pela Universidad Nacional da Colombia, em 1998, e realizou o mestrado e o doutorado no Museu Nacional. Atualmente, faz pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas, no Núcleo de Estudos de Gênero PAGU. Em sua trajetória acadêmica sempre esteve próxima de temáticas como as da homossexualidade, classe e gênero, pornografia, corpos e práticas sexuais dissidentes, além de estudos sobre relações étnico-raciais. Além da obra aqui resumida, a autora ainda é organizadora da coletânea *Prazeres Dissidentes*, pela Editora

¹ Mestranda em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: larasaraiva18@hotmail.com

Garamond/CLAM, em 2009.

Para compreender a obra em questão é necessário traçar as linhas teóricas adotadas pela autora e os suportes metodológicos úteis para refletir a maneira como sua análise e seus argumentos foram construídos. Nesse contexto, merecem destaque os autores Howard Becker e Erving Goffman.

Días-Benítez adota o conceito de Becker de ação coletiva. Assim como o sociólogo americano, que o utiliza para analisar as etapas de produção e divulgação de uma obra de arte, a autora usa para apreender o que denominou de redes do pornô e as etapas envolvidas nessa produção. Assim, a ação coletiva seria uma “ação coordenada de todas as pessoas cuja cooperação é necessária para que o trabalho seja realizado da forma que é” (BECKER apud DÍAS-BENÍTEZ, 2010, p. 9). Foi dessa maneira que designou “Preliminares, Transa e Consumo” como as etapas básicas de um modelo que descreve o processo de produção de filmes pornô. Além dessa influência, esse esquema tripartite foi inspirado em Richard Schechner e em seus estudos sobre performance, no qual identifica as fases de reunião, representação e dispersão no contexto do teatro.

Já os conceitos de Erving Goffman (apud Días-Benítez), principalmente os presentes na obra *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (1999), estão sempre presentes nas notas de rodapé da autora. A noção de código, por exemplo, é usado quando se diz respeito aos papéis sociais, etiquetas ou representações que os indivíduos devem observar para obedecer aos modelos socialmente aceitos. Como diz a autora:

Na interação, é preciso que os atores sociais envolvidos dominem os códigos para que as mensagens possam ser entendidas. Eles delineiam as relações interpessoais e a interação, constituindo uma rede de sinais por meio da qual os indivíduos transitam (DÍAS-BENÍTEZ, 2010, p. 220-221)

A palavra interação nos revela um ponto comum importante entre esses dois autores: ambos podem ser situados na corrente teórica denominada de interacionismo simbólico, presente na Escola de Chicago², no final do século XIX. Baseado em uma orientação multidisciplinar, o interacionismo recebeu influências desde a filosofia, no caso do pragmatismo proposto por John Dewey, à psicologia social, como no caso de George Herbert Mead. Segundo tal corrente, a concepção que os indivíduos têm do mundo social é o que constitui o objeto da pesquisa sociológica. Assim, os métodos de pesquisa que enfatizam os pontos de vista desses indivíduos são fundamentais, pois eles são os intérpretes do mundo. Aprender essas significações seria o meio mais adequado para captar a realidade social que aparece sob a forma como os indivíduos enxergam esse mundo. Dessa forma, seriam as atividades interativas dos indivíduos, quando eles interagem socialmente com os outros e consigo mesmos é que produziram as significações sociais, as quais o pesquisador só terá acesso quando participar e interagir no mundo que se propõe a analisar.

Por fim, a obra de Días-Benítez no contexto de uma antropologia realizada na cidade, baseada em um tema estigmatizado e estigmatizante e enquadrado na linha de pesquisa sobre comportamentos desviantes revela-nos também a influência de seu orientador Gilberto Velho.

Atuando como um dos principais responsáveis pela linha de trabalhos sobre

2 Segundo Goldenberg (2009), o termo Escola de Chicago foi utilizado pela primeira vez por Luther Bernard para designar o conjunto de pesquisas realizadas na cidade de Chicago, particularmente depois de 1915. Partindo da perspectiva interacionista, tais estudos dedicavam-se a produzir conhecimentos que fossem utilizados para solucionar problemas sociais concretos da cidade. Entre eles, problemas de imigração, criminalidade, desemprego, pobreza, minorias e relações raciais. Ressalta-se, também, a influência que tais autores receberam de George Simmel, responsável por antecipar a análise da natureza complexa e diversificada na vida na metrópole.

comportamento desviante no Museu Nacional, Velho tem orientado diversas pesquisas que adicionam ao repertório de investigação antropológica, diferentes assuntos como o uso de drogas, acusações de desvio, identidades sexuais e de gênero, doença mental e diferentes tipos de marginalização social, entre outros. Isso com o intuito de mostrar como esse campo tem se constituído como um dos mais férteis na Antropologia e como a própria noção de desviante necessita de constantes reflexões para que se utilize o termo de forma adequada. A obra da autora em questão, portanto, trata-se de mais um trabalho feito sob a orientação de Velho e que merece nossa dedicada atenção.

Retomando a obra em si, já na introdução, a autora parte da ideia de que a pornografia faz parte da nossa cultura, constitui nosso cotidiano, ainda que lhe seja delegada uma postura marginal e obscena - “fora de cena”. Exemplifica tal afirmativa com a realidade americana, onde a indústria pornográfica movimenta cifras impressionantes, e com o caso brasileiro, no qual o pornô pode ser visto com bastante frequência nos vídeos, canais fechados de televisão, revistas, internet, jornais, nas ruas e nos camelôs, povoando, assim, o imaginário da população: “Vivemos em um mundo de sexo e somos obrigados a falar dele” (DÍAS-BENÍTEZ, 2010, p. 12), afirma a autora em uma clara referência a Foucault (2010) e seu posicionamento acerca do sexo nas sociedades contemporâneas³.

Logo, para tentar compreender mais sobre esse fenômeno atual, Dias-Benítez volta sua atenção para a produção do ci-

3 Colocando o sexo no centro de uma “formidável petição de saber”, o autor denuncia a obsessão da sociedade ocidental pelo sexo e pela sua racionalização. Ao descartar a hipótese repressiva, Foucault afirma que a sexualidade não passou por um processo de censura e/ou de repressão na sociedade capitalista, pelo contrário: o poder sobre a vida e sobre o corpo que se desenvolveu nessa sociedade haveria incitado o sexo a se manifestar, a se produzir discursos e saberes sobre ele.

nema pornográfico no Brasil e toma esse processo como o fio condutor da sua obra. Como já mencionado, estrutura seu livro de forma a compreender como se organizam as etapas da elaboração deste cinema, partindo de como o elenco é recrutado até o momento em que o produto final é distribuído no mercado, dessa forma, o livro se divide em três pontos principais: Preliminares, Transa e Consumo.

Na primeira seção, a autora inicia o percurso da produção com o recrutamento do elenco, atividade essencial e sem fim, visto que o mercado brasileiro exige a constante introdução de novos rostos. Quais as maneiras de abordagens utilizadas pelos recrutadores? Em quais contextos e lugares? Quais os códigos conhecidos e usados pelos indivíduos? Que critérios adotados para selecionar os atores? Como se dá o diálogo entre essas partes? Enfim, como se dá esse primeiro contato inicial? Essas são algumas das questões abordadas neste momento.

Para dar conta de alguns desses aspectos, Días-Benítez lança mão da trajetória dos seus interlocutores. As diversas situações contadas por Mauro, Cidinha, Japonês, Barry, Vanessa, Zilio e Márcio permitem-nos destacar duas importantes questões sobre o ofício do recrutador, a primeira trata-se do acaso. Não haveria entre eles um projeto, ou seja, uma conduta organizada com o objetivo de atingir finalidades específicas, segundo a definição de Alfred Schutz utilizada pela autora⁴. Aquelas pessoas estariam por acaso, através de convites imprevistos e/ou encontros casuais, trabalhando de maneira *freelance* e acumulando outros empregos dentro da mesma área ou não. No entanto, o acaso também por si só não explica, já que seria necessária uma disposição para que se conheça um mundo desconhecido pela maioria

e marcado por estigmatizações. Os motivos que levam essas pessoas a esse trabalho pode ser dos mais variados como a curiosidade, afinidade, aproximação com o mundo ou simplesmente por anseios econômicos.

A segunda questão são as habilidades que devem ser desenvolvidas para o ofício do recrutador, em outras palavras, “o aperfeiçoamento de uma espécie de dom ou talento relativo ao aprendizado de um tipo estratégico de olhar” (DÍAS-BENÍTEZ, 2010, p. 36). O recrutador deve ter os olhos da indústria, antecipar o olhar do consumidor, treinando sua percepção para identificar seus “alvos” pelo seu olhar, que funciona como comunicador não verbal e identificador recíproco de pessoas que são afins ou que necessitam interagir no contexto.

Para falar dos recrutados, seus contextos de recrutamento e a relação com seus recrutadores, Días-Benítez classifica os vários tipos de filme pornô e quais são os que serão alvos de sua observação, pois, dependendo da produção em questão, os indivíduos envolvidos e o público alvo do recrutamento mudam. Dessa forma seu trabalho etnográfico centrou-se nos filmes nomeados de heterossexual, gay e travesti. As mulheres constituiriam os corpos fundamentais para a produção do pornô hétero; os rapazes, são diferenciados entre aqueles que participam da produção dos filmes hétero e os que atuarão nos filmes gays. Por fim, o intenso recrutamento de travestis que, segundo a autora, trata-se do principal mercado pornô distribuído fora do Brasil e consumido principalmente na Itália desde o final da década de 90. Como afirma Días-Benítez: “[...] a participação no pornô brasileiro constituiu, para as travestis brasileiras, uma ponte para efetivar deslocamentos em direção à Itália, já que as produções nacionais eram muito bem vendidas por lá” (DÍAS-BENÍTEZ, 2010, p. 191). Assim, quando os travestis empreendiam essas viagens levavam consigo cópias

4 Alfred Schutz é sociólogo e filósofo austríaco. A obra utilizada como fonte pela autora tem como título *La construcción significativa del mundo social*. Barcelona: Paidós, 1993.

de seus filmes para vender aos seus clientes ou entregá-las pessoalmente às distribuidoras.

Em todos os casos, o critério essencial é a aparência física. Atributos corporais, como cintura, olhos, busto, quadril, tórax, pernas, são valorizados e metrificadas, no intuito de evidenciar o próprio corpo e exibir suas qualidades. A juventude também é uma característica superestimada. A tarefa dos recrutadores, por sua vez, é buscar aquilo que o mercado consumidor privilegia. Se o filme enfatizar penetrações anais, por exemplo, as mulheres de maior quadril serão privilegiadas na escolha.

No recrutamento de mulheres a busca por variedade é essencial. Para atender aos diferentes gostos dos consumidores, a indústria procura mesclar diferentes corpos e cores: louras, morenas, orientais, ruivas e mulatas são alguns dos tipos procurados. No entanto, vale salientar que as características físicas dos negros (nariz chato, lábios grossos, cabelo frisado) não são atributos valorizados neste universo, quanto mais a mulher se aproxime das feições faciais brancas melhor; melhor ainda, se tiver o tom da pele morena, pois o marrom é considerado a “cor do desejo”, segundo Días-Benítez, em referência à histórica sexualização do negro.

Os homens mais procurados são os másculos, os “sarados” quando se trata de filmes tanto hétero quanto gay. No entanto, além dos rapazes viris, os lolitos ou ninfetos - aqueles com aparência de adolescente, mais magros, de baixa estatura, mas com corpos definidos - também são bastante requisitados pela indústria pornô gay e são eles que, atualmente, ocupam o topo da preferência dessa indústria.

Com relação às travestis, a questão da diversidade permanece presente. Quanto mais bonita e mais feminina, mais próxima estará do nível A. Aqui, questões de classe social e de gênero estão emaranhadas, já que o nível A, além de classificar a travesti,

revela também que quanto maior for a sua capacidade de consumo, mais chances terá de atender aos critérios estabelecidos, a transformação do visual por meio de cirurgias plásticas é algo recorrente, pois se trata de um artifício utilizado para atender exigências da indústria.

Partindo desse ponto, a autora trabalha com os diversos lugares onde ocorrem as interações, os quais são geralmente ligados à prostituição e ao mercado do sexo. São eles: ruas, saunas, boates, prives, casas noturnas e sites. Além dos encontros nesses locais, outro meio de recrutamento é através do conhecimento dos lugares de residência, das redes de moradia daquelas pessoas que transitam e participam de alguma forma desse circuito.

Sobre o recrutamento feito na rua, Días-Benítez afirma que talvez seja um dos métodos mais difíceis, não sendo, portanto, um dos mais populares. Para que o recrutador aborde uma pessoa, converse, fale do cachê, seduza-a é necessário um ambiente propício e a questão da discricção é algo muito importante, pois quanto menos pessoas souberem, maior é a chance de a proposta ser aceita. Por esses motivos, o recrutamento de mulheres, por exemplo, feito em bares, clubes e casas noturnas consistiria em um dos métodos mais eficazes e utilizados.

Já com relação ao *casting* e o processo de seleção, quesitos como a sensualidade e a fotogenia são fundamentais para os atores. Para os homens, a questão da ereção é o momento-chave para o seu estabelecimento na profissão. Suas atitudes relacionadas à potência e a virilidade, bem como seu desempenho no momento da ereção são critérios utilizados na seleção. Por sua vez, as garotas e as bonecas (os travestis) dificilmente são submetidas ao *casting*: beleza, sensualidade e disposição para filmar são o bastante para a sua inserção na película.

Os rituais pré-filmagem variam de acordo com cada produtora, durante suas

visitas aos sets verificou que a correria e o clima de agitação durante a preparação e a montagem do cenário é bem característico do momento. No entanto, ao mesmo tempo em que esse clima é frenético ele é também relaxado, pois a maioria das pessoas que trabalham nos bastidores nutrem relações interpessoais: de afeto, amizade, onde há troca constante de conhecimentos acerca da profissão. É graças às instruções e conselhos de diretores, fotógrafos e *cameramans* experientes que muitos dos iniciantes conseguem se manter e exercerem suas funções sem muita experiência e conhecimento técnico. A interação entre atores e atrizes também acontece dessa maneira. É certo também que o clima de intimidade dá espaço para intrigas, acusações, fofocas, fazendo do set de filmagem um local onde essas informações se disseminam.

Uma das etapas-chave da preparação para a cena é o ritual de higiene corporal do elenco, descrito minuciosamente pela autora. Logo em seguida, para as mulheres e travestis, o momento da maquiagem, e para os homens o ritual da masturbação, geralmente auxiliado por técnicas como a ingestão de Viagra, com o objetivo da ereção.

A exibição do corpo é central no filme pornô, por isso o gestual e a fotografia devem ser trabalhados cuidadosamente a fim de gerar um efeito no consumidor através da linguagem da sedução. Olhares de provocação, cumplicidade, objetos associados à sedução como lingerie e salto alto são utilizados pelas atrizes com o objetivo de criar um personagem para satisfazer o espectador. Assim, do mesmo modo que acontece no teatro ou nas cerimônias religiosas, as máscaras e as fantasias possibilitam ao ator uma transformação, ou a possibilidade para incorporar um personagem, lingerie e roupas sugestivas contribuem, no pornô, para a incorporação da 'figura dramática'.

A parte da obra chamada Transa dedica-se a parte da ação propriamente dita: o

momento da transa na filmagem. Ao transcrever uma parte do seu diário de campo, Días-Benítez procurou mostrar a rotinização do sexo nessa profissão e como a performance do corpo é central para se entender o grupo em questão. Narrando as cenas, a autora comenta sobre a interação entre os atores, a relação destes com a câmera e com a equipe em geral. Destaca também o papel do diretor, a voz principal, responsável pela performance e estética das cenas. Nesse momento, retoma as histórias de vida de alguns deles para compreender quem são essas pessoas, suas trajetórias, como eles vêem as filmagens e o tipo de sexo encenado no pornô brasileiro. Como uma principal característica do pornô, a autora comenta:

Como o pornô é elaborado como um show, é justamente o *espetacular* o que constitui sua base. Como valor estético, é construído a partir da combinação do *exagero*, mediante a exploração de situações extremas, com uma estética do *realismo*, por intermédio da exposição pormenorizada dos corpos e das práticas (DÍAS-BENÍTEZ, 2010, p.99).

Assim, a partir do domínio de técnicas corporais, os *performers* encenam atos sexuais a partir dessa fórmula que combina exagero e realismo. Também são orientados a realizar uma correta exibição de modo que o posicionamento dos corpos permita uma captação adequada da imagem.

Para Días-Benítez, a pornografia estabelece sua própria versão sobre o sexo e junto com ele as disposições de gênero que ali se configuram. O sexo seria coreográfico, ou seja, ele seguiria um estilo ritualizado com uma temporalidade específica, apresentando um conjunto de sequência de posições sexuais a serem desempenhadas. Esse tipo de sexo tende a diferenciar-se do "doméstico", pois se distancia do que seria o convencional com a espetacularização das suas práticas.

Como já foi dito, as configurações de gênero também são um importante aspecto

salientado pela autora quando evidencia os discursos de heterossexualidade elaborados a partir das práticas sexuais até então analisadas. Em sua visão, esses tipos de filme reiteram e ratificam os discursos de heteronormatividade no momento em que não desobedecem aos papéis sexuais e nem de gênero presentes em nossa sociedade⁵. A masculinidade tratada como um forte capital simbólico, os discursos de virilidade sempre presentes e a proibição tácita de qualquer marca que possa colocar o homem no papel destinado ao feminino são dados que auxiliaram nessa conclusão.

O discurso sobre o excesso é um fato igualmente marcante. Na realidade, a pornografia produziria uma espécie de hipergênero, em sua opinião, ao exibir masculinidades e feminilidades excessivas, exacerbando estereótipos já existentes. No entanto, essa interpretação da autora não é a mesma adotada pela teoria do feminismo radical com a qual ela dialoga em seu texto. A leitura dessa linha interpretativa, para Días-Benítez, define o corpo feminino como um objeto configurado a partir do desejo dominante e masculino. Assim, esse corpo, reduzido a um objeto de desfrute e sexualmente alienado, apresenta uma versão simplificada do poder. Para ilustrar o pensamento de tal corrente, cita o exemplo da *Women Against Pornography* (WAP) como uma organização que atribui à pornografia as causas das violências contra as mulheres, os crimes de misoginia, a discriminação sexual e a propagação das desigualdades hierárquicas de gênero. Cita, ainda, o exemplo das feministas Catharine

5 "A heterossexualidade é concebida como 'natural' e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento." (LOURO, 2000, p. 10)

MacKinnon e Andrea Dworkin, ambas dos Estados Unidos, que também compartilham da ideia de que a pornografia seria a subordinação das mulheres representada graficamente.

No entanto, a pesquisadora contesta a ideia de subordinação das mulheres ao afirmar que no pornô hétero "corpo, pornografia, e sexo são lugares de resignificação política para mulheres e para outras minorias sexuais, e o prazer transforma-se em objeto de reflexão, assim como as maneiras alternativas e as escolhas sexuais que levam a conseguir-lo" (DÍAS-BENÍTEZ, 2010, p. 119). Assim, para a autora, corpos e gêneros são construídos a partir da mesma lógica do excesso e, ainda que sob um esquema heteronormativo, a mulher conseguiria transgredir ao adotar atitudes e comportamentos que normalmente não são outorgados ao feminino: ao invés de apresentar um temperamento dócil e indefeso, ela gritaria em voz alta durante o sexo, demonstrando seu prazer.

Na última parte do esquema tripartite, Consumo, Días-Benítez comenta sobre os diferentes desfechos existentes no processo de produção do filme pornográfico. Para a coreografia, por exemplo, a ejaculação, ato masculino por excelência, é a sequência final da performance, o auge do ritual, a condição *sine qua non* da correta representação do prazer. É altamente valorizado: se não tem gozo, não tem graça, afinal é ele que vai indicar que o encontro dos corpos foi bem sucedido.

Com relação à consumação feminina (dos personagens que representam esse gênero), outros artifícios são acionados que não a imagem visual. São eles: gemidos, gritos e palavras, ou seja, uma linguagem baseada em sons que tentem demonstrar que o outro, sem ser o homem, também atinge um alto nível de prazer, ainda que não seja o orgasmo.

O uso de tais artifícios serve para "negociar" com o problema de dar visibilidade

ao prazer feminino, já que as mulheres raramente ejaculam de modo visível. No entanto, esses marcadores vocais dos orgasmos femininos são insuficientes, não conseguem transmitir a mesma carga emotiva que o masculino que é fortemente caracterizado pela sua preeminência visual. Assim, é comum nos filmes de pornô hétero que os diretores estimulem o aumento da voz, com gemidos altos e contundentes.

Já a consumação da própria filmagem dá-se depois da ejaculação: ali a cena se dá por encerrada e os performers se dirigem de imediato ao banheiro, realizam a higiene. Vestem suas roupas cotidianas e todos se dispersam. É nesse momento que os atores recebem o pagamento, em dinheiro, o que é bem salientado, consumando definitivamente, a ação.

Por fim, na pós-produção, a ação coletiva se concentra na elaboração do material publicitário a partir das imagens captadas pelos fotógrafos durante a filmagem o que seria o importante momento da edição. As capas dos filmes devem expressar seus conteúdos de forma clara em conjunto com o título e as legendas, que objetivam dizer ao consumidor com poucas palavras o que ele vai encontrar, como no exemplo: “Brasileirinhas – as mais belas garotas em busca de paus gigantes!” (apud Días-Benítez).

Na conclusão, a autora dedica a última parte do livro ao elenco, a parte visível do pornô, e também se dedica às principais questões: como se constrói a carreira de atriz ou ator dentro das redes de produção pornográfica e como se adquire prestígio neste mundo? Aí a autora utiliza pequenos tecidos biográficos, histórias contadas dos principais personagens de sua pesquisa que para lançar luz sobre tais questões.

É dessa forma, através de uma linguagem acessível e prazerosa, que Días-Benítez nos mostra um trabalho atual que aproxima o leitor da realidade estudada. Contribuindo para a consolidação de novos campos antro-

pológicos de estudo, realiza um intenso trabalho etnográfico em um campo de pesquisa raramente abordado dessa maneira.

Durante o percurso, a autora acaba por nos apresentar questões controversas, como, por exemplo, o uso (ou não) de preservativos no set de filmagens, a migração de travestis para a Europa, a proximidade com a prostituição, o valor dos cachês, o lugar das práticas sexuais classificadas como bizarras (como a zoofilia, por exemplo) enfim, questões que nos levam a refletir não apenas no pornô em si, mas alguns dos importantes aspectos da sexualidade e do gênero na sociedade brasileira. Por exemplo, a questão levantada pelas feministas radicais de que a pornografia seria responsável por reforçar a ideia de subordinação das mulheres: até que ponto essa manifestação é condizente com a nossa realidade? E a contrapartida da autora, colocando que as mulheres têm nesse lugar uma oportunidade de terem seu corpo e sexo ressignificados, apresenta alguma validade? O que pensam atrizes e atores sobre tais afirmativas? E os consumidores? Todas essas questões servem para a reflexão e para que se observe que um trabalho de cunho antropológico não reflete apenas sobre o seu objeto de pesquisa em si, mas acaba se debruçando sobre questões bem maiores, de maior complexidade: o que significa ser homem e ser mulher no contexto da pornografia? E fora dele?

A escolha metodológica de utilizar histórias de vida contribuiu ainda mais para a fluidez do texto. Ali os personagens (produtores, atrizes e diretores) tornaram-se matérias da antropologia, passaram a ser os intérpretes de suas realidades socioculturais, cabendo ao autor estabelecer as conexões entre o micro (indivíduo) e o macro (sociedade), sem deixar de levar em conta as teorias acumuladas sobre cada temática.

A dimensão econômica, diferentes marcadores sociais como raça, gênero, entre outros, não passam despercebidos pela

antropóloga que nos fornece um importante exemplo de etnografia atual, criativa e inovadora não apenas no âmbito do Museu Nacional, mas no cenário da atual Antropologia brasileira.

Referências

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petropolis: Vozes, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LOURO, Guacira. *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

A Nova Presença Islâmica na Europa

TIESLER, Nina Clara.

A morada de ser: muçulmanos na Europa e políticas de identidade.

Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2011. 210 p.

José Lindomar C. Albuquerque¹

O livro de Nina Clara Tiesler pode ser situado no contexto mais amplo do debate político e acadêmico sobre o fenômeno migratório na Europa e os sentidos das diásporas religiosas em novos espaços de interações e experiências coletivas. Nos amplos movimentos migratórios em busca de trabalho e melhores condições de vida, muitos muçulmanos de ex-colônias européias do Norte da África desembarcaram em território europeu, especialmente após a segunda guerra mundial (1939-45), ou se converteram à religião muçulmana já na Europa a partir das diversas influências recebidas em variados lugares de convivência (família, trabalho, moradia, associações e outros espaços de sociabilidade). Essa heterogênea presença muçulmana na Europa de pessoas pertencentes a diferentes etnias, nações e expressões distintas da religião muçulmana ficou praticamente invisível nas primeiras décadas e somente alcançou notoriedade pública, política e acadêmica nos trinta últimos anos.

Nina Clara Tiesler discute justamente a chamada *nova presença islâmica* na Europa a partir do contexto de organização política e visibilidade pública dos debates em torno do Islamismo na Europa. Há atualmente cerca de 15 milhões de pessoas referenciadas

como muçulmanas no continente europeu. A segunda geração desses imigrantes muçulmanos já estudou no sistema educacional europeu e aprendeu novos valores e idéias relacionadas à secularização ocidental. A tese fundamental da autora é tentar compreender uma dupla tendência: a islamização no contexto europeu e a europeização do Islã. Para isso, a pesquisadora recorre à análise de discursos de lideranças intelectuais e políticas muçulmanas formadas em universidades européias, às interpretações acadêmicas recentes e de outros discursos dos meios de comunicação.

A nova presença islâmica (classificação introduzida por Thomas Gerholm e Yngve Georg Lithman em 1988) tem experimentado, por um lado, mudanças políticas, sociais e ideológicas importantes no cenário europeu, como a queda do Muro de Berlim, as mudanças advindas do fim da União Soviética, a criação da União Européia e a onda dos discursos de identidade européia alicerçada em valores cristãos opostos a outras referências civilizacionais. Por outro lado, os muçulmanos na Europa têm recebido múltiplos intercâmbios de idéias e valores de suas sociedades de origem (fundação de associações, universidades, irmandades islâmicas, vinda de imãs etc.), bem como têm estado sensíveis aos fenômenos políticos internacionais que afetam diretamente suas vidas e as representações construídas sobre eles, tais como a revolução islâmica no Iran em 1979, a guerra na Bósnia e no Iraque no início dos anos 1990 e a destruição das torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

A presença islâmica na Europa tem mobilizado diversos atores políticos, lideranças religiosas, cidadãos diversos movidos por convicções de fé e intelectuais comprometidos com a reinterpretção da religião “fora do território do Islã”. Trata-se de construir ações políticas contra imagens estereotipadas que associam o islamismo ao terror, ao

¹ Professor de Sociologia do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

fundamentalismo religioso e ao obscurantismo. Ao mesmo tempo, torna-se importante pensar políticas de identidade para os muçulmanos europeus que se encontram de maneira permanente e na condição de minorias em sociedades ocidentais não regidas pelas normas das sociedades islâmicas. Nesse campo da movimentação política e intelectual, a pesquisadora destaca os discursos de três lideranças muçulmanas formadas em universidades européias— Tariq Ramadan, Ali M. Kettani e S. Sayyid – e suas diferentes concepções sobre a nova presença islâmica nas sociedades européias.

Os intelectuais descendentes de imigrantes islâmicos tiveram acesso, durante seus anos de formação universitária e na prática de ensino e de ação política, aos autores pós-coloniais e aos estudos culturais. Essa literatura possibilitou refletir sobre a condição de deslocamento, de diáspora e os complexos fenômenos de pertença e de sentimento de *pátria, casa, lar* em territórios dos estados nacionais europeus. Tariq Ramadan é uma das lideranças intelectuais mais conhecidas na atualidade. Formado na Suíça e hoje professor na Universidade de Oxford, esse pensador defende uma identidade européia e islâmica, a Europa como a nova morada dos muçulmanos europeus e propõe uma reinterpretação do próprio direito islâmico, visando incorporar essas populações na lei islâmica renovada, secularizada e compatível com os valores democráticos ocidentais. Ali Kettani (1941-2001), um dos criadores da Universidade Islâmica em Córdoba, Espanha, defende uma ligação mais intensa com os países de origem e a vinda de lideranças religiosas (imãs), tentando fortalecer a islamização e combater as situações de subordinação das minorias islâmicas por meio de novas organizações políticas. Já S. Sayyid, intelectual da área de ciências sociais na Inglaterra, vê o islamismo como uma região universal e se posiciona contrário a identidades específicas para os muçulmanos da

Europa, tais como “muçulmanos europeus” e “Islã europeu”. Os diferentes discursos desses intelectuais e de outros escritores e pesquisadores podem ser acompanhados a partir dos distintos temas desenvolvidos no livro.

Uma primeira temática importante abordada pela autora é a relação entre o movimento islâmico atual, a chamada presença islâmica histórica durante oito séculos na Península Ibérica e a existência tradicional na Europa Central e do Leste, especialmente na Turquia, Bósnia, Herzegovina, Kosovo, Macedônia, Montenegro, Bulgária, Grécia, Romênia, Albânia, Polônia e partes da ex-União Soviética. A discussão fundamental é ver como a Europa tem construído sua política de identidade a partir de uma alteridade e exclusão do Islamismo de seu próprio território imaginário. A lembrança discursiva de uma Europa herdeira das tradições judaico-cristã e greco-romana tende a apagar a herança e presença histórica do islamismo em muitos territórios europeus. Os intelectuais islâmicos e estudiosos da religião muçulmana lembram essa “coluna esquecida” e estabelecem elos entre as presenças atuais, tradicionais e históricas.

Em seguida, a pesquisadora analisa o movimento de constituição dessa nova presença islâmica na Europa nas últimas décadas. Seu enfoque é na dimensão histórica entre a invisibilidade do fenômeno migratório temporário das primeiras décadas após a segunda guerra e a visibilidade de uma nova presença permanente e organizada politicamente que foi se configurando a partir de meados dos anos de 1970, contexto da crise do petróleo e da vinda das mulheres e filhos destes primeiros imigrantes. A autora apresenta os eventos que marcaram fortemente a visibilidade inicial dessa nova presença islâmica: a proibição do uso do véu, feita por um diretor de colégio francês, e os protestos derivados deste ato em 1989 e, no mesmo ano, o protesto na Inglaterra de imigrantes

indianos e paquistaneses de orientação islâmica à publicação e circulação do livro *Versos Satânicos*, de Salman Rushdie. Na construção política da visibilidade islâmica, Nina Clara Tiesler analisa o processo de criação de várias organizações políticas e religiosas, tais como mesquitas, comunidades locais, associações nacionais e transnacionais, comunidades virtuais, jornais e boletins, e os financiamentos externos, principalmente da Arábia Saudita e Turquia. Além da forte visibilidade dessas organizações, geralmente comandadas por homens, vale destaque o aumento da ação de mulheres muçulmanas de classe média – jovens, cultas e frequentadoras das mesquitas – que se percebem como parte da *Umma* (comunidade imaginada transnacional) e que veem o islamismo como uma religião universal.

Outro tema relevante é a discussão sobre a identidade e a diáspora nos atuais processos de islamização dos debates públicos na Europa. O ponto de partida é a percepção que os muçulmanos estão no centro de múltiplos debates contemporâneos, tais como “multiculturalismo, prosperidade da religião, diáspora, individualismo, o outro, o estrangeiro, o estranho, etnicidade, transnacionalismo e ‘identidades coletivas’” (TIESLER, 2001, p. 122). Nestes debates, verifica-se uma crescente culturalização dos problemas sociais e uma centralidade e fixação nas noções de religião e tradição, acentuando o sentido de pertencimentos espaciais e históricos que remetem à discussão das “identidades coletivas”. Ao apresentar essa problemática teórica relevante, a pesquisadora não reproduz os discursos de identidade e diáspora para pensar a nova presença muçulmana na Europa. Seu interesse é na maneira como essas categorias – identidade e diáspora – entram no debate acadêmico das Ciências Sociais nas últimas décadas, migram para o campo político, geralmente por meio de porta-vozes das classes médias e pelos meios de comunicação de massa, e

se tornam formas de identificação cotidianas para os mais diferentes atores sociais. A preocupação nessa obra é problematizar a circulação e transformação semântica dos conceitos e pensar os diversos discursos e políticas de identidade dos muçulmanos no continente europeu.

Por último, a autora analisa os debates em torno dos sentimentos de estranhamento e de pertença dos muçulmanos a esses novos espaços de vivências na Europa. Sua abordagem prioriza a situação de estranhamento dos imigrantes muçulmanos ao chegarem à Europa, muitas vezes advindos de regiões rurais e de repente se inserindo em modernas metrópoles europeias. Os imigrantes enfrentam a radical alteridade europeia, a perda da terra natal, a situação de muitas vezes terem saídos de territórios colonizados e entrarem nas metrópoles colonizadoras, bem como os estranhamentos diante do encontro cotidiano com diferentes tradições do islamismo praticadas por imigrantes vindos de outros lugares. Entretanto, os filhos e netos desses imigrantes já são juridicamente cidadãos nacionais dos diversos países europeus, muitos são adeptos da religião muçulmana e reivindicam novas maneiras e lugares de pertença. Nesse contexto, a pesquisadora centraliza a discussão nas concepções distintas de Sayyid e Ramadan sobre a ideia de “pátria” (morada de ser) e diáspora para os muçulmanos que vivem na Europa. A discussão principal de Sayyid é pensar a noção de *Umma* dos muçulmanos como uma antinação e como uma comunidade aberta e universal que incorpora os muçulmanos que vivem na Europa e outros continentes. A noção de diáspora muçulmana compreende todo o mundo islâmico e não somente as minorias das nações europeias. Já Tariq Ramadan está questionando o antigo direito islâmico que divide o mundo em dois (território do islã versus o mundo da guerra e da descrença) e pensando na identidade euro-islâmica das novas gerações nascidas

em território ocidental. A solução encontrada é refletir sobre a noção de *casa, pátria, morada de ser* como “o espaço de profissão da fé” (*dar ash-shahada*). A “pátria” é então vista como qualquer lugar no mundo onde o muçulmano possa exercer a sua fé e sentir-se em segurança. Conforme a interpretação da autora, “o espaço da profissão de fé não conhece fronteiras. A ‘nossa terra’ é o momento das fronteiras incertas, é uma anulação dos limites [...]. A ‘nossa terra’ é uma antecipação – hoje temos de dizer referência – a uma coordenada espaço-temporal que se situa antes da nação” (TIESLER, 2011, p. 186).

A pesquisadora faz um importante exercício interpretativo de diversos discursos sobre a presença muçulmana na Europa ao longo do livro. Entretanto, considero que o trabalho ficou mais centrado nos discursos de Sayyid e principalmente de Ramadan e não refletiu *sobre as* “citações originais nos quais muçulmanos não inseridos no meio universitário refletem sobre suas experiências cotidianas” (TIESLER, 2011, p. 22), como havia anunciado na introdução. Também acho problemática a falta de uma distinção clara entre o lugar do discurso dos três autores selecionados como pertencentes a essa “segunda geração” e os outros estudiosos utilizados para dialogar com esses escritores islâmicos. Tive dificuldade de perceber se alguns dos outros autores discutidos pertencem também a essa nova geração islâmica universitária ou são somente estudiosos europeus e de outros continentes que tematizam as migrações, diásporas e religião muçulmana.

De uma maneira geral, a autora apresenta um debate atual e relevante sobre a nova presença islâmica na Europa. O livro possibilita debater os conceitos de identidade e diáspora a partir de uma reflexão acadêmica sobre a história migratória dos próprios conceitos e acerca dos limites heurísticos de suas utilizações em um contexto de políticas de identidade. A sistematização

do debate acadêmico e político em alguns países europeus, feita nessa obra, pode ser bastante importante para pesquisadores brasileiros e de outros países vizinhos que têm se dedicado ao estudo das migrações árabes e das diásporas muçulmanas. Além disso, a autora cita várias situações específicas da sociedade portuguesa e tem artigos acadêmicos publicados sobre a presença muçulmana em Portugal. Suas referências sobre o caso português pode ser um ponto de partida para a construção de novas pesquisas comparativas sobre a nova presença muçulmana em Portugal e no Brasil.



EN-

TRE-

VIS-

TAS

Entrevista com Bernard Lahire

A Revista *Áskesis*, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Sociologia da UFSCar, trouxe, pela primeira vez à São Carlos, o Prof. Dr. Bernard Lahire, dentro do projeto *Áskesis convida*. Lahire é professor de Sociologia na Escola Normal Superior de Lyon, na França, diretor da equipe “Disposições, poderes, culturas e socializações” e um dos principais especialistas, na atualidade, na obra de Pierre Bourdieu. Lahire conheceu nossa universidade, conversou com estudantes de pós-graduação sobre as pesquisas em desenvolvimento e nos brindou com a Conferência “Os prolongamentos críticos do trabalho sociológico de Pierre Bourdieu”, no dia 06 de dezembro de 2011.

Ainda na ocasião da visita, Lahire gentilmente concedeu, à Revista *Áskesis*, uma reveladora entrevista, em que não dispensou o tom crítico e comentários polêmicos. Foram abordados diversos temas, como a área de Sociologia na França, a importância da pesquisa empírica em Sociologia e a tendência à hiperespecialização nas ciências humanas e sociais. Lahire falou ainda sobre sua paixão pela Sociologia, suas obras, seu interesse pela produção sociológica no Brasil e na América Latina, sua visão sobre o trabalho de Anthony Giddens e ainda sobre um assunto que não poderia faltar: a obra de Bourdieu e a crítica em relação aos conceitos de *habitus* e *campo*.

Essa entrevista é fruto de um esforço conjunto do Conselho Editorial da Revista *Áskesis*. As perguntas foram elaboradas por Aline Yuri Hasegawa, Charles dos Santos e Lara Roberta Rodrigues Facioli; a tradução das perguntas do português para o francês foi feita pela Profa. Dra. Ana Lúcia Teixeira – Ciências Sociais/UNIFESP; a tradução da entrevista do francês para o português e este texto de apresentação são de Aline Suelen Pires; a revisão final ficou a cargo de Aline Yuri Hasegawa, Lara Roberta Rodrigues Facioli e Vanessa Parreira Perin.

Áskesis – Prof. Lahire, em diferentes entrevistas, você falou sobre a sua trajetória acadêmica como produto da universidade de massa. Você é de um bairro operário de Lyon e entrou em contato com a Sociologia, área na qual foi formado como pesquisador. No Brasil, as Ciências Sociais e a Sociologia se apresentam, algumas vezes, como opções mais acessíveis aos estudantes que não tiveram a oportunidade de serem bem preparados para passar no vestibular (semelhante ao *Baccalauréat*¹ na França). São opções para alunos que não tiveram condições financeiras suficientes para fazer seus estudos em instituições de maior qualidade, o que poderia lhes garantir a escolha de carreiras mais bem remuneradas. Como isso ocorre na França? A sua história, em particular, tem alguma relação com esse processo? A Sociologia como campo profissional é também tão pouco valorizada? Quais são as principais dificuldades que você encontrou para se manter nessa carreira?

Bernard Lahire – Quando eu comecei meus estudos de Sociologia na universidade, em 1981, a Sociologia era uma disciplina acadêmica que ocupava uma posição ambivalente. Os estudos de Sociologia (como os de Psicologia) eram menos prestigiosos que os estudos de História, de Economia ou de Filosofia, mas, ao mesmo tempo, a Sociologia estava em vias de conquistar um lugar simbólico importante com a entrada de Pierre Bourdieu no *Collège de France*. Desde então, a Sociologia recuperou seu atraso em relação aos estudos literários e filosóficos, que perderam prestígio no mundo social. Hoje, por exemplo, é mais frequente vermos sociólogos na mídia que os filósofos e, depois de Jean Paul Sartre (filósofo), foi Pierre Bourdieu (filósofo de formação que se tornou sociólogo), que encarnou a figura do grande intelectual, respeitado pelo mundo acadêmico e engajado publicamente.

Quando cheguei à universidade, os estudantes entravam geralmente em Sociologia ou em Psicologia. Eles tinham o *baccalauréat* em Ciência Econômica e Social (não muito valorizada naquela época) e migravam para a Sociologia sem um objetivo muito preciso. Mas esse não era o meu caso. Mesmo vindo das classes populares, eu tinha feito os estudos de mais prestígio, na área de “Ciências e Tecnologia”. Eu passei, no entanto, por meu *baccalauréat*, com o sentimento de que minha orientação escolar no Ensino Médio (*lycée*, na França) foi catastrófica. Eu detestava aquilo que fazia (o desenho industrial, a tecnologia, a física, a oficina, etc.). A maior parte dos meus amigos da época se tornaram engenheiros e eu fui para a Sociologia. Eu me lembro que meus colegas na universidade me perguntavam por que eu estava na “Sociologia” já que poderia fazer coisas mais “valorizadas”, mais bem remuneradas, etc. Mas eu era um dos raros que tinham feito a *escolha positiva* da Sociologia: eu tinha verdadeiramente vontade de fazer Sociologia para compreender o mundo social. Era uma necessidade vital, existencial e não uma escolha orientada por considerações econômicas ou simbólicas.

Então eu comecei os estudos de Sociologia e rapidamente descobri meu caminho. Eu senti isso como uma vocação e me dediquei a trabalhar muito, muito, desde o primeiro ano de curso. Eu tinha anos de atraso a recuperar em matéria de hábitos intelectuais e trabalhei com paixão, sem me questionar sobre o que eu queria ter como profissão. Cada ano a mais na universidade era uma felicidade para mim, e mesmo um pequeno milagre social, e eu descobri as etapas progressivamente (eu me lembro de ter descoberto na graduação que eu poderia continuar no mestrado, depois no mestrado que eu poderia prosseguir na tese, mas eu não tinha programado de início entrar no doutorado). É preciso dizer que eu fui o primeiro de toda a minha família

¹ O *baccalauréat* consiste em uma qualificação acadêmica que os estudantes franceses e estrangeiros obtêm ao final do Liceu, equivalente ao nosso Ensino Médio, para então poder entrar na Universidade. Pode-se dizer que se trata de uma espécie de vestibular.

ampliada (incluindo primos) a passar no vestibular e chegar ao ensino superior. Eu trabalhei de maneira “absurda” do ponto de vista do meu meio social. Mas os resultados estavam lá: eu era o primeiro da minha turma na graduação (na época, terceiro ano da universidade), eu obtive uma das melhores médias no mestrado (quarto ano) e no DEA (Diploma de Estudos Aprofundados, quinto ano) e então eu já emendei com uma tese. Era como um sonho para mim. Eu não encontrei, portanto, nenhuma dificuldade. Tudo me parecia fácil, apaixonante e eu digo sempre que, para mim, foi o vestibular que foi o mais difícil de passar e que me fez sofrer mais. Eu detestava essa forma de “empanturrar” (nós falamos também de “*bachotage*” [trabalho intensivo] na França, em referência ao vestibular que supõe que se trabalhe sobre numerosas matérias com programas escolares imensos a “engolir” sem compreender bem na maioria das vezes). A universidade, com sua maior liberdade de trabalho e o trabalho sobre dossiê ou sobre memória me parecia muito mais atraente.

Áskesis – *Ainda sobre o campo profissional da Sociologia em nosso país, o trabalho de pesquisa acaba por ser o único caminho possível e o mais rentável para o sociólogo. O que você pensa disso? É parecido na França?*

Bernard Lahire – A situação é semelhante na França. A Sociologia permanece uma disciplina voltada à pesquisa e ao ensino superior. Há a possibilidade também, claro, de se tornar professor no ensino médio, passando no CAPES ou em uma “*agrégation*” (que são os grandes concursos nacionais), mas os estudantes devem também estudar Economia para conseguir. Diferentemente da Psicologia, que permite se tornar um terapeuta clínico, ou da Economia, que permite trabalhar para as grandes empresas, para os grandes bancos, etc., a Sociologia é mantida uma atividade científica. Eu acho que é uma coisa boa para a Sociologia, que evita, dessa forma, ser normativa (ela não pretende mudar o mundo, cuidar das pessoas ou ajudá-las a sofrer menos, ou ajudar a política de Estado, mas somente compreender, conferir razão ao mundo). Por outro lado, é o que constitui sua fragilidade social fundamental: há poucas saídas profissionais fora do campo acadêmico e científico. Fora da universidade e do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), existem também vagas em certos organismos estatísticos do Estado (INSEE, INED, serviços de estudos e de estatísticas do Ministério da Cultura, etc.), mas isso não constitui mais que uma pequena parte das possibilidades. A Sociologia é, assim, uma das primeiras ameaçadas quando os poderes públicos se perguntam sobre a “rentabilidade” das formações. No entanto, ela é crucial para o funcionamento de uma democracia. Todo mundo deveria aprender a olhar mais cientificamente o mundo social. E é por isso que eu propus na França que houvesse um ensino de ciências do mundo social desde a escola primária. Por que aprender as ciências na escola primária e não as ciências sociais? O mundo social deve ser conhecido racionalmente, assim como o mundo físico ou biológico.

Áskesis – *A forma com a qual você desenvolveu seu pensamento é clara no tocante à sua maneira de retomar a tradição para, em seguida, fazê-la avançar e encontrar novas maneiras de pensar o social. É deste modo que você retomou o pensamento de Bourdieu, autor muito criticado na teoria sociológica contemporânea. Você poderia falar um pouco sobre essas características de seu procedimento de análise sociológica? Você poderia falar das principais críticas que você dirige ao pensamento de Bourdieu e a maneira através da qual seu pensamento se apropria da reflexão dele e a faz avançar?*

Bernard Lahire – Todo intelectual que quer fazer progredir o conhecimento é obrigado a se apoiar sobre as obras dos mais fortes do passado. Não fazemos ciência sem consciência e conhecimento dos grandes progressos de sua disciplina. Criticando o trabalho sociológico de Pierre Bourdieu, eu faço o que qualquer cientista deveria fazer: retomar as questões onde ele as deixou e tentar prosseguir a pesquisa para fazer avançar o conhecimento. Eu falo de *prolongamento crítico* ou *acúmulo crítico*, para indicar esse duplo movimento de *apropriação* e de *exame crítico*. Na grande maioria dos casos, os pesquisadores, ou aplicam sem reflexão a teoria de Bourdieu, ou ignoram, ou criticam sem conhecê-lo verdadeiramente em profundidade.

Poderíamos dizer que meus trabalhos discutem os dois conceitos centrais de sua teoria do mundo social: “*habitus*” e “campo”. Nos dois casos, o objetivo de minha pesquisa é demonstrar que o que se apresenta como uma teoria geral não é mais que uma teoria regional ou restrita. O *habitus*, se o definimos como um “sistema de disposições duráveis e transferíveis”, não é mais que um caso particular do possível. Existem os patrimônios de disposições compostos de disposições mais ou menos fortes ou frágeis, nem sempre coerentes, e que são ativados ou inibidos segundo o contexto de ação. Da mesma forma, nem todos os contextos pertinentes de ação são campos: existem sociedades sem campo; de outro modo, nas sociedades diferenciadas no seio das quais nós podemos encontrar os campos, os campos não recobrem todos os contextos ou microcosmos possíveis; e, enfim, o campo é uma construção científica que não permite compreender todas as práticas possíveis. A teoria dos campos põe em destaque a luta entre dominantes, dentro de um universo que comporta questões de poder, mas não permite compreender a natureza do conjunto das atividades diversas e variadas que se apresentam no mundo social.

Áskesis – *Uma das críticas recorrentes do pensamento de Bourdieu, vinda dos estudos culturais desenvolvidos nos Estados Unidos, notadamente a teoria feminista, constata o caráter universal de sua teoria e o desenvolvimento de categorias que são frequentemente aplicadas em situações muito diferentes. Você poderia nos dar sua opinião sobre esse gênero de crítica? Dizemos que Bourdieu faz uma “sociologia das permanências”. Você tenta, de outro lado, fazer uma “sociologia das rupturas”? Qual é a importância desse debate – permanência e ruptura – de seu ponto de vista? Como os sujeitos podem escapar ao “habitus”?*

Bernard Lahire – Bourdieu tinha, de fato, uma tendência a pensar de maneira bastante universalista. Ela pensava que sua teoria poderia se aplicar às situações históricas ou geográficas mais variadas. Podemos estar de acordo com isso se nós nuançarmos um pouco sua posição. Eu acho (como Max Weber ou Norbert Elias) que os conceitos são históricos e que eles contêm em si uma parte da realidade sócio-histórica a partir das quais eles foram construídos. As teorias sociológicas europeias são necessariamente, em primeiro lugar, ancoradas nas realidades europeias. Ao mesmo tempo, eu acho que as questões que se colocam aos pesquisadores europeus são adaptáveis a outros contextos. Seria também absurdo dizer que a teoria de Max Weber é “alemã” e que ela não se aplica senão à Alemanha ou que a sociologia de Bourdieu é estritamente “francesa”, como também pensar que elas podem se exportar diretamente sem sofrer transformações.

Quanto à questão das permanências e das rupturas, poderíamos dizer que eu tento renovar a compreensão das permanências através do estudo das rupturas, a partir de casos im-

prováveis, atípicos. Eu tentei, dessa forma, compreender as desigualdades escolares partindo da análise de casos improváveis de crianças de meios populares que tiveram êxito escolar. Pierre Bourdieu tinha a tendência de privilegiar as lógicas da reprodução, do *habitus* (como sistema de disposições transferíveis qual seja o domínio da ação), e o ajustamento dos atores às situações. O que eu constato pessoalmente é que o desajustamento é observável em todos os lugares e que há no mundo social tanto crises disposicionais quanto ajustamentos harmônicos entre as disposições e os contextos de ação. É evidentemente ligado à complexidade dos patrimônios de disposições nas sociedades diferenciadas. Dito isto, ninguém escapa às suas disposições. Nós somos todos produtos de experiências sociais que, em grande parte, escapam à nossa vontade e mesmo, às vezes, à nossa consciência. O conhecimento sociológico e, no seu modo também, o conhecimento psicanalítico, é uma maneira de retomar o controle sobre sua existência.

Áskesis – *Em uma entrevista, você disse que o habitus como um sistema de disposições gerais e permanentes condiz melhor às sociedades relativamente homogêneas, demograficamente frágeis e com extensão geográfica relativamente pequena. O que você entende por “homogeneidade”? Esta sociedade homogênea existe? Como trabalhar com uma dimensão subjetiva, mais difícil de acessar pelo habitus?*

Bernard Lahire – Émile Durkheim, e antes dele Herbert Spencer, falaram do movimento que faz com que as sociedades humanas caminhem do homogêneo ao heterogêneo. Isso significa que as sociedades são progressivamente divididas, diferenciadas em microcosmos menores (e há tantas lógicas diferentes quanto há microcosmos diferentes) e que essas sociedades apresentam, assim, possibilidades infinitamente mais complexas de variações individuais. Existem, em seu seio, concorrências socializadoras entre instituições heterogêneas e até mesmo contraditórias (familiares, escolares, religiosas, culturais, etc.) que tendem a engendrar patrimônios de disposições mais complexas. Pierre Bourdieu utilizou a noção de *habitus*, no início, para falar de uma sociedade infinitamente menos diferenciada, quer dizer, a sociedade cabila (na Argélia), e sua definição me parece marcada por este contexto cultural inicial. Para compreender os patrimônios de disposições dos atores de nossas sociedades diferenciadas, é preciso reconstruir o conjunto de quadros de socialização através dos quais eles passam a compreender, pouco a pouco, como o conjunto dessas experiências são cristalizadas sob a forma de uma variedade de disposições de natureza e de força desiguais.

Áskesis – *As Ciências Sociais e a teoria social em geral utilizam frequentemente a Psicanálise para lidar com dimensão do desejo, do inconsciente, em uma tentativa de explicar a subjetividade. Você teve contato com essas teorias? Qual é sua opinião sobre isso?*

Bernard Lahire – Eu acho que as Ciências Sociais deveriam incorporar certos aspectos da Psicanálise freudiana e, inversamente, que os psicanalistas deveriam abrir mais seu campo de interesse na direção das Ciências Sociais. A Psicanálise foi capaz de propor um modelo bastante pertinente da maneira pela qual se estrutura a personalidade individual, mas ela fez disso um modelo universal, e a estrutura da personalidade não é independente das estruturas sociais, por definição, mutáveis historicamente. É preciso “historicizar” ou “sociologizar” o modelo freudiano. O “id” (como reservatório de pulsões), o “ego” (como consciência) e o “superego” (como

instância crítica e de vigilância) são todos socialmente determinados. A partir da infância, a atenção da criança é orientada na direção de atividades particulares, seus desejos são socialmente formados e não podemos contrapor uma “natureza do homem” à sociedade ou à cultura, como fez frequentemente Freud. Por outro lado, há a tendência a reificar o inconsciente (como se existisse um “Inconsciente”), pois que há simplesmente processos conscientes, tendências inconscientes, ligadas ao fato que elas são constituídas no passado, e notadamente durante a primeira infância, no momento em que a consciência está longe de ser constituída.

Áskesis – *Como observar a realidade brasileira, onde temos comunidades indígenas, “quilombolas” (comunidades descendentes de escravos), “caiçaras” (comunidades de pescadores que vivem do mar), japonesas, “seringueiras” (comunidades que vivem da extração da borracha), as quais questionam a noção de um sujeito universal, essencial à teoria da incorporação do habitus? Como podemos pensar o desenvolvimento de uma teoria que poderia tratar desse caso e também do caso francês, que teve sérios problemas para enfrentar os processos migratórios e a questão da diferença?*

Bernard Lahire – Não há o sujeito universal. A única coisa que dizemos é que *em todas as sociedades* há instituições e formas particulares de vida coletiva, e que em todos os lugares há seres humanos que se socializam nessas instituições ou nessas formas de vida. Há em todas as sociedades *quadros de vida estruturantes* e experiências sociais incorporadas sob a forma de *disposições e competências*.

Áskesis – *Entre os autores que tentam se posicionar no campo da análise sociológica a uma escala global e que propõem uma Sociologia transnacional se encontra Anthony Giddens. Sua análise reflexiva coloca em evidência a ação subjetiva. Todavia, para a elaboração do conceito de reflexividade, que se estende a todos os níveis da sociedade, isto é, à vida pública, às instituições governamentais e à vida privada, Giddens não estabelece um esforço empírico. Em Giddens, não encontramos um verdadeiro trabalho de campo. Qual é a sua visão sobre a elaboração da teoria social que não se baseia em dados empíricos? Qual é a contribuição dada pela tradição sociológica francesa ao trabalho etnográfico? Como funciona a pesquisa empírica em seu trabalho?*

Bernard Lahire – Para mim, muito claramente, a teoria social não poderia ser considerada Sociologia. Eu chego publicamente a dizer que Anthony Giddens não é um sociólogo. Isso certamente choca, mas eu digo o que eu penso com convicção. É um teórico do social sem dados empíricos para interpretar. Eu defini o “*espírito sociológico*” em um livro (*L’Esprit sociologique*, Paris, La Découverte, Laboratoire de Sciences Sociales, 2005) dizendo que ele é, para o pesquisador, o pensar *sobre o material*. Por que decidir *a priori* que o ator é reflexivo ou não-reflexivo? O que delimita o objeto do sociólogo se nenhuma pesquisa foi feita? Assistimos aos conflitos morais, políticos ou metafísicos quando as pessoas opõem certas teorias a outras teorias sem passar por dados empíricos. A pesquisa empírica não faz, sozinha, o sociólogo. É necessária uma problemática teórica de pesquisa para guiar o trabalho de investigação e é necessária sempre uma problemática teórica para interpretar os materiais produzidos ou selecionados.

O sociólogo é uma pessoa que deve caminhar sobre suas duas pernas: uma perna empírica e uma perna teórica. Essa maneira de definir a Sociologia, e mais amplamente as Ciências Sociais, vem de Durkheim (que já criticava Simmel por não trabalhar seriamente uma questão

específica a partir de um corpo de dados, mas de “borboletar” como um ensaísta tratando de muitos assuntos) e foi quase definitivamente instalada na França, nos anos 1960, com a publicação do *Ofício de Sociólogo*, de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Jean-Claude Chamboredon. É Raymond Aron que contribuiu na organização, no seio de seu centro de Sociologia, para esta maneira teórico-empírica de conceber o ofício de sociólogo. Desde então, tornou-se extremamente difícil, na França, ser um sociólogo sem basear suas ideias em dados empíricos. Os estudantes devem fazer suas demonstrações empiricamente no momento da tese.

Áskesis – *Pierre Bourdieu tem numerosos trabalhos que se baseiam no trabalho empírico. A Miséria do Mundo é um deles, um dos textos de referência para as etnografias brasileiras, em particular para aquelas que trabalham com entrevistas. Entretanto, em A Dominação Masculina, Bourdieu parece ter apresentado dados empíricos frágeis. Ao mesmo tempo, ele parece ter feito uma generalização da dominação masculina. Como você avalia esse trabalho na produção teórica de Bourdieu?*

Bernard Lahire – Não podemos nos limitar a essa parte da produção científica de Pierre Bourdieu. *A Dominação masculina* é, de certa maneira, uma obra de síntese e de tomada de posição sobre uma questão dada (aquela das relações de dominação homens/mulheres). Ele cita, é evidente, trabalhos de historiadores, de antropólogos e de sociólogos. Mas há uma indiscreta tendência a universalizar. Há tantas variações históricas, culturais, sociais, civilizacionais do ponto de vista das relações homens/mulheres que me parece arriscado propor uma teoria geral da dominação masculina. Bourdieu deixa de lado uma realidade que deveria questionar: em uma sociedade diferenciada, as mulheres podem ganhar liberdade em certos setores da vida social e não em outros. Há microcosmos muito progressistas e outros muito arcaicos, do ponto de vista das relações homens/mulheres.

Áskesis – *Aparentemente, uma preocupação que perpassa seu trabalho é que é necessário “revelar a origem” das disposições e das crenças coletivas – essas últimas sendo às vezes designadas como a matéria simbólica de um estado de coisas. Essa forma de ver é ligada a uma concepção cuidadosa da natureza histórica do que você define como competências, conhecimentos ou saber-fazer. A teoria da reprodução, com a qual você estabeleceu um debate interessante nesses últimos anos, estava mais preocupada com a criação de categorias para descrever/delinear as “disposições duráveis”, que com o aprofundamento da complexidade de sua manifestação, inerente à sua historicidade.*

Bernard Lahire – Paradoxalmente, já que Pierre Bourdieu define sua Sociologia como um “estruturalismo genético”, ele pouco realizou o trabalho de reconstrução da origem das estruturas objetivadas como incorporadas. Por exemplo, a teoria da reprodução se apresenta como uma teoria geral, uma vez que ela se apoia sobre um momento histórico muito particular de relações de diferentes classes sociais com a instituição escolar. É um momento em que a escola se torna um ponto de passagem obrigatório de acesso ao mercado de trabalho e se põe a funcionar, por essa razão, como um banco que resgata os títulos. Teria sido necessário recolocar o objeto escolar na história. Da mesma forma, não encontramos uma análise precisa, em Pierre Bourdieu, da origem das disposições incorporadas. Ele fala delas no raciocínio teórico, as qualifica às vezes, mas não as coloca em questão de investigação específica para mostrar como elas se

formam e se transformam. Para resumir, eu diria que Bourdieu colocou boas questões, mas não terminou verdadeiramente o programa de pesquisa que ele prometeu.

Áskesis – Em seu livro *A Condição Literária: a vida dupla dos escritores* há um capítulo dedicado à “vida dupla dos escritores” e ao que você chama de “intermitências literárias”. Nesse trabalho baseado em pesquisas empíricas, como a “vida dupla” aparece como um elemento que influencia diretamente o “ritmo” e o “estilo” de escrita dos autores? Qual aspecto de sua noção de “indivíduo plural” lhe levou a uma análise diferente daquela que Pierre Bourdieu propôs em *As regras da arte*, obra na qual há uma grande preocupação de seu autor em colocar em evidência as regras que regem os escritores e as instituições literárias?

Bernard Lahire – Bourdieu construiu a noção de campo literário a partir do modelo dos campos acadêmicos ou científicos. Há, no entanto, uma diferença estrutural fundamental entre os campos artísticos em geral (o campo literário em particular) e os outros campos: os escritores geralmente não são “agentes permanentes do campo”. A grande maioria dos escritores, e em particular os mais inovadores dentre eles, os mais autônomos, não vivem de sua atividade literária. Se eles não cedem à moda ou ao comércio e fazem uma obra difícil, reduzem necessariamente a compreensão de seu público, e diminuem sua chance de “ganhar a vida” honestamente. Um autor como Kafka, por exemplo, não vendeu mais que algumas centenas de suas coletâneas de novelas enquanto era vivo. Assim, os escritores frequentemente têm que se dividir entre uma atividade remunerada (grandes escritores foram médicos, professores, jornalistas, diplomatas, juristas, bibliotecários, etc.) e a atividade literária. Isso tem um efeito sobre o ritmo de sua produção. O “segundo ofício” desacelera o trabalho de criação, protegendo o criador das lógicas comerciais. Uma vez que o escritor vive apenas de sua caneta, ele é obrigado a vender regularmente, a escrever rápido e rebaixa suas pretensões literárias (se elas existem!) para propor regularmente uma literatura “vendável”. No final das contas, alguns julgam que essa é “má literatura” por oposição à “verdadeira literatura”. O “segundo ofício” pode ter também, às vezes, efeitos sobre o estilo de escrita que os escritores desenvolvem na ordem literária. Por exemplo, Franz Kafka, que era conselheiro jurídico em uma companhia de seguros de acidentes de trabalho, reutilizou todo um vocabulário e um estilo de escrita jurídica em sua obra literária. Impossível compreender a maneira com que ele escreve se não sabemos que ele importa o universo jurídico no jogo literário².

Se a teoria dos campos tem a necessidade de ser especificada e modificada em função dos microcosmos sociais estudados, é porque a situação dos participantes nos diferentes universos sociais (médicos, jurídicos, políticos, jornalísticos, científicos, artísticos, literários, etc.) é muito diferente segundo a natureza da relação econômica entre o público potencial e os membros de seus universos (aquisição de um serviço e de competências ou aquisição de bens simbólicos) e segundo a natureza das relações que se estabelecem entre o Estado, o mercado e os universos em questão. Dessa forma, mesmo sem público ou com públicos muito restritos, os agentes permanentes dos campos acadêmicos e científicos financiados pelo Estado podem continuar a produzir os conhecimentos mais esotéricos. Não se passa o mesmo com os participantes intermitentes de um universo social como o jogo literário, submetidos ao mercado e beneficiados por um suporte muito mais limitado da parte do Estado. Primo próximo do sábio

² Lahire dedicou, recentemente, uma obra à Kafka: *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*, Paris, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales, 2010.

esotérico, o poeta hermético não partilha, entretanto, das mesmas condições.

Pressionados mais frequentemente a exercer um “segundo ofício”, os participantes do universo literário são mais próximos dos jogadores – que saem regularmente do jogo para “ganhar a vida” fora – que dos “agentes” estáveis de um campo. É por essa razão que eu preferi falar, ao longo de *La Condition littéraire. La double vie des écrivains* (La Découverte, Laboratoire des Sciences Sociales, 2006), de um “jogo literário” mais que de um “campo literário”. O conceito de jogo literário designa um campo secundário, muito diferente, no seu funcionamento, dos campos originais³ – campos acadêmicos e científicos, principalmente – que dispõem de meios econômicos de converter os indivíduos que deles participam em agentes permanentes e de levá-los, desse modo, a investir o essencial de sua energia a seu serviço. Diferentemente de Bourdieu, que utiliza a metáfora do jogo como uma simples maneira pedagógica de fazer compreender o que é um campo, eu desenvolvi a metáfora do “jogo literário” e explorei suas potencialidades no objetivo de diferenciar os tipos de universo que oferecem condições de vida muito diferentes a seus respectivos participantes. Considerando como se o universo literário fosse um campo como os outros, aqueles que utilizam a teoria dos campos não tomaram consciência do fato de que a redução dos indivíduos ao seu estatuto de “agente do campo literário” é ainda mais problemática que em outros lugares, na medida em que esses indivíduos se distinguem, por razões ligadas às propriedades do universo em questão, por sua frequente vida dupla.

A teoria dos campos tende a considerar que tudo o que se passa no interior de um campo não deve se explicar fora dos limites do campo em questão: a verdade de toda prática no seio do campo estaria inteiramente limitada ao âmbito do próprio campo e os atores sociais seriam, dessa forma, reduzidos a seu *ser-como-membro-do-campo*. É como se não houvesse nada além de um “*habitus* literário” e não houvesse experiências socializadoras determinantes anteriormente à entrada no campo e paralelamente à atividade no campo. Se nós formos rigorosos no uso do conceito, me parece impossível poder falar de “*habitus* literário” para atores – escritores-médicos, escritores-professores, escritores-jornalistas, escritores-engenheiros, escritores-operários, etc. – que acumulam então “*habitus*” (profissional e literário) teoricamente não acumuláveis.

A noção de *habitus*, tal como foi definida por Pierre Bourdieu, é um “princípio gerador e unificador” dos comportamentos, permitindo compreender “de maneira unitária” dimensões da prática mais estudadas em ordem dispersa. O *habitus* de um indivíduo é, então, um sistema de disposições que se transfere de uma situação à outra e mexe em todas as partes de sua existência. É por essa razão que o uso do conceito para dar conta das coerências locais – dentro de qualquer domínio de práticas ou em qualquer dimensão da existência – põe um sério problema ao analista. Falar de *habitus* escolar, científico, esportivo ou literário como falamos de *habitus* popular ou aristocrático, é mudar a definição do conceito, fazendo dele o princípio de coerência de um conjunto bem delimitado de ações, como se os *habitus* em questão representassem bem um papel unificador do conjunto de comportamentos. No primeiro caso, nós entramos em contradição com a definição teórica mais rigorosa. E no segundo caso, seríamos levados logicamente a sustentar que um *habitus* escolar, científico, pugilista ou literário pode estar no princípio do conjunto de práticas (alimentares, de vestuário, de linguagem, políticas, morais, educativas, estéticas, sexuais, etc.) dos atores. Quando nos ocupamos desses indivíduos que, como a grande maioria dos escritores, acumulam atividades sociais, o uso da noção

3 No original, *champs parents*.

de *habitus* se mostra ainda mais problemático. De fato, como podemos falar de *habitus* literário de um indivíduo quando, por outro lado, outros poderiam muito bem evocar seu *habitus* jornalístico, professoral, jurídico ou médico?

Áskesis – *Gostaríamos que você falasse também de seu trabalho mais recente e da questão da hiperespecialização. Como você trabalhou esse problema? O que o atraiu para essa questão?*

Bernard Lahire – Não é uma investigação, bem dizendo, que me conduziu a essa questão. Mas eu reagi à evolução atual das ciências humanas e sociais na direção de uma hiperespecialização. As ciências humanas e sociais contemporâneas vivem um duplo processo de dispersão de seus trabalhos: um recorte disciplinar que faz com que certas disciplinas se ocupem prioritariamente de dimensões específicas do mundo social (a econômica, a política, o direito, a educação, a vida psíquica, a língua, a arte, a religião, etc.) e um recorte sub-disciplinar que toma a forma de uma hiperespecialização (história urbana, história da educação, história das ciências, história cultural, história da arte, história política, história das religiões, etc.). Tais diferenciações estão ligadas a um movimento de “profissionalização” das disciplinas científicas, cujos aspectos positivos não devem ser recolocados em causa: os pesquisadores ganharam em precisão, em rigor, em delimitação de seu propósito e de seu *corpus* empírico e em qualidade de provas fornecidas também. Mas quando os pesquisadores não leem e não conhecem nada além dos trabalhos de outros pesquisadores relevantes da mesma subespecialidade no interior de sua disciplina, o risco é também muito grande de empobrecer o conhecimento produzido.

Os próprios pesquisadores acabam por perder a noção de totalidades sociais e os laços de interdependência que existem entre as áreas diferentes da prática, e recortam o ator individual em improváveis e abstratos *homo economicus, juridicus, politicus, psychiatricus, linguisticus*, etc. Eles são incapazes de fornecer aos leitores não-especializados uma imagem muito clara da sociedade em que vivem. Essa falta de ambição geral tem consequências práticas sobre o interesse que os não-profissionais podem ter sobre os trabalhos dos pesquisadores. Ela tem também consequências ainda mais graves de ordem política: se elas não são mais construídas pelos intelectuais, as visões de conjunto que permitem à imaginação política se inserir e estabelecer vínculos ou analogias entre fatos ou domínios heterogêneos, encontram um terreno favorável de expressão em todos estes que, ideólogos, ensaístas, editores ou filósofos jornalistas, sem dados nem métodos, falam de maneira muito “livre” do mundo social. Há, portanto, efeitos negativos do fechamento disciplinar, da hiperespecialização e de uma forma muito restrita de “profissionalismo acadêmico”. Volto a esta questão na conclusão do meu próximo livro, que será lançado na França em março de 2012 (*Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil, Couleur des idées).

Áskesis – *Para concluir, qual é a sua opinião sobre o papel da América Latina, e sobretudo do Brasil, na produção do conhecimento sociológico?*

Bernard Lahire – Minha visão é muito positiva! Não é à toa que eu venho ao Brasil regularmente há quinze anos. Eu encontro aqui colegas e estudantes muito motivados, muito entusiasmados, muito competentes e também reencontro aqui a ambição científica positiva que eu conheci na França nos anos 1980-1990. O único risco, a meu ver, seria de ver a sociologia se

dividir, como eu vejo às vezes na Europa, entre um pólo teórico puro (sem empiria) e um pólo sociológico empírico sem ambição teórica. É preciso conjugar os dois durante toda a formação dos estudantes e levá-los a produzir teses sobre assuntos empiricamente fundamentados e delimitados. Eu estou convencido de que entre os jovens sociólogos atualmente no mestrado ou no doutorado sairão autores importantes que farão parte do futuro da ordem sociológica mundial.

Entrevista com Paulo Tavares

por Aline Y. Hasegawa e Chico Caminati

Paulo Tavares é um arquiteto e urbanista brasileiro formado pela UNICAMP. Desde 2008 vive entre São Paulo e Londres, onde realizou um estudo sobre o ar¹ – as implicações epistemológicas da mediação técnica de sua gestão geopolítica – junto ao programa de Mestrado em Arquitetura do Centro de Pesquisa em Arquitetura (CPA), Goldsmiths - Universidade de Londres. *Atualmente está na fase final de elaboração de uma tese sobre conflitos territoriais/ecológicos na Amazônia, também sendo realizada no CPA, com apoio da CAPES. Lecionou na escola de arquitetura da London Metropolitan University, e desde 2008 é professor do programa de mestrado em arquitetura do CPA. Seus textos foram publicados em diversos meios em diferentes países, incluindo Piseagrama² e Outras Palavras³ (Brasil), Nada (Portugal), Alfabeta2 (Italia), Cabinet Magazine (EUA), entre outras. Seu último projeto, intitulado “Direitos não-humanos”, está em exibição na exposição Animismo, Casa das Culturas do Mundo, Berlim⁴.*

Durante esses anos fora do Brasil, realizou diversas viagens de pesquisa de campo para o Equador, Peru, Egito, Palestina, Israel e Guatemala. No Brasil, esteve em Altamira-PA percorrendo trechos da transamazônica até chegar na região da construção de Belo Monte. No Pará esteve também em Santarém. Foi a Rio Branco-AC e de lá cruzou a fronteira Acre-Peru, seguindo a nova ligação rodoviária conhecida como Transoceânica, onde conheceu a realidade de alguns garimpos peruanos. E, em algumas dessas ocasiões, indo ou vindo, passou também por Brasília, entreposto privilegiado para qualquer trajeto direcionado à fronteira Oeste, e que talvez seja o maior símbolo da relação entre modernidade e colonialidade que sua pesquisa articula de maneira instigante não só para uma História da Arquitetura e do Urbanismo, mas também para a Sociologia e demais Ciências Sociais.

Em setembro de 2011, durante passagem pelo Brasil, e entre uma viagem e outra, Paulo Tavares esteve na UFSCar participando do primeiro seminário “Áskesis Convida”, onde realizou uma apresentação intitulada “Aprendendo com a Amazônia”. Na ocasião de sua passagem por São Carlos iniciamos esta entrevista, que acabou sendo concluída através de e-mail, entre uma viagem e outra.

1 General Essay on Air. Disponível em: <<http://www.paulotavares.net/air/>>. Acesso em: jan. 2012

2 Rádio-práticas e a ocupação do espectro urbano. Disponível em: <<http://piseagrama.org/artigo/150/radio-praticas-e-a-ocupacao-do-espectro-urbano/>>. Acesso em: dez. 2011.

3 Petróleo e batalha jurídica internacional na Amazônia. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/03/30/lago-agrio-batalha-juridica-global/>>. Acesso em: fev. 2012.

4 Animism. Disponível em: <http://www.hkw.de/en/programm/2012/animismus/animismus_68723.php> Acesso em: fev. 2012.



Imagem 1: Garimpo no Peru. Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Tavares

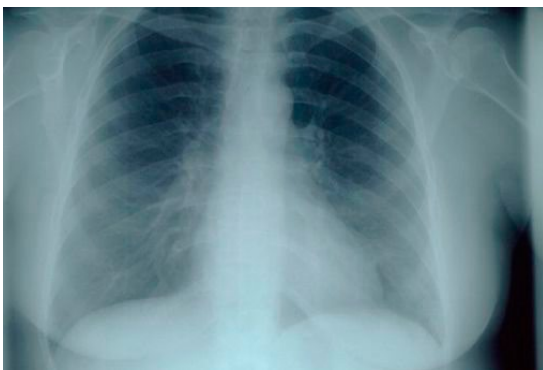


Imagem 2: Pulmão escaneado na borda. Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Tavares.

Áskesis – Paulo, conte como você chegou na Inglaterra? Quais foram as experiências que você considera que foram cruciais para a sua pesquisa atualmente? Gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória acadêmica no Brasil e depois na Inglaterra, e como você começou a estudar a questão da Amazônia? Além disso, quais são as dificuldades de fazer um doutorado fora do país?

Paulo Tavares - Eu cheguei na Inglaterra de avião. Desci em Heathrow, o maior e principal aeroporto da ilha, que fica a 20 km do centro de Londres. Heathrow é uma das bordas mais policiadas, mais vigiadas, mais controladas e difíceis de se penetrar em toda a *Eurozone*. Antes de cruzar a fronteira internacional efetivamente, levaram-me para um sala fechada, conectada por um grande corredor a uma série de outras salas. Este espaço fica dentro do aeroporto, mas sem nenhuma comunicação visual com o resto do conjunto. Dentro desta sala, uma senhora vestida de branco e azul como se fosse uma enfermeira, ou talvez uma cientista ou algo assim, com um uniforme que não era policial mas lembrava mais um ambiente médico ou laboratorial, pediu para eu despir minha camisa e fez chapas radiográficas do meu pulmão. Em certo sentido, este conjunto de salas parece funcionar como uma espécie de ‘espaço hospitalar’ encravado dentro do complexo aeroportuário. Como venho do Brasil, um país que, como a maioria dos países do terceiro mundo não erradicou a tuberculose, o raio X era essencial para confirmar que eu não trazia nada dentro do meu corpo que pudesse reintroduzir um elemento que foi completamente banido do território do Reino Unido. É um procedimento praxe, comum

à maioria dos imigrantes que vivem no sul do globo, e que, tirando algum constrangimento, desconforto e sensação de violação, é, na verdade, pouco violento.

Do ponto de vista geopolítico-jurídico, esta sala hospitalar é uma espécie de limbo territorial legal: ela não está nem dentro nem fora da Inglaterra. Na verdade, ela está precisamente na fronteira, ela é a fronteira. É como se as linhas fictícias que demarcam as divisões entre diferentes soberanias num mapa ganhassem uma espessura espacial, topográfica, tornando-se um espaço em si mesma. Neste lugar, que é ao mesmo tempo um não lugar, o sujeito encontra-se dentro de uma espécie de cordão sanitário que funciona como um filtro: certas coisas podem passar outras coisas não podem. Há um fino controle do que pode estar dentro e do que deve ser excluído; impõe-se um certo regime de mobilidade, controle de fluxos e movimentos que, em acordo com uma lógica policial, deve barrar ou deixar entrar certos elementos. Isso inclui não apenas indivíduos, mas todo e qualquer elemento, até mesmo micro-organismos, bactérias etc. É a lógica do *scanning*.

Como eu venho de um campo de pensamento onde o espaço, a dimensão arquitetônica, urbana, geográfica e territorial é fundamental, esta experiência trivial ficou registrada. Ela demonstra a dimensão material do que é conhecido por “Forte Europa” - uma rígida barreira que circunda toda a *Eurozone*. É claro que, comparado com os milhares de migrantes afegãos, os desertados do Paquistão, de Bangladesh, do Iraque ou da África, lugares sob os quais a conotação negativa excludente é muito mais forte do que em relação aos migrantes vindo do Brasil, por exemplo, este episódio não é nada se não uma fração de um cotidiano global muito mais violento. Entretanto, diante de sua pergunta sobre minha experiência na Inglaterra, e sobre como eu havia chegado na ilha, eu creio que este episódio é ilustrativo de uma série de outras coisas que me preocupam. É uma experiência através da qual o sujeito dá-se conta da “materialidade do mapa”, da dimensão espacial de uma barreira, aquilo que numa cartografia é apenas uma linha, mas na realidade trata-se de todo um aparato tecno-espacial, que serve um certo tipo de poder, um certo tipo de regime de governo, uma certa ordem excludente. Logo o meu interesse, pois esta situação revela que a arquitetura, o urbano, o território, o ambiente não são “panos de fundo” sob os quais as relações sociais acontecem, mas são os próprios meios – os *medias* – através dos quais conflitos sócio-políticos desdobram-se, e este entendimento do espaço como meio – como *media* – de conflito é essencial para meu trabalho. Neste sentido, a sociologia, que acho que é o que interessa seu leitor, me parece muito problemática, porque geralmente entende o ‘social’ como completamente destacado e separado do espaço.

No mais, como qualquer estudante aqui ou acolá, minha experiência pessoal, minhas dificuldades, são as mesmas de qualquer um, e não creio que sejam matéria boa para essa entrevista. Tampouco creio que minha trajetória acadêmica seja interessante para seu leitor. A outra pergunta, sobre como comecei a me interessar e estudar a Amazônia, me parece mais relevante, porque vai além da minha subjetividade privada.

Comecei a me interessar pela Amazônia a partir de um desconforto com a ausência da Amazônia dentro da historiografia da arquitetura e do urbanismo. Além da antropologia, que no mais das vezes não demonstra muito interesse ou reflexão sobre o espaço, a historiografia do território Amazônico é em larga medida narrada desde um ponto de vista do ‘pensamento de Estado’. Grande parte da geografia e história territorial da Amazônia, não apenas no Brasil mas também em outros países da América Latina, não é nada mais que a história da formação do Estado e da consolidação de um aparato de estado em escala territorial. Ocupação do território, modernidade e desenvolvimento são ideias tratadas como orgânicas entre si, como se fossem parte do mesmo processo e necessárias entre si. Do meu ponto de vista, tratar estes elementos

como homólogos é uma ilusão ideológica (para não dizer uma falha teórica/conceitual).

Na realidade, eu creio que há uma dimensão intrínseca na formação do Estado-moderno brasileiro, e de maneira geral nos chamados países 'pós-coloniais', que está intimamente ligada à um processo de colonização. Repare que não estou falando de colonização como um período histórico, pré independência, mas sim como espécie de relação que se estabelece com o território/população e que, no meu entender, é estruturante de nossa modernidade. No limite, este processo assume as formas mais violentas que estão implícitas neste tipo de regime colonial. Entretanto, entre nós, a colonialidade foi algo totalmente positivado, e tal violência é, no mais das vezes, obliterada em nome de um tipo suspeito de nacionalismo que nada mais é do que a própria projeção do poder do aparelho de Estado sobre o território. Existe uma dimensão colonial na modernidade, mas que, em larga medida, é apagada em nome do *status quo* de uma identidade nacional hegemônica.

Olhar a Amazônia deste ponto de vista revela precisamente tal dimensão colonial presente em nosso processo – conservador – de modernização e de 'formação da sociedade nacional'. O mesmo vale para outros países da América Latina. E, em certa medida, este é o paradoxo contemporâneo da América Latina: desenvolvimento, modernidade e colonialidade. É preciso, portanto, repensar esta relação, tanto historicamente como em suas dimensões contemporâneas.

Áskesis - *Quais disputas você enfrentou para conseguir se inserir no debate e na produção de conhecimento em uma universidade em Londres, ou isso não foi um problema? Em que medida essa experiência lhe fez refletir sobre as disputas no campo intelectual? Ser brasileiro - e latino americano - fez alguma diferença?*

Paulo Tavares - Creio que vocês estão corretos quando apontam que há disputas no campo do saber. Para ligar com o que falávamos à pouco, é possível entender o projeto colonial, por exemplo, como um espécie de 'necro-política', para falar junto com o filósofo sul-africano Achille Mbembe, que não diz respeito somente à eliminação de 'corpos', mas também de um processo que posiciona outros saberes, outras 'epistemologias' como objetos de dominação e, no limite, aniquilação, morte mesmo. Não se trata de um efeito colateral, mas central – é preciso eliminar certos modos de vida e certos modos de conhecimento para que a ocupação territorial e hegemonia cultural seja possível.

De certa maneira, o aparato ocidental de saber foi construído sobre este lógica – eliminar outras formas de saber e de saber-fazer – e, em larga medida, isso continua, ainda que sob uma forma velada e, por assim dizer, 'politicamente correta'. Logo, o que conta ou não como discurso, o que passa ou não passa como visível, o que é percebido apenas como um 'ruído' ou o que é realmente dotado de sentido político, histórico, cultural etc. é um questão de disputa, não apenas no campo intelectual, acadêmico, mas também no campo estético. Portanto, esta é uma questão que, para mim, permeia toda a produção de conhecimento, produção artística, estética e cultural. Para além de Londres. O mesmo vale para São Paulo, por exemplo, ou outros lugares. Em certo sentido, os 'centros modernos' do terceiro mundo reproduzem a mesma necro-lógica colonial segundo a qual Londres foi construída como metrópole global, mas direcionada para suas periferias locais. E o Brasil, em certo sentido, reproduz a mesma lógica em escala regional.

É claro que Londres tem suas peculiaridades, afinal, foi o centro de um dos maiores impérios que observamos na história. E em muitos aspectos Londres ainda acha que ocupa a mesma posição, o mesmo papel, o mesmo espaço que ocupava durante a Pax Britânica, apesar

de toda a pompa imperial victoriana que persiste cheirar à mofo... Londres é, sem dúvida, um lugar riquíssimo do ponto de vista da produção do conhecimento. Há muita gente boa, muita ideia interessante, muita coisa circulando... É uma questão de *grana*, sem dúvida, questão de poder, recursos... em suma, capital simbólico e material. E, obviamente, isso também é um resquício do projeto colonial -- porque o colonialismo demandava um grande aparato de produção de saber sobre as colônias. No caso de Londres, especialmente sobre a África e Ásia. Daí por exemplo você encontrar uma instituição super forte – e hoje considerada de esquerda – chamada “Escola de Estudos Orientais e Africanos”. É uma instituição derivada de um projeto colonial e criada para o projeto colonial. O mesmo pode ser dito para os “estudos de área” que surgiram durante a guerra fria nos EUA, – tipo ‘Latin American Studies’ –, que eram verdadeiras máquinas de gerar conhecimento sobre o terceiro mundo e ainda o são, mas agora já muito mais politizados... por assim dizer. Boa parte dos estudos *gringos* sobre a *sub* América que são lidos nas escolas de sociologia ou de antropologia do Brasil são derivações destes esquemas ‘*area studies*’. E tem muita coisa interessante realmente, mas também uma série de problemas. Voltando à Londres, muita gente do terceiro mundo circula por aqui e trabalha por aqui e produz conhecimento crítico por aqui... é uma coisa bem *cosmopolítica*, no bom sentido da palavra.

Então sim, há disputa sobre formas de se produzir conhecimento etc., mas, na minha opinião isso diz menos respeito a ideia de que há alguma espécie de dificuldade pessoal em se inserir no debate e mais sobre a disputa em torno do que conta ou não como debate, o que passa ou não como discurso, o que torna-se ou não visível. Na verdade, há muito interesse pelo Sul por aqui – daí a lógica colonial do saber/poder, para o qual todo centro de poder está afinado. É impressionante, por exemplo, observar como o Brasil, apesar de ser o país com a maior população negra África, sabe muito pouco da África, ou do Caribe, ou da Ásia etc. Fala-se muito pouco sobre estes países, estuda-se muito pouco suas histórias... nossa academia é obcecada pelos franceses. Em Londres, ao contrário, tem-se tem muito mais informação sobre esses lugares, muito mais interesse, muito mais intercâmbio...

Eu creio que isto seja uma questão crítica, propriamente geopolítica. E se estamos levando a sério um projeto ‘Sul’ como alternativa a séculos de dominação branca ocidental, e pensando o papel do Brasil como ‘projeto devir-menor’ referência para uma ordem global menos desigual, é preciso urgentemente reorientar nosso interesse para além do velho mundo. Digo isso sem nenhum preconceito contra os Europeus e a cultura ocidental, que obviamente produziu e produz coisas super ricas e interessantes... dizer o oposto seria bobagem. Mas é preciso pensar o eixo geopolítico do pensamento, o *geo-locus* de enunciação das questões que realmente interessam e redirecionar o canal de troca e intercâmbio.

No meu entender, não é uma questão de que coisas particulares interessam ao terceiro mundo, e que somente devemos nos voltar a elas, mas, na verdade, questões que são peculiares deste lado do globo interessam a humanidade como tal – são questões universais, e, quando observadas, necessariamente implicam num reposicionamento dos eixos de conexões entre saberes e lugares.

Quanto ao fato de ser latino americano, tirando o preconceito básico, isso na verdade só me ajuda. Há uma empatia imediata entre habitantes do terceiro mundo, migrantes que vieram do sul. Vivemos a mesma experiência. Compartilhamos da colonização, de ditaduras militares enfiadas goela abaixo pelas super potencias da guerra fria, dividimos os mesmos traumas dos ‘ajustes estruturais’ neoliberais via FMI nos anos 80s e 90s. Experiecio isso cotidianamente. Vivo entre turcos, árabes, africanos subsaarianos e ser latino-americano é um passaporte para andar onde quero. Há barreiras, é claro..... como nos aeroportos. Há preconceito e, no limite,

racismo. Percebi tudo isso, mas perto de outros migrantes vindo de outras partes só posso dizer que foi muito pouco... Mas isso é o menos importante, pois na verdade ser *sub* americano traz mais benefícios que dificuldades. Sem mencionar o fato que sou parte da nação corintiana, que é mundialmente reconhecida, fato que me garantiu entrada em muitos lugares. Como por exemplo quando fui visitar um dos campo de refugiados em Ramalah, na Palestina... ser um membro da nação alvinegra me fez imediatamente reconhecido e bem vindo. O futebol é uma língua universal.

Áskesis - *Você falou sobre a formação do Estado moderno brasileiro refletindo a lógica da violência colonial e mesmo de certa forma estendendo-a, prolongando um processo através do outro. A partir daquilo que você acessou em suas pesquisas no Equador e no Peru, de que maneira a experiência dos outros países hispânicos da América do Sul se diferencia e se aproxima da experiência do Brasil? E como podemos aplicar a chave “desenvolvimento, modernidade, colonialidade” para o entendimento dos processos contemporâneos nestes e outros países da nossa região que, sem exagero, aproximam-se de experiências de refundação do Estado moderno, só que agora pluri (e não só) nacional, fundamentadas em conceitos autóctones como o de Pachamama, estamos diante de uma invenção política que quebra a lógica proposta pela chave anterior? Foi esse o motivo de um certo hype entorno da esquerda sul americana informado pela esquerda europeia (continental e inglesa)?*

Paulo Tavares - Eu creio que, em larga medida, pode-se falar de uma história relativamente similar, uma ‘macro-história comum’, por assim dizer, aos países subdesenvolvidos/pós-coloniais em relação ao processo de formação do Estado-nação moderno segundo esta lógica modernidade/colonialidade que formulei logo acima, especialmente sobre a América Latina. Me arriscaria a dizer, a partir deste ponto de vista, que a história do continente sub-americano é uma só, que é única e a mesma. Por isso Galeano pode escrever um épico continental, pois há realmente algo em comum, uma certa experiência histórica partilhada, que eu creio que é válida.

Em certo sentido, em várias áreas e países do continente sub americano, estamos observando um questionamento de tais premissas --- colonialidade/modernidade, e um de seus vetores principais, *el desarrollo*. Vide por exemplo as convulsões políticas dos anos 2000 na Bolívia e no Equador e, em menor escala, no Peru (como por exemplo os eventos que levaram à violência na Curva do Diabo em Baguá em 2009 e que ficaram conhecidos como a Insurgência Amazônica). Há um questionamento da ideia de desenvolvimento/modernidade, e logo, o sentido que estes dois elementos tiveram dentro do ‘prolongamento’ de uma lógica colonial. Eu creio que isso é muito real e possível de se observar em vários níveis, tanto no discursivo e no simbólico quanto na prática, e mesmo na rua. O que não quer dizer que as coisas estejam caminhando para uma “descolonização”, pelo contrário... acabo de voltar do Equador e a impressão é precisamente a oposta. Mas vou deixar este tópico para outro momento. Do outro lado, eu penso que não se pode negar que os movimentos de crítica ao regime neoliberal que foi imposto em escala continental na América Latina que começam a surgir no final dos anos 90 e seguem pelos anos 2000 não tenham colocado estes termos em cheque. Cada vez mais pergunta-se: qual desenvolvimento cara-pálida?

Entretanto, me parece que justamente este ponto ---- *El desarrollo* --- tenha também surgido de forma rejuvenescida. É especialmente o caso do Brasil --- o paradoxo Belo Monte --- mas não só do Brasil. Na verdade, é o caso exemplar do Brasil enquanto o Brasil está sendo projetado como modelo para a região e enquanto avança sua capacidade de intervenção política e

econômica – o que os peruanos e equatorianos chamam de ‘imperial’ – para outras áreas do continente. Há uma certa reativação da noção de desenvolvimento, e do paradigma desenvolvimentista espalhado por toda a região e que se tornou o mote dos tão chamados ‘governos progressistas’. No Brasil isto é muito forte, e o mito de um país em desenvolvimento ainda é hegemônico. No meu entender toda a controvérsia em torno de Belo Monte peca porque esquece que, fundamentalmente, o bloqueio de Kararaô – que foi um bloqueio de um esquema militar desenvolvimentista financiado pelo FMI – representa a memória de uma alternativa ao ‘*desarrollo*’ e, mais do que uma ameaça ao ecossistema ou aos povos que ali vivem, trata-se de uma espécie de memória política, inscrita no ecossistema e na cultura destas populações, que está sendo apagada. Em outros países pode se dizer o mesmo, principalmente no Equador e no Peru.

Nós conhecemos este esquema de desenvolvimento, que fundamentalmente é baseado numa lógica extrativista, que aprofunda nosso papel subalterno na divisão territorial do trabalho e prolonga a violência estrutural da modernidade contra a *Pachamama*. Este esquema violento extrativista é precisamente o que Galeano escreveu em “As Veias Abertas da América Latina”, e que Alberto Acosta chama de “tragédia nacional” no caso do Equador contemporâneo. É fundamentalmente um esquema colonial, ao menos em relação ao território, à natureza. No Equador este paradoxo está à flor da pele, porque o governo está adotando uma postura paternalista com relação aos movimentos sociais financiada pela *grana* proveniente da expansão da fronteira mineradora sobre a Amazônia.

Este tipo de novo discurso desenvolvimentista, que é um discurso progressista, “socialista” ou de uma ‘revolução cidadã’, tende a passar como um discurso anticolonial, mas no fundo eu creio que é legítimo perguntar se de fato estamos rompendo com tal paradigma.

No entanto, eu concordo com vocês: ao menos em discurso, e em lei, há uma espécie de tentativa de reformular a relação entre Estado-território-população que é fascinante. No meu ponto de vista, fascinante precisamente nestes dois aspectos que vocês mencionam: a introdução do conceito de plurinacionalidade, que é uma demanda formulada nos anos 90; e a entrada da *Pachamama* como sujeito de direito, que é uma coisa muito mais recente.

Eu creio que estes dois aspectos são, como vocês mesmos falaram, ‘invenções políticas’ que estão abrindo caminhos para poder se pensar algo novo e diferente, mais justo e mais ético. Veja, por exemplo, a solução liberal democrática para o problema da plurinacionalidade, das múltiplas etnias, da multiculturalidade no Leste Europeu após o colapso da Iugoslávia: ela é chamada “partition” --- a divisão do que era um só território numa série de micro nações, cada qual com sua ‘maioria’ e sua ‘minorias’ étnica religiosa. Divisão, segmentação, ao invés da pluralidade. Isto é o que é chamado de ‘Balkanização’ no jargão da ciência política. No jargão liberal democrático ocidental, isto é chamado ‘multi culturalismo’. No meu entender, este foi o processo chave para a introdução do neoliberalismo nestes lugares e certa eliminação de qualquer possibilidade de um projeto comum, de um projeto de *commons*, do que era a utopia do comunismo em prol de uma lógica individualista privada etc.

Agora compare isso com o conceito de plurinacionalidade elaborado no Equador: Nina Pacari, uma advogada e ativista intimamente ligada ao movimento indígena equatoriano, hoje juíza da corte suprema do Equador, elaborou a ideia de que não se pode pensar as comunidades indígenas como ‘minorias étnicas’, simplesmente porque não é uma questão de números perante uma estatística de estado, mas, na verdade, trata-se de quebrar a falsa homologia – que no limite é fascista – entre os conceitos de nação e de Estado. Não existe relação de sobreposição entre ambos, e, foi justamente a construção de tal sobreposição que desdobrou-

-se nos esquemas mais violentos da modernidade. Quebrar este link entre Estado e Nação é assumir uma série de consequências profundas ao nível político ecológico: por exemplo, cada nação tem uma relação específica com seu território, e é precisamente a particularidade de tal relação entre povo e terra que dá tal qualidade a este povo enquanto nação. Reconhecer tal nação então significa preservar tais relações, e, portanto, estas diferentes formas de lidar/governar o território.

Do ponto de vista do Estado, esta mudança é algo muito difícil de aceitar. Com o multiculturalismo o Estado está relativamente tranquilo: “ok, te damos alguns direitos, alocamos alguma terra, incorporamos alguns costumes e, principalmente, sua imagem, como identidade nacional”, entretanto, o modo como se estabelece e se articula a relação população-território do ponto de vista do governo é relativamente intocada.

A plurinacionalidade traz novas questões, e aqui entro no segundo aspecto da pergunta, a *Pachamama*: em certo sentido, a modernidade foi menos a imposição de uma cultura homogênea e mais a imposição violenta de uma mono-natureza. O conceito de *Pachamama*, ou melhor, a introdução de uma outra natureza no esquema de governo, na lei, na cultura, na maneira de se ver e pensar o mundo quebra com a constituição moderna e exige uma transformação radical de uma série de premissas que, para nós, eram consideradas naturais. Na verdade, e aqui eu discordo do termo ‘autóctone’, mesmo o conceito de *Pachamama* é complicado, porque não consegue abrigar a multiplicidade de naturezas que existe no meio dos povos indígenas do Equador, por exemplo. Eu creio que a presença da *Pacha* representa menos a penetração de uma multiculturalidade dentro da linguagem do aparato de Estado e mais a quebra com a mono-natureza imposta da modernidade. Daí sua força que, na verdade, não é só indígena no meu entender, mas proveniente de um encontro entre ‘cosmologias primitivas’ e outros pensamentos de matriz ocidental moderna, como a ecologia por exemplo, ou mesmo o marxismo. Numa recente conversa com o Luis Macas, um dos protagonistas do movimento indígena do Equador e antigo presidente da CONAIE, ficou muito claro que o discurso sobre a *Pachamama* está totalmente articulado com noções como ‘ecossistemas’, ou ‘ciclos vitais’, ou coisas parecidas que provém da ecologia por exemplo, e, principalmente para Luis, com uma noção do *commons* – de comunidade e igualdade expandida entre social e natural – que faz referência direta ao pensamento de Marx.

Para terminar, eu só gostaria de acrescentar que, diante de suas perguntas, todas muito amplas e complexas, e que na maioria das vezes escapam minha área de ‘expertise’, eu só poderia responder, e assim o fiz, menos como uma voz de autoridade sobre o assunto e mais como alguém que, andando por aí, observa coisas, pessoas e lugares, e faz disso matéria de interesse, de curiosidade e de compromisso político para além de qualquer vínculo acadêmico/profissional. De tal forma que respondo mais como um cidadão ordinário deste mundo grande do que como alguém que realmente tem algo para dizer sobre estes assuntos.



TESES-

EDIS-

SERTA-

ÇÕES



Resumo das teses e dissertações defendidas no PPGS - UFSCar¹

TESES DEFENDIDAS EM 2008

A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo

Autor/a: Rennê Martins Barbalho

Orientador/a: Profa. Dra. Maria da Glória Bonneli

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar a presença feminina nas carreiras jurídicas, de que maneira isto reflete no profissionalismo e qual o impacto causado em carreiras já consolidadas, e hegemonicamente moldadas, numa perspectiva centrada na ortodoxia masculina de fazer e pensar o trabalho. Pretende-se observar as profissões através do suporte analítico da Sociologia das Profissões, que constitui um campo de saber que se propõe a compreender esta forma específica de organização do mundo do trabalho. O objeto de análise está centrado nas carreiras da magistratura e da advocacia, principalmente porque a primeira constitui-se em membros do Poder Judiciário, sendo uma carreira pública com função eminentemente decisória. E, a segunda por ter um caráter mais liberal, aqui no sentido do exercício do trabalho na esfera privada, onde a relação é estabelecida entre o profissional e seu cliente. O recorte espacial é o estado de São Paulo, onde as magistradas(os) e advogadas(os) entrevistados residem e trabalham. Quanto ao recorte temporal privilegiou-se uma análise contemporânea da presença feminina, sem abrir mão de uma pequena abordagem histórica acerca da trajetória profissional das carreiras analisadas. O argumento central é de que as profissionais experimentam uma espécie de dupla barreira em sua trajetória; a primeira estaria relacionada às regras e limites impostos no próprio campo profissional e que diz respeito às formas e condições do exercício de uma profissão, a que estão sujeitos tanto mulheres quanto homens, barreiras que estão inseridas na lógica que constitui o campo, desde a mais essencial, como a obtenção das credenciais depois de concluído o ensino superior, como também o processo de consolidação da expertise; e, por outro lado, experimentam barreiras relacionadas ao gênero. Categoria esta que amplia a intersecção entre o mundo privado, esfera intimamente ligada ao feminino e o mundo público, marca do profissionalismo. A maneira de se apropriar e equacionar as questões relacionadas às barreiras inerentes ao campo ou ao gênero se diferencia conforme a posição ocupada pela profissional, influenciando, também, o fato de exercer um cargo público ou na iniciativa privada. A pesquisa procura demonstrar como tais questões impactam na história profissional de magistrados (as) e advogados (as) na contemporaneidade.

¹ Todos os resumos aqui presentes foram retirados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações: BCo/UFSCar. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tdc_busca/tde-programas.php?PHPSESSID=57cb2cf636e34522cb99f8882495ea90>. Acesso em: jan. 2012

Costurando certo por linhas tortas: um estudo de práticas femininas no interior de igrejas pentecostais

Autor/a: Claudirene Aparecida de Paula Bandini

Orientador/a: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Resumo: A presente pesquisa propõe analisar as práticas de mulheres que buscam transformar suas condições sociais e conquistar novos status no interior das convenções sociais. Por intermédio da análise relacional e histórica da categoria gênero, a pesquisa pretende detectar até que ponto as práticas das mulheres rompem com o sistema patriarcal vigente e até que ponto o reproduzem. Por meio da metodologia da história oral, a pesquisa busca identificar as circunstâncias e os mecanismos de poder que elas utilizam para resistirem às discriminações sociais de raça, classe, idade e gênero. Num contexto históricocultural preciso, o estudo levanta alguns pontos de reflexão a fim de compreender por um lado, o efetivo poder de decisão que elas exercem e identificar os novos espaços e status sociais que conquistaram ao longo do tempo e, por outro lado, a força do discurso religioso sobre a legitimação das relações de poder-subordinação de gênero.

Organizações e espaços da raça no oeste paulista: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)

Autor/a: Flávia Alessandra de Souza Pereira

Orientador/a: Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Resumo: Em Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960) buscamos compreender o perfil e o formato do movimento negro rioclareense, e como esse movimento se relacionou com o poder local em suas reivindicações específicas de raça. Focalizamos os espaços de sociabilidade negra de Rio Claro, dirigindo especial atenção aos processos identitários que moldaram tal sociabilidade, e às demandas que os atores negros endereçaram ao poder local na busca por espaços próprios da raça – ressalte-se, num contexto de ampla maioria branca, profundamente marcado tanto pelo racismo anti-negro a céu aberto, quanto pela impermeabilidade do sistema político local a negros em geral. Foi nesse contexto que o movimento negro local construiu, durante décadas, as bases de sua mobilização coletiva pela tão sonhada “casa própria” – casa esta personificada por suas sedes sociais, finalmente erguidas em fins dos anos 1960. Essa pesquisa foi desenvolvida com apoio das agências FAPESP (para bolsa regular de doutorado) e CAPES (para estágio doutoral no exterior).

Tecendo a política. Itinerários de participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina

Autor/a: Adriana Marcela Bogado

Orientador/a: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Resumo: Esta tese dedica-se ao estudo da participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina contemporânea, a partir da reconstrução de suas trajetórias de vida sob a ótica de suas experiências e memórias. Em um contexto de crise, consequência do modelo neoliberal implementado, os movimentos sociais apresentam-se como espaços fundamentais da luta política e, ao mesmo tempo, de construção de alternativas culturais, sociais, políticas e econômicas. Na relação com essas organizações, os itinerários de participação política se desenrolam e/ou potencializam, contudo, identificamos um processo de invisibilização da participação feminina. Assim, nesta pesquisa, analisamos essa participação com vistas ao entendimento de fatores e práticas que geram exclusão e que favorecem seu desenvolvimento, identificando a existência de limites e as diversas possibilidades para a atuação política de mulheres. Também, situamos essa participação política dentro do universo teórico-metodológico das questões de empoderamento e das relações de gênero, a fim de contribuir para a compreensão da situação das mulheres no atual panorama social, político, econômico e cultural. O trabalho de campo desenvolveu-se junto a participantes e lideranças do Movimiento de Mujeres en Lucha (MML), de General Roca (Río Negro) e Rosario (Santa Fe); dos primeiros piquetes no interior do país, e da Corriente Clasista Combativa (CCC, Zona Norte), na província de Buenos Aires. Utilizando como metodologia de pesquisa a História Oral e a Observação Participante, reconstruímos as trajetórias de vida de seis mulheres que apresentamos na forma de retratos biográficos (portraits) descrevendo os processos de engajamento, o envolvimento atual e as perspectivas futuras, e apontando as articulações com as dimensões familiar, profissional e social. Embora se sentindo “forçadas” a sair para a luta, encontraram nela reconhecimento, fortaleceram suas redes de sociabilidade, se animaram a traçar as próprias vias de empoderamento e continuam aprendendo sobre política na dialética de seus itinerários de vida.

Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: integralismo, etnicidade e os crimes contra o estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945)

Autor/a: Silvia Regina Ackermann

Orientador/a: Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Resumo: Este trabalho focaliza o Estado do Espírito Santo nas décadas de 30 e 40 do século XX e objetiva analisar os conflitos que se situaram no encontro de dois acontecimentos marcantes desse período: a repressão ao integralismo e as consequências da Segunda Guerra Mundial. É importante ressaltar que o Estado do Espírito Santo, assim como outros Estados brasileiros, teve sua história marcada pela imigração europeia no século XIX recebendo, principalmente, imigrantes alemães/pomeranos e italianos. Parte desses imigrantes e descendentes, na década de 30, atuou na Ação Integralista Brasileira (AIB), um partido de extrema direita e com influências do nazifascismo europeu. Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, vários conflitos que imbricaram questões étnicas e a atuação da AIB que, oficialmente, estava proibida de funcionar desde o golpe do Estado Novo, tornaram-se mais visíveis e resultaram em processos criminais. Constata que a AIB teve uma forte atuação no Espírito Santo, especialmente, nas regiões de colonização italiana e alemã/pomerana. Verifica também que conflitos étnicos não se mostraram tão relevantes como se esperava, parecendo que os maiores conflitos estavam marcados por um sentimento nacionalista e por confrontos que ainda tinham a AIB como explicação. Sugere também que, para o governo, as práticas culturais diferenciadas dos imigrantes e descendentes não eram entendidas como tão perigosas do que quando acompanhadas de representatividade econômica e política, caso do Sul do País. Utiliza, como fontes privilegiadas, os processos criminais originados no Estado do Espírito Santo que chegaram ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Analisa também a documentação e fotografias apreendidas pela polícia capixaba dos núcleos da AIB, os ofícios da Secretaria de Educação e Justiça, jornais e revistas, além de entrevistas com moradores do município de Domingos Martins (ES). O recorte temporal efetuado tem início com o Congresso Nacional da AIB em Vitória (1934) e encerra-se com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945).

Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974

Autor/a: Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Orientador/a: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Resumo: Este tese busca realizar uma história social do processo organizacional do movimento sindical rural no Brasil, tendo como foco analítico a Zona da Mata de Pernambuco. Tem por objetivo compreender as práticas instituintes dos movimentos sociais e do movimento sindical rural na região, e o seu processo de formação histórica, organização e consolidação, entre os anos de 1950 a 1974. Para tal, procurou apreender a dinâmica onde se enredam os liames possíveis da trama social e política que fez surgir um processo novo no país a partir dos anos cinquenta do século XX, onde os trabalhadores rurais, como novos atores, entram na cena política em busca de cidadania e inclusão social; e a dinâmica política dos partidos de esquerda interessados e engajados na prática organizacional do homem do campo e suas relações com forças institucionais do Estado e da Igreja. Por fim, discute as práticas instituintes dentro e fora da organização sindical rural no Brasil e, sobretudo, na mata pernambucana, no pós-1964, e suas relações com o Estado autoritário brasileiro e as experiências autoritárias e disciplinadoras produzidas nesta relação, com a versão ideológica de criação de um sindicato dos associados.

Baile do Carmo: festa, movimento negro e política das identidades negras em Araraquara-SP

Autor/a: Valquíria Pereira Tenório

Orientador/a: Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Resumo: Esta pesquisa de doutorado analisa a construção de identidade a partir da festa, um evento lúdico conhecido como Baile do Carmo, realizado pela população negra de Araraquara há mais de 70 anos. É possível por meio de um evento específico discutir a invisibilização dessa população na história local, compreendendo o processo dinâmico de construção e/ou afirmação de identidade negra. Para isso, analiso a maneira como esse evento se constitui ao longo de diversos períodos históricos e de existência do movimento negro brasileiro, apontando suas mudanças e a forma como ele se apresenta na memória coletiva da população negra. Busco ainda entender como a tradição do Baile do Carmo foi (re)criada e qual seu papel na luta contra a discriminação e o racismo. O Baile do Carmo é um meio para se falar das relações entre

negros e brancos em Araraquara, e o estudo dessas relações só foi possível devido ao recolhimento de relatos orais com participantes e não-participantes, negros e brancos, além de um minucioso mergulho na bibliografia acerca da temática étnico-racial.

Mudanças organizacionais e diferenciação social: os trabalhadores da indústria do alumínio primário paraense

Autor/a: Attila Magno e Silva Barbosa

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar em que medida as mudanças organizacionais ocorridas em uma indústria de alumínio primário no município de Barcarena, no Estado do Pará, promove a adesão dos trabalhadores e a diferenciação social entre trabalhadores diretos e terceirizados. Como se sabe, os terceirizados possuem estatuto diferenciado no espaço de trabalho, o que os exclui da rede de benefícios oferecida pelas empresas. Nesse sentido, a sociedade passa a conviver não apenas com a fragilidade presente na relação salarial, mas também com o desmoronamento dos princípios reguladores da sociabilidade entre os trabalhadores. A tese que defendemos é a de que as mudanças organizacionais implantadas a partir da década de 1990 na empresa produzem certa adesão dos trabalhadores diretos ao ideário organizacional da empresa por lhes conferir um sentido de pertença coletiva, mesmo quando se considera a redução dos quadros funcionais promovida pelas reestruturações produtivas. Foram realizadas 15 entrevistas com cada grupo de trabalhadores e duas entrevistas com dirigentes sindicais; também analisamos o acordo coletivo dos trabalhadores diretos com a empresa e os relatórios anuais desta desde o ano de 2003.

Entre rupturas e continuidades : um estudo sobre o processo de re-significação do emprego bancário em um banco público federal

Autor/a: Fernando Ramalho Martins

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: O presente estudo tem como objeto as percepções e significados atribuídos ao emprego bancário público por trabalhadores de um banco federal. Tendo a década de 1990 sido um período de intensas transformações, marcado por fusões, aquisições e privatizações de bancos públicos; intensificação do trabalho por meio da expressiva extinção de postos formais, precarização das relações de trabalho, terceirizações e deterioração do padrão de assalariamento; e ao mesmo tempo de recuperação dos lucros ao final do período, esta pesquisa teve como objetivo investigar e analisar como os trabalhadores do banco estudado percebem o

trabalho bancário após as mudanças decorrentes do processo de reestruturação da década de 1990. O primeiro movimento da investigação foi analisar o impacto desse processo para o setor e para os trabalhadores. Num segundo momento, via análise de documentos disponíveis no Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, buscamos caracterizar os principais fatos e mudanças ocorridos no banco pesquisado durante a década de 1990 e início dos anos 2000. Por fim, realizamos entrevistas semiestruturadas com dois grupos de trabalhadores: o primeiro formado por dez Escriturários, empregados contratados até 1989 que vivenciaram a reestruturação do setor; e o segundo por dez Técnicos Bancários, representantes da nova geração de bancários, cuja contratação se deu após o concurso de 1998. Partimos da hipótese de que as transformações ocorridas no setor na década de 1990 afetaram negativamente o modo como o emprego bancário público é percebido pelos bancários, impactando nos modos de ser e agir do trabalhador. Como segunda hipótese, acreditamos que tal re-significação só pode ser compreendida à luz de um processo de significativas mudanças ideológico-institucionais inerentes ao capitalismo flexível. Assim, constatamos que para a nova geração de bancários a percepção oriunda de uma comparação sincrônica, na qual o emprego aparece como uma alternativa diante de experiências de trabalho temporário, instável ou flexível, parece amoldar a percepção advinda de uma análise diacrônica, que evidencia as perdas históricas do emprego bancário. O crescimento do individualismo, a “bradescalização” das relações, a criação de “castas”, a sedução hierárquica em um contexto de limitadas possibilidades de ascensão profissional e de deterioração da remuneração salarial de base, e a diminuição do envolvimento sindical foram elementos explorados pela análise, a qual revelou que, frente ao que permaneceu e ao que se alterou, a questão da estabilidade figura para ambos os grupos de trabalhadores como elemento central na percepção e significado atribuído ao trabalho. A re-significação do emprego bancário público se caracteriza, assim, como um processo que envolve rupturas e continuidades. As rupturas se revelam na medida em que o significado do trabalho já não mais se sustenta no tripé estabilidade-status-salário e pela atenuação do sentido de pertencimento a uma categoria. As continuidades se expressam na medida em que a estabilidade associada ao emprego mantém e amplia sua importância frente à atual configuração do mundo do trabalho, bem como pela reedição e intensificação de uma tendência já presente no pré-reestruturação representada pela ideia de provisoriedade do emprego bancário.

Refugiados no contexto das mudanças ambientais

Autor/a: Claudia Silvana da Costa

Orientador/a: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio

Resumo: Esta tese tem como objetivo focalizar a construção de um sujeito denominado refugiado ambiental, novo grupo social em formação, constituído a partir de um contexto adverso, ocasionado pelos efeitos deletérios das mudanças climáticas no território de origem que o tornaram inabitável e inviável para sobrevivência. Assim, diferentemente dos demais refugiados que deixam seus países por motivos de perseguição política, étnicoreligiosas, econômicas ou sociais, os refugiados ambientais involuntariamente deixam seu espaço de pertencimento por estarem desterritorializados em razão dos efeitos deletérios provocados pelas mudanças climáticas que estão em processo, inviabilizando determinadas bases territoriais na produção social e identitária dos povos internos. De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), haverá nos próximos anos um aumento significativo do número de refugiados ambientais no planeta, provindos, principalmente, da África e dos pequenos Estados insulares, que, em decorrência da localização geográfica, serão os que apresentam maior vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, sendo, assim, potenciais refugiados ambientais. Deste modo, visando contribuir com a construção de uma problemática maior desse sujeito num contexto em que se mostre necessária a readequação do conceito de refugiado e da constituição de um novo arcabouço jurídico legal que garanta a este grupo condições de um ser humano, tomaremos como exemplo o caso de São Tomé e Príncipe, pequeno Estado insular africano, com o recorte amostral da Ilha de São Tomé, que já se encontra diante dos riscos dos efeitos do clima em seu território e com potenciais refugiados ambientais, proporcionando, com isso, a reflexão para os novos desafios postos à questão dos refugiados ambientais como sujeitos em constituição.

Trajetória e perfil dos adolescentes em conflito com a lei atendidos pelo NAI – São Carlos-SP

Autor/a: Carlos Eduardo Guimarães

Orientador/a: Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso

Resumo: As cidades brasileiras tem apresentado parte da população adolescente em situação de risco social e pessoal e alguns, nessa condição, são autores de atos inflacionais. Cada município, porem, pode ter um fator específico de vulnerabilidade adolescente como também um fator comum ao verificado em outros municípios, bem como um perfil comum ou específico dos tipos de atos inflacionais praticados. Conhecer com maior detalhamento o contexto de uma

população específica e fator fundamental para que sejam implementadas políticas públicas que atendam as demandas da mesma. Em São Carlos há o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) que centraliza as ações das instituições oficiais e extra-oficiais no município e, portanto, um ator importante no campo das políticas públicas para a população em questão. O NAI é uma fonte privilegiada de dados para pesquisas que tenham, como objeto, comportamentos específicos dos adolescentes, pois centraliza as informações sobre os adolescentes que praticaram atos inflacionais. O acesso a esses dados, portanto, pela pesquisa documental, permitiu responder aos seguintes objetivos: i) identificar os atos inflacionais cometidos pelos adolescentes que os levaram a ser atendidos pelo NAI; ii) analisar as mudanças ao longo do tempo (de 2002 a 2008) da frequência desses mesmos atos inflacionais, os dados quantitativos foram organizados por meio do software Statistica. A partir de pesquisa bibliográfica, pode-se (e esse é o terceiro objetivo do trabalho), comparar os resultados obtidos em São Carlos e em outros municípios – São Paulo, Brasília e Ribeirão Preto – e com São Carlos mesmo em períodos anteriores à implantação do NAI. A revisão bibliográfica abordou questões envolvendo relações sociais presentes no universo do adolescente focando as vulnerabilidades que os colocam em situações de risco como a violência, o envolvimento com as drogas, seja de forma ativa ou passiva. Essas pesquisas, e especialmente a documental, deram margem à realização de pesquisa de campo, observação não participante, centrada em entrevista orientada por questionário predefinido e submetido ao Comitê de Ética da UFSCar. As entrevistas permitiram atender um quarto objetivo: identificar os elementos de vulnerabilidade da população adolescente que a levaram a praticar os atos inflacionais e caracterizar os sujeitos entrevistados.

Usinas, colônias e famílias: trajetórias de trabalhadores em uma usina de açúcar (1960-1990)

Autor/a: Marcos Lázaro Prado

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: A gestão da força de trabalho assume diversas configurações. De acordo com contextos histórico-sociais específicos, observa-se o surgimento de diversas estruturas nas quais a relação capital e trabalho é ampliada para além das condições ditas objetivas. Analisamos um desses contextos em uma tradicional usina de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, entre as décadas de 1960 e 1990. Originada a partir de uma fazenda que outrora foi a segunda maior produtora mundial de café, essa usina conservou muitas características daquele período, como a concessão da moradia das antigas “colônias” e a gestão patrimonialista do trabalho, conciliadas com elementos de racionalização da produção e do trabalho. A abordagem daquela conjuntura permite afirmar a existência de uma articulação eficaz de formas tradicionais e modernas, que se estabeleceram nas relações entre usineiros e moradores. De forma específica, constatamos um conjunto de contrapartidas dadas pela empresa às famílias de moradores, no que se refere não apenas à moradia, mas também ao ingresso e crescimento destes dentro dos quadros hierárquicos da empresa. Através da reconstituição histórica da empresa e recuperação das trajetórias das famílias que residiram

em suas moradias, discutiremos este modelo, suas características intrínsecas, assim como as condições que levaram a seu desaparecimento por conta do processo de reestruturação produtiva na década de 1990.

Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente

Autor/a: Dinair Ferreira Machado

Orientador/a: Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso

Resumo: A frequência de jovens em conflito com a lei se configura como um problema social, cuja solução é pensada costumeiramente somente a partir de um processo de educação no âmbito familiar. Na contemporaneidade, essa responsabilidade, porém, passou a ser compartilhada com o Estado. A presente pesquisa teve como objetivo geral conhecer, de acordo com a percepção dos jovens investigados, as disposições e as propriedades que levaram alguns a cometer atos infracionais e outros a não os cometerem. O estudo comparou um grupo de jovens que relatou ter tido conflito com a lei com outros que, na mesma pesquisa, informou o não cometimento de tal conflito, reconstruindo suas trajetórias de vida e seu ambiente de socialização. Esses jovens fizeram parte de uma pesquisa anterior realizada em 2002 no município de Botucatu, pelo Departamento de Saúde Pública da UNESP/Botucatu. As entrevistas no trabalho atual foram realizadas no molde da história de vida com os jovens e com seus respectivos familiares, os quais foram indicados por eles como de maior vínculo afetivo, pai ou mãe. Buscou-se perceber o que diferenciou os dois grupos do ponto de vista de suas propriedades e disposições. É importante ressaltar que as narrativas foram iluminadas pelo distanciamento de oito anos do momento da primeira pesquisa, isto é, o passado foi atualizado e reconstruído segundo as novas experiências. Dos 15 jovens entrevistados, 11 eram do sexo masculino e 4, do feminino; dois estavam presos e um havia sido assassinado, sendo que a história de vida destes foi reconstruída com base no relato dos familiares, mãe ou madrasta. A maioria deles estava trabalhando - 10 - e apenas três não haviam concluído o ensino médio. Dos oito jovens que relataram o conflito na primeira pesquisa, quatro deixaram de tê-lo e quatro continuaram tendo. Desses, um estava preso na época da atual pesquisa e um havia sido assassinado. Dos sete jovens que não relataram o conflito, quatro permaneceram nessa situação e três passaram a tê-lo e um desses encontrava-se preso. As trajetórias de vida dos jovens foram marcadas por situações que, para uns, serviu de proteção e para outros foi fator de vulnerabilidade, como por exemplo: a família, a escola, a religião e os amigos. O que diferenciou as escolhas dos jovens foi o significado dado por eles para as experiências vividas.

Do conhecimento tradicional ao princípio ativo: dilemas sociais da atividade de pesquisa etnofarmacológica

Autor/a: Marcelo Fetz de Almeida

Orientador/a: Prof. Dr. Marcelo Coutinho Vargas

Resumo: A pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas áreas de etnofarmacologia e etnobiologia, guiada por informações terapêuticas levantadas junto as comunidades locais e indígenas, detentoras do conhecimento tradicional, acarreta uma série de disputas e conflitos sociais. Em primeiro lugar, trata-se de uma atividade científica paradoxal, pois a descoberta científica moderna é produzida a partir de um conhecimento não-científico. Esta controversa atividade de pesquisa busca um conhecimento socialmente legitimado através de um processo de padronização epistêmica. Em segundo lugar, embora o emprego de conhecimento tradicional seja uma atividade usual, acessá-lo e utilizá-lo requerem a assinatura de um contrato para a divisão justa e eqüitativa de benefícios e do termo de consentimento livre e esclarecido. Estes dois pré-requisitos jurídicos são, ao mesmo tempo, um novo parâmetro ético na pesquisa científica e uma barreira para a autonomia do campo científico. Neste universo, através da ação política, cientistas e pesquisadores buscam novas estratégias para recuperar a autonomia perdida do campo científico nas áreas de etnofarmacologia e etnobiologia. Assim, esta pesquisa sociológica analisa os conflitos internos entre cientistas no interior do campo científico através do exame das controvérsias sociais no uso de dois modelos distintos de pesquisa, o modelo vertical e o modelo horizontal de pesquisa, bem como examina as disputas sociais externas à atividade científica, especialmente a ação política de cientistas sobre a questão da autonomia. Nesta pesquisa, a questão do acesso, do uso e da repartição justa e eqüitativa de benefícios nos processos de P&D emerge como uma interessante estratégia utilizada por cientistas para legitimar a apropriação do conhecimento tradicional. Como um não-conhecimento, o conhecimento tradicional é transformado pela moderna ciência comercial em uma informação genérica sem significado. Ao mesmo tempo, esta informação tradicional genérica seria passível de ser manipulada e apropriada por multinacionais farmacêuticas através da aplicação de direitos de propriedade intelectual. Finalmente, a apropriação das reivindicações de comunidades tradicionais objetiva legitimar socialmente a controversa atividade científica de etnofarmacólogos, etnobiólogos e indústrias farmacêuticas.

“Raça” e Estado democrático: o debate sociojurídico acerca das políticas de ação afirmativa no Brasil

Autor/a: Priscila Martins Medeiros

Orientador/a: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Resumo: O pertencimento racial é um determinante significativo na estruturação das diferentes formas de desigualdades no Brasil. Essa é uma discussão que se tornou ainda mais intensa com a aprovação de políticas de ação afirmativa em 70 instituições públicas de ensino superior, em todo o Brasil, que estabeleceram medidas focadas para alguns grupos sociais, tais como negros, indígenas, deficientes e oriundos de escolas públicas, para o acesso e permanência no ensino superior. Esse novo cenário deu início a uma verdadeira disputa jurídica entre o Estado, as instituições de Ensino Superior e os indivíduos que se sentiram lesados por tais políticas, além de trazer para o centro da agenda nacional a possibilidade de uma revisão dos princípios democrático-liberais e dos mecanismos de justiça social utilizados no país. Frente a isso, este trabalho teve como objetivo oferecer uma análise sociológica das repercussões no campo jurídico brasileiro pela adoção das Ações Afirmativas no ensino superior, voltadas principalmente para a população negra, a fim de percebermos o posicionamento e os preceitos do Poder Judiciário e de parte dos estudantes que acionaram a justiça contra essas medidas. Constituíram-se em fontes primárias desta pesquisa os acórdãos disponibilizados nos sites dos Tribunais de Justiça Regionais e Estaduais, instrumentos legais e algumas entrevistas. A partir do pressuposto de um deslocamento no tratamento das questões raciais no Brasil desde pelo menos a Constituinte de 1987 – um deslocamento dessas questões do campo político para o jurídico - procuramos observar quais são as perspectivas e as representações de sociedade presentes nos discursos acerca das políticas de Ação Afirmativa. A defesa da mestiçagem enquanto um elemento de igualdade entre os sujeitos e o valor do mérito individual são alguns dos pontos que caracterizam esses discursos aqui analisados.

Ação afirmativa e raça no Brasil: uma análise de enquadramento midiático do debate político contemporâneo sobre a redefinição simbólica da nação

Autor/a: Thais Santos Moya

Orientador/a: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Resumo: A formação do Estado Nacional Brasileiro, assim como outras sociedades que passaram pela experiência da colonização, foi fundamentalmente marcada por um processo de racialização, que resultou em desigualdades estruturais que refletem profundas disparidades socioeconômicas entre a população branca e negra do país. O equacionamento destas desigualdades pauta a agenda nacional há mais de uma década, entretanto a definição de qual perspectiva teórico-política deve conduzir as propostas e práticas que promovam as soluções almejadas, parece estar longe de um consenso nacional. O embate configura-se a partir de duas perspectivas distintas. De um lado estão aqueles que compreendem tais desigualdades e mazelas sociais por uma perspectiva predominantemente econômica, desconsiderando total ou parcialmente as intersecções entre o ser pobre e o ser negro. O prognóstico político decorrente desta concepção baseia-se em políticas de cunho universalista, que quando muito consideram apenas um recorte de pobreza para políticas mais específicas. Do outro lado encontram-se aqueles que entendem tais desigualdades como resultado de um processo de racialização que configurou e consolidou socialmente uma parcela da população como “outra” (ou não-branca) e a alocou em uma posição social de desprestígio, a qual suspendeu a sua humanidade, racionalidade, estética e subjetividade em descrédito. As propostas políticas decorrentes desta perspectiva compreendem a raça como uma categoria de inteligibilidade deste processo, portanto, é considerada essencial para o combate das desigualdades materiais e simbólicas oriundas dele. Este dissenso teórico-político foi evidentemente acentuado com as atuais propostas e execuções de ações afirmativas com crivo racial, apresentadas como uma alternativa possível para sanar as desigualdades aqui vigentes. Este acirramento não se deve apenas pelo caráter particularista da ação afirmativa, mas, sobretudo, pelo uso do critério racial em suas formulações. Esta pesquisa, portanto, analisou sociologicamente, por meio de um esforço teórico e da análise de enquadramento, como a mídia impressa veiculou o atual debate sobre as relações raciais brasileiras, impulsionado pela ação afirmativa com critério racial. Tendo em vista, que consideramos a mídia como importante ‘âncora social’ dentro da problemática, buscamos entender e caracterizar quais são as ‘leituras’ do que é o Brasil vigentes nos instrumentos de análise (revistas e jornais), e, conseqüentemente, perceber quais são os seus prognósticos para as desigualdades estruturais da nação.

A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres: conflitos entredesabrigadas e gestoras de abrigos temporários relacionados às chuvas

Autor/a: Mariana Siena

Orientador/a: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio

Resumo: O aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas, somando-se com a vulnerável inserção territorial dos mais pobres, tem gerado um acréscimo no número de desabrigados em todo o país. Desabrigados são aqueles cujos imóveis de uso domiciliar sofreram danificações e/ou destruição, acarretando a desintegração do espaço privado de convivência. Dentre as ações de Defesa Civil em um desastre, a reabilitação prioritária é a organização de abrigos temporários para populações que ficaram desabrigadas. Numa circunstância em que as Mudanças Climáticas poderão provocar um aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas, a vulnerabilidade de populações empobrecidas tende a crescer. Decorre daí, a necessidade de melhoramento deste serviço público. Diante disso, cabe, como objetivo geral, uma análise sociológica acerca das lógicas pelas quais essa medida de Defesa Civil tem operado coordenando os diversos órgãos e ações prioritárias, como assistência social, saúde e outros. Como objetivo específico, este projeto visa debruçar-se sobre o recorte de gênero, analisando comparativamente os desafios da gestão de abrigo sob a ótica das mulheres na situação de comando e daquelas que se encontram abrigadas. Considera-se que as análises comparativas apresentam relevância na promoção de ajustes em políticas públicas que exigem atuação integrada de diversos órgãos. Espera-se que a pesquisa de base qualitativa – a partir de revisão bibliográfica, documental e de campo, na coleta de relatos orais, observação direta e fotodocumentação – possibilite gerar subsídios para a gestão pública imbricando o tema das emergências com o da promoção da cidadania.

Entre o “instinto” e a “falta de hábito”: a psiquiatrização da sexualidade em Bom-Crioulo (1895)

Autor/a: Oswaldo Alves Lara Neto

Orientador/a: Prof. Dr. Richard Miskolci

Resumo: Um diálogo produtivo marcou a interação entre os literatos e os cientistas adeptos das teorias deterministas no final do século XIX. Partimos da contextualização desse período fundamental para a história da sexualidade nas sociedades modernas para realizar uma leitura analítica do romance Bom-Crioulo (1895) de Adolfo Caminha. Os pressupostos que embasavam os discursos que se consolidaram nesse período respondiam à questão do homoerotismo

como problema social e médico. Nesse trabalho investigamos como uma leitura biopolítica dessas questões na sociedade brasileira foi elaborada no romance de Caminha, como também pelo jurista Francisco José Viveiros de Castro, redefinindo-a de acordo com a especificidade do racismo em relação à “população negra”. A análise correlacionada do dispositivo de sexualidade – em particular o micro-dispositivo de psiquiatrização das “perversões” – e da oposição que ele estabeleceu em relação ao problema da amizade nos permitiu explorar as ambigüidades presentes na narrativa literária de Caminha e nas interpretações de Viveiros de Castro.

A pedagogia do sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”

Autor/a: Fernando de Figueiredo Balieiro

Orientador/a: Prof. Dr. Richard Miskolci

Resumo: A partir de uma abordagem teórica queer, esta dissertação explora a constituição de uma pedagogização do sexo (FOUCAULT, 2007) no contexto brasileiro do final do século XIX. Por meio de uma análise sócio-histórica, parte do romance O Ateneu de Raul Pompéia e suas problemáticas buscando fornecer elementos para a compreensão do crescente disciplinamento da sexualidade infantil voltado para a prevenção de sua suposta vulnerabilidade degenerativa. Acreditava-se que a sexualidade infantil e juvenil estava sob perigo e, devido à sua importância para o futuro da nação, devia ser controlada. O trabalho associa a análise da obra literária à dos demais discursos e práticas sociais vigentes para reconstituir a emergência do dispositivo histórico da sexualidade no Brasil, com especial atenção ao protagonismo médico-higiênico na esfera escolar. Explicita a importância da sexualidade no debate político da época sobre a nação, suas ameaças degenerativas e o papel que se atribuía ao ensino como base constitutiva de uma “coletividade saudável”. Tal ideal apontava para a consolidação de uma sociedade heteronormativa, fundada na naturalização da heterossexualidade e na concomitante patologização das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

As delegadas de polícia de São Paulo: profissão e gênero

Autor/a: Maria Natália Barboza da Silveira

Orientador/a: Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli

Resumo: O objetivo central da pesquisa foi estudar a presença feminina na carreira jurídica de delegado de polícia, que é uma profissão “tradicionalmente” masculina. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados dois focos de análise. No primeiro buscou-se analisar a participação feminina na profissão através de dados estatísticos sobre esse grupo profissio-

nal. E no segundo a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) foi avaliada para que se pudesse verificar se a “reserva de mercado” instaurada por esse órgão contribuiu para um processo de “subalternização” dessas profissionais perante os pares. O trabalho constatou que, se por um lado, a inauguração das DDM’s canalizou mais as mulheres para trabalharem nesses órgãos, por outro, contribuiu para um “aprisionamento” da trajetória profissional delas. Isso porque, para muitas delegadas, o trabalho em uma DDM é considerado um “atrasamento” para a carreira. Foram também analisadas as representações sociais que as DDM’s desenvolveram perante a corporação policial e no interior da profissão de delegado de polícia, e o que mudou na estrutura e na imagem dessas delegacias frente ao grupo profissional. A pesquisa foi realizada na cidade de São Paulo, onde foram estudados os Distritos Policiais e as Delegacias de Defesa da Mulher. O estudo foi realizado de 2007 até 2009. Utilizou-se como metodologia de pesquisa a realização de entrevistas com delegadas e delegados de Delegacias de Defesa da Mulher e de Distritos Policiais, com o intuito de estabelecer uma comparação entre esses órgãos. Ao todo foram realizadas 12 entrevistas, sendo 9 com delegadas e 3 com delegados.

Montagens e desmontagens : vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência

Autor/a: Tiago Duque

Orientador/a: Prof. Dr. Richard Miskolci

Resumo: Esta pesquisa expõe e analisa algumas travestilidades na adolescência a partir de uma rede social da cidade de Campinas/SP. Por meio do referencial teórico da Teoria Queer e de pesquisa etnográfica que envolveu observação, entrevistas face a face e online, pelo MSN e Orkut, foca nos novos processos de travestilidades que têm sido construídos a partir de referenciais identitários diferentes da geração anterior, como a relativização do “estar vestido como mulher 24 horas por dia” e a restrição às aplicações de silicone líquido. Por meio das montagens e desmontagens do que se compreende socialmente como feminino e masculino, estas jovens têm buscado manipular identidades sociais de forma tática ou estratégica. Sob uma perspectiva que historiciza e contextualiza estes sujeitos do desejo em relação à sexualidade e ao gênero, a investigação aponta como suas experiências marcadas pela vergonha e pelo estigma têm encontrado na montagem estratégica uma nova forma de relação com o dispositivo do “armário”. A atenção ao caráter contextual e estratégico de suas identidades privilegia, também, uma compreensão sociológica de suas subjetividades que se efetiva em uma análise preliminar de como estas novas experiências corporais e subjetivas constituem um misto de resistência e inserção em códigos hegemônicos de sexualidade e gênero.

Formação do campo policial na “Princesa do Oeste”: relações de poder e conflitos cotidianos entre elites, populares e a Polícia de São Carlos, 1888 - 1914

Autor/a: Héllen Aparecida Furlas

Orientador/a: Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

Resumo: Neste trabalho buscou-se analisar a formação do campo policial, entre o final do século XIX e início do século XX, utilizando como base um estudo de caso sobre a Polícia e o policiamento da cidade de São Carlos (do Pinhal) entre os anos de 1888 a 1914. Nesse sentido, a presente pesquisa pautou-se em três objetivos básicos: estudar as relações sociais entre a Polícia e a elite local dessa cidade; compreender as relações entre a Polícia Civil e a Força Pública nessa localidade; e como se davam as relações cotidianas entre Polícia e populares (imigrantes e brasileiros pobres) no contexto urbano dessa mesma cidade, nesse período através da análise de inquéritos policiais e processos criminais, correspondências policiais, além da análise de almanaques locais.

Movimento sindical e fábricas cooperativas : experiências no ABC paulista

Autor/a: Raquel Duaibs Aguiar Lorente

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: Esta dissertação tem por objetivo principal analisar a incorporação de cooperativas de produção industrial pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a partir da década de 1990, como forma de atenuação do desemprego. O sindicato passou a apoiar o cooperativismo, focando-se em empresas em crise e em estado falimentar. Ao aderirem às cooperativas, os trabalhadores deixam a condição de assalariados e passam a ser cooperados, situação dúbia entre a condição operária e a de proprietários. Ao apoiar os cooperados, o sindicato avançou no sentido de não mais se limitar a representar apenas àqueles que eram assalariados, ampliando sua área de atuação. Para entender as dubiedades e contradições da condição dos cooperados e da atuação sindical, foram analisadas duas experiências: a primeira, de funcionários de uma metalúrgica em estado falimentar que estão há mais de dois anos negociando judicialmente o pagamento de seus salários e direitos trabalhistas. Neste caso, a proposta de cooperativa feita pelo sindicato não se efetivou. A segunda, uma cooperativa já estabelecida e que funciona há mais de cinco anos. O empreendimento surgiu com o apoio do sindicato após a empresa ter entrado em processo de falência. Com o auxílio jurídico e administrativo do sindicato, os trabalhadores conseguiram se organizar para reerguer a empresa sob o regime de autogestão. Em ambas discute-se a opção de formação da cooperativa pelos trabalhadores e pelos sindicatos, destacando-se os paradoxos e especificidades presentes nessa opção.

Os trabalhadores da indústria de software: flexíveis e precários?

Autor/a: Daniela Ribeiro de Oliveira

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: Tendo em vista a atual crise do trabalho e as diversas formas que o trabalho vem assumindo – precário, informal, parcial, – nosso propósito foi estudar uma nova categoria de trabalhadores, que surge com o desenvolvimento da tecnologia informacional e num contexto de capitalismo “flexível”: os trabalhadores da indústria do software. As características do trabalho em que o conhecimento da linguagem informacional é o que define a qualificação e as possibilidades do profissional no mercado. A esse contexto acrescentam-se as formas atípicas de contrato, como por projeto, por tempo parcial, em home work, temporário, terceirizado e mesmo regular com contratos CLT ou estatutários do funcionalismo público. Realizamos entrevistas semiestruturadas, com 18 trabalhadores, cujos vínculos trabalhistas foram distribuídos da seguinte forma: seis trabalhadores sob regime de CLT, cinco estagiários, um freelance/ trabalhador por conta própria, um PJ – Pessoa Jurídica, três socioempresários e dois servidores públicos – um técnico administrativo e um docente. O lócus da pesquisa foram as cidades de São Carlos e Araraquara, no Estado de São Paulo. Procuramos apreender suas percepções sobre as modalidades de contratos, traçar o perfil de qualificação desses trabalhadores, suas trajetórias de trabalho e compreender os processos de desenvolvimento de software. Além das entrevistas, utilizamos como material de pesquisa consultas feitas a sites especializados na área de TI e desenvolvimento de software, bem como revistas e jornais disponíveis on-line e impressos.

Entre resistências e inserções : a construção da agroecologia na Embrapa

Autor/a: Vanessa Ortiz de Camargo

Orientador/a: Prof. Dr. Thales Hadadd Novaes de Andrade

Resumo: O objetivo desta dissertação consiste em investigar como a agroecologia, abordagem alternativa de agricultura caracterizada por preocupações sócio-ambientais, passa a ser uma perspectiva que se internaliza em instituições públicas de pesquisa voltadas ao setor agropecuário. Analisando o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que historicamente esteve vinculada à modernização agrícola no Brasil, a pesquisa pretende investigar quais as condições da inserção da temática da agroecologia e como se dá o processo de legitimação desta perspectiva. A pesquisa consistiu em um estudo de caso sobre o processo de legitimação institucional da agroecologia na EMBRAPA. Num primeiro momento, analisamos o discurso oficial da empresa, a posição institucional, definida nos documentos publicados, relativa ao tema. Um segundo passo da análise buscou verificar como esse processo se traduz no nível das práticas cotidianas dos agentes. Para tanto, foram realizadas entrevistas

com técnicos e pesquisadores da unidade descentralizada Embrapa Meio Ambiente, localizada em Jaguariúna-SP. Entendendo a Embrapa Meio Ambiente como um campo de disposições em disputa, onde os agentes concorrem para a acumulação de capital específico, mostramos que a temática ambiental e, em especial, o debate agroecológico, introduzem elementos novos e estabelecem dinâmicas conflitivas. A perspectiva agroecológica toma um lugar marginal, ou dominado no campo, em relação à agricultura convencional e, assim, os agentes defensores da agroecologia procuram lançar mão de diversas estratégias, buscando afirmar seu ponto de vista e seu entendimento de ciência. Se por um lado os movimentos sociais buscam intervir na empresa inserindo novas perspectivas, por outro, a instituição lança mão de uma série de dispositivos para acomodar novas práticas às suas rotinas.

República Pau-Brasil : política e literatura no modernismo de Oswald de Andrade

Autor/a: Giordano Barbin Bertelli

Orientador/a: Profa. Dra. Tânia Pellegrini

Resumo: Este trabalho trata das relações entre política e literatura, no modernismo de Oswald de Andrade, investigadas, predominantemente, através da leitura do Manifesto da Poesia Pau-Brasil, do Manifesto Antropófago e do livro de poemas Pau-Brasil. Analisamos tais relações mediante o enfoque do imbricamento entre campo literário e campo político, e da inserção de suas lógicas e agentes no processo de diversificação sócio-cultural ligado à expansão cafeeira. Temos por objetivo explicitar os aspectos ambíguos de cumplicidade, colaboração e dissidência que as proposições e realizações da estética oswaldiana apresentaram, em relação aos esforços de elaboração de uma épica para São Paulo. Levada a efeito pelos grupos letrados e dirigentes da elite paulista, a épica bandeirante visava a construção de uma ordem sócio-simbólica, que revestisse de distinção sua hegemonia e neutralizasse as ameaças advindas da alteridade cultural dos grupos sociais oriundos do processo de transformações que então atravessavam o espaço social da capital paulista. Neste campo de forças, o modernismo de Oswald se afigura como uma força simbólica nutrida social e subjetivamente dos conflitos que compuseram suas condições de emergência.

Mobilidade ascendente, identidade e estilos de vida do negro (a) no interior paulista: o caso de São Carlos e Araraquara

Autor/a: Thais Joi Martins

Orientador/a: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Resumo: Este trabalho tem como foco trazer algumas reflexões sobre a identidade e a trajetória de alguns profissionais liberais e empresários negros do Oeste Paulista. O objetivo é saber como estes negros (as) traçam suas trajetórias e estilos de vida e significam e resignificam as suas identidades ao alcançarem cargos e posições importantes no mercado de trabalho, ou seja, quando adquirem uma mobilidade social e econômica ascendente. Desta forma, o estudo contará primeiramente com uma revisão bibliográfica parcial sobre as temáticas supracitadas e, posteriormente, com uma descrição analítica dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com sujeitos da pesquisa dos municípios de São Carlos e Araraquara. Terá também como objetivo específico fazer uma análise qualitativa com o propósito de se obter resultados mais precisos para a reflexão de forma não conclusiva sobre a construção da identidade e a inserção do negro (a) em uma posição não típica, para este grupo, no mercado de trabalho brasileiro.

A sonoridade híbrida de Hermeto Pascoal e a indústria cultural

Autor/a: Camila Perez da Silva

Orientador/a: Profa. Dra. Tânia Pellegrini

Resumo: A presente pesquisa aborda a sonoridade híbrida desenvolvida pelo músico brasileiro Hermeto Pascoal, com o intuito de entender as influências da racionalidade técnica difundida pela indústria cultural, assim como as possibilidades de resistência frente à lógica de padronização desse sistema. O desenvolvimento de um estilo próprio de composição e a adoção de estratégias específicas para a divulgação das criações de Hermeto auxilia na compreensão da dialética entre a autonomia do sujeito e a homogeneização estética da indústria cultural, e de como a própria tradição e riqueza artesanal da música brasileira, especialmente a instrumental popular, em alguns aspectos, não se oferece como um campo dócil à dominação econômica desse sistema.

Italianos em formação. (São Carlos, 1882-1914)

Autor/a: Sílvia Maria Mazutti

Orientador/a: Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

Resumo: Este trabalho teve por objetivo estudar a maneira como os italianos interagiam entre si e entre as diversas etnias que habitavam o município de São Carlos nos anos de 1882 a 1914. Para isso, foram utilizados processos criminais da época e que envolviam esses imigrantes provenientes das regiões: meridional, centro e setentrional da Itália em situações conflituosas. Através da análise desses processos criminais nota-se como era o cotidiano desses imigrantes, a interação entre eles e as relações de conflito entre os vários grupos étnicos que também habitavam o município de São Carlos. Esta pesquisa teve o propósito de analisar como se deram as relações entre os italianos entre si e como suas diferenças regionais foram se dissipando ao longo dos anos, formando, assim uma identidade: a identidade italiana. E também, como esses italianos se integraram na sociedade de São Carlos ao longo dos anos.

Os rabidantes do Mercado de Sucupira : informalidade redes sociais e gênero

Autor/a: Jovenal Neves Gonçalves

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: O crescimento em Cabo Verde do comércio informal, constituído majoritariamente por mulheres, está na base da escolha do objeto de estudo deste trabalho. A pesquisa buscou analisar as mulheres no comércio informal no mercado de Sucupira, na cidade de Praia, Ilha de Santiago em Cabo Verde. São conhecidas como “rabidantes”, que pode ser traduzido como “comerciantes informais” e sua atividade inclui viagens constantes ao Brasil, Portugal e África do Sul na compra de mercadorias a serem revendidas no mercado. O objetivo fundamental consistiu em verificar como desenvolvem suas atividades, a importância das redes sociais e familiares, a problemática do gênero e o processo de mobilidade social que representam numa economia, marcada pela importação da maioria dos bens consumidos pela população. A pesquisa empírica de caráter qualitativo foi desenvolvida durante os anos de 2006 e 2007. Os dados foram obtidos por meio de observação direta, entrevistas semi-estruturadas e diário de campo.

A família no processo de construção social de mercados: uma análise da constituição moral do trabalho livre na economia cafeeira de São Carlos

Autor/a: Rogério de Palma

Orientador/a: Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

Resumo: As relações familiares adquiriram fundamental importância no processo de trabalho da economia cafeeira do “novo” oeste paulista, mas ainda não é conhecido um estudo sistemático sobre como elas atuaram na inserção ocupacional de italianos e brasileiros negros. Através da consulta a um recenseamento municipal e a inquéritos policiais, o presente trabalho possui como propósito a análise da configuração familiar e das percepções acerca da família entre italianos e brasileiros negros situados nos latifúndios cafeeiros de São Carlos durante a virada do século XIX para o século XX. Baseando-se na idéia segundo a qual os mercados são construções sociais, procurou-se auxiliar na compreensão da formação histórica do mercado de trabalho livre em questão. Em um primeiro momento, percebeu-se, por meio do exame de dados referentes à configuração familiar de negros e italianos, o exercício de maior controle, por parte dos italianos, para a permanência de filhos casados no núcleo familiar. Tal fato pode demonstrar que eles possuíam um projeto familiar mais consolidado em torno do colonato. Conseguiu-se também delimitar pressupostos morais semelhantes nos discursos de ambas as categorias estudadas. Ficou evidente, entretanto, o fato de a experiência em torno desses pressupostos ser bem distinta entre eles. O processo de racialização do período abordado relegou aos negros uma representação contrária a da moralidade familiar tida como condizente ao mercado de trabalho livre. Acredita-se que, juntamente com a maior consolidação do colonato enquanto “projeto familiar” entre os italianos, este pré-conceito para com a moralidade familiar dos afro-descendentes é fundamental para se explicar o posicionamento desta categoria social no mercado de trabalho livre da economia cafeeira de São Carlos.

Desafios de gestão de abrigos temporários: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas

Autor/a: Victor Marchezini

Orientador/a: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio

Resumo: Da interação entre um fenômeno natural – como as chuvas – e uma dada organização social, pode ocorrer uma quantidade de danos ambientais, materiais e humanos, configurando – dependendo da intensidade desses danos – um desastre. Os danos humanos são aqueles que têm demandado mais ações das políticas públicas de proteção civil, sobretudo as famílias que ficam desabrigadas. Estas se caracterizam como aquelas que tiveram o território de suas casas danificado ou destruído ou em área considerada de risco e, pelas medidas de evacuação sob a ordem do Estado, são desterritorializadas de suas moradias. Por não disporem de condições financeiras para prover uma habitação temporária ou de apoio de parentes ou amigos para conseguir alojamento, têm que recorrer aos abrigos temporários estruturados pelo Estado. Os abrigos são organizados a partir da adaptação de determinadas infra-estruturas como escolas públicas, ginásios, centros de exposições, nas quais as famílias tentarão reproduzir um território associado às práticas do mundo privado da casa, tentativa esta que será balizada a partir da relação que as famílias estabelecem entre si e com os coordenadores de abrigos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi descrever e analisar sociologicamente como, a partir desse processo de perda do território da casa, as famílias tentam produzir suas práticas associadas ao mundo privado nos abrigos temporários para desabrigados em contextos de desastres relacionados às chuvas. Os procedimentos metodológicos para realização deste estudo tiveram como base: a revisão do estado da arte, a pesquisa documental e a pesquisa de campo de base qualitativa. A partir das contribuições da Sociologia, os desastres podem ser compreendidos como processos em que subjaz uma produção simbólica sempre construída por agentes em disputa pelo monopólio da visão oficial. E nessas relações de poder entre eles, os abrigos temporários são deixados na invisibilidade, constituindo-se como novos aglomerados humanos de exclusão (cf. HAESBAERT, 2004), uma forma de desterritorialização extrema que sinaliza as múltiplas desterritorializações que as famílias passam a viver de forma acentuada, como um sofrimento social.

Autogestão, Economia Solidária e gênero : as trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São Carlos

Autor/a: Aline Suelen Pires

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: Desde o final do século XIX, quando surgiram e começaram a se popularizar, as cooperativas vêm gerando debates importantes. A partir da década de 70, com a crise do modelo

fordista de produção e a reestruturação produtiva em todo o mundo, com o aumento do desemprego e a perda de direitos sociais vinculados a relações de assalariamento, o cooperativismo ressurgiu dinamizado agora como proposta alternativa de uma “outra economia” dentro do capitalismo e como possível superação. Analisamos aqui a percepção das trabalhadoras(es) em empreendimentos cooperativos considerados dentro da Economia Solidária. Buscou-se verificar como as(os) trabalhadoras(es) cooperadas(os) compreendem o significado da autogestão, em que medida interiorizam o ideário solidário proposto pelo movimento da Economia Solidária. Junto com isso, nos propusemos a analisar as relações de gênero nas cooperativas formadas majoritariamente por mulheres, e se de fato o envolvimento com a proposta implicou em mudanças no cotidiano do trabalho e na vida doméstica. Foram entrevistadas(os) trabalhadoras(es) participantes de projetos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos. A pesquisa estudou três cooperativas da cidade de São Carlos utilizando as técnicas de entrevista e observação. Os resultados apontam para um descompasso entre as práticas efetivas e as propostas do movimento, o que indica o caráter “em construção” da Economia Solidária no Brasil. As relações de gênero não sofreram alterações, mantendo-se tal e qual em empresas comuns.

Internacionalização do saber jurídico e redes profissionais locais: um estudo sobre justiça restaurativa em São Carlos-SP e São Caetano do Sul-SP

Autor/a: Juliana Tonche

Orientador/a: Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli

Resumo: O objetivo central do trabalho é realizar uma análise sociológica que contemple o processo de articulação entre a internacionalização do saber jurídico, aqui representada pela justiça restaurativa, e redes profissionais locais em dois municípios paulistas: São Carlos e São Caetano do Sul. Na primeira cidade foi verificada uma perda de interesse pela justiça restaurativa concomitante a uma configuração local de disputas políticas em torno do campo dos adolescentes em conflito com a lei. Já a segunda cidade se constituiu numa das três regiões do país em que se estabeleceu um programa piloto de mediação nos moldes do tipo de resolução informal de conflitos em questão. A partir de uma revisão bibliográfica com base na área da sociologia das profissões, discute-se como essa proposta de mediação alternativa que tem tido destaque no meio jurídico vem sendo tratada mais especificamente no âmbito das profissões do Direito, assumindo que existem resistências ao modelo, nesse campo, como foi captado pela pesquisa. As objeções podem ser de diferentes tipos, mas no geral constroem uma imagem de divergência existente entre a justiça restaurativa e a expertise dos grupos profissionais. Para investigar que motivos levaram as duas localidades a apresentarem resultados diferentes em relação à agenda global da justiça restaurativa, foram feitos estudos de caso sob uma abordagem qualitativa, contando com a realização de entrevistas e presença em círculos restaurativos em São Caetano do Sul. Pretendeu-se identificar, dessa maneira, além

das diferentes formas pelas quais a justiça restaurativa veio a se inserir nos dois lugares, quais são as especificidades das redes profissionais envolvidas e quem são os agentes que se ligam a rede importadora da pauta, levando em consideração as implicações que as distâncias das redes profissionais em relação aos centros de troca de expertise profissional podem assumir no contexto. Essa distância, que não é de caráter geográfico, pode ser traduzida em questões de inserção ou acesso às redes ou pessoas das redes mais próximas dos centros de troca de saber especializado.

A nação e seus outros: uma leitura subalterna de Os Sertões de Euclides da Cunha

Autor/a: Talita Cristina Pimentel

Orientador/a: Prof. Dr. Richard Miskolci

Resumo: O presente trabalho apresenta uma leitura subalterna de “Os Sertões” de Euclides da Cunha informada também por fontes do pensamento social brasileiro e da incursão nos arquivos históricos sobre o episódio de Canudos. Este cristalizou um verdadeiro pânico moral no início da República. Euclides da Cunha relatou a revolta de Canudos como um choque entre raças em que a miscigenação ganhou um recorte histórico fincado na divisão binária da sociedade brasileira em caboclos x mulatos (ou interior x litoral). Sublinha-se o pânico moral que tomou conta da sociedade brasileira com relação à mistura racial entre brancos e negros e o temor de que a vida nas cidades seria uma ameaça degenerativa para nossa nacionalidade. A partir dessa divisão racial da sociedade estabelecida por Euclides - e endossada por intelectuais, políticos e artistas na consolidação da República - o sertão e sua gente se consagram como o “lugar” e os “sujeitos” de uma nacionalidade genuína. Isto permitiu, também, que se estabelecessem os outros, os indesejáveis na formação da nacionalidade brasileira.

Reforma sanitária e política paulista: as relações entre o processo de profissionalização dos médicos de São Paulo e políticas de saúde do governo estadual de Adhemar de Barros (1947-1951)

Autor/a: Fabio de Oliveira Almeida

Orientador/a: Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli

Resumo: Esta pesquisa investiga, no Estado de São Paulo, as relações entre o processo de profissionalização dos médicos paulistas e o fenômeno de liderança política do adhemarismo, que foi muito influente sobre a dinâmica política da era populista brasileira (1930-64). Em seus mandatos como chefe do executivo paulista, Adhemar Pereira de Barros empreendeu

políticas de saúde que interferiram no processo de profissionalização dessa carreira em São Paulo. Em especial, tratamos da organização da Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social, realização do segundo mandato de Adhemar de Barros como governador (1947-1951). Assim, a pesquisa avalia as conexões entre profissionalismo e política em termos das formas como essa profissão relacionou-se com o Estado e quanto as suas injunções diante da política adhemarista. Neste contexto, acreditamos que a ideologia predominante que permeou o grupo médico de São Paulo foi uma mescla entre a ideologia da neutralidade do saber, como base de uma atitude anti-política diante dos custos da política populista do adhemarismo, e uma relativa aproximação, em termos das linhas mais gerais, com a presença maior do Estado na oferta de serviços de saúde, linha que também marcou as políticas adhemaristas. Acreditamos que seria possível entender esse relativo anti-populismo dos médicos paulistas como uma atitude anti-política típica de profissionais que, baseados na neutralidade profissional, estabelecem uma estratégia de relativo distanciamento da política convencional populista, a fim de preservar sua autonomia técnica dos custos do embate político puro (Halliday, 1999). Contudo, de acordo com nossos dados, uma visão representativa da medicina paulista sobre a necessidade de maior participação do Estado na oferta de serviços de saúde, colocou-a numa posição ambivalente frente à tendência de maior presença estatal na área da saúde das políticas adhemaristas. Além disso, entendemos que o processo de interiorização das organizações político-administrativas de saúde adhemaristas contribuiu para a consolidação política e institucional da Associação Paulista de Medicina, servindo de base para a organização coletiva dos médicos paulistas em nível estadual. Embora os médicos fossem favoráveis a maior presença do Estado na oferta de serviços de saúde, direção seguida pelas políticas adhemaristas, enfrentaram dificuldades oriundas da considerável politização das organizações estatais de saúde paulistas. Mas, como pudemos observar, essa defesa do protagonismo estatal indica uma linha de continuidade no pensamento médico paulista entre a Primeira República e o Pós-Guerra, já que também os médicos sanitaristas do primeiro período republicano entendiam que o Estado deveria assumir uma posição central na oferta de serviços de saúde. Aliás, essa posição aponta para uma atitude de relativa abertura da profissão médica paulista às necessidades e demandas sóciopolíticas substantivas: trata-se de uma postura ideológica que aproxima a política da profissão às demandas de caráter social da política convencional. Com efeito, esse dado revela como a profissão médica paulista, nas décadas de 1940-50, já possuía uma composição social mais aberta e diversificada, pois esta preocupação com os desdobramentos sócio-políticos substantivos da medicina aponta para uma posição que não se refere meramente a uma elite profissional atenta às suas necessidades particulares de inserção no conjunto dos grupos dominantes ou no jogo sócio-político típico de elites. Acreditamos que seria possível afirmar que a profissão médica de São Paulo, no período analisado, já vinha incorporando há algum tempo grupos sociais não oriundos de setores de elite, o que, em nossa visão, aponta no sentido da crescente incorporação de grupos de classes médias, os quais já haviam diversificado suficientemente a composição interna da medicina de São Paulo, permitindo uma preocupação e mobilização dos médicos como grupo profissional com ideologia e interesses próprios, cada vez mais definidos profissionalmente, e menos a partir dos condicionamentos ligados à estrutura de classes e à inserção da elite da profissão no conjunto das classes dominantes.

A figura da mulher na linguagem da propaganda: implicações sociais

Autor/a: Débora Mendes Campos

Orientador/a: Profa. Dra. Tânia Pellegrini

Resumo: Este trabalho trata da utilização da imagem de corpos femininos na publicidade, com base na análise de um conjunto representativo de peças publicitárias transmitidas pela televisão aberta brasileira. Partindo de uma perspectiva macro-sociológica baseada na teoria crítica de Adorno e Horkheimer (1985), além de outros autores que com eles dialogam, buscou-se compreender os pressupostos estruturais subjacentes às mensagens publicitárias. Identificou-se que a ordem social androcêntrica nelas predomina, sobretudo calcada em imagens ligadas ao erotismo, usado como veículo das organizações contemporâneas ligadas à produção, veiculação e recepção de cultura, de que a propaganda é a linguagem por excelência. Nesses moldes, a ordem social hegemônica é por ela ressignificada e desdobrada, na medida em que, ao veicular estereótipos femininos e masculinos, a publicidade cria modelos de projeção e identificação, ou seja, padrões de comportamentos a serem internalizados, tornando-se um veículo privilegiado da ideologia de gênero.

Recepção das imagens da periferia no cinema brasileiro contemporâneo por alunos de uma escola pública na periferia da cidade de São Carlos

Autor/a: Paulo Roberto da Costa

Orientador/a: Profa. Dra. Tânia Pellegrini

Resumo: Nos últimos anos, o cinema brasileiro retomou sua tradição de levar para as telas imagens das periferias das cidades do país. Esse fato tem suscitado várias discussões em torno dos sentidos produzidos pelas imagens e narrativas que integram essas obras cinematográficas. Contudo, tão importante quanto analisar as narrativas imagéticas do cinema brasileiro recente, é a compreensão de como os indivíduos tem recebido e interagido com essas representações das periferias, sobretudo os que nelas vivem. Também é importante analisar se nesse processo de recepção ocorre identificação dos sujeitos concretos com aqueles personagens, ou situações, vistos na tela e, se caso isso ocorra, como essa interfere no cotidiano desses sujeitos. Para tanto, esse texto visa analisar a recepção dessas imagens do cinema brasileiro contemporâneo a partir da interação com jovens estudantes de uma escola da periferia da cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo. Além disso, foram pesquisadas as significações construídas a partir dessas mesmas imagens, bem como seus usos no cotidiano.

Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto - SP

Autor/a: José Cláudio Gonçalves

Orientador/a: Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

Resumo: A questão do desenvolvimento rural vem sendo discutida por diferentes agências e agentes, governamentais ou não, que direcionam os debates para a convergência entre as questões agrícola, agrária e ambiental. Nesta abordagem, a conservação e a recomposição dos recursos naturais são consideradas tão importantes quanto a produção agropecuária. No Brasil, esta perspectiva tem colocado os assentamentos de reforma agrária como espaços importantes para a implantação de projetos baseados na sustentabilidade ambiental. O estudo de caso que desenvolvemos num assentamento rural no município de Ribeirão Preto, região Nordeste do Estado de São Paulo, revela que a implantação de projetos dessa natureza acirra os conflitos entre os diferentes agentes e expressa a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais. Confrontando os diferentes discursos e práticas objetivamos compreender no que consiste a sustentabilidade ambiental para o Estado, os movimentos sociais e os trabalhadores rurais assentados.

Travessia de famílias camponesas migrantes nordestinas: entre a morada e o assalariamento

Autor/a: Rafael Aroni

Orientador/a: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Resumo: O objetivo do presente trabalho foi análise dos impactos do processo migratório e assalariamento, impulsionados pela expansão do setor sucroalcooleiro, no Noroeste Paulista, sobre formas de reorganização de núcleos familiares de trabalhadores migrantes. Analisou-se como se reorganizam os papéis de gênero desempenhados pelos membros familiares diante da nova configuração dos espaços de destino (Novo Horizonte e Mendonça/SP). A investigação correspondeu à produção dos dados de campo orientados pelo modelo teórico analítico das formas de resistência cotidianas (SCOTT, 1990), levando-se em conta a intersecção entre a exploração/dominação patriarcal do trabalho feminino doméstico e a exploração/dominação do trabalho masculino no corte de cana. A metodologia utilizada foi a história oral (relatos, histórias de vida, trajetórias), além da produção de um acervo imagético. Os dados apontaram para algumas mudanças das relações da ordem patriarcal entre os gêneros, sobretudo, em razão da remuneração do trabalho das mulheres inseridas em atividades domésticas nas casas de trabalhadores do corte de cana e em outras atividades. Identificaram-se possibilidades de microrresistência aos deveres femininos nas tarefas domésticas, a saber: 1) enfrentamento da

dominação masculina, por meio do trabalho remunerado fora de casa; 2) falas e gestos que apontaram para a renegociação das atividades domésticas. Ainda que os padrões patriarcais prevaleçam, notam-se, contudo, muitas fissuras em suas bases. Notaram-se também formas de resistência frente a discriminação aos atributos do pertencimento geográfico, com a luta pelo reconhecimento da identidade do migrante. E práticas de resistência ao se alterar os instrumentos de trabalho, com vistas a minorar os desgastes físicos.

Do estigma social à invisibilidade : a pessoa com deficiência física nas políticas públicas voltadas para a redução de desastres

Autor/a: Débora Geraldi

Orientador/a: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio

Resumo: A ocupação desordenada das cidades revelam perigos que estavam de certa forma latentes, quando em contato com alguns agentes específicos. As chuvas podem ser consideradas um desses agentes, pois a sua interação com o meio, muitas vezes prejudica as rotinas dos lugares, promovendo inúmeros transtornos à vida das pessoas, inclusive situações de desastres. A Defesa Civil é o órgão responsável pela segurança da população frente a esses eventos, e considera em seus Manuais alguns grupos como mais vulneráveis, entre eles, as pessoas com deficiência física. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi o de analisar sociologicamente de que forma a pessoa com deficiência física é considerada tanto pelos órgãos da Defesa Civil, quanto pela literatura científica especializada, num contexto de desastre, visto que existe uma lacuna na literatura sociológica no que concerne a análise das pessoas com deficiência e sua interação com o meio biofísico. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental a fim de analisar documentos e protocolos disponibilizados pela Defesa Civil brasileira, como também documentos e estudos existentes em plataformas de pesquisa online, que abordam a interação da deficiência física com os desastres, e assim, discriminando os focos predominantes de estudos contemporâneos no tema. O intuito é o de apresentar uma síntese sociológica do conhecimento a respeito do grupo, no contexto de desastres.

Racismo e injúria racial sob a ótica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Autor/a: Elaine de Melo Lopes dos Santos

Orientador/a: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Resumo: Práticas racistas no Brasil têm sido evidenciadas nas relações sociais. Pesquisas que demonstram a discriminação racial apontam que há no país uma discriminação indireta, de difícil caracterização. O mito da democracia racial ou a ideologia de um país sem racistas parece

permanecer nas relações sociais brasileiras e parece influenciar nas decisões judiciais no que diz respeito à caracterização e andamento dos processos por crime de racismo, que por vezes são desclassificados para crime de injúria e desconfigurados de sua conotação racial. Buscou, portanto, a presente pesquisa analisar a jurisprudência (acórdãos) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no que se refere aos crimes de racismo e injúria racial contra negros desde o ano de 1988, à 2008 (período seguinte à criminalização do racismo), bem como efetuou-se um breve histórico e análise da legislação em torno da questão racial no país desde o Império até a redemocratização chegando à legislação mais atual. Para tanto, buscou-se um diálogo com a Constituição Federal e legislação penal referente esses delitos com intenção distingui-los e de averiguar os valores da sociedade brasileira refletidos nas decisões do Tribunal e relacionando-os com os atual debate e contexto racial no país.

Jongueiros do Tamandaré : o jongo é da nação, e os jongueiros aonde vão?

Autor/a: Andréia da Silva Netto

Orientador/a: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Resumo: Esta dissertação reflete sobre as possibilidades de reconfiguração da Identidade Nacional abertas durante o processo de legitimação e oficialização nacional do jongo em uma comunidade de jongueiros localizada no bairro do Tamandaré, na cidade vale paraibana de Guaratinguetá. Discutem-se êxitos e dificuldades durante este processo que ocorre mais especificamente nos últimos quinze anos em tal localidade, contextualizando tal processo neste momento de reconfiguração da identidade nacional e comparando-o ao contexto de configuração da nação e do mito da democracia racial durante a primeira metade do século XX. A partir de tal comparação procura-se ler criticamente o processo de legitimação e oficialização do jongo em tal localidade contemporaneamente e mostrar o “afro-brasileiro” como uma identidade afirmativa e que permite a realização da construção e reconstrução da diferença, o que exemplifica como a reconfiguração da identidade nacional pode ser pensada e realizada juntamente à noção de diferença.

Conflitos no campo jurídico em torno da profissionalização da mediação judicial

Autor/a: Audria Helena Perez de Souza Ozores

Orientador/a: Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli

Resumo: Com a presente pesquisa busca-se analisar as relações existentes entre os mediadores judiciais no âmbito do setor de Mediação Judicial na cidade do interior paulista denominada Comarca Azul e os agentes do mundo do direito: advogados e juizes. Da mesma forma que os advogados, os mediadores desenvolvem diversas estratégias para alcançar as melhores posições e distinções dentro deste campo. Nosso objetivo foi compreender os sentidos destas disputas locais em torno da mediação, campo marcado pela busca da apropriação da prática desta atividade e pela autoridade de falar e agir com legitimidade. A metodologia empregada foi baseada numa abordagem qualitativa com a realização de entrevistas, observação participante e análise documental, com intuito de perceber as negociações e a disputa dentro do grupo dos profissionais do mundo jurídico.

Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina

Autor/a: Giane Silvestre

Orientador/a: Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto

Resumo: O presente trabalho buscou compreender as transformações ocorridas nas políticas penitenciárias do Estado de São Paulo nas últimas três décadas, a partir de um estudo de caso da cidade de Itirapina, localizada na região central do Estado. Com duas unidades prisionais instaladas em épocas diferentes, Itirapina apresenta particularidades, pois ali é possível observar a existência de duas penitenciárias implantadas com modelos e ideais diferentes operando ao mesmo tempo. A primeira delas foi instalada no ano de 1978, ainda sob o governo militar e a segunda em 1998, já em um contexto democrático. A pesquisa realizou um levantamento bibliográfico dos estudos relacionados à violência, crime, punição e controle social, tanto no âmbito global como local. O trabalho empírico consistiu em pesquisas em arquivos da imprensa local, entrevistas com comerciantes/moradores, agentes penitenciários e na etnografia realizada na cidade nos dias de visita junto às mulheres dos presos e nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança. Foi possível notar que os sujeitos envolvidos com o cotidiano prisional em Itirapina percebem e se relacionam de forma distinta com cada uma das penitenciárias do município, mostrando assim a coexistência empírica de dois modelos diferentes de políticas penitenciárias, que atravessam o global e o local. As análises apontam

que houve uma mudança nas diretrizes das políticas de encarceramento no estado de São Paulo, em consonância com as transformações ocorridas em um contexto global, onde o ideal da punição como elemento ressocializador dos presos entrou em declínio, dando lugar às políticas de encarceramento acelerado voltadas mais ao controle e gestão dos presos, além da expansão física do sistema prisional para municípios do interior. A presença das penitenciárias impacta a socialidade local, reordenando a vida moral e negando a integração dos familiares dos presos ao cotidiano da cidade.

As mulheres trabalhadoras em luta pelos espaços de poder no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Autor/a: Juliana Sousa

Orientador/a: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Resumo: Este estudo discute a participação das mulheres trabalhadoras no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, abordando a persistência de assimetrias de gênero na base metalúrgica e que também se refletem no espaço sindical. Para o desenvolvimento da pesquisa, acompanhamos o 2º Congresso das Mulheres Metalúrgicas, que aconteceu em março de 2010, analisamos materiais sindicais divulgados e realizamos entrevistas com as dirigentes do SMABC. Observamos reivindicações pela igualdade de condições de trabalho e salário entre mulheres e homens, por políticas de ação afirmativa que visem ampliar o número de mulheres contratadas para cargos mais valorizados nas empresas da categoria, por incentivos à maior participação das trabalhadoras nos cursos de formação sindical bem como pelo desenvolvimento de uma política de gênero na formação, por cotas que assegurem a maior presença delas em todas as instâncias sindicais, especialmente nos âmbitos que conferem poder de decisão. Além disso, as histórias de vida das militantes possibilitaram-nos verificar o desafio, que se apresenta às mulheres trabalhadoras em liderança política, no que se refere à possibilidade de conciliar vivência em família e engajamento sindical. Apesar de sua tradição em defesa dos direitos trabalhistas e do exercício amplo da cidadania, o SMABC não assume como pauta prioritária o tema das relações de gênero, o que demonstra que a cultura metalúrgica oferece grande resistência a mudanças nos padrões tradicionais de convivência entre mulheres e homens.

Do discurso sobre natureza à natureza do discurso: o caso do parlamento das águas

Autor/a: Rodrigo de Freitas Espinoza

Orientador/a: Rodrigo Constante Martins

Resumo: Esta dissertação aborda algumas das formas através das quais a questão ambiental se relaciona com certos padrões de racionalidade econômica e de construção do discurso técnico-científico. Seu objetivo central é discutir uma modalidade de interpretação sociológica sobre as formas de classificação e hierarquias sociais produzidas nos Comitês de Bacias Hidrográficas, enfatizando os fundamentos desses discursos e as modalidades discursivas em construção e/ou consolidadas neste espaço descentralizado de governança ambiental. A base empírica de estudo é a região do Comitê de Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré, localizada na região central do Estado de São Paulo. É o 13º Comitê do Estado que, como os demais, é estruturado por uma gestão tripartite, Estado, Municípios e Sociedade Civil. Cada segmento possui 12 representantes que compõem o Comitê de forma igualitária e são instituídos de um poder deliberativo sobre a gestão das águas da Bacia Hidrográfica. São utilizados os empreendimentos analíticos de Boaventura de Souza Santos e Enrique Leff no que se refere à discussão dos conceitos de racionalidade econômica e episteme científica como também os trabalhos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault para a realização de uma investigação sobre a distinção social na gestão das águas.

Juntos mais desiguais: um desejo de “nação” paulista não-realizado

Autor/a: Mailce Magri

Orientador/a: Prof. Dr. Richard Miskolci

Resumo: Partindo do pressuposto de que toda nação é uma “comunidade imaginada”, conceito cunhado por Benedict Anderson em sua obra *Comunidades Imaginadas*, proponho, nesta dissertação, versar sobre a existência de diferentes projetos para a construção da nação brasileira ressaltando, o que entendo ser, um “projeto paulista” para a nação. A referência utilizada encontra-se nos *Estudos Subalternos*, perspectiva que questiona o colonialismo teórico dos grandes centros hegemônicos e as concepções dominantes de modernidade. A fundamentação material deste trabalho está na literatura alusiva ao referencial teórico adotado e na seleção de alguns textos produzidos dentro do período que delimita o estudo proposto: os anos de 1870 a 1922. Buscamos com as análises aqui desenvolvidas acenar para a existência de um “projeto paulista” para a nação que, não sendo bem sucedido, deixará transparecer certa “nostalgia” da segregação racial norte-americana presente em obras publicadas posteriormente.

